



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História Social da Cultura

Carlos Bittencourt Leite Marques

**“Brinquedo, Luta, Arruaça”: o cotidiano da capoeira no Recife de  
1880 a 1911**

Recife  
2012

Carlos Bittencourt Leite Marques

“Brinquedo, luta, arruaça”: o cotidiano da capoeira no Recife de 1880 a 1911.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História Social da Cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela de Faria Grillo

Recife

2012

Ficha Catalográfica

M357b Marques, Carlos Bittencourt Leite  
"Brinquedo, luta, arruaça": o cotidiano da capoeira no Recife  
de 1880 a 1911 / Carlos Bittencourt Leite Marques. -- Recife,  
2012. 202 f.

Orientador (a): Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.  
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de  
História, Recife, 2012.  
Referências.

I. Brasil – História 2. Recife (PE) 3. Capoeira I. Oliveira, Ana  
Lúcia do Nascimento, Orientadora II. Título

CDD 981

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

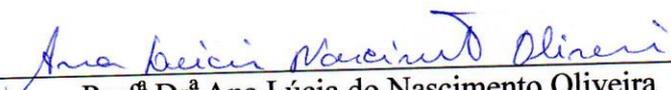
“Brinquedo, luta, arruaça”: o cotidiano da capoeira no Recife de 1880 a 1911

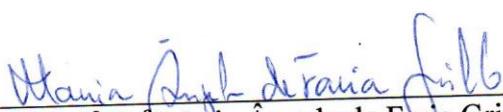
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

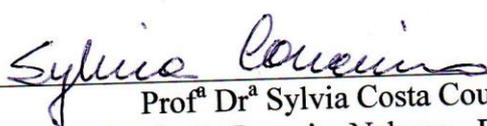
CARLOS BITTENCOURT LEITE MARQUES

APROVADA EM 05/07/2012

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia do Nascimento Oliveira  
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ângela de Faria Grillo  
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sylvia Costa Couceiro  
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

A toda minha família que me apoiou e incentivou nos momentos mais difíceis e a memória dos meus grandes avós Flávio, Loura e Ubaldo.

## **Agradecimentos**

Esta fase do trabalho se transforma para mim na mais difícil, uma vez que temos a responsabilidade de agradecer em um pequeno punhado de palavras um trabalho que não começou em 2010, mais muito antes que isso, e envolve com certeza um número expressivo de pessoas que cederam generosamente seu tempo para escrever junto comigo essa dissertação ou me descontraírem, e em muitos casos as duas coisas.

Como não poderia deixar de ser agradeço a Professora Ana Nascimento, que desde os anos de graduação tive o prazer de contar com a mesma como minha orientadora, momentos estes em que dividiu sua experiência e minúcia de arqueóloga/historiadora. Esses anos de convívio não se restringiram a academia, tendo a oportunidade de tê-la como uma amiga. E aí vai também o meu grande abraço a Rubem e a toda a família que tão bem me acolheram nas distantes terras de Alagoinha.

Aproveitando que estou falando em orientadora agradeço também a professora Ângela Grillo, por toda gentileza, delicadeza e carinho. Com seu jeito tranquilo e ao mesmo tempo provocador me fez amadurecer bastante ao longo da minha vida acadêmica.

A minha gratidão aos demais professores da banca de qualificação e defesa final, pela disponibilidade, competência e comprometimento de ler e discutir o presente trabalho. Meus sinceros agradecimentos a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvia Couceiro por todas as críticas e sugestões que permitiram o amadurecimento dessa dissertação.

Tive o prazer de dialogar com alguns professores como Gizelda, Wellington, Suely Luna e Sueli Almeida os quais me fizeram aguçar meu senso crítico e interpretativo, tão valioso para a labuta historiográfica. Suas aulas acabaram lapidando as ideias que ainda permaneciam brutas. Obrigado por tudo. Não posso também de deixar meus agradecimentos a Alexandra, pois todas as broncas, e olhe que foram muitas, acabaram sendo resolvidas por sua competência e dedicação.

Agradeço a Capes que financiou esse estudo, proporcionando viagens para congressos, simpósios e outros tipos de eventos acadêmicos.

Funcionários responsáveis e comprometidos fizeram com que as idas e vindas nas poeiras dos arquivos não se tornassem cansativas. Agradeço dessa maneira a Mônica Pádua, Ivan, Ricardo Carlos (além de outros funcionários do Memorial da Justiça de Pernambuco não só pela pesquisa, como também por todos os dias de trabalho. Foi um prazer trabalhar com vocês.); Hildo e Noêmia (por toda paciência e conversa durante as pesquisas no Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano); Tácito Galvão (um verdadeiro amante das pesquisas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco); Cynthia, Ieda, Marcos, Simone, Alex, Amauri (pelo apoio durante as pesquisas na Assembleia Legislativa de Pernambuco).

Outros nomes foram surgindo ao longo desse trabalho. Tive o grande prazer de conhecer Kalina Vanderlei, pessoa de competência invejável e que acabou se transformando em uma grande amiga dentro e fora da academia. Agradeço por todas as discussões, leituras e principalmente o carinho dispensado. Emanuel Lopes, grande amigo que também esteve comigo nessa jornada. Graças a ele tive condições de me faltar na documentação, pois me ajudou muito na pesquisa dentro e fora dos arquivos. Valeu velho! Nessa Lista também entram Adilson Silva e Juliana Sampaio, pelos conselhos e reflexões suscitados.

Agradeço aos meus colegas de turma do Mestrado, Welber biu, André Carlos, Elizabet Souza, Márcio Moraes, Leandro Patrício, Esdras, Marcelo Ianino e Williams Andrade por todas as discussões realizadas durante os dois anos de curso. Agradeço também aos meus amigos Helder Remígio, José Brito, Hugo Coelho, Manuela Arruda e Humberto Miranda por toda a ajuda e incentivo dado antes e durante o mestrado. Um obrigado especial a alguns amigos que fizeram com que os dias na universidade se tornassem tão prazeroso: Josué, Elba, Rafaela, Marco Tomé, Fernando Raposa, Ana Karina, Jonas Alcântara, Marcelo, Bira, Raquel, Valdemir, Tiago, Itamar, Raphaela, Plínio, Luciano e Alíria.

Agradeço a todos que contribuíram durante todos esses anos em minha experiência profissional e de vida como Gabriela, Betânia, Simone, Suzana, Vânia no Museu da Cidade do Recife; Alexandra, Ângelo, Teca Carlos, Carlos Carvalho, Paulo Otávio, Eron, Mariana, Danieli, Marília da FUNDARPE;

agradeço muito as pessoas e as instituições de ensino e pesquisa na qual tive um enorme prazer de trabalhar.

Sou grato também a Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra, em Alagoinha. O apoio dado pela Direção (Leda Castor, Marcilene Antunes, Josenildo), bem como o incentivo dos demais colegas, professores, funcionários e educandos. Cal, Dilsinho, Márcio é um prazer trabalhar e ter vocês como amigos. Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que fazem o Conjunto Pernambucano pela amizade sincera que poucos podem desfrutar.

Um agradecimento especial a minha esposa, Maria de Fátima, por todo carinho, cuidado e preocupação nesses quase dez anos de convívio; aos meus amados pais Carlos Marques e Tânia Bittencourt. Se não fosse por vocês o presente trabalho não seria realizado, muito obrigado por tudo. Às minhas duas avós agradeço pela paciência e dedicação de uma vida. Tenho o privilégio de ser irmão de uma pessoa e profissional brilhante, Alexandre Bittencourt. Obrigado pelas críticas e trocas de informações, discussões e amizade. Aos diversos tios, tias, primos, primas, também sou extremamente grato.

Meteram uma peixeira no bucho de Colombina  
que a pobre, coitada, a canela esticou!  
Deram um rabo-de-arraia em Arlequim,  
um clister de sebo quente em Pierrô!

“Catimbó” Ascenso Ferreira, 1928.

## **Resumo**

Esta dissertação tem o objetivo de estudar o cotidiano da capoeira na cidade do Recife no período de 1880 a 1911. Discutimos o que era a capoeira na virada do século XIX para o século XX na capital pernambucana e quais eram as representações construídas por alguns membros da elite intelectual da época. Para tanto, buscamos analisar principalmente as obras escritas por esses intelectuais, assim como jornais, processos criminais, códigos da polícia, Posturas Municipais, o Código Criminal do Império de 1830, o Código Penal da República de 1890, Relatórios do Chefe de Polícia e Balanço do governo. Todas essas fontes foram largamente consultadas para os anos referentes ao período proposto. Estas permitiram também que nós pudéssemos analisar as táticas desses capoeiristas nas ruas do Recife, bem como a ação policial para reprimir os “barulhos” causados por tal prática. Nesta luta entre trampolinagens e disciplinarização, percebeu-se que as relações iam muito além, pois os praticantes da capoeira estabeleceram negociações, que foram por nós chamadas de capoeiragem, com setores da polícia, forças armadas e políticos.

**Palavras-chave:** Capoeira, Capoeiragem, Táticas, Disciplinarização.

**Abstract:**

This Thesis objects to study the capoeira practice in Recife between 1880 and 1911. We discuss the meanings of capoeira in the passage of the XIX to the XX century, analyzing the representations elaborated about it by Recife's intellectuals. To this purposes the thesis analyzes the writings of these intellectuals, as well as newspapers, justice and police codes, municipal Law, and the Penal Codes of the Brazilian Empire and the Brazilian Republic. These sources were extensively consulted and allowed the analyses of the capoeira practice n Recife, as well as the repressive police action. In the constant fight between capoeira's games and disciplinary rules we saw different forms of relationship: negotiations among capoeira men, police sectors, the Army and politicians.

**Key word:** capoeira; capoeiragem tactics, discipline

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>A CAPOEIRA NO RECIFE: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES</b>	27
<b>2.1</b>	Capoeira e capoeiragem	27
<b>2.2</b>	A representação do(a) capoeira nos intelectuais brasileiros	51
<b>2.2.1</b>	As representações do(a) capoeira do Rio de Janeiro e de Salvador	51
<b>2.2.2</b>	O(A) capoeira em Recife sob as lentes dos intelectuais	58
<b>3</b>	<b>REPRESSÃO E TÁTICA NAS RUAS DO RECIFE</b>	83
<b>3.1</b>	A “cidade esconderijo” do Recife: as práticas de andar pela cidade	83
<b>3.2</b>	“Pescaria” nas ruas do Recife: Repressão à capoeira recifense	111
<b>4</b>	<b>CAPOEIRAGEM E SOCIABILIDADE NA CAPITAL PERNAMBUCANA: A TESSITURA DA TEIA</b>	145
<b>4.1</b>	Os capoeiras elaboram a teia: negociações com as forças armadas e a polícia	164
<b>4.2</b>	Mais um fio da teia: a política	164
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	185
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	191
	<b>FONTES</b>	198
	Fontes Impressas	198
	Fontes Manuscritas	201

## 1. Introdução

Por muito tempo as fontes tidas como “oficiais” pela historiografia positivista tradicional foram utilizadas pelos historiadores com a finalidade de escrever a história política do Estado, os fatos memoráveis da nação ou a vida de uma personalidade importante como um rei, um presidente, um ministro. Textos, crônicas e memórias escritas pelas diferentes camadas da sociedade e tendo como objeto a representação da vida cotidiana de alguns de seus personagens, considerados pelos próprios autores como populares, eram vistos como uma ficção e dessa forma um material de menor qualidade, não sendo considerados como fontes históricas. Todavia, a partir das inovações iniciadas pela escola dos Annales, as fontes passaram a ser analisadas de uma perspectiva diferente. Carlo Ginzburg, Edward P. Thompson e Giovanni Levi, por exemplo, passaram a fazer histórias “vista de baixo”.<sup>1</sup> A pretensão desses autores era compreender a história dos homens comuns, ordinários que apareciam anteriormente apenas como predicados da historiografia tradicional e nunca como sujeitos, como atores de sua própria história.<sup>2</sup> Assim, os textos literários e a documentação produzida pelo Estado, bem como os jornais, passaram a ser utilizados para construir fragmentos, experiências históricas daqueles que Michelle Perrot chamou de “os excluídos da história”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Dentre vários livros que abordaram as perspectivas históricas que se desenvolveram após os primeiros trabalhos da Escola dos Annales podemos citar: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.; CHARTIER, R. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, 1994, p. 97-113.; HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.; THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.; BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>2</sup> Essa concepção pode ser vista em: BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.; ; GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.; LEVI, G. A micro-história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; BURKE, P. **A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>3</sup> Para Perrot os “excluídos da história” seriam aqueles personagens que tiveram suas vidas silenciadas durante um longo tempo da produção historiográfica, entre eles os operários, as mulheres, os prisioneiros, os marginais. PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Nesse sentido, pretendemos analisar o cotidiano da capoeira, uma manifestação cultural, exercida quase que exclusivamente por setores das camadas populares na capital pernambucana entre os anos de 1880 e 1911. Para escapar das normatizações e representações impostas pelas “camadas dominantes”, seus praticantes se valeram da inventividade, trampolinagens e negociações as quais os ajudaram a burlar a repressão imposta. Nesse sentido, eles conseguiram – por meio de microrresistências cotidianas – garantir experiências de liberdade e espaço social, vivenciando, dessa maneira, suas tradições culturais.<sup>4</sup> Porém, antes de prosseguir na exposição do tema é importante contextualizar ao leitor(a) deste trabalho sobre o processo da pesquisa.

A pesquisa que originou o projeto de mestrado em história se iniciou em 2007 quando tivemos contato com a documentação judicial do Memorial da Justiça de Pernambuco. Entre os trabalhos manuais de higienização dos documentos, aos poucos, fomos encontrando processos criminais que envolviam “brabos”, “valentes” e “desordeiros”, aparecendo, às vezes, o termo capoeira.

A discussão a respeito da patrimonialização da capoeira como manifestação cultural brasileira, no século XXI, levou-nos a pensar como uma prática criminalizada no início do século XX viria a ser, mais de cem anos depois, um patrimônio do povo brasileiro. A partir daí decidimos submergir naquela massa documental em meio a traças, mofo e muito pó. Devido à falta de um período delimitado de tempo, recorremos aos códigos criminais, para saber quando a capoeira passou a ser considerada uma contravenção e depois quando iria perder esse “status”.

Nesse momento, o recorte cronológico estava definido entre os anos de 1890 e 1940, pois compreendia as datas limites dos códigos referidos acima. Todavia, após algumas conversas, reflexões e leituras a data limite do trabalho foi repensada, uma vez que alguns memorialistas, a exemplo de Mario Sette, afirmavam terem os capoeiristas

---

<sup>4</sup> Sobre as “táticas” e “inventividades” cotidianas, que os “homens comuns” se valiam para resistir ou burlar as estratégias das camadas dominantes ver: CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Para maiores detalhes a respeito de como as representações eram utilizadas como forma de manter um determinado grupo sob controle de um outro ver: CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 05, n. 11, 1991, 173-191.; CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.; Nem todas as divergências entre grupos diferentes são resolvidas por meio de ações violentas, existindo por vezes, certas negociações, inclusive entre camadas distintas da sociedade, as quais possibilitam algumas alianças circunstanciais, mesmo que efêmeras, entre por exemplo, um grupo de escravos e seu senhor. Para maiores detalhes ver REIS, J. J. e SILVA, E. **Negociações e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

desaparecido e os brabos assumido o lugar nas ruas do Recife após a repressão contra aqueles no governo de Sigismundo Gonçalves 1904 a 1908.<sup>5</sup>

O trabalho então passou a ganhar contornos mais definidos, o que não impediu novas mudanças guiadas pelas fontes e que se faziam necessárias para uma maior contribuição do tema proposto. Nesse momento a pretensão era analisar como se deu a prática da capoeira nas ruas da cidade e o porquê do seu desaparecimento.

Todavia, um ponto bastante importante estava passando despercebido e tinha relação com a capoeira: a escravidão. Como iríamos falar da capoeira, prática que segundo Carlos Soares surgiu em meio aos escravos africanos no território brasileiro, sem estudar a capoeira escrava no Recife?<sup>6</sup> Então mais uma vez houve uma mudança no recorte cronológico que permaneceria até o presente momento bem como a definição da proposta do trabalho. Essa ressalva ficou ainda mais evidente quando encontramos um processo crime, no qual um escravo havia sido morto após confronto entre capoeiras na frente de uma banda de música. Resolvemos então rever o período cronológico e começamos a metodizar os estudos e a pesquisa sobre o tema.

O ano de 1880 foi escolhido porque representava a última década, antes da inscrição da capoeira como contravenção, no código de 1890, bem como um período em que se pode ver os escravos praticando a mesma. Com isso, buscou-se analisar tanto a prática da capoeira, como a atuação da polícia e da justiça, afim de percebermos as rupturas e continuidades no pós 1890. Esses últimos oito anos de escravidão, também nos permite observar a maneira pela qual os capoeiras, fossem eles, escravos, libertos e homens livres pobres se socializavam e se enfrentavam especialmente no espaço urbano, em busca de reconhecimento e legitimidade em uma sociedade que lhes era hostil por serem, oriundos das camadas populares, definindo táticas de sobrevivência e sociabilidade.<sup>7</sup>

O período limite do nosso trabalho foi definido a partir do momento em que memorialistas atestavam a “entrada em cena” dos brabos e valentes, nos primeiros anos

---

<sup>5</sup> SETTE, M. **Maxambombas e maracatus**. Recife: Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

<sup>6</sup> SOARES, C. E. L **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.; SOARES, C. E. L. **A capoeira escrava** e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

<sup>7</sup> O conceito de “sociabilidades” está sendo utilizado nesse trabalho segundo seu sentido citado por Chalhoub e Carvalho, ou seja, as redes de relações tecidas entre personagens pertencentes a camadas sociais próximas, sendo estas para tais autores escravos, libertos e livres pobres. Ver CHALHOUB, S. op. cit., 1999.; CARVALHO, M. J. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: Editora universitária, UFPE, 1998.

do século XX, substituindo os capoeiristas nas ruas da urbe. Levando essa informação em consideração, o ano de 1911 foi bastante significativo, pois aconteceu no Recife a disputa política para a eleição de governador do estado, entre Dantas Barreto e Rosa e Silva, havendo atritos entre as forças policiais, o exército e os populares, se mostrando um momento oportuno para ser identificada a participação dos praticantes da capoeira, mesmo após os memorialistas terem atestado seu desaparecimento.

Partindo do recorte cronológico exposto, procuramos perceber o cotidiano da capoeira nas ruas do Recife, como também identificar qual o significado da mesma para alguns membros das elites recifenses, bem como para alguns dos próprios capoeiristas. No princípio foi necessário analisar o que era a capoeira recifense em finais do século XIX e início do século XX, para depois conhecer seus praticantes, sem, no entanto, por em camisa-de-força tal expressão cultural. Tivemos cuidado por outro lado para não extrapolar as interpretações das fontes, e sim perceber por meio de golpes de vista, os rastros deixados pelos praticantes da capoeira na cidade. Estes fragmentos quase imperceptíveis, muitas vezes passariam despercebidos por um olhar tendencioso, que buscasse a homogeneidade das massas tão frequente na história quantitativa, e apenas se preocupasse, por exemplo, com as estatísticas de prisão por crime de prática da capoeira.<sup>8</sup>

Não se tratava de observar o cotidiano da capoeira apenas como uma forma de microrresistência das camadas populares, que por meio de suas astúcias, de suas inventividades e negociações conseguiam viver e sobreviver em uma sociedade hostil a tudo aquilo que não fosse identificado com os padrões culturais do continente europeu, notadamente a França e a Inglaterra.<sup>9</sup> Buscou-se também analisar como, mesmo depois da obliteração da escravidão, os sujeitos das camadas populares (ex-escravos ou não), vários deles praticantes da capoeira, ainda continuavam enfrentando a repressão e a hostilidade dos que não compartilhavam de seus códigos culturais.<sup>10</sup> Partindo da análise

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes a respeito do trabalho do historiador na interpretação das fontes ver: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>9</sup> Para uma maior exposição a respeito das influências francesas e inglesas em Recife ver ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP, 2004.; Na procura dessa ocidentalização gerou-se em Recife no momento estudado uma busca pela modernidade e modernização da cidade que segundo Paulo Rezende a modernidade seria a tradição da ruptura, o conjunto de ideias e ideais comprometidos com o novo e a modernização que seria a mudança tecnológica, paisagísticas, urbana por meio do acúmulo de bens materiais. REZENDE, A. P. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife, FUNDARPE, 1997.

<sup>10</sup> Para Certeau o conceito se refere aos microcombates cotidianos travados pelas pessoas comuns, e dentro de uma margem limitada, imposta pela economia e cultura dominantes com o objetivo de driblar,

das representações construídas pelos letrados que escreveram a respeito da capoeira recifense entre o fim do Império e o alvorecer da República, procurou-se da mesma forma identificar e analisar como alguns desses indivíduos, que faziam parte da elite letrada, construíram estereótipos a respeito da capoeira, do capoeira e seu cotidiano na cidade.<sup>11</sup>

Partindo desse cenário, onde os personagens parecem saltar de alguns livros e adentrar na documentação oficial,<sup>12</sup> pretendo investigar como se deram algumas das negociações e sociabilidades tecidas pelos capoeiristas, bem como suas práticas na capital pernambucana. Neste sentido, sempre que nos foi possível procuramos identificar seus momentos de divertimento, o local onde moravam, como percebiam a capoeira, como eram representados. Da mesma forma se buscou analisar quais foram as medidas de normatização por parte do Estado para acabar com essa prática. Esses foram os pontos estabelecidos para identificarmos microcosmos do cotidiano da capoeira e do capoeirista no Recife de 1880 a 1911.

## Historiografia

O estudo da capoeiragem pela historiografia tomou fôlego, por volta de 1980, com as novas perspectivas sobre a escravidão e a instituição policial, quando surgiram novas abordagens a respeito do escravismo brasileiro. Esses trabalhos passaram a analisar a atuação dos escravos no processo de luta pela sua liberdade. Nesse sentido a capoeira acabou sendo considerada como uma das muitas formas de resistência dos negros escravizados, assim como as fugas, a formação dos quilombos e toda uma sorte de resistência sub-reptícia.<sup>13</sup>

---

fugir, em certa medida subverter as normas estabelecidas para puni-los. Ver CERTEAU, M. op. cit., 2008.; Nem sempre as camadas mais pobres da população entrava em conflito com as elites. Muitas vezes utilizavam-se de negociações as quais muitas vezes por meio destas conseguiam abrir brechas no sistema sociocultural dominante. Para ver o conceito de “Negociações” empreendidas pelos escravos a fim de tornar as experiências do cativo menos extenuante ver REIS, J. J. e SILVA, E. op. cit., 1989.

<sup>11</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990.; CHARTIER, R. op. cit., 1991.; CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 08, n. 16, 1995, p. 179-192.

<sup>12</sup> Dentre uma lista elaborada com nomes e alcunhas de capoeiristas imortalizados pelos memorialistas (estes citados no final do trabalho na secção fontes impressas), alguns também foram encontrados nos códices da polícia, nos processos crimes, nos jornais.

<sup>13</sup> Todavia, uma das primeiras produções historiográficas a tratar sobre o tema foi “A vida dos Escravos no Brasil” de Mary Karash, ainda em finais da década de 1960. A partir dessa obra várias outras foram sendo publicadas no meio acadêmico como: “O feitor Ausente” de Leila Mezan Algranti, “Polícia no Rio de Janeiro” de Thomas Holloway, “A guerra das ruas” e “A queda do império da navalha e da rasteira” KARASH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das

Podemos dizer que os estudos “acadêmicos” sobre a capoeira do Recife começaram com Gilberto Freyre. Em “Sobrados e mucambos” o autor fez um breve comentário a respeito do capoeirista como sendo um fruto gerado pelas rupturas sociais produzidas pela transição da sociedade patriarcal rural para a urbana. Freyre afirmou que a mesma surgiu como uma alternativa dos negros para suprir a falta de armas que, além de ser *considerada insígnia, [era] vantagem técnica de luta*, chegando a se constituir em um importante recurso para matar os brancos. Esta seria praticada, sobretudo, no ambiente urbano sendo o capoeirista um dos reflexos socioculturais da decadência do patriarcado rural.<sup>14</sup>

Todavia, após esse trabalho demoraria vários anos para que este tema fizesse parte dos estudos historiográficos pernambucanos. Clarissa Nunes Maia, já na década de 1990, analisou alguns aspectos da escravidão urbana do Recife. Neste trabalho a autora procurou reconstruir parte do cotidiano dos escravos e livres pobres, que tinham como um dos muitos reguladores de suas atitudes as Posturas Municipais. Levantando fontes como as ocorrências policiais, os registros da casa de detenção, os jornais e as Posturas, ela pôde perceber as teias de sociabilidade existentes entre esses indivíduos e a dificuldade das autoridades em manter a ordem. Isso ficou explícito quando ela analisou os momentos de festa e descontração nos quais esses atores históricos se reuniam em tabernas e espaços públicos. Foram justamente a partir desses ajuntamentos que os capoeiras entraram na narrativa de Clarissa Maia. De maneira geral a autora sugeriu questões a respeito da capoeira recifense como, por exemplo, o envolvimento com a polícia, não aprofundando essas relações, por não fazer parte do objetivo do trabalho.<sup>15</sup>

Já na sua tese de doutorado a autora teve como cronologia os anos compreendidos entre 1865 e 1915, e como objeto de estudo a disciplina das classes populares na cidade do Recife. Afirmava haver em certa medida uma atitude

---

Letras, 2000.; ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.; HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.; BRETAS, M. L. **A queda do império da navalha e da rasteira**: a República e os capoeiras. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1989.; BRETAS, M. L. **A guerra nas ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional, 1997. SOARES, op. cit., 1999. SOARES, op. cit., 2004.

<sup>14</sup> Estamos utilizando nessa dissertação a 49ª edição do livro, lançado em 2004, todavia sua primeira edição data do ano de 1936. FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. 49. ed. Recife: Global, 2004. p. 511. Carlos Líbano Soares também considera ter sido Freyre um dos primeiros autores acadêmicos a estudar a capoeira. Estamos cientes, entretanto, das diferenças que existem entre a obra de Gilberto Freyre e os estudos acadêmicos da contemporaneidade.

<sup>15</sup> MAIA, C. N. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas**: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008. Embora esteja citando este livro, sua dissertação, que deu origem ao mesmo, é do ano de 1995.

semelhante, por parte da polícia, na hora de vigiar os escravos e livres pobres. Nesse contexto repressivo, os capoeiras apareciam novamente na frente das bandas de música causando distúrbios pela cidade.<sup>16</sup>

Em “O pântano e o riacho”, na análise do espaço urbano e da utilização que a sociedade fez deste, Raimundo Pereira de Alencar Arrais, historiciza uma cidade que procura, através da sua materialidade estética, instruir a população no sentido de os transformar em cidadãos civilizados, acompanhando a “modernização” da urbe. Mais uma vez a capoeira do Recife é vista numa breve exposição. O autor aborda a atuação dos capoeiras no espaço público urbano, principalmente à frente das bandas musicais, o partidarismo por algumas dessas e a utilização da constituição da cidade no auxílio à fuga *pela cumplicidade dos becos escuros, pelas pontes, pelo rio, tudo isso que ignorava as demarcações rígidas das jurisdições policiais.*<sup>17</sup>

O livro “Cultura afrodescendente” de Ivaldo Marciano, trouxe a contribuição do estudo da capoeira nas primeiras décadas do século XX. Marciano procurou mostrar a diversidade com que eram vistos dois desses capoeiristas, Nascimento Grande e Adama, através das representações feitas por memorialistas e como esses dois personagens, através de suas atitudes, buscavam legitimar-se por meio da capoeira. Também levantou dúvidas se estes indivíduos tinham relação com *religiões de divindades e entidades*, não chegando, porém, a uma conclusão a respeito do tema.<sup>18</sup>

Todavia, como o próprio Ivaldo Marciano ressaltou, ainda existem muitas questões a serem esclarecidas sobre as práticas e costumes desses “brabos”, “valentes”, “arruaceiros”, capoeiristas.<sup>19</sup> Este autor ainda nos expõe críticas sobre a defasagem da historiografia pernambucana a respeito das *práticas e costumes construídos pelas camadas populares como objeto [de estudo], e quando o fazem, ‘esquecem’ de pensar os sentidos que possuíam para seus praticantes.*<sup>20</sup> Dessa forma estas obras são importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho, pois trazem alguns esclarecimentos e suscitam vários questionamentos a respeito do cotidiano da capoeira e de seus praticantes.

---

<sup>16</sup> MAIA, C. N. **Policiaidos**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Departamento de CFCH, UFPE, Recife, 2001.

<sup>17</sup> ARRAIS, R. op. cit., 2004. p. 424.

<sup>18</sup> LIMA, I. M. de F. Adama e Nascimento Grande: valentes do Recife da Primeira República. IN: LIMA, I. M. de F., GUILLEN, I. C. M. **Cultura Afro-descendente no Recife**: Maracatus, valente e catimbós. Recife: Bagaço, 2007. p. 126/127.

<sup>19</sup> Idem. p. 126/127.

<sup>20</sup> LIMA; GUILLEN, op. cit., 2007. p. 123.

## Procedimentos teórico-metodológicos

A partir das perspectivas históricas que tomaram impulso no início do século XX, novos objetos, fontes e campos acabaram se incorporando ao universo do historiador. Dessa maneira, os estudos foram sendo realizados envolvendo aspectos como sentimentos, mentalidades, hábitos e costumes do povo. A história passou a dialogar com outras disciplinas que até então estavam marginalizadas pela historiografia tradicional como a sociologia e a antropologia, permitindo uma redefinição dos velhos problemas e na identificação de novos.<sup>21</sup>

A análise cultural também ganhou espaço nesse redimensionamento do mundo acadêmico. Historiadores como Peter Burke, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Edward Thompson se debruçaram sobre essa temática sendo, contudo, separados por algumas divergências teórico-metodológicas como, por exemplo, o lugar ocupado pela “cultura popular” na história.<sup>22</sup> Como alerta Couceiro, utilizar tal conceito implica compreender as armadilhas que se formam ao longo do trabalho e enfrentar seus incômodos, pois os historiadores não podem se deixar intimidar com tais problemáticas, afastando-se da possibilidade de trabalhar com *o que se considera a cultura das camadas populares*.<sup>23</sup>

O objeto do nosso trabalho, o cotidiano da capoeira no Recife, não pode fugir de tal discussão. Quando utilizamos a terminologia cultura popular, procuramos

...ênfatar e colocar como uma das preocupações desse trabalho o indivíduo comum, pessoas simples, aqueles que Michel de Certeau chamou de “homem ordinário”, tentando percebê-los como

---

<sup>21</sup> Para maiores detalhes sobre novos métodos e objetos para a produção historiográfica ver: CHARTIER, R. op. cit., 1994, p. 97-113. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

<sup>22</sup> Alguns autores se debruçaram a respeito da validade ou não do conceito “Cultura Popular” nos estudos historiográficos, entre eles: CHARTIER, R. op. cit., 1995.; GINZBURG, C. op. cit., 2006.; LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M. op. cit., 2007.; BURKE, P. op. cit., 1989. CERTEAU, M. op. cit., 2008.; THOMPSON, E. P. op. cit., 1998.; GRILLO, M. A. de F. **A Arte do Povo: Histórias na Literatura de Cordel (1900 – 1940)**. 2005. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2005.; COUCEIRO, S. C. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UFPE, Recife, 2003.

<sup>23</sup> COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.

seres que pensavam, atuavam e transformavam o contexto em que viviam.<sup>24</sup>

Assim, analisar esses indivíduos como atores de sua própria história, que criavam, achavam ou negociavam brechas dentro do sistema cultural dominante, é essencial para interpretarmos suas práticas e compreendermos seus significados. Dessa forma o campo cultural, para Ângela Grillo, *adquire significado especial ao se constituir em canal privilegiado de expressão dos anseios, aspirações e necessidades dos segmentos excluídos.*<sup>25</sup>

Não estamos tratando, assim, o popular como um grupo homogêneo e as ressalvas feitas por Certeau e Chartier a respeito da pluralidade em formas de gênero, religiosidade, faixa etária, profissão, local de moradia dentro do conjunto dos populares estão sendo importantes por nos alertar a não buscar uma homogeneidade nesta clivagem cultural, e sim observar as quebras, as rupturas, as discontinuidades dentro desta camada popular, sendo mais interessante se falar em grupos populares no plural.

Não se pode esquecer também as contribuições de Bakhtin, Ginzburg e Burke relacionadas à circularidade cultural entre a sociedade, quer seja uma circularidade vertical ou horizontal, no sentido de indivíduos de uma mesma camada sociocultural ou de camadas socioculturais diferentes.<sup>26</sup> Como também não se deixou passar despercebida a ressalva feita por Thompson. Para este autor não se pode tomar o termo “cultura” como algo consensual dentro de um conjunto, afastando dessa maneira os choques culturais existentes, não só, mas principalmente entre as chamadas de elites e as camadas populares.<sup>27</sup>

O conceito de cotidiano foi importante na medida em que retirava a opacidade que geralmente pairava sobre as análises estatísticas e estruturais. Pensamos dessa forma em reduzir o foco, por vezes seguindo os passos de alguns personagens, por onde suas mil práticas inventivas, acabavam transparecendo sutis significados políticos. Era necessário, portanto, estar atento às práticas comuns de diferentes capoeiras na cidade, sem necessariamente descartar atitudes esporádicas. Para tanto nos embasamos no livro “A invenção do cotidiano”, no qual Michel de Certeau interpretou e analisou as

---

<sup>24</sup> COUCEIRO, op. cit., 2003. p. 10.

<sup>25</sup> GRILLO, M. A. de F. op. cit., 2005.

<sup>26</sup> Para maiores detalhes Cf. CHARTIER, R. op. cit., 1995.; GINZBURG, C. op. cit., 2006.; LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M. op. cit., 2007. BURKE, P. op. cit., 1989. CERTEAU, M. op. cit., 2008.; GRILLO, M. A. de F. op. cit., 2005.; COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. op. cit., 1998.

“práticas comuns”, as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam e interpretam a cultura, em uma constante disputa contra o poder dominante. Nesse sentido ele passou a observar as “táticas de consumo” da população, isto é, as maneiras pelas quais esses indivíduos, dentro de uma margem limitada, imposta pela economia cultural dominante, passam a consumir seus produtos culturais e apropriá-los, ressignificá-los e reusá-los como forma de subversão às instituições.

Para Certeau, tais *táticas do consumo*, [eram] *engenhosidade do fraco para tirar partido do forte*.<sup>28</sup> Repetidamente, numa constante luta, essas microrresistências cotidianas às vezes eram elaboradas de outras maneiras mais sutis. Sorrateiras, as negociações buscavam construir alianças fortuitas sem necessariamente os envolvidos em tais táticas comungarem de interesses comuns, possibilitando dessa maneira a vivência e a sobrevivência material e simbólica daqueles indivíduos tidos como mais fracos no cotidiano da cidade.<sup>29</sup>

Dentro da análise do cotidiano da capoeira na capital pernambucana, também nos interessa analisar as representações que membros das elites fizeram da mesma e de seus praticantes. De acordo com Chartier, o principal objeto da história cultural é o modo como uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler em diferentes momentos e lugares. Pensando assim procuraremos analisar como os capoeiristas e a capoeira foi representada por alguns literatos recifenses, ou que escreveram sobre o Recife, e que viveram em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Estamos, contudo, atentos para as (...) *condições sociais de produção e de recepção dos discursos* (...) <sup>30</sup> e assim, consideramos que as representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as criam, pois como não há discurso neutro, este traz a posição de quem o profere. <sup>31</sup>

Como iremos trabalhar com textos literários, que versavam sobre a vida cotidiana da cidade ou de alguns personagens tidos por seus autores como pertencentes aos grupos dos populares, e que ficaram durante muito tempo esquecidos pela historiografia como fontes para trabalhos históricos e/ou relegados a segundo plano, não podemos deixar de fazer algumas considerações a respeito destes documentos como fontes históricas. O fato dos romancistas, cronistas, viajantes, cordelistas misturarem

---

<sup>28</sup> CERTEAU, op. cit., p. 45.

<sup>29</sup> REIS, J. J. e SILVA, E. op. cit., 1989.

<sup>30</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990, p. 72.

<sup>31</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990.

por vezes informações exatas com imaginação, relatos de outras pessoas, não nos desabilita a utilizá-los como fontes, até porque, como lembra Grillo referindo-se aos cordelistas das primeiras décadas do século XX, (...) *o importante é que esses autores viveram no tempo (...) e, misturando fato com ficção, deixam registrada a memória de sua época.*<sup>32</sup>

Segundo Chartier, o texto literário ou documental não pode jamais anular-se como esquema de percepção e de apreciação que remete a suas condições de produção. Assim sendo, e levando em consideração a crítica feita por Michel Foucault contra os historiadores e a sua “ideia empobrecida do real” que não deixava espaço para o que era imaginado, o *real assume um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita.*<sup>33</sup>. Temos assim que o principal não é irmos à procura de graus de realidade e sim compreender como as práticas e os discursos se articulam, produzindo o que podemos chamar “a realidade”, objeto da história<sup>34</sup>.

Esse tipo de abordagem, possível graças às propostas teórico-metodológicas da Nova História Cultural, permitiu-nos estudar as camadas populares, construindo, sempre que possível, o papel desses personagens na formação das redes socioculturais, através das abordagens microscópicas e qualitativas das fontes.<sup>35</sup> Os documentos oficiais já há muito perderam o seu estatuto de verdade incondicional imposto pelos positivistas e hoje as perspectivas históricas, bem como a aproximação desta com outras áreas do saber, aprofundadas pela Nova História Cultural, proporcionaram múltiplas maneiras para os historiadores trabalharem as fontes, como também as diversificaram.<sup>36</sup> Afim de apreender parte do “microcosmo” cultural do Recife, semelhante ao que foi feito por Ginzburg em sua análise a respeito do Friulli, não nos prenderemos no nosso trabalho a apenas um fundo documental com a finalidade de analisar o cotidiano e as práticas desses capoeiristas.<sup>37</sup>

---

<sup>32</sup> GRILLO, M. A. de F. op. cit., 2005. p. 157.

<sup>33</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990. P. 63.

<sup>34</sup> Idem. p. 81.

<sup>35</sup> HUNT, L. op. cit., 1992.

<sup>36</sup> GOFF, J. L.; CHARTIER, R.; REVEL, J. A **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>37</sup> Embora Carlo Ginzburg tenha consultado na sua pesquisa basicamente os registros inquisitoriais, nós optamos analisar fontes diversificadas tais como textos de intelectuais de finais do século XIX e início do século XX, os códices da polícia, os processos criminais, os relatórios do governo, as Posturas e leis na intenção de conseguir apreender fragmentos do cotidiano do Recife, no qual os capoeiras estavam inseridos. GINZBURG, op. cit. 2006, p. 20.

Faz-se necessário, porém, alertar para as dificuldades impostas pelas fontes, uma vez que estaremos analisando uma documentação produzida por órgãos oficiais repressivos e de representatividade das elites: os processos criminais, as diligências policiais, jornais e os textos literários. Tais fontes aparecem, geralmente, com o olhar enviesado de preconceito contra as manifestações dos grupos populares. Com o intuito de não cair na análise das massas homogêneas, procurando ao contrário heterogeneizar e perceber a individualidade dos capoeiristas, propomos-nos a historicizar o cotidiano da capoeira e de seu praticante a partir das metodologias da “Micro-história”.<sup>38</sup> Pois como ensina Ginzburg: *...se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar essas últimas.*<sup>39</sup> Desta maneira, procuramos estabelecer metodologicamente contato com fontes diversas, pelas quais percorreremos diferentes personagens e seus contatos com a capoeira e a capoeiragem.

Parte considerável da documentação estudada está localizada no Memorial da Justiça de Pernambuco e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – (IAHGP). O Fundo Comarca do Recife, Série Crime, contém os processos de diversos capoeiristas no período estudado. Essas fontes dizem respeito a processos de primeira instância, no período compreendido entre 1880 a 1911. Esses documentos se tornam uma fonte privilegiada para uma análise vista de baixo, pois é possível “escutar” as vozes dos capoeiristas no seu depoimento, dando sua versão dos fatos ocorridos, bem como das testemunhas, algumas delas também capoeiristas.

Além disso, existe toda uma série de elementos que fazem parte da lógica interna do processo e que nos permite analisar o perfil sociocultural do réu e da vítima. Assim, temos dados como nome, filiação, profissão, origem, residência, cor, causa da prisão, crime tipificado, estado civil, altura, roupa entre outras características que às vezes permitem ao historiador, como citado por Sidney Chalhoub, analisar os modos de pensar e fazer desses indivíduos.<sup>40</sup> Estes documentos também permitem captar algumas estratégias dos magistrados a fim de corrigir e punir as “classes perigosas”.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> GINZBURG, op. cit. 2006.

<sup>39</sup> Idem. P. 20.

<sup>40</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>41</sup> Para Sidney Chalhoub o conceito de “classes perigosas” teria surgido na Inglaterra como forma de designar alguns grupos que teriam passado pela prisão ou que buscavam o sustento através do furto. No Brasil, ainda segundo este autor, este termo passaria a ser usado com base na concepção francesa. Seguindo, dessa forma, o propalado por M. A Frégier, alto funcionário da polícia de Paris, as classes perigosas seriam sinônimo de classes populares, ver. CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o

Analizamos também os Códigos Criminais de 1830 e 1890, bem como as Posturas Municipais do Recife a fim de perceber como o aparato judiciário procurava retirar das ruas o que denominava de “capadócius”, que promoviam quase todos os dias exercícios de capoeiragem pela urbe. Os códigos se encontram disponíveis no site da Presidência da República.<sup>42</sup> Já as Posturas foram consultadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano – (APEJE) – sob o fundo Leis Provinciais e Estaduais.<sup>43</sup> Nesse sentido, também não nos escaparam as comunicações entre os agentes da ordem, que solicitavam o acompanhamento ou aumento do efetivo em determinadas ocasiões para evitar tais cenas inaceitáveis em um cidade que se pretendia civilizada<sup>44</sup>, encontradas nos jornais, bem como nos códigos da polícia, ambos localizadas também no APEJE.

Em conjunto com as diligências policiais encontradas nos códigos, Fundo SSP (Secretaria de Segurança Pública), foi possível estabelecer e reconstruir alguns padrões de atividade desses capoeiristas e relacionar com seu local de moradia, sua profissão e a partir daí procurar identificar algumas práticas desses indivíduos. Estes documentos permitem percebermos detalhes sutis a respeito da maneira como os envolvidos se comportavam na hora da investida policial, dando-nos pistas, sinais de práticas da capoeira e capoeiragem. Para tanto, nos basearemos no paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg, (...) *a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores*.<sup>45</sup> Porém, não queremos esquadrihar fórmulas ou equações de práticas e táticas dos capoeiras, mas não podemos deixar que indícios passem despercebidos, pois (...) *nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição*.<sup>46</sup>

No arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco tivemos contato com outras Posturas que não foram encontradas no APEJE. Nesta instituição foram vistos também alguns relatórios que o chefe de polícia transmitia para o governador da

---

cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque. 2o ed. Campinas/ SP. Editora da UNICAMP, 2001.

<sup>42</sup> Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica#content> acesso em 12.06.1010.

<sup>43</sup> APEJE, Fundo: Leis provinciais.

<sup>44</sup> Para um maior aprofundamento sobre o anseio civilizacional, que compreendia a europeização dos costumes, o apreço pelo trabalho, a religiosidade cristã das elites recifenses ver ARRAIS, R. op. cit., 2004.; ARAÚJO, R. de C. B. de. **Máscaras do tempo**. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: FCCR, 1996.

<sup>45</sup> GINZBURG, op. cit. 1990, p. 147.

<sup>46</sup> GINZBURG, op. cit. 1990, p. 147.

província/estado, bem como a mensagem deste para os parlamentares pernambucanos, que abria os trabalhos da Assembleia Legislativa geralmente no mês de março e faziam balanços de questões do ano anterior como criminalidade, estrutura da polícia, eleições. Estes são encontrados nos Anais das Assembleias Provinciais/Estaduais de Pernambuco. Foram também analisados os Códigos Criminais do Império e da República.

Para analisarmos as representações que alguns indivíduos das elites fizeram a respeito dos capoeiras, buscamos estudar os letrados que tivessem presenciado o período estudado. Todos puderam vivenciar alguns dos anos compreendidos entre 1880 e 1911, possibilitando lembranças, mesmo que vagas, a partir das quais construíram representações sobre a capoeira. Porém, alguns dos literatos que tiveram como tema esta manifestação cultural no Recife, mesmo escrevendo depois dos anos 30, mantiveram, na maior parte das vezes, as representações da capoeira como coisa de “vagabundos”, “desordeiros”, “arruaceiros”, enquanto se percebeu que vários literatos analisados de outros estados foram mudando suas percepções ao longo da passagem do século XIX para o XX e no avançar deste.

O papel da imprensa, enquanto órgão vinculado as elites, é sobremaneira importante, pois aí iremos encontrar como são vistos os capoeiras, por uma ótica eivada de preconceitos. Entretanto, esses mesmos discursos, acabam, por vezes, permitindo ao historiador compreender fragmentos do cotidiano desses indivíduos, como por exemplo, suas táticas de resistência, como eram os movimentos da capoeira, como e com quem se sociabilizavam, lutavam ou negociavam. Permite também, perceber como esses jornais ajudavam na vigilância das ruas, uma vez que denunciavam, as “tropelias” causadas pelos capoeiras, chamando à atenção das autoridades e lhes fornecendo informações como onde e quando, tais personagens se reuniam. É também por meio desses jornais, que percebemos os problemas e dificuldades da instituição policial no combate as manifestações culturais das camadas populares em geral e especificamente a capoeira.

Além disso, em pesquisas nos periódicos da seção delegacia de polícia, encontram-se registrados acontecimentos que não chegaram a ter investigação policial. Referimo-nos aos confrontos de rua entre capoeiristas e transeuntes. A análise conjunta da documentação nos fornece algumas informações que dificilmente poderiam ser analisadas de forma isolada. Estamos nos referindo, por exemplo, ao fato dos detidos por capoeira não darem entrada na casa de detenção por tal contravenção e sim como

“vagabundos”, “desordeiros” ou “brabos”, validando assim o objeto histórico de forma relacional, o que dificilmente seria captado por um único documento isolado<sup>47</sup>.

No primeiro capítulo, “A capoeira no recife: conceitos e representações”, iremos procurar situar o leitor quanto ao objeto de estudo deste trabalho. Para tanto, faremos uma análise a respeito do significado do termo capoeira entre finais do século XIX e início do século XX, assim como abordaremos o conceito de capoeiragem, essencial para o desenvolvimento do terceiro capítulo. Além disso, apoiando-me em algumas representações feitas por intelectuais a respeito da capoeira, verificar como esta prática era vista e dita por setores das elites.

No segundo capítulo, “Repressão e tática nas ruas do Recife”, procuraremos analisar o cotidiano da capoeira, da capoeiragem e do capoeira por meio de suas práticas e astúcias de micro-resistências, como também por qual maneira e de que forma o aparato repressivo e disciplinador agiria no Recife para coibir tais práticas.<sup>48</sup> Veremos que no Recife em fins do século XIX e início do XX, a capoeira não era apenas utilizada contra os agentes da ordem, mas também para acertar diferenças no cotidiano dos grupos mais pobres da população, ou por outro lado servindo de elemento de sociabilidade entre esses personagens.

Entre “ordem” e “burla”, nem todos os capoeiras, políticos e policiais eram inimigos irreconciliáveis. Ao se analisar a rede repressiva e as táticas inventivas foi possível observar a tessitura de teias que ligam estes elementos tão díspares inicialmente. Seriam alianças, existências circunstanciais de objetivos, por vezes diferentes, que permitiam aos capoeiristas negociar com políticos e com a própria polícia, invertendo ou subvertendo a normatização imposta por estes.<sup>49</sup> É justamente sobre estas relações que apresentamos o terceiro capítulo: “Capoeiragem e sociabilidade na capital pernambucana: a tessitura da teia”.

Mesmo consciente dessa longa introdução, sabemos que a mesma não foi capaz de tocar em todas as questões abordadas no texto. Convido, portanto, o leitor/a, a mergulhar na história de alguns personagens que tiveram suas vidas marcadas pelo cotidiano do Recife, bem como marcaram esta cidade com seus “brinquedos”, “lutas” e “arruaças” entre os anos de 1880 e 1911.

---

<sup>47</sup> SLENES, R. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>48</sup> CERTEAU, op. cit., 2008.

<sup>49</sup> REIS, J. J. e SILVA, E. op. cit., 2005.

## 2. A CAPOEIRA NO RECIFE: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

### 2.1 Capoeira e capoeiragem

Quando se fala em capoeira muitas pessoas fazem logo a associação com as rodas de capoeiristas, isto é, o praticante da capoeira ao som do berimbau, pandeiro e atabaque, fazendo demonstração para os turistas, que se encantam com as folhas-secas, saca-rolhas, aus, e mortais. Tida como uma forma de dança e de exercício físico praticada por amplo segmento das diversas camadas da sociedade, marcando presença nas academias e estando constantemente presente nas redes televisivas, seja em novelas, documentários, filmes ou reportagens, a capoeira do século XXI é uma manifestação cultural exportada pelo Brasil e praticada em quase todos os continentes. Países como Angola, Estados Unidos, França, Japão, Austrália possuem sedes de grupos de capoeira brasileiros, permitindo um intenso intercâmbio entre os habitantes desses países e as terras brasileiras. Mesmo assim, vários mestres e praticantes ainda advertem que mais que dança e exercício físico a capoeira é uma arte marcial.<sup>50</sup>

Todavia nem sempre a capoeira foi “vista”, “dita” e “praticada” apenas dessa maneira. No início do século XIX era exercida quase que exclusivamente por escravos ladinos, mas ao longo dos oitocentos acabou se disseminando, principalmente entre escravos crioulos, libertos e livres pobres. Para escapar das normatizações impostas pelas camadas mais abastadas, aqueles grupos procuraram, através de suas táticas cotidianas de resistência, garantir suas experiências culturais, as quais nem sempre eram as mesmas. Nem todos, porém, participaram dessas lutas, mas os que fizeram se valerem de suas inventividades e trampolinagens que os ajudaram a burlar a repressão imposta fazendo com que os pertencentes às classes subalternas conseguissem por meio de microrresistências cotidianas garantir experiências de liberdade e espaço social.<sup>51</sup>

Ainda hoje existem discussões a respeito da origem do termo capoeira e dos diversos significados que assumiu ao longo da história, estando presente,

---

<sup>50</sup> Ver em Nestor capoeira esses e outros movimentos da capoeira utilizados para dar maior plasticidade ao jogo. CAPOEIRA, N. **Capoeira**: Galo já cantou. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>51</sup> Essa constatação foi possível por meio das análises feitas na documentação, bem como nas obras de Karash, Holloway, Soares, Algranti tendo como base teórica o conceito de “tática” de Certeau. KARASH, M., op. cit., 2000. HOLLOWAY, T. H. O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no Século XIX. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. N° 16, 1989. p. 129-139.; HOLLOWAY, op. cit., 1997. SOARES, C. E. L. op. cit., 2004.; SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.; ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.; CERTEAU, M. de. op. cit., 2008.

concomitantemente ou não, nos vocabulários da polícia, dos intelectuais, da justiça, dos cronistas esportivos, dos historiadores. Sua etimologia é tão controversa como o local de sua criação. Embora, no que se refere ao surgimento do nome, os maiores debates defendam as raízes brasileiras, tendo alguns poucos que advogam o estrangeirismo do étimo. Mas quando e como teria ocorrido o empréstimo do nome para os praticantes de exercícios corporais e de habilidade física?

Assim como os léxicos *maracatu*, *batuque*, *samba*, o termo capoeira se inscreve numa lista de expressões culturais que foram utilizadas com uma variedade semântica tão grande que sua acepção conceitual se torna, por vezes, imprecisa.<sup>52</sup> Logo, para se conhecer os diversos significados que o termo abrangia, fez-se necessário uma (re)leitura das suas diversas significações. Para tanto, partiu-se da análise etimológica que dicionaristas dos séculos XVIII, XIX e início do XX fizeram a respeito do termo, analisando-se também os múltiplos sentidos que foi se desenvolvendo ao longo do tempo.<sup>53</sup> Contudo, *não se tratará aqui da história da língua, (...) mas sim apenas da terminologia política e social (cultural) considerada relevante para o campo da experiência da história...*<sup>54</sup>

Bem antes do termo “capoeira” estar inserido recorrentemente nos autos da polícia, nos processos judiciais e em livros e artigos dos intelectuais e nos jornais do século XIX, definido como uma “luta”, “brincadeira” ou “arruaça”, o vocábulo já aparecia no dicionário do Padre Raphael Bluteau, o “Vocabulário Português e Latino”, publicado entre os anos de 1712 e 1728 em dez volumes, como (*Termo da fortificação*) *espécie de cesto muito grande, redondo, e sem fundo, feito de ramos entrefachados e que se enche de terra bem batida, e se põe em pé, para cobrir os que defendem.*<sup>55</sup> Para o dicionarista a capoeira seria assim um cesto de cipó com ramos entrelaçados, servindo de defesa da fortificação.

---

<sup>52</sup> Para maiores detalhes entre conceitos e palavras ver RÜSSEN, J. **Reconstrução do Passado: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.; KOSELLECK, R. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006. Sobre os significados de termos como maracatu, samba e batuque ver LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M. **Cultura Afro-descendente no Recife: Maracatus, valentes e catimbós**. Recife: Bagaço, 2007.; CORD, M. M. **O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Editora da UFPE, 2005.

<sup>53</sup> Para Koselleck “...a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social...” KOSELLECK, R. op. cit., 2006 p. 103.

<sup>54</sup> Idem p. 90.

<sup>55</sup> Disponível em [HTTP://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/arqImpressao.asp.htm](http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/arqImpressao.asp.htm). Acesso em 06 de junho de 2009.

Contudo, ele também mencionou *Capoeiro: Ladrão capoeiro. Que furta galinhas na capoeira.*<sup>56</sup> Ou seja, mesmo o autor não citando a capoeira como um local onde galinhas são criadas, ou onde as mesmas se encontram soltas, definiu capoeiro como um ladrão que as rouba na capoeira. Inferiu-se que: os ladrões roubavam as galinhas das fortificações, local em que elas podiam ser criadas; ou as roubavam de dentro de cestos de ramos menores, que teriam por função transportar tais aves; ou ainda que seria um espaço onde se criava ou existiam galinhas.

A definição dada por Luiz Maria da Silva Pinto em 1832 também foi nessa direção: *Capoeira, s. f. Onde estão, e se recolhem galinhas. ( T. de Fortificação). Onde se recolhem até vinte mosqueteiros, e se faz sobre a extremidade da contraescarpa.* A partir dessas primeiras obras surgiram dois significados básicos: ou a capoeira era local de criação das galinhas ou um objeto, em forma de cesto, utilizado para carregar as mesmas.<sup>57</sup>

Outros dicionaristas iriam escrever a respeito da capoeira no século XIX. Beaurepaire-Rohan, por exemplo, não duvidava que o vocábulo teve *sua origem em Capão, do mesmo modo que damos em português o nome de capoeira a qualquer cesto em que se metem galinhas.* Assim, capoeira não poderia se confundir com “Capueira” nome dado a vegetação que nasce depois da derrubada da mata primitiva.<sup>58</sup> No “Vocabulário Pernambucano”, Francisco Augusto Pereira da Costa referiu-se ao significado de capoeira afirmando ser um cesto para se transportar aves: *Cesto grande, achatado, feito de cipó rijo, com uma boca na parte superior, para condução de aves.*<sup>59</sup>

Entretanto outros intelectuais atestaram, assim como Bluteau, a ocorrência deste léxico em referência a um determinado local onde existiam galinhas e não apenas como cesto. O próprio Pereira da Costa também definiu o termo “capoeira” como “*matto,*

---

<sup>56</sup> Disponível em [HTTP://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/arqImpressao.asp.htm](http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/arqImpressao.asp.htm) Acesso em 06 de junho de 2009.

<sup>57</sup> PINTO, L. M. da S. **Dicionário da Língua Brasileira.** Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

<sup>58</sup> BEAUREPAIRE-ROHAN, V. de. **Dicionário de vocábulos Brasileiros.** Salvador: Editora Progresso, 1956. p. 72. Em 1926, o arquiteto argentino Adolfo Morales de Los Rios, em uma série de artigos publicados no jornal *Rio Esportivo*, afastava a possibilidade de capoeira “luta” ser derivada de capoeira mato, pois essa segunda mata dera origem ao termo “cô-coera ou cô-poera”, originando-se “capueira” e não “capoeira”. Este último teria se originado da junção entre dois radicais diferentes, o “cápu” que seriam cestos feitos com materiais da mata e o termo “eiro” se referia a carregador, assim capoeiro seria o carregador do “capú”. Para o autor seria impensável que as pessoas abandonassem a floresta e os morros, onde se localizavam os quilombos, para enfrentar os capitães-do-mato armados. A denominação capoeira teria, portanto, surgido a partir dos negros que carregavam mercadorias em cestos chamados de capueira e que nos momentos de descontração brincavam, recebendo dessa brincadeira o nome do cesto. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 2004.; SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.

<sup>59</sup> COSTA, F. A. P. **Vocabulário Pernambucano.** 2. ed. Recife: Secretaria de educação e cultura, 1976. p. 199.

*rallo, fino enfezado, que espontaneamente nasce e cresce em um abandonado roçado, ou em certas zonas depois das derrubadas e queimadas*” e ainda citou alguns exemplos retirados de jornais e revistas, como o que se segue: *Este supplicante, que já podia estar enterrado nas capoeiras de S. Bento, escapou não sei como. (O Patulêa n. 9 de 1850)*”.<sup>60</sup>

No mesmo período em que Beaurepaire-Rohan publicou seu dicionário, Macêdo Soares lançou o “*Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*”, onde citou a grande diversidade do termo:

CAPOEIRA: Pequena perdiz de vôo rasteiro... “Tocar capoeira” é tirar som igual ao canto da ave;... Pode ser que capoeira gente venha de Capueira mato. Do negro que fugiu dizia-se e diz ainda “foi para a capueira, caiu na capueira”... “Negro fugido,...e ao mesmo tempo vivo, esperto, ligeiro, corredor, destro em evitar que outros o peguem. Capoeiras enfim.”<sup>61</sup>

Soares sugeria assim que a “capoeira” luta poderia ter sua “origem” em “capoeira” mato, por terem alguns indivíduos recebido essa denominação por ocasião de sua fuga, para aonde correriam a fim de se esconder e lá travarem combate com os capitães-do-mato.<sup>62</sup> Em fontes como jornais e processos crimes de Pernambuco, além de relatos de viajantes dessa Província, encontra-se ampla referência à capoeira como mato, constando apenas a citação de Pereira da Costa como significado de cesto para carregar galinha.<sup>63</sup> No geral, entretanto, o significado mais comum era mesmo o de matos, como o visto no Diário de Pernambuco, na coluna “Revista Diária”, a qual trazia informações de diversos tipos, inclusive do interior da província. Em uma dessas, publicada no ano de 1885, um texto vindo de Bom Conselho dizia:

...em data de 31 de maio último. Após o aparecimento das primeiras chuvas surgiu o esperado veranico de maio, o que tem sido de bom efeito para as capoeiras das roças. Os gêneros alimentícios

---

<sup>60</sup> COSTA, op. cit., 1976.

<sup>61</sup> SOARES, A. J. M. **Dicionário Brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: INL, 1954. p. 51.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Isso não significa que tal léxico não fosse utilizado com esse sentido em Pernambuco, mas nas pesquisas realizadas para esse trabalho o encontramos apenas nas citações do “Vocabulário Pernambucano” de Costa. Ver COSTA, F. A. P. op. cit., 1996.

porém, sobem de preço e tendem a encarecer, devido a exígua colheita do ano passado.<sup>64</sup>

A maneira como foi escrita a notícia, “tem sido de bom efeito para as capoeiras das roças”, deixa margem para duas interpretações distintas. Pode-se considerar que o autor quis informar a respeito do crescimento das árvores nos locais de roçado, após o surgimento do sol e o fim das primeiras chuvas de maio, provocando um aumento no preço dos gêneros alimentícios, devido, entre outras coisas, a má colheita do ano anterior. A outra interpretação do texto modificaria radicalmente o significado do léxico *capoeira*. Em vez do mato o autor poderia estar falando de galinhas, assim o período entrecortado de chuva e sol seria bom para a criação dessas galinhas, chamadas de capoeira, embora diminuísse a produção dos gêneros alimentícios, já prejudicados desde o ano de 1884. Nesta descrição do articulista do Diário, *capoeira* poderia significar mato ou a própria galinha, não sendo possível, porém, uma associação com um cesto para carregá-las.

Mais uma vez o léxico *capoeira* significando mato aparece em um processo da Comarca de Flores no qual o impetrante ajuizou seu vizinho para que lhe pagasse o dano causado no incêndio de sua horta, pois o mesmo colocara fogo em uma *capoeira* e este se alastrou chegando a sua propriedade.<sup>65</sup> Exemplo ainda mais esclarecedor e bem próximo à concepção de Macêdo Soares, foi encontrado em um processo judicial dos primeiros anos do século XX. A testemunha, Silvano José da Silva, na denúncia crime contra Noé Matias da Silva afirmou que o mesmo travou luta com a vítima, Antônio Mocó, caindo este último por terra ferido mortalmente. O réu encontrava-se armado com um punhal e uma faca de roçar, encontradas próxima à *capoeira* que o mesmo adentrou na hora da fuga.

Analisando as condições geográficas do Recife de início do século XIX se percebeu que a cidade estava cercada de vários engenhos que aos poucos foram sendo desmembrados, transformando-se em diversos povoados.<sup>66</sup> O que poderia sugerir que, antes de se chegar às áreas de florestas, teria que se passar por várias capoeiras na

---

<sup>64</sup> Diário de Pernambuco, 17 de junho de 1885.

<sup>65</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE- Processo Cível, Flores, ano 1883, Cx. Reserva Técnica – Documentos para Restauro.

<sup>66</sup> SILVA, M. H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2004.

Várzea do Capibaribe.<sup>67</sup> E tomando como descrição de algumas capoeiras, a do viajante Hadfield, é possível observar que

...a terra após ter sido limpa torna-se densamente arborizada de novo, embora com espécies diametralmente diversas das que foram abaixo no início. A floresta primitiva é chamada **mata virgem**, e a segunda, **Capoeira**.<sup>68</sup>

Levando-se em consideração as especificidades recifenses, o léxico capoeira – significando um traço cultural das camadas subalternas – poderia ter advindo daqueles indivíduos que para fugir da perseguição policial se metiam nas capoeiras, mergulhavam nos rios ou se embrenhavam nos mangues, como sugeriu Macêdo Soares e a documentação analisada.

A maior parte das referências que se tem sobre a prática da capoeira nas capitais de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro deram conta que a mesma foi traço cultural dos que habitavam os centros urbanos. Pelo menos é o que mostram as fontes de jornais, policiais e judiciais.<sup>69</sup> Todavia, seria difícil que tal manifestação cultural não atingisse as áreas interioranas através das transações inter e intraprovinciais do comércio escravista e nem que alguns, deles fugidos e refugiados nos quilombos, não repassaram essa luta para seus pares.

Teria sido pelas astúcias empregadas por esses praticantes da capoeira, utilizando, por exemplo, a formação geográfica do Recife para conseguir fugir da *sanha* policial, que um desses ganhou a alcunha de “cae n’água”. Noticiava o Jornal Pequeno de 1902 que 6 horas da tarde do dia sete de julho numa taverna à Rua Nova de Santa Rita, o desordeiro conhecido por cae n’água provocava desordens armado de um

---

<sup>67</sup> Parte continental da cidade que se estende pelas margens do Rio Capibaribe, onde localizava-se vários engenhos. Para maior compressão histórica da formação geográfica e urbana da capital pernambucana ver REZENDE, A. P. **O Recife** histórias de uma cidade. Recife: FCCR, 2005. ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2004.

<sup>68</sup> HADFIELD, W. Pernambuco 1854. In: **A paisagem pernambucana**. Organizado por Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de Leonardo Dantas Silva, “Pernambuco - história e aspectos de sua paisagem” (p. IX-LXIV) Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993. Para uma análise das cidades brasileiras, de maneira geral, Kátia Mattoso mostrou como era difícil perceber definições do espaço rural e urbano no Brasil. Segundo a autora *seus limites são imprecisos* e completando dizendo que *Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para outro num contínuo vaivém de cavalos, mulas, palanquins e pedestres*.<sup>68</sup>

<sup>69</sup> Para as especificidades do Rio de Janeiro ver SOARES, A. J. M. op. cit., 1954.; Para as da Bahia ver PIRES, A. L. C. S. **Movimento da Cultura Afro Brasileira**. A formação da Capoeira Contemporânea (1890–1950). Campinas. Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP, 2001.

trado.<sup>70</sup> Assim procedeu Bôa, também no ano de 1902, fugindo para os mangues depois de ter ferido suas duas vítimas com um cacete e um ferro.<sup>71</sup>

Não seria a primeira vez que uma expressão linguística associada primeiramente a questões da natureza, iria passar a ser utilizada através de um processo metafórico consciente a questões ligadas a um modo da sociedade ou dos indivíduos se comportarem. Caso, por exemplo, das mudanças de conceito referentes ao termo “revolução”, que inicialmente indicava um movimento natural dos astros, designando posteriormente, também, transformação, comoção social.<sup>72</sup>

Os jornais traziam exemplos de outros significados atribuídos ao termo capoeira em finais do século XIX e início do XX. Comentando sobre os festejos de fim de ano em Pernambuco, o articulista do “O Diabo a Quatro”, no ano de 1876, expôs que nesse período *não há aí quem não saiba o que seja a festa. É a estação em que voam todos para o campo, desde o barão ricaço até o último capoeira.*<sup>73</sup> Nesta citação o vocábulo *capoeira* já estava associado ao indivíduo desqualificado socialmente, pertencente à camada mais pobre da população, contraposto a um “cidadão” possuidor de título nobiliárquico *barão ricaço*, sendo assim, pertencente aos quadros das elites pernambucanas.<sup>74</sup>

Em outra citação, do periódico humorístico “O Carapuiceiro” do ano de 1842, seu redator, o Padre Lopes da Gama, referindo-se às antigas carruagens do Recife, citou os seguintes versos:

Quando eu andava na escola  
Do mestre feijão de coco  
O Recife duma vila  
Nada distava ou bem pouco.  
Havia uma **capoeira**  
Sege do Governador;  
Tinha o bispo outra que tal,

---

<sup>70</sup> Jornal Pequeno, 08 de julho de 1902.

<sup>71</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE- Processo Crime, Recife, ano 1902, Cx. 74.0.

<sup>72</sup> KOSELLECK, op. cit., 2006.

<sup>73</sup> Cf. COSTA, op. cit., 1976. p. 356. [GRIFO NOSSO].

<sup>74</sup> Para Chartier não há discurso neutro, estando este sempre ligado aos interesses dos grupos sociais em que ele foi proferido. Assim, no momento em que o autor faz o contra-ponto desde um barão até o último capoeira (usando uma escala decrescente “desde para até”) visa desqualificar socialmente este último por meio de relações de poder que se manifestam nas representações construídas, estereotipando o outro, ou seja, aquele que não compartilha dos códigos culturais do grupo no qual o discurso foi construído. Cf. CHARTIER, R. op. cit., 1991.

Dessa vez o termo “capoeira” significa uma coisa imprestável. Com o mesmo sentido fora alcunhado o antigo Teatro São Francisco, em 1827, devido as suas precárias instalações e salubridade, de capoeira.<sup>76</sup> Parecia que o termo capoeira já estava adjetivando também objetos a partir das qualidades pejorativas daqueles indivíduos identificados como capoeiras, ainda na primeira metade do século XIX, o que sugeriu que esses indivíduos já faziam parte do cotidiano da cidade nesse momento.<sup>77</sup>

Mas quais seriam as especificidades do termo capoeira enquanto prática social que fizeram com que este fosse empregado nas mais diversas situações? Apresentado o processo pelo qual a capoeira mato passou a identificar práticas e pessoas no Recife, chegou o momento de ressaltar os elementos da capoeira, enquanto prática, para posteriormente se conceituar o capoeira ou o capoeirista, isto é, o praticante da capoeira. Para isso utilizamos não só para exemplos recifenses, como também de outras províncias<sup>78</sup>.

A capoeira carioca, no período Joanino apresentava uma série de símbolos que a caracterizava, a exemplo de determinados assobios, vestimentas, instrumentos musicais, e era, sobretudo, uma atividade eminentemente praticada por escravos ladinos. Isto é, escravos vindos da África, mas que já estavam habituados ao cotidiano das terras brasileiras. Junto com as fitas e chapéus amarelos ou vermelhos, o assobio e a cabeçada se tornaram traços marcantes da capoeira escrava. Já ao longo do século XIX era difícil distinguir onde terminava a brincadeira e começava a luta na capoeira – se é que havia uma distinção.

---

<sup>75</sup> COSTA, F. A. P. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1987. vol. 06 p. 453. [grifo nosso].

<sup>76</sup> COSTA, F. A. P. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1987. vol. 07 p. 134.

<sup>77</sup> Para Koselleck, op. cit., 2006 “A história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes... passando a remeter à possibilidade de simultaneidade e da não-simultaneidade que pode estar contida em um conceito”. KOSELLECK, R. op. cit. 1979 p. 115; Para maiores detalhes sobre o cotidiano dos capoeiras no Recife ver SETTE, op. cit., 1981. p. 86/87.

<sup>78</sup> Como são poucos os trabalhos acadêmicos específicos sobre a capoeira recifense, recorremos a exemplos levantados por pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática no estado do Rio de Janeiro e que nos ajudam a conhecer as características da capoeira no início do século XIX. Para tal empreitada consultamos SOARES, op. cit., 2004.; SOARES, op. cit., 1999.; ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988. ; HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. São Paulo: FGV, 1997.; HOLLOWAY, T. H. O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro do Século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**. N° 16, 1989. KARASCH, M. **Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Além da temida cabeçada, golpe dado com a parte frontal da cabeça, era comum os escravos utilizarem como armas garrafas, pedras, compassos, porretes e a navalha que, embora ainda fosse inacessível e cara para a maior parte dos escravos, iria se tornar o instrumento predileto dos capoeiristas no avançar do século. Assim a capoeira se constituía como um conjunto de exercícios corporais no qual, além do extraordinário manejo do corpo, seus praticantes se valiam de navalhas, facas, estoques, sovelões, cacetes, bengalas, pedras. Nesse sentido, a prática do que era definido como capoeira era denominada de capoeiragem, sendo o seu praticante chamado de “o capoeira”.

Ao longo da segunda metade dos oitocentos, o tipo social “o capoeira” e “a capoeira” como atividade foi se desenhando e tomando forma, no Rio de Janeiro seria semelhante ao que era visto no Recife nos últimos suspiros do Império e alvorecer da República. Assim, com o passar dos anos, livres pobres e estrangeiros também iriam engrossar a lista dos presos pela prática da capoeira. Estas novas levas de capoeiristas iriam usar como armas principalmente estoques, facas, cacetes e navalhas. Os crimes com os quais a capoeira estava correlacionada eram quase sempre lesões corporais leves, graves, porte de armas, “distúrbios”, “arruaças”, “vagabundagem” e homicídios. A utilização de facas pelos capoeiristas e outros criminosos no Recife fez com que os jornais noticiassem verdadeiros duelos à base da bicuda e do cacete. Em 1904 o Correio do Recife, por exemplo, citava que diversos “moleques” jogavam capoeira armados de facas de ponta e cacete na Campina do Bodé, bairro de São José.<sup>79</sup>

Essa capoeira, de finais do século XIX e início do XX, seria uma mistura de força muscular e agilidade na qual seus praticantes seguiam alguns preceitos na hora de dar uma “pernada” ou “cabeçada” no seu opositor. Além disso, possuíam grande destreza no manejo do cacete e da faca de ponta, fazendo desses instrumentos uma adjacência de seu corpo. O Correio do Recife do ano de 1908 exemplificou a maneira como dois conhecidos capoeiras, que eram alcunhados de Apolônio da Capunga e Moleque Catharina, agiam no momento de um “sarrilho”. Com o título “Bulhas entre capoeiras: no passo do cateritê” a notícia denunciou que

...Apolônio, sem mais nem menos, bateu mão a ferragem, tocou a sassaricar. O Moleque, bicho cotuba afeito a esses exercícios de capoeiragem, deu uns saltos, e entrou valente no samba, um – cateritê variado ao qual não faltaram o indefectível quiri, e a

---

<sup>79</sup> Correio do Recife, 17 de agosto de 1904.

respeitável e tradicional faca de ponta. Os bichos eram bons, e muita gente afluiu ao local em que os dois valentes jogavam os cristais, e num certo momento em que o “Moleque Catharina”, desviou os mirantes do adversário, teve que receber no alto da carapuça, formidável pancada.<sup>80</sup>

Nessa notícia, o articulista do referido jornal descreveu como alguns capoeiras se portavam em uma contenda. Primeiro citou as atitudes de Apolônio ao “bater mão a ferragem”, isto é, pegando sua faca e passando a “sassaricar”, ou seja, procurando confundir seu adversário em recuos e avanços, andando, rodando, esperando o momento certo para atacar e se defender, ou ambos ao mesmo tempo. Quando passou a se referir a Catharina expressou que o mesmo conhecia tais negaças de Apolônio e que também era “afeito a esses exercícios de capoeiragem”, passando a dar saltos para também ludibriar seu adversário, entrando de vez no “samba”, possivelmente referindo-se aos movimentos executados pelos dois contendores semelhantes a uma dança.

Nessa disputa não faltaria o “quiri”, madeira de lei muito utilizada para confecção de cacetes, e a faca de ponta, também conhecida por bicuda, ambas às armas muito utilizadas pelos capoeiras. Ao referir-se que “eram bons”, o articulista sugere que ambos conheciam muito bem os exercícios da capoeira, provavelmente tendo treinado bastante para um dia em que precisassem se defender ou atacar alguém. Segue a descrição, talvez com um erro ortográfico, no momento em que falou sobre jogarem “os cristais”, possivelmente estava se referindo às cristas, que são carnosidades que algumas aves possuem na cabeça, ou seja, estavam executando um dos golpes da capoeira: a cabeçada. O conflito entre os dois capoeiras teve fim quando por descuido, ou confundido por alguma mandinga de Apolônio da Capunga, Moleque Catharina desviou os “mirantes”, ou olhos, do seu contendor, recebendo “no alto da carapuça”, ou em cima da cabeça, grande pancada, desferida possivelmente com o cacete de quiri.

Esta descrição se assemelha ao que Pereira da Costa e Macedo Soares, nos seus dicionários, definiram como a capoeira de finais do século XIX e início do XX. O primeiro afirmou ser a capoeira *Lucta ou espécie de exercício ou jogo atlético... no qual esgrimem os luctadores, cacetes e facas, servindo-se ainda de passos próprios, que obedecem a umas certas regras e preceitos, dos pés e da cabeça*. Quanto ao

---

<sup>80</sup> Correio do Recife, 06 de dezembro de 1908.

segundo a capoeira *a princípio consistia somente em exercícios de força e agilidade muscular, e depois passou ao pau e a faca.*<sup>81</sup>

No mês de julho de 1908, mais ou menos cinco meses antes da cena envolvendo Apolônio da Capunga e Moleque Catharina, houve outro conflito entre capoeiras. Embora não tivesse tantos detalhes quanto à luta entre Apolônio e Catharina, a notícia revelou mais uma vez as características dos praticantes da capoeira no tocante ao manejo das armas e da agilidade corpórea. Sob a epigrafe “*Boi Malhado*” e “*Passarinho*” *a ferro e pão*, relatava o jornal que na Cabanga, 2º distrito de São José, às quatro da tarde, *Boi Malhado, arremeteu armado de pau e o outro esperou-o de espeto em riste. Travou-se porfiada luta até que o “Boi”, mais lesto, mais traquejado em matéria de capoeiragem, vibrou no outro valente paulada ferindo-o na cabeça.*<sup>82</sup>

Mais um conflito no ano de 1908 ratifica o que vem sendo exposto a respeito da desenvoltura dos capoeiras no momento da luta, os quais se faziam valer da presteza com que manuseavam suas armas e da velocidade do seu corpo. Todavia, essa notícia traz outra característica desses personagens que agiam nas ruas do Recife em finais dos Oitocentos e início dos Novecentos. Aproximadamente às nove da noite, na Estrada do Rosarinho, distrito das Garças, Manoel Dezoito e um companheiro seu desferiam insultos, esbordoando os que circulavam naquele local, no momento em que apareceram os indivíduos Manoel Pedro e Zeferino de tal. Com a presença destes

Imediatamente os dois arruaceiros puseram-se a ensaiar passos de capoeiragem, ao mesmo tempo em que dirigiam insultos e convidavam para brigar os dois populares. Estes que não estavam de bom humor nem queriam apanhar, responderam aos insultos de modo violento, travando-se logo em seguida um conflito. Aos gritos de “fora” a “hespanha” dos arruaceiros, sucederam outros a força dos dois valentes populares que a torto e a direito distribuía pancadas.<sup>83</sup>

Dois pontos chamam atenção nessa notícia. O primeiro é a questão das pilhérias soltadas pelos dois “arruaceiros” para os populares que passavam no local, assim como para seus dois contendores. Era comum tais atitudes de provocação, a partir das quais os “rolos” acabavam acontecendo, momentos em que estes capoeiras podiam mostrar todo

---

<sup>81</sup> Ver COSTA, op. cit., 1976. p. 139 [grifo nosso]; SOARES, A. J. M. op. cit., 1954. p. 51 [grifo nosso].

<sup>82</sup> Correio do Recife, 21 de julho de 1908.

<sup>83</sup> Correio do Recife, 27 de abril de 1908.

o seu conhecimento da capoeira, ficando conhecido por suas “proezas”. Estas alterações eram comuns, mas nem sempre a temida cabeçada ou o rabo-de-arraia vinham após algum insulto. O segundo ponto é a frase proferida pelos dois populares, “fora a hespanha dos arruaceiros”.

A presença na frente das bandas militares ou civis seria outra característica marcante da capoeira no Recife, como se observou na ocasião em que voltava, marchando para seu quartel, o 2º Batalhão de Infantaria assentado no Recife. Nesse momento ocorreu um conflito entre os capoeiras que acompanhavam a banda por volta das nove horas para as dez e meia da manhã *confronte a rua do jardim os capoeiras da música travaram grande luta armada de cacete e faca.*<sup>84</sup> Afirmou o Cabo do 2º Batalhão de Infantaria que dessa luta resultou sair um escravo ferido. O documento endereçado a Antônio Pedro da Silva Marques, questor policial do Recife no ano de 1896, trazia a seguinte notícia sobre o jogo da capoeira: *...ontem à noite na ocasião que se retiravam as músicas de polícia e do Quatorze batalhão que se achavam na festa de São José, [os capoeiras] procuravam fazer desordens.*<sup>85</sup>

As atuações das maltas na frente das bandas de música, fosse em festas profanas ou religiosas, eram muito marcantes e pareciam fazer parte do cotidiano delas. Uma notícia do Correio do Recife do ano de 1907 citou que *a grande quantidade de capoeiras que acompanhava ontem o 40º Batalhão de Infantaria até a Caxangá, cometeu ali várias tropelias.* Mas nem sempre as saídas de tais “músicas” acabavam em ferimentos ou mortes, como também não eram todas as vezes que os capoeiras as acompanhavam, sendo várias as notícias encontradas de saídas de bandas sem que houvesse a participação dos capoeiras, ou pelo menos que o articulista não tivesse narrado tal fato. Mas a relação dos capoeira com as bandas era muito intensa, sendo estes indivíduos muitas vezes descrito como

...o moleque de frente de música, em marcha, armado de cacete, e a desafiar os do partido contrário, que aos vivas de uns e morras de outros, rompe em hostilidades e trava lutas, de que não raro resultam ferimentos, e até mesmo casos fatais!...<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE, Processo Crime, Recife, Ano 1886.

<sup>85</sup> APEJE, Secretaria de Segurança pública, Códice 432, 01.06.1896.

<sup>86</sup> COSTA, F. A. P. **Folk-lore Pernambucano.** Recife: CEPE, 2004. p. 246

No transcorrer do século XIX o indivíduo que estivesse nas ruas, becos, praças, terrenos baldios; estando ou não na frente das bandas; armados ou não com facas, compassos, navalhas, pedras; brincando, exercitando, ou jogando a capoeira poderia ser identificado como “o capoeira”. Forjava-se assim um tipo social para aquele praticante da capoeira. O que definiria o capoeira seria a maneira como o mesmo manejava a navalha, o cacete, o punhal; sua habilidade não era apenas com as armas, mas também com o próprio corpo fazendo movimentos rápidos que serviam para fugir ou atacar seu contendor com cabeçadas, pernadas ou bofetadas.

O Código Penal de 1890 tipificou a capoeira, designando-a como contravenção no Brasil, determinando também uma pena para seus infratores, sendo o primeiro instrumento legal a qualificar e propor punição para tal delito.<sup>87</sup> A redação deste Código sugeria, novamente, que para ser considerado capoeira, mais que usar específicos tipos de roupas ou simplesmente estar portando determinadas armas, era necessário utilizá-las seguindo certos preceitos, ou ter determinados tipos de comportamentos.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.<sup>88</sup>

Seria, portanto, a maneira de se portar nas ruas e praças públicas com os *exercícios de agilidade e destreza corporal* ou ainda algo muito mais genérico que seria a provocação de tumultos por meio de correrias e com algum instrumento que pudesse ser utilizado para ferir alguém. O capoeira seria então o praticante destas atividades vistas e ditas como elementos da capoeira. No ano de 1885 uma nota divulgada no Diário de Pernambuco também indicou este fato: no momento em que se recolhia a banda do 14º batalhão de linha, *os capoeiras entusiasmaram-se tanto com a música que*

---

<sup>87</sup> Foram feitos levantamentos a respeito das Posturas do Recife no século XIX e consultados os trabalhos de MAIA, C. N.op. cit., 2008.; SOUZA, M. A. de A. **Posturas do Recife imperial**. 2002. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2002. No terceiro capítulo deste trabalho iremos analisar melhor as estratégias das camadas “dominantes” no intuito de reprimir a prática da capoeira nas ruas do Recife. O Código Penal da República diferenciava crime de contravenção. Segundo os Art. 7º Crime é a violação imputável e culposa da lei pena. Art. 8º Contravenção é fato voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos. Art. 9º É punível o crime consumado e a tentativa.

<sup>88</sup>PIERANGELLI, J. H. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Edição Javoli, 1980, p. 317. [grifo nosso].

*fizeram as suas costumadas diabruras.*<sup>89</sup> Outra notícia que se repetia em quase todos os jornais, constante no Diário de Pernambuco de 1875, revelou que uma malta de capoeiras viera *desde o largo do Carmo...gritando e ameaçando de cacete*, mostrando mais uma vez que a identificação desses indivíduos se dava pelas formas de seus comportamentos, manejando habilmente seus cacetes, além do tom ameaçador com que desafiavam possíveis adversários ou simples pedestres que transitavam pelo local.<sup>90</sup>

Todavia, não era apenas na frente das bandas de música que os capoeiras ganhavam fama, sendo descritas suas “brilhanturas” nas páginas dos jornais ou códices da polícia em diferentes situações. No último dia do mês de outubro do ano de 1907 o tenente Araújo apareceu inopinadamente na Rua Augusta flagrando dois indivíduos a darem pulos e trejeitos em exercícios de capoeiragem.<sup>91</sup> Em meados de dezembro do mesmo ano, o indivíduo João Dantas *em um “sereno” à Rua dos Pescadores achava-se ele a provocar toda a gente, sapateando numa capoeiragem grotesca e ridícula e a proclamar-se, em voz de trovão, o mais valente da circunscrição.*<sup>92</sup>

Embora nesses dois casos os praticantes da capoeira não estivessem à frente das bandas de música, eles conservavam alguns dos elementos comportamentais que os identificava: a agilidade corporal e as “pilhérias” ou provocações. No ano de 1887, em confronto com a Guarda Cívica, alguns indivíduos que vinham a frente da banda e *com a ligeireza própria dos capoeiras, fugiam.*<sup>93</sup>

Um processo crime do ano de 1917 revelou outro lado da prática da capoeira. Neste ano, instaurou-se uma denúncia crime contra o indivíduo Jorge de tal, tendo como vítima José Martins de Sant’Anna. Este documento acabou por expor comportamentos silenciados pelas elites, que viam a capoeira apenas como uma “desordem”, “arruaça” e seus praticantes como “turbulentos”, “provocadores”. Mesmo quando ligado a termos como exercícios e jogos, estes não eram entendidos como algo aceitável, fazendo parte de um comportamento repudiado pelos ideais de civilização e modernidade das camadas sociais mais favorecidas economicamente e amplamente combatido pelos diversos periódicos que circulavam pela capital pernambucana em finais do século XIX e início do XX.<sup>94</sup>

---

<sup>89</sup> Diário de Pernambuco de 21 de março de 1885. [grifo nosso].

<sup>90</sup> MAIA, C. N.op. cit., 2001. p. 128.

<sup>91</sup> Correio do Recife, 31 de outubro de 1907.

<sup>92</sup> Correio do Recife, 20 de dezembro de 1907.

<sup>93</sup> Diário de Pernambuco, 22 de março de 1887.

<sup>94</sup> Segundo Maria Clementina Pereira da Cunha, através das frestas abertas pelas camadas populares ( e que chegam a nós geralmente por meio da documentação policial ou jurídica), ou no cotidiano de suas

No processo, Jorge estava sendo indiciado no Art. 303 do Código Penal por lesão corporal leve. O réu, por volta das seis horas da manhã, no Engenho Uchôa, Distrito do Perez, provocou na vítima ferimentos leves quando, segundo o mesmo no seu depoimento, estava “brincando” ou “jogando” capoeira com seu companheiro de nome José Martins durante o percurso em que faziam para tomar banho no rio que passava próximo ao engenho. A vítima relatou que os dois vinham brincando, Jorge armado com uma faca americana ia desfechando golpes, enquanto ele os desviava ou defendia com seu chapéu, mas que numa dessas investidas do réu, ele vítima, abaixando para melhor defender-se acabou sendo ferido na cabeça.<sup>95</sup>

Na descrição do fato, nos depoimentos da vítima e das testemunhas ficou claro que os mesmos estavam praticando a capoeira. Mais uma vez os elementos da agilidade corporal, que se manifestavam quando a vítima desviava ou defendia os golpes de faca com seu chapéu, e da destreza com que o réu manuseava a faca americana estavam presentes. Mesmo que a documentação não trouxesse escrito que ambos estavam praticando a capoeira, os indícios e pistas deixadas na descrição do fato, permitiria tal afirmação. Mas a utilização dos conhecimentos da capoeira foi confirmada quando nos autos de perguntas feitas ao réu este afirmou que estavam “brincando de capoeira”.<sup>96</sup>

A documentação analisada permitiu espiar outros significados para a capoeira no período analisado, tirando a opacidade, a névoa que encobre as experiências e comportamentos das camadas populares. Enquanto para muitos policiais, articulistas de jornais, intelectuais, membros das camadas médias e das elites, a capoeira era representada como baderna, confusão, para seus praticantes em determinado momento significava apenas uma brincadeira. Assim, o que podia variar eram os significados que a capoeira assumia para os diferentes indivíduos, enquanto isso, para ambos o significante era o mesmo, isto é, a maneira como ela era jogada ou praticada.<sup>97</sup>

---

vidas, é possível observar uma infinidade de práticas e costumes, os quais ajudam o historiador a compreender um universo paralelo de atribuições de significados incorporados pelas camadas subalternas, e que permitem desvendar disputas e sociabilidades em torno de seus limites e legitimidade. Adverte, porém, que este universo paralelo não está de forma alguma separado hermeticamente das experiências dos outros setores da sociedade ligando-se com os mesmos por meio de relações de poder. CUNHA, M. C. P. (org). **Carnavais e outras f(r)estas**: Ensaios de História Social da Cultura. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

<sup>95</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1917.

<sup>96</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1917.

<sup>97</sup> Tem-se assim que o conteúdo semântico do termo “capoeira”, não é unívoco. Ele poderia variar entre, brincadeira, exercício físico, desordem, podendo ao mesmo tempo estar significando todos esses elementos, ou apenas um deles, dependendo de quem o representava. Para Maciel Silva o conceito de representação de Chartier pode ser entendido como “construções sociais pautadas por determinados interesses de um grupo, e que muito têm haver com as condições objetivas daqueles que as constroem e

Provavelmente essa visão da capoeira como um brinquedo não era compartilhada pelas autoridades encarregadas do aparato punitivo e repressor. Pois, quando se analisou os divertimentos que muitas vezes eram proibidos pelas autoridades foram encontradas referências a sambas, batuques, maracatus, pastoris não sendo encontrada nenhuma referência a capoeira.<sup>98</sup>

**Circular** – aos subdelegados de suas circunscrições enviou o Dr. Alfredo Machado, delegado do 1º distrito a seguinte circular: “No interesse do serviço público e de acordo com o ofício do Dr. Chefe de Polícia, ficam suspensos desta data em diante os divertimentos populares sob a denominação de *pastoris*, *bumba-meu-boi*, *fandangos* e *mamulengos*.”<sup>99</sup>

Não vista como brinquedo por muitos membros das camadas médias e das elites, os jornais traziam que os praticantes da capoeira, por vezes ébrios, armados de cacetes, compassos, facas, navalhas, incutiam terror na sociedade com suas demonstrações de destreza corporal, causando “distúrbios” e “arruaças” nas ruas da cidade do Recife. Um dos fatos que chamou atenção nas diversas notas dos jornais, dos códigos da polícia e dos processos criminais sobre a capoeira foi que os praticantes deste “brinquedo”, “luta”, “arruaça” eram também adjetivados como “vagabundos”, “valentes”, “capadócios”.<sup>100</sup>

---

daqueles que as “recebem”. A recepção dessas representações, por sua vez, está pautada também por condições objetivas de vida, que influenciam na construção de significados pelos diversos grupos que entram em contato com os discursos e imagens. O contexto histórico de produção das representações não poder ser menosprezado, sob o risco de universalizar o discurso, e não perceber os condicionantes que envolvem sua produção e recepção.” SILVA, M. H. C. da. op. cit., 2004. Todavia não podemos perder de vista as ressalvas que Thompson fez a respeito do termo “cultura”. Entendido como um acúmulo de bens simbólicos e experiências adquiridas, estas não são necessariamente as mesmas para indivíduos pertencentes às mesmas camadas sociais. Assim o que poderia ser considerado uma brincadeira para uns de situação econômica e condição de vida similar, para alguns de seus pares poderia ser considerado uma arruaça, pois não compartilhava o mesmo código cultural. Talvez essa seja uma das diferenças mais pontuais entre a nova história cultural e a história social da cultura. Segundo Chartier aquela analisa os códigos culturais e não a situação econômica dos personagens, o que significa dizer que indivíduos da mesma classe social, ou não, podem compartilhar códigos culturais em comum.

<sup>98</sup> Nos jornais analisados entre os anos de 1880 e 1890, data em que a capoeira ainda não era considerada um crime, foram encontradas várias notas de autorizações expedidas pelas autoridades militares ou civis permitindo ou proibindo a prática de vários brinquedos populares como os maracatus, pastoris, maxixes, mas não foi encontrada nenhuma nota proibindo ou autorizando a prática da capoeira como uma brincadeira.

<sup>99</sup> Jornal do Recife, 12 de fevereiro de 1911.

<sup>100</sup> A linha que divide a brincadeira de arruaça é muito tênue. Uma e outra, varia de acordo com o observador. Nem sempre, ou quase nunca se tratando de manifestações populares, sobretudo as afro-descendentes, a percepção dos praticantes coincidia com as representações dos observadores. A Lei foi criada, dentre outras finalidades, para manter o padrão comportamental tido como correto pela minoria que as confeccionou.

Lia-se, por exemplo, no Diário de Pernambuco de 1876 que ao voltar de um cortejo, o 2º Batalhão de Infantaria trazia um grupo de capoeira a sua frente, quando travou luta com a guarda cívica, pois esta pretendia *cessar as tropelias que ia a malta praticando, depois de algum tempo...conseguiram apanhar vários turbulentos* que vinham a frente da banda. Nessa mesma notícia os indivíduos que estavam participando da malta de capoeira foram depois considerados como turbulentos.<sup>101</sup>

Em outra notícia, o jornal Correio do Recife denunciava que os capoeiras na Rua do Herval faziam grande “arruaça”. Dentre esses, que estavam em grande número, *figuram com mais saliência, os desordeiros Oscar e Pinguinho, este bastante conhecido pela polícia, os quais agrediram dois pontos daquela rua, travando-se naquela ocasião renhida luta.*<sup>102</sup> E Seguem exemplos ligando a pratica da capoeira aos “desordeiros”, “arruaceiros”, “brabos”, “valentes”, “turbulentos”. Sob a epigrafe Capoeiras noticiava o Jornal do Recife que na *...Rua 15 de Novembro, saiu João de Paula, fazendo arruaças juntamente com outros desordeiros.*<sup>103</sup>

Outros dois conhecidos capoeiras eram para o articulista do Correio do Recife *terríveis arruaceiros, os indivíduos Jovino Pedro de Alcântara, cognominado Jovino dos Coelhos, e José Paulino dos Santos, alcunhado por Adama.*<sup>104</sup> No dia seis de agosto de 1907 muitos capoeiras vinham a frente do 40º Batalhão de Infantaria do exército fazendo tropelias, sendo que um *dos turbulentos agrediu ao soldado de polícia.*<sup>105</sup> Nove anos antes a polícia tentava impedir que *os desordeiros jogassem capoeira...*<sup>106</sup>. Na notícia analisada acima, João Dantas, segundo o articulista se intitulava o maior “valente” da região.<sup>107</sup>

---

<sup>101</sup> Diário de Pernambuco 04 de dezembro de 1876 APUD Raimundo Arrais, op. cit., 2004 p. 420 [grifo nosso].; Para Arrais nas primeiras décadas do século XX os capoeiras iriam ceder espaço e por fim desapareceriam do Recife, dando lugar aos celebres valentes e brabos: “...*continuadores das habilidades de luta e da tradição de ilegalidade que os capoeiras haviam exprimido em mais alto grau e disseminado nos meios pobres e suspeitos da cidade. Os brabos se distinguiram pelo comportamento e métodos de atuação.*” ARRAIS, R. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: Edufrn, 1998 p.95; No livro “Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro”, Marcos Bretas percebeu uma situação semelhante ao que vemos em Raimundo Arrais no livro o “Recife, culturas e confrontos”. Bretas notou que durante a década de 1920 começou a surgir mais um personagem na *perniciosa* cidade carioca, este seria o malandro da Lapa, frequentador dos bares, botequins e cafés boêmios existentes naquele bairro. Essa nova figura urbana iria desempenhar o papel dos capoeiristas do século XIX e início de século XX. Cf. BRETAS, M. L.op. cit., 1997.

<sup>102</sup> Correio do Recife, 09 de agosto de 1905. [grifo nosso].

<sup>103</sup> Jornal do Recife, 09 de agosto de 1905. [grifo nosso].

<sup>104</sup> Correio do Recife, 18 de agosto de 1909. [grifo nosso].

<sup>105</sup> Jornal do Recife 06 de agosto de 1907. [grifo nosso].

<sup>106</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 432, 1896. [grifo nosso].

<sup>107</sup> Correio do Recife, 09 de julho de 1907; Correio do Recife, 20 de dezembro de 1907. [grifo nosso].

Teriam os “valentes” herdado dos capoeiristas seus temíveis passos, agilidades e golpes? Isto é, sabiam os “truques” da capoeira?<sup>108</sup> Em parte das fontes consultadas – jornais, códices da policia civil e militar, processos criminais – percebeu-se de fato que ao findar do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, o termo capoeira citado na documentação coligida, não se fez muito presente no Recife, embora em outra fonte documental analisada, que seriam as crônicas de alguns dos letrados a respeito desta mesma cidade, estes indivíduos sempre estivessem presentes. Mas analisando as primeiras fontes citadas, percebeu-se que muitas vezes detalhes sutis a respeito da maneira como determinados sujeitos estavam se portando na hora da diligência policial davam pistas, sinais de práticas da capoeira.

Dessa maneira *pormenores, normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a chave para acender aos produtos mais elevados do espírito humano.*<sup>109</sup> Resta ao historiador encontrar, através desses rastros, vestígios da capoeira nos locais onde estão omitidos. Era necessário para isso conhecer profundamente suas características e analisar os detalhes que ficavam ocultos na documentação.

O capoeira era considerado pelas elites um personagem urbano no domínio do crime, e sua habilidade física com os pés, cabeça, mãos causavam um misto de pânico e admiração, marcando fortemente as grandes cidades escravistas. Pereira da Costa sugeriu como devemos encontrar os vestígios da capoeira e conseqüentemente do capoeira. Para o autor, a capoeira era uma luta praticada por “desordeiros”, “arruaceiros” elementos de baixa estima, que pertenciam à ralé da sociedade e que conheciam certos golpes com os pés, mãos e cabeça sendo bastante ágeis nas suas negaças.<sup>110</sup> Seria a maneira, os gestos o comportamento dos “valentes”, “brabos”, “turbulentos” durante um “barulho”, “arruaça”, “brincadeira” ou desfile que iria defini-lo como praticante da capoeira e conseqüentemente como capoeirista, mesmo que tal adjetivação não tivesse sido atribuída ao mesmo na fonte analisada.

Em 1908 o jornal satírico do Recife chamado “A Pimenta” descreveu o capadócio *bicuda na cinta; cacete na mão; gingando na rua; com ar insolente;*

---

<sup>108</sup> DIAS, Adriana Albert. **A malandragem da mandinga:** o cotidiano dos capoeiras em salvador na República Velha (1910-1925). 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UFBA, Salvador, 2004. [grifo nosso] Falando sobre a capoeira baiana ela cita que o famoso capoeirista da Bahia conhecido por Pedro Mineiro...se notabilizava por ser ... *um valentão e das façanhas praticadas nas ruas de Salvador.*

<sup>109</sup> GINZBURG, C. op. cit., 1989, p. 147.

<sup>110</sup> COSTA, op. cit., 1976 p. 199/200. [grifo nosso].

*provocou a polícia; tomo-lhe o facã.*<sup>111</sup> A descrição feita do capadócio utilizando o cacete e a bicuda, espécie de faca, e principalmente o seu gingado, sua habilidade para retirar a arma do agente repressor, a ousadia de desafiar a autoridade com provocações o que poderia gerar uma luta com o mesmo, permanecendo diante de tudo isso na rua com olhar insolente, talvez por confiar em sua agilidade e manejo do corpo e arma nos levou a crer que o mesmo era praticante da capoeira.<sup>112</sup>

A Repartição Central de Polícia divulgava que no dia seis de agosto do ano de mil novecentos e três vários indivíduos davam entrada na Casa de Detenção do Recife pelos mais diversos crimes. Entre tais personagens, haviam sido presos por *ordem do subdelegado da Freguesia de Santo Antônio, João Gualberto Pereira, como Gatuno, José Alves Muribeca, José Luiz Cavalcante, como desordeiros.*<sup>113</sup> Tomada esta notícia separadamente, seria muito difícil para alguém supor que Muribeca e Cavalcante eram dados à prática da capoeira. Entretanto no dia seguinte o Jornal do Recife, noticiava que

...José Alves Muribeca e seu companheiro José Lins Cavalcanti faziam, anteontem, exercício de capoeiragem, quando apareceu a polícia, fazendo-os recolher a Casa de Detenção, a ordem do subdelegado da freguesia de Santo Antônio, capitão Batista.<sup>114</sup>

Não era necessário, portanto, estar o “brabo”, “desordeiro”, “turbulento” designado na documentação como capoeira ou praticante da capoeira para ser praticante de tais exercícios corporais. Pois não se pode tomar a documentação como algo irredutível, que não deva ser questionada e interpretada. As falhas e discontinuidades encontradas podem ser notadas quando se passa a uma análise relacional das fontes, a qual permite uma maior qualidade na compreensão do objeto analisado. Assim, se a notícia do Jornal do Recife não tivesse sido encontrada, os dois “desordeiros” José Alves e José Luiz não estariam, muito provavelmente, incluídos no “hall” dos praticantes da capoeira, pois a documentação de entrada dos detentos na Casa de

---

<sup>111</sup> A Pimenta de 14 de novembro de 1908. [grifo nosso].

<sup>112</sup> Dessa mesma maneira Clarissa Maia viu o negro chamado Gregório que após ser perseguido pelo inspetor de quarteirão em Água Fria, distrito policial da cidade do Recife, por estar armado de um estoque e por já ser noite, o que já era proibido para um escravo, enfrentou e conseguiu ferir os quatro ajudantes do inspetor e ainda fugiu de um grupo de dezessete pessoas que foram acudir os mesmos. Para ela a habilidade utilizada pelo escravo para agredir os ajudantes da autoridade policial e fugir da sanha policial levava a crer que o mesmo seria capoeira. Cf. MAIA, op. cit., 2001.

<sup>113</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Casa de Detenção do Recife, 06.08.1903.

<sup>114</sup> Jornal do Recife, 06 de agosto de 1903.

Detenção era muito superficial, sendo difícil a análise das práticas cotidianas a partir da mesma. Contudo, por meio de uma ligação nominativa o redator do jornal acabou revelando serem os dois capoeiras.<sup>115</sup>

Nesse sentido, mais uma vez um desordeiro era relacionado à prática da capoeira. Outras vezes, entretanto, não foi possível fazer essa ligação nominativa, o que não exclui a possibilidade de perceber a prática deste “exercício” por alguns personagens, mesmo não estando aquele termo explícito na documentação. Assim como a notícia do jornal “A Pimenta” do ano de 1908 que descrevia o “capadócio”, pode-se perceber o conhecimento da capoeira por parte de outros indivíduos através da descrição de suas atitudes em certas ocasiões.

Ontem às oito da noite, no Largo da Penha, dois indivíduos depois de azeda discussão, foram às vias de fato. Entre os dois valentes, **o trunfo foi o pau, com o qual jogaram reciprocamente, por espaço de cinco minutos.** Ambos os contendores, cansados e unidos, depois da luta saíram da “arena”, sem que um soldado sequer, aparecesse.<sup>116</sup>

Vê-se nesse exemplo, embora a fontes não os definissem como capoeiras, os indivíduos se utilizando de armas – neste caso o cacete e o próprio corpo – com agilidade e destreza corporal, digna de um capoeira, ao ponto de travarem combate durante cinco minutos sem que nenhum saísse gravemente ferido, sugerindo-nos serem os mesmos capoeiras.<sup>117</sup> Outra notícia também podia ser lida nas páginas do Correio do Recife no ano de 1909, levando a interpretações semelhantes. Sob a epígrafe, “Desordeiro”, tal periódico relatava que:

---

<sup>115</sup> Robert Slenes fez um grande trabalho utilizando a técnica da ligação nominativa. Ver: SLENES, R. **Na senzala, uma flor.** Esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 1999.

<sup>116</sup> Correio do Recife, 12 de fevereiro de 1909.

<sup>117</sup> Metodologia semelhante, assim também Carlos Líbano Soares analisou a obra de Manuel Antônio de Almeida, “Memórias de um Sargento de Milícias”, publicado em 1852. Segundo Líbano, o autor pintou a imagem do capoeira carioca e *...descreve com raro vigor o período joanino...*, onde se via a figura do Chico-Juca, *...pardo, alto, corpulento, olhos avermelhados, ...chapeuzinho muito a banda...cheio de dictérios e chalaças, ...tinha o vício da valentia...e só depois que dava pancada a fartar é que ficava satisfeito...*; Embora no romance o mesmo não venha sob a pecha de capoeira ou capoeiristas e sim de valente, a maneira com que este indivíduo se fez apresentar por Almeida induz Soares a crer que o mesmo era um praticante da capoeira. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 2001. P. 35-37. Para Rüssen “O trabalho de construção do historiador, no qual ele ultrapassa conscientemente a linguagem das fontes, é justamente orientado pela intenção de designar o mais precisamente possível a qualidade histórica do que as fontes dizem sobre o passado.” RUSSEN, J. op. cit., 2007. p. 99.

Na ocasião em que promovia desordens ontem na Gameleira, 2º distrito de São José, foi preso pelo capitão Custódio Guimarães, subdelegado do local, o “arreliado” José dos Santos, bicho cacau no manejo da “pernambucana” e do quiry, no lombo de quem lhe cai no desagrado.<sup>118</sup>

O articulista define José dos Santos como sujeito *arreliado*, isto é, uma pessoa “insolente”, “malcriada”, “grosseira”. Sujeito que é dado a “arrelia”, seria aquele promotor de “desordem”, “barulho”, “arruaça”, “contenda”. Santos então deveria ser, para o articulista, um dos muitos capoeiras “insolentes” e “malcriados” que circulavam pelas ruas do Recife fazendo “arruaças”, armado de *pernambucana* (um tipo de faca de ponta) e como foi descrito, de cacete (também chamado de quiry, pois alguns eram feitos deste tipo de madeira). José era *bicho cacau*, sujeito bom, treinado no manejo da faca e do cacete vibrando-o no *lombo*, ou nas costas de qualquer um.<sup>119</sup>

Guiando-se por rastros e sinais, a técnica do cruzamento de fontes permite perceber, através da pesquisa nos jornais, códices, crônicas, processos, várias nuances referentes às atuações dos “desordeiros”, “brabos”, “valentes” e seu cotidiano, inclusive quando os mesmos estavam se valendo de seus “truques” de capoeira.<sup>120</sup> No ano de 1902 sob a epígrafe “Pombo Roxo”, o Jornal Pequeno anunciava que o “desordeiro” de mesmo nome, as duas horas da tarde, de passagem pelo Mercado de São José, desfechou uma bofetada em Antônio Francisco do Nascimento, e procurando a este por volta dez horas da noite do mesmo dia armado com uma faca, teria liquidado a Antônio se outras pessoas não intervissem, “*Que pombo feroz!*”.<sup>121</sup> Apesar da notícia não possuir grandes detalhes a respeito do fato, outras notícias sobre Pombo Roxo nos fizeram crer que era um capoeira. Nesse mesmo ano, no mês de janeiro, às oito horas da noite na Madalena, o mesmo indivíduo provocou em Apparício José do Espírito Santo ferimentos leves.<sup>122</sup> A testemunha Joana da Conceição ouviu Antônio dizer que *pedia a Deus não entrar em luta por que, entrando ou matava ou feria*, enquanto outra

---

<sup>118</sup> Jornal do Recife, 12 de fevereiro de 1909.

<sup>119</sup> Não se pode perder de vista que os termos “arruaça”, “distúrbio”, “desordem”, são muito genéricos podendo significar tanto uma brincadeira, um exercício de capoeira, um conflito entre duas pessoas.

<sup>120</sup> SLENES, R. op. cit., 1999. p 14.

<sup>121</sup> Jornal Pequeno de 14 de julho de 1902.

<sup>122</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE- Processo Crime, Recife, ano 1902, CX. 740.

testemunha dissera que Pombo Roxo falara que para bater em Apparício não precisava de armas, fazendo isso com as mãos.

Já no ano de 1903, no desfile do “Club das Viúvas Divertidas”, Pombo Roxo fora citado por Santos Fininho – outro conhecido desordeiro que estava envolvido, de acordo com a denúncia crime, no assassinato de Manoel Firmino da Boa Hora, também “arruaceiro” conhecido por Estômago. Nesse processo vemos vários “turbulentos” citados por literatos do início do século XX, e descritos como capoeiristas por Guilherme de Araújo.<sup>123</sup> Segundo este autor, muitas vezes esses indivíduos eram vistos como profissionais da desordem, acabando pastoris, maxixes e fazendo serviços de guarda-costas ou sendo contratados para acertarem diferenças.<sup>124</sup> Para as constantes desavenças em que esses indivíduos estavam envolvidos era necessário que os mesmos tivessem sido iniciados na prática da capoeira, esta condição reduziria o risco deles serem surpreendidos, ou pelo menos lhes daria alguma vantagem no confronto. É possível perceber também suas habilidades na hora das lutas, desafiando pessoas, armado ou “na mão” como salientava Pombo Roxo.

O termo capoeira, como visto, na passagem do século XIX para o XX, continha intermináveis nuances de significados de natureza cultural e social, de modo que não poderíamos reduzir esse termo a nenhuma significação singular. Dentre outras, “o capoeira” seria o praticante “da capoeira”, isto é, o indivíduo que praticava a capoeira, que conhecia os exercícios de agilidade e destreza do corpo, além do exímio manejo da faca, navalha, cacete, descritos acima e realizados pelos vários personagens dessa história. Assim “brabos”, “vadios”, “arruaceiros”, “desordeiros” são expressões que não se excluem mutuamente podendo ser considerados capoeiras se os mesmos estivessem brincando, lutando ou jogando à “moda da capoeira”. Vários são os exemplos em que se pôde perceber a atuação desses indivíduos e a prática da capoeira no Recife.

Quanto às designações de “brabo”, “valente”, “desordeiro”, “arruaceiro”, “turbulento” não se tinha uma definição universal, acontecendo de muitas vezes uma mesma matéria de jornal, ou um texto de um memorialista, se referir a mesma pessoa com vários desses qualificativos.

---

<sup>123</sup> ARAÚJO, G. de. Capoeiras e Valentões do Recife. **Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano**, Recife: vol. XL, nº145, 1946, p.118-122.

<sup>124</sup> FERREIRA, A. Os “brabos” do Recife. Recife: **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, jul-dez. 1942, nº5-6; ARAÚJO, G. de. Capoeiras e Valentões do Recife. Recife: **Revista do IAHGPE**, 1945, V. 40, p. 118-122; MELLO, O. op. cit., 1938.

Viu-se no Recife em fins do século XIX e início do XX, não apenas a utilização da capoeira contra os agentes da ordem ou para acertar diferenças no cotidiano dos grupos mais pobres da população. Foi possível observar algumas alianças, existências circunstanciais de objetivos, por vezes diferentes, as quais permitiam aos capoeiristas negociar com políticos e com a própria polícia, invertendo ou subvertendo a normatização imposta por estes.

Essa rede de negociação bordada entre o capoeirista, a polícia e o político, entre o fim do Império e as primeiras décadas republicanas nas ruas desta cidade foi considerada como capoeiragem. Nesse sentido a capoeiragem não seria apenas a prática da capoeira enquanto atividade, passando a constituir um conceito histórico, a medida que permitiu proceder construtivamente na interpretação das fontes. Para Rüsen

...o construtivismo na formação do conceito histórico é objetivamente necessário. Na formação histórica dos conceitos é preciso transpor construtivamente a distância temporal do presente com relação ao objeto histórico, o que não é possível com um “voltar à linguagem da fonte” simplista.<sup>125</sup>

Ainda segundo este autor, o historiador ultrapassa conscientemente a linguagem das fontes para poder designar o que elas dizem sobre o passado, aproximando-se o máximo possível da sua qualidade histórica. Contudo para a formação histórica dos conceitos faz-se necessário observar também o objetivismo das fontes, mantendo-se o mais próximo possível da linguagem da mesma, e concomitantemente agregar o subjetivismo da formação histórica do conceito, na medida em que este se distancia das fontes para construir pontos de vista claros para interpretação da mesma. Uma vez que não podemos *atribuir historicidade diretamente à linguagem da fonte, pois ...a qualidade temporal não pode estar expressa nas fontes; ela depende de contextos anteriores e posteriores...*<sup>126</sup>

Pela diversidade de situações e elementos de negociação, quando nos referirmos a capoeiragem recifense dos finais do século XIX e início do século XX estamos nos referindo a participação do capoeira ou o capoeirista, isto é, aquele praticante da capoeira, nas negociações e alianças fortuitas entre eles e membros dos aparelhos

---

<sup>125</sup> RÜSEN, J. op. cit., 2007. p. 96.

<sup>126</sup> RÜSEN, J. op. cit., 2007. p. 97/98

repressivos e/ou políticos atuantes no Recife ou em suas imediações. Essas relações serão aprofundadas no decorrer do trabalho, mostrando como a capoeira e a capoeiragem estavam inseridas no cotidiano da capital pernambucana.

Alguns intelectuais que escreveram sobre o Recife em finais do século XIX e no XX deixaram registradas suas memórias a respeito dos capoeiras desta cidade, comentando esses embates. Todavia, o que mais se destacava nesses trabalhos, eram as visões de mundo compartilhada por esses autores a respeito do capoeira. Interpretaremos agora as representações construídas por aqueles, analisando como seus discursos permitem perceber a maneira pela qual os capoeiras eram vistos pelas elites e tiveram, por vezes, seus comportamentos estereotipados pelas camadas médias e pelas elites.

## 2.2 As representações do(a) capoeira e da capoeira nos intelectuais brasileiros

### 2.2.1 – As representações do(a) capoeira do Rio de Janeiro e de Salvador

Antes da capoeira e capoeiragem figurarem nos jornais e livros contemporâneos a esse trabalho como uma manifestação cultural afrodescendente reconhecida como um dos patrimônios culturais brasileiro, elas estiveram presentes nas penas e canetas dos intelectuais com uma série de adjetivos e estereótipos pré-definidos, sendo os seus praticantes diversas vezes representados como um *bando de vagabundos, ébrios, arruaceiros*, enfim pertencentes à *canalha* da sociedade.

Um dos primeiros literatos a escrever sobre a capoeira como forma de luta o fez durante a década de 1880, mais precisamente em 1886, foi o republicano Plácido de Abreu que divulgou um trabalho a respeito da capoeira carioca intitulado “Os Capoeiras”. Cidadão português nascido em 1857, seguiu os passos de muitos de seus conterrâneos trabalhando no comércio carioca, sendo também militante do jornal Correio do Povo. Como praticante da capoeira e escritor, ele pôde descrever de maneira detalhada a mesma. Na sua narrativa, procurou mostrar como se dava o embate entre as *maltas* Nagoas e Guaiamus, como eram os golpes e os rituais de iniciação.<sup>127</sup> Mas, embora fosse praticante da capoeira, seu texto destaca as “arruaças” praticadas pelos capoeiras no século XIX.<sup>128</sup>

Plácido foi talvez o primeiro de alguns literatos que escreveram a respeito dos mandos e desmandos dos capoeiristas pelo Brasil. Sua posição era de denúncia contra as (...) *atrocidades cometidas pelos capoeiras* (...) e que a capoeira estava inserida no *mundo do crime*.<sup>129</sup> Sua obra pode ser analisada como representação de um homem que, apesar de praticar a capoeira, era filiado ao Partido Republicano, vendo-se possivelmente constantemente ameaçado por parte considerável das *maltas* cariocas,

---

<sup>127</sup> Sob o título Um titã da Capoeiragem – Plácido de Abreu Jair Moura comenta a respeito desse sujeito e do seu livro Os capoeiras. O artigo está publicado na revista Capoeira, seção história, disponível em [www.revistacapoeira.com.br](http://www.revistacapoeira.com.br).

<sup>128</sup> ABREU, P. *Os capoeiras*. Rio de Janeiro: Tip. Seraphin Alves de Brito, 1886.; Outro escritor que versou sobre a capoeira nessa perspectiva foi Azevedo que em seu livro, *O Cortiço*, traçou uma imagem do capoeirista atroz “...só falou em rolos, em dar cabeçadas e navalhadas, pintando-se terrível, recordando façanhas de capoeiragem... AZEVEDO, A. O cortiço p. 69.

<sup>129</sup> ABREU, P. op. cit., 1886.

que nos últimos anos do Império negociavam com o Partido Conservador.<sup>130</sup> Embora o autor denuncie as “brutalidades” externadas pelos capoeiras, procura também representá-las como um traço típico da cultura negra de rua, brasileira, pois segundo suas palavras (...) *na África não é conhecida a nossa capoeiragem e sim algumas sortes de cabeçadas* (...).<sup>131</sup>

Além de Plácido, ainda poderíamos citar Alexandre Melo Morais Filho. Este nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1844, filho de um historiador de igual nome. Embora tenha se formado em medicina na Bélgica, passou pelo seminário do Rio de Janeiro e na Bahia quando jovem. Marcado pela perda da fortuna de seu pai, durante a juventude, regressou de Salvador para a capital fluminense passando a desenvolver trabalhos na área de literatura e jornalismo. Essa vivência aprofundou seu conhecimento sobre as manifestações populares. Após sua volta da Europa passou a escrever vários tipos de livros, dentre eles os de caráter etnográfico.<sup>132</sup>

Uma de suas obras foi “Festas e tradições populares no Brasil”, na qual descrevia os tipos populares brasileiros, traçando o perfil do capoeira carioca e informando seu modo de se vestir, as armas que usava, classificando-o como trabalhador embora gostasse da ociosidade. Para ele os capoeiras nunca traíam seus companheiros e seriam incapazes de bater em alguém indefeso. Ele seria um dos primeiros a enaltecer a figura do capoeirista e da capoeira, considerada por ele (...) *uma luta nacional* (...), comparando-a ao boxe inglês e a savate francesa.<sup>133</sup>

Possivelmente, suas experiências na Europa – local onde as manifestações populares passavam a ser estudadas pelos folcloristas a título de se conhecer as tradições das camadas populares – influenciaram este autor a advogar em favor da

---

<sup>130</sup> Carlos Líbano fez um excelente trabalho sobre a ligação das maltas cariocas com os partidos políticos. SOARES, op.cit., 1999.

<sup>131</sup> ABREU, P. op. cit., 1886. ; Outro romancista que constrói a imagem de um capoeira arreliado, foi Manoel Antônio de Almeida, segundo este autor: “Como outros tem o vício da embriaguês, outros o do jogo, outros o do deboche, ele tinha o vício da valentia; mesmo quando ninguém lhe pagava, bastava que lhe desse na cabeça, armava brigas, e só depois que dava pancadas a fartar é que ficava satisfeito”. Apud. SOARES, C. E. L. op. cit., 2004. p. 36.

<sup>132</sup> ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Tomo IV, 4º ed., Editora José Olympio: Rio de Janeiro.

<sup>133</sup> MORAIS FILHO, A. M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora de Ouro, s. d. p. 401. De acordo com Soares, será a partir desse livro, escrito durante a grande repressão imposta contra os capoeiristas por Sampaio Ferraz, que a capoeira ganha mais adeptos a sua defesa. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.

capoeira, que seria uma luta nacional. Em vez de combatê-la até sua extinção, era necessário prevenir que tais lutas acabassem *degenerando em assassinatos*.<sup>134</sup>

Alguns anos após a publicação da obra de Moraes Filho, foi possível perceber um alinhamento da perspectiva de outros intelectuais com seus posicionamentos sobre a capoeira. Na década de 1920 um livro deu ênfase às idéias de Moraes Filho. Seu título “Gymnastica Nacional” de antemão relevou o seu propósito. Nele, o funcionário público carioca, Annibal Bularmaqui propôs o ensino da capoeira “methodisada e regrada”. Isto seria o desaparecimento do canto e dos instrumentos percussivos da capoeira, ela deveria ter maximizada o seu elemento marcial, tornando-se exclusivamente uma luta, ao mesmo tempo que perdia parte de sua africanidade, pois os instrumentos percussivos utilizados na capoeira eram o atabaque e o berimbau.

Bularmaqui, dessa maneira, retirou a capoeira das ruas colocando-as dentro das academias onde a sua prática poderia ser disciplinada de acordo com os preceitos morais vigentes no início do século XX.<sup>135</sup> Bularmaqui propõe uma nova maneira de jogar a capoeira baseando-se nos ideais de técnica e racionalidade tão presentes no pensamento “moderno” da época. Saindo os elementos musicais – e com ele parte das raízes africanas – e adicionando golpes de artes marciais, conscientemente ou não, distanciava cada vez mais a capoeira de suas tradições escravas, bem como do que Mello Moraes advertiu: a degeneração da luta em assassinatos.

Já as décadas de 20 e 30 do século XX, os estudos sobre a capoeira foram realizados, sobretudo, pelos intelectuais modernistas. Alguns desses podiam ser compreendidos como folcloristas – lembrando que Mello Moraes em certa medida também o era –, os quais tiveram como preocupação o estudo e o registro das manifestações culturais das camadas populares que, tidas como folclore, seriam conjuntos tradicionais, engessados no espaço e no tempo de práticas e objetos.<sup>136</sup>

Nem sempre concordando com o caminho aberto por Mello Moraes e aprofundado por Bularmaqui, estes escritores buscariam ampliar as representações da capoeira, tratado-a como um traço cultural do Brasil. Suas ideias eram retirar os estigmas que envolviam essa prática diferenciando a capoeira de “antigamente”,

---

<sup>134</sup> MORAIS FILHO, A. M. op. cit., s.d. p. 401; Após Mello Moraes quebrar o paradigma existente que estigmatizava a capoeira como crime, outros intelectuais levantariam essa bandeira entre eles: BULARMAQUI, Annibal. **Gymnastica nacional**, capoeiragem methodisada e regrada por Annibal Burlamaqui (Zuma). Rio de Janeiro, 1928.

<sup>135</sup> BULARMAQUI, A. op. cit., 1928.

<sup>136</sup> Esta definição de folclore foi consultada em GRILLO, op. cit., 2005.

identificada com a praticada em fins do século XIX e início do XX como “arruaça”, e a de “hoje”, isto é, contemporânea aos autores, como uma *vadiação*.<sup>137</sup>

A obra de Manuel Raimundo Querino pode ser considerada como um contraponto entre as duas perspectivas citadas acima. Filho de escravos, serviu ao exército nos estados do Piauí e Pernambuco, rumando depois para o Rio de Janeiro a fim de embarcar para a Guerra do Paraguai, não sendo necessária sua ida, pois o batalhão em que foi engajado já diminuía seu efetivo na Bacia do Prata. Sua experiência com a capoeira deve ter sido interessante uma vez que circulou ainda jovem pelos batalhões do exército de três conhecidos centros desta atividade: Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Seus pais foram aristocratas e sacerdotes do candomblé africano. Querino formou-se no curso de desenhista da Escola de Belas Artes desenvolvendo a atividade de educador e funcionário público. No meio político foi abolicionista e lutou contra as ideias eugenistas defendidas por alguns letrados, dentre eles Nina Rodrigues. Ao contrário de outros personagens da sua época fez questão de se mostrar como indivíduo de “cor preta”. Ogã do Terreiro do Gantois, buscou estudar principalmente as contribuições africanas. Possivelmente todo esse histórico contribuiu para que ele observasse as tradições negras do Brasil com perspectiva diferente.<sup>138</sup>

Estudioso do folclore, mesmo não se formando em uma academia universitária, uma de suas publicações, “A Bahia de outrora”, traçou com detalhes a capoeira como manifestação da cultura negra de origem africana, mais precisamente dos africanos de Angola – para ele o tipo acabado do capadócio praticante da capoeira.<sup>139</sup> Manoel Querino divergiu da “crioulização” da capoeira, ou seja, que esta tivesse tido suas origens no Brasil, enxergando-a como um jogo atlético, expressão cultural africana e

---

<sup>137</sup> CARNEIRO, EDISON.; REGO, WALDELOIR.; CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2ªed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962. Mas sua 1ª ed. é do ano de 1954. . C.; QUEIRNO, M. R. A Bahia de Outrora. Salvador, 1946. Para Simone Vassalo “A partir dos anos 1930... a consolidação dos estudos afro-brasileiros dá novos rumos às interpretações acerca do jogo da capoeira. Novos pesquisadores emergem no panorama intelectual brasileiro, tomando a cultura popular como um de seus principais pontos de interesse. Nesse momento o paradigma de “raça” é substituído pelo da “cultura”. No mesmo período, que é também o da consolidação de um Estado Republicano, o país tornava-se alvo de uma intensa política de unificação nacional, que se produz através da ressemantização dos símbolos nacionais. Estes passam a se referir à cultura popular e à mestiçagem, que se consolida como a especificidade brasileira na arena internacional.” Cf. VASSALO, S. P. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 108.

<sup>138</sup> Vianna, A. “Manoel Querino”, in **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nº. 54, 1928, p. 305-316.; Lima, V. da C. “Sobre Manuel Querino”, in **A anatomia do acarajé** e outros escritos. Salvador: Corruptio, 2010.; GLEDHILL, S. “**Velhos respeitáveis**”: notas sobre as pesquisas de Manoel Querino e as origens dos africanos na Bahia. Porto Alegre: **UNISINOS**, vol. 14, n. 13, setembro/dezembro 2010.; QUEIRNO, M. R. op. cit., 1946.

<sup>139</sup> QUERINO, M. R. op. cit., 1946.

não apenas como uma luta. Para o autor, *nesses exercícios, que a gíria do capadócio denominava – brinquedo, dançavam a capoeira sob o ritmo do berimbau.*<sup>140</sup>

Querino citou também haver uma diferença considerável entre a “capoeira registrada por Rugendas” e presenciada por ele na passagem do século XIX para o XX, e a que ele chamou “de hoje”, ou seja, contemporânea ao momento da sua narrativa, mais *estilizada, verdadeira capoeira de salão.*<sup>141</sup> Ainda falando da capoeira jogada na transição do Império para a República, o autor comentou que por *...muito tempo, os exercícios de capoeiragem interessaram não só aos indivíduos da camada popular, mas também às pessoas de representação social; estas, porém, como um meio de educação física.*<sup>142</sup> Essa citação do autor responde, em parte, porque alguns indivíduos pertencentes as chamadas elites defendiam a prática da capoeira, como também demonstra a circulação da mesma nas diversas camadas sociais e a maneira como era apropriada por elas.<sup>143</sup>

O tema sobre a nacionalidade foi um dos pontos de divergência entre os literatos.<sup>144</sup> Filho de família de posses, Luís da Câmara Cascudo nasceu na cidade de Natal no ano de 1898. Formado em direito pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu diversas atividades em sua vida incluindo a de escritor, professor e folclorista. Nos seus estudos etnográficos é possível perceber seu interesse pelas origens das manifestações culturais, aproximando-se teoricamente do difusionismo.<sup>145</sup> Tentando explicar, por exemplo, a possível origem africana da capoeira, citou os estudos realizados pelo etnógrafo e pintor de Luanda, Albano de Neves e Souza, os quais afirmavam que *existe*

---

<sup>140</sup> QUERINO, M. R. op. cit., 1946. p. 68

<sup>141</sup> Idem. p. 69.

<sup>142</sup> Ibidem. p. 68.

<sup>143</sup> Estas mudanças de perspectivas a respeito da capoeira e de seu praticante podem ser compreendidas pelo que Chartier chamou de “lutas de representações”, que seriam relações de poder e dominação entre os diversos grupos que compõem a sociedade, cada qual querendo estabelecer sua autoridade, justificando dessa maneira, um conjunto de práticas e condutas. CHARTIER, R. op. cit., 1991.

<sup>144</sup> Vassalo afirmou que “...o paradigma culturalista emergente possui uma especificidade: classifica as expressões culturais em termos de pureza ou de degradação. As manifestações culturais consideradas autênticas exprimiram a “essência” da brasilidade, ao passo que as outras seriam fruto dos processos de sincretismo, urbanização e industrialização.” Cf. VASSALO, S. P. op. cit., 2003. p. 109. Para um maior esclarecimento a respeito da nacionalidade da capoeira ver também: MORAIS FILHO, A. M., op. cit.; ABREU, P. op. cit., 1886.; COSTA, F. A. P. op. cit., 1976. CASCUDO, L. da C. op. cit., 1962. CASCUDO, L. da C. **Folclore do Brasil** (pesquisas e notas). Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

<sup>145</sup> MAMEDE, Z. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968: bibliografia anotada**. Natal: Fundação José Augusto, 1970. GONÇALVES, J. R. S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. IN: **Revista estudos Históricas**, Rio de Janeiro: 2000. n. 33, p. 40-55; GONÇALVES, J. R. S. Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Luís da Câmara Cascudo. IN: **Revista do Patrimônios**, Rio de Janeiro: 2000. P; 1-15.; Artigo: Câmara Cascudo: um hermes universal no Nordeste do Brasil. <http://www.FUNDAJ.gov.br/observanordeste/obex05.pdf> Acessado em 07/07/2011.

*em Angola a nossa Capoeira nas raízes formadoras (...) ou ainda, no Brasil o N'Golo e a Bássula ampliaram não somente a técnica como os recursos da agressão.*<sup>146</sup>

Ainda no mesmo artigo, Cascudo citou o que considerava ser os “centros tradicionais” da capoeira no Brasil referindo-se ao Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Mais à frente, tratando da capoeira de meados do século XX, esse autor expunha que embora ainda existissem embates, acerto de contas, estava (...) *realmente despojada do caráter agressivo de outrora.*<sup>147</sup>

É interessante perceber a diferenciação feita por Câmara Cascudo separando a “atual” capoeira – contemporânea dele, autor no momento da sua escrita – daquela *perturbadora, desenfreada*, praticada pelos escravos e demais grupos populares, guardada nas suas lembranças. Para autor, “o capoeira” como sujeito dado a “desordens” e “arruaças” iria desaparecer das ruas da capital pernambucana, enquanto a capoeira permaneceria viva nos manuais, escolas e professores.

Mas foi representando a capoeira como um brinquedo que o folclorista Edison Carneiro versou a respeito desta atividade nas ruas de Salvador. Este autor, nascido em Salvador no ano de 1912, complementou uma série de representações de como a capoeira era vista e dita no período em que escrevia, assumindo a mesma, na sua obra, uma forma de brincadeira sem subtrair, no entanto, seu caráter de luta.<sup>148</sup> Os seus textos procuravam quase sempre falar da capoeira “atual”, isto é, a forma como ela se caracterizava naquele momento. Assim é que no artigo denominado “Capoeira de

---

<sup>146</sup> Outros autores também afirmaram a origem africana da capoeira como Manuel Querino, negro, filho de escravos defendia a africanidade da capoeira e de seu caráter de manifestação cultural. Bem como o Dicionarista Beaupiere-Rohan. Em citação de OLIVEIRA podemos observar algumas das questões levantadas por Albano de Souza a respeito da origem africana da capoeira. “Os piores bandidos de Benguela em geral são os muxilengues, que na cidade usam os passos do *N'golo* como arma”. Depois: “Outras razões que me levam a atribuir a origem da Capoeira ao *N'golo* é que no Brasil é costume dos malandros tocarem um instrumento aí chamado de Berimbau e que nós chamamos *hungu* ou *m'bolumbumba*, conforme os lugares e que é tipicamente pastoril, instrumento esse que segue os povos pastoris até a Suazilândia, na costa oriental da África”. Ver OLIVEIRA, V. de. **Frevo, capoeira e passo**. Recife: CEPE, 1971.; CASCUDO, L. da C. op. cit., 1976.; QUERINO, M. op. cit., 1946. BEAUREPAIRE-ROHAN, V. de. **Dicionário de vocábulos Brasileiros**. Salvador: Editora Progresso, 1956.

<sup>147</sup> CASCUDO, L. da C. op. cit., 1967. p. 180-181.

<sup>148</sup> Nesse capítulo analisamos as representações a respeito da capoeira e do capoeira. Buscamos estudar os letrados que tivessem presenciado, em momentos de suas vidas, o período estudado. Todos, com exceção de Carneiro, puderam vivenciar alguns dos anos compreendidos entre 1880 e 1911 possibilitando lembranças, mesmo que vagas, as quais construíram representações sobre o tema representado. Todavia sua obra é citada, pois, segundo Líbano Soares, resume o enfoque dado à capoeira e ao capoeira a partir dos anos 30 do século XX. Entretanto alguns dos literatos que tiveram a capoeira recifense como seu tema, mesmo escrevendo depois dos anos 30, mantiveram, na maior parte das vezes, as representações da capoeira como coisa de vagabundos, desordeiros, arruaceiros. Foi por essa perspectiva diferente, entre o que estava sendo dito por Carneiro e parte daqueles que escreveram sobre a capoeira recifense, que optamos por incluí-lo neste trabalho. Para o alcance da obra de Carneiro ver: SOARES, op. cit., 1999.

Angola”, o autor caracterizou esta como *jogo de vadição*. Para ele os *jogadores se divertiam fingindo lutar* (...). Todavia este caráter inocente da capoeira teria começado após a repressão policial e as “(...) *novas condições sociais* (...)”. Possivelmente este autor estava se referindo ao fim da escravidão e à onda repressiva contra os capoeiras nas primeiras décadas republicanas.<sup>149</sup>

Assim alguns folcloristas como Câmara Cascudo e Edison Carneiro procuraram construir uma representação diferente da capoeira, pensando-a como manifestação cultural, atividade lúdica devendo ser estudada como expressão da nacionalidade. Nessa perspectiva estavam alinhados com outros folcloristas da sua época marcando posição no estudo etnográfico do folclore brasileiro, registrando a participação dos “negros” na cultura popular brasileira.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup>CARNEIRO, E. op. cit., 1977. p. 9.

<sup>150</sup> QUERINO, M. op. cit., 1946; REGO, W. **Capoeira de Angola**: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

## 2.2.2 O(A) capoeira em Recife sob as lentes dos intelectuais

Entretanto a maioria dos letrados que escreveram a respeito da capoeira recifense de finais do século XIX e início do século XX a percebiam de forma diferente, deixando também suas impressões sobre ela.<sup>151</sup> Muitas vezes as construções imagéticas desses intelectuais estavam embebidas no olhar dos órgãos repressores, eternizadas na documentação policial, judicial, e política. Mesmo não a tendo praticado - se o fizeram, não tivemos conhecimento como o autor carioca Plácido de Abreu - deixaram um importante registro a respeito da capoeira e dos capoeiristas.<sup>152</sup>

Os intelectuais analisados, embora encerrassem uma grande diferença de idade entre si estão sendo analisados em conjunto, pois viveram (uns mais e outros menos) durante o final do Império e primeiros anos da República, coincidindo com o recorte cronológico do trabalho. Dessa maneira, a prática da capoeira vista e dita pelos mesmos corresponde ao objeto do nosso trabalho, o que torna suas representações bastante significativas uma vez que permite compreender um pouco mais a respeito dos estereótipos, arquétipos, adjetivações construídas acerca da capoeira e de seus praticantes.<sup>153</sup>

Começamos a analisar a obra de Eustórgio Wanderley. Nascido no ano de 1882, Wanderley foi jornalista, professor e compositor tendo trabalhado no Jornal do Recife e Diário da Manhã.<sup>154</sup> Como a maior parte dos citados abaixo, frequentou o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco fazendo parte de um grupo que estudava o cotidiano da cidade.<sup>155</sup>

Em 1953 publicou o livro “Tipos Populares do Recife Antigo”, no qual fez um apanhado de muitos personagens que povoaram as ruas do Recife e que ficaram na sua

---

<sup>151</sup> COSTA, F. A. P. da. op. cit., 1976.; ARAÚJO, G. op. cit., 1945.; OLIVEIRA, V de. op. cit., 1971.; FERREIRA, A. op. cit., 1942.

<sup>152</sup> Líbano Soares, em seu livro “A capoeira escrava”, também abordou como, durante boa parte do século XIX, “...a maneira como a imagem construída pelos homens de letras era parcialmente retirada do olhar policial perpetuado na documentação e de uma difusa tradição popular, também embebida da versão do repressor. SOARES, C. E. L. op. cit., 2004. p 27.

<sup>153</sup> Por não haver discurso neutro e muito menos dissociado do lugar social do qual está sendo pronunciado, seguiu-se situando temporalmente e culturalmente os autores para melhor compreensão de suas representações a respeito da capoeira. Sobre a enunciação do discurso ver CERTEAU, M. de. op. cit., 2002.; CHARTIER, R. op. cit., 1990.

<sup>154</sup> PARAÍSO, R. op. cit., 2006.; Artigo: A literatura infantil fora do livro: jornal o Senhor Doutor e a Revista Tico-Tico. <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/desassossego/conteudo/02/Ligia%20R%20Maximo%20Cavalari%20Menna.pdf> Acessado em 10/07/2011.

<sup>155</sup> Artigo: Câmara Cascudo: um hermes universal no Nordeste do Brasil. <http://www.FUNDAJ.gov.br/observanordeste/obex05.pdf> Acessado em 07/07/2011.

memória.<sup>156</sup> Um desses indivíduos foi Nascimento Grande citado por vários outros autores como “brabo”, “valente”, capoeira, sendo esta manifestação vista por esses enquanto “arruaça”.<sup>157</sup> Mas para Wanderley, Nascimento Grande

...além da força muscular de que era dotado... tinha muita agilidade, conhecendo bem o **jogo nacional da “capoeiragem”** com os golpes de ataque e fintas de defesa, não se deixando, jamais alcançar pelo adversário e derrotando-o em pouco tempo com uma rasteira inesperada, uma cabeçada violenta ou com um “rabo-de-arraia”...<sup>158</sup>

A capoeira para esse autor era mais que uma luta de antigos negros escravizados, era um jogo ou esporte nacional, ficando sua concepção muito próxima daquelas defendidas por Melo Morais e Burlamaqui. Em toda sua narrativa sobre Grande, ele procurou representá-lo como um homem imbuído dos ideais, próximos aos que as elites tinham em mente para um homem civilizado. Era *um homem do trabalho e respeitador*, embora não levasse desaforo para casa.<sup>159</sup> Nascimento Grande foi citado também por outros intelectuais como um afamado “valente” e bem articulado socialmente, mas quando se referiam a ele era o associando aos contextos das desordens que explodia nas ruas do Recife.

Talvez o que Wanderley estava tentando fazer era retirar, por meio de sua representação, o (...) *Sr. João Nascimento* (...) como praticante da capoeira de rua, onde na visão dos intelectuais estava sempre associada a “arruaças” ou “desordens”, transformando-o em um dos “azes” da capoeira em Pernambuco, *jamais provocando quem quer que fosse para medir força com ele*. A descrição feita desse personagem fez com que certas características suas se assemelhem a Manduca da Praia, capoeira carioca imortalizado nas palavras de Mello Morais. Além de serem conhecedores da capoeira, eram respeitadores e conheciam bem sua superioridade na luta. Segundo Eustórgio Wanderley, Nascimento Grande *tinha (...) consciência da sua força física e enfrentava, sem temor, às vezes três, quatro ou mais adversários, brandindo sua pesada “bengala de volta” que alguns garantiam ser de ferro e não de madeira*. Pagando tributo a

---

<sup>156</sup> WANDERLEY, E. **Tipos populares do recife Antigo**. Recife: Editora do Colégio Moderno, 1953.

<sup>157</sup> MELO, O. op. cit., 1938.; ARAÚJO, G. de. op. cit., 1945.; FERREIRA, A. op. cit., 1942

<sup>158</sup> WANDERLEY, E. op. cit., 1953, p. 94

<sup>159</sup> Neste sentido, o homem que não levava desaforo para casa, antes de estar provocando arruaças, estava defendendo sua honra. Para as noções de honra no século XIX ver: SILVA, M. H. C. op. cit., 2004.

Morais e Bulamarqui, Wanderley destaca um dos mais citados “capoeiras” do Recife como praticante da luta nacional e não como um “turbulento” que vivia as voltas com a polícia.<sup>160</sup> Todavia, Wanderley foi praticamente uma voz discordante dos outros letrados que escreveram a respeito da capoeira recifense.

Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu na capital pernambucana no ano de 1851 falecendo em 1923. Coligado a um dos maiores potentados políticos do Estado em finais do século XIX e início do XX, o deputado federal, senador e vice-presidente Rosa e Silva, conseguiu espaço na política pernambucana como parlamentar, onde viria a defender os interesses da classe a qual pertencia, bem como os seus próprios.<sup>161</sup> Ao longo dos seus setenta e dois anos de idade, Costa exerceu as funções de jornalista, advogado, deputado estadual, e historiador tendo sido um estudioso dos assuntos políticos, dos fatos históricos, das vidas de alguns “Pernambucanos Célebres”.<sup>162</sup> Não eram apenas esses os interesses deste autor, ele foi também um

...homem curioso, que gostava de andar pelas ruas, de parar nas esquinas, de conversar com as pessoas e de comer as comidas vendidas por populares, nos tabuleiros e nas barracas existentes nas esquinas. Não se limitava a comer esses alimentos, mas também conversar com seus vendedores, procurando saber como eram fabricados e a origem da matéria-prima que utilizavam na sua confecção.<sup>163</sup>

Segundo Lima, a busca pelas origens não só dos ingredientes culinários como também de práticas e manifestações populares foi um dos traços da obra de Pereira da

---

<sup>160</sup> WANDERLEY, E. op. cit., 1953, p. 94.; MORAIS FILHO, A. M. op. cit., s.d.; BULAMARQUI, A. op. cit., 1928.; Note-se que Wanderley citou erroneamente o nome de Nascimento Grande, pois chamou-o de João Nascimento, quando seu verdadeiro nome é José Nascimento. Cf. APEJE, Correio do Recife, 02.11.1908.; APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 432, 30.05.1896.; Para Coelho Neto era necessário retirar a capoeira da rua, levando-a para as academias, onde seriam treinados os melhores lutadores na capoeira, luta nacional do Brasil. Ver: NETO, C. “O nosso Jogo”. In: **Bazar**. Porto: Livraria Chadron, 1928. No terceiro capítulo iremos analisar um pouco mais a vida de José Nascimento Trindade, alcunhado por Nascimento Grande e sua ligação com políticos de proa em Pernambuco.

<sup>161</sup> HÉLIO. M. **Perfil Parlamentar** – Pereira da Costa cronista e figurante: um historiador deputado nos tempos da República Velha. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

<sup>162</sup> A produção deste autor é de quantidade significativa, sendo aqui citadas algumas de suas obras a respeito da temática citada COSTA, F. A. P. da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Typografia Universal, 1882.; COSTA, F. A. P. da. A ideia abolicionista em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**. Recife: Typografia de F. P. Boulitreau, 1891.; COSTA, F. A. P. da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

<sup>163</sup> ANDRADE, M. C. de. **Pereira da Costa** – O homem e a obra. Recife: CEPE, 2002, p. 135.

Costa, que *não enxergava nos homens do povo a condição de sujeitos de sua própria história*.<sup>164</sup> Costa foi uma referência no estudo de tais práticas porque se preocupou em escrever sobre os assuntos do seu cotidiano, narrava fatos que circulavam pelo povo. Muitos temas da cultura africana e afrodescendentes foram vistos pelo autor, dentre eles poderíamos citar o samba, o maracatu e a capoeira.<sup>165</sup>

No prefácio do livro “Vocabulário Pernambucano”, de Pereira da Costa, Mário Souto Maior expôs que antes de se fazer um vocabulário de palavras originárias de Pernambuco, foi intenção de Costa reunir os léxicos que estavam circulando pela população, isto é, ele pretendia reunir o vocabulário falado em Pernambuco.<sup>166</sup> A capoeira, como visto, foi um dos termos abordados pelo autor que mencionando o dicionarista Beaufort-Rohan, citou terem sido (...) *tais jogos, introduzidos pelos africanos* (...) no Brasil. Muitas das práticas culturais descritas por Costa eram relacionadas como sendo de origem africana e que teriam chegado ao Brasil por meio da escravidão.<sup>167</sup> Na busca pelas raízes dos costumes, o hibridismo cultural era deixado de lado, assim como as transformações que se davam no interior da própria manifestação.

Para Costa, os praticantes da capoeira eram *indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros* (...) o autor completava ser *extensivo hoje a toda sorte de desordeiros pertencentes a ralé do povo, entes perigosíssimos, por isso que, sempre armados, matam a qualquer pessoa inofensiva, só pelo prazer de matar*. Essa mesma representação a respeito do capoeira também podia ser vista em outros letrados que viveram entre finais do século XIX e início do XX. No “Dicionário do Folclore Brasileiro”, Cascudo, ao referir-se a “antiga” capoeira, citou que no Recife (...) *a capoeira permaneceu, indômita, perturbadora, desenfreada até a primeira década do século XX* (...)<sup>168</sup>

Porém, a documentação policial e judiciária não confirma tal *desaparecimento*. Nos autos de perguntas feitas ao réu, processo crime do ano de 1917, por exemplo, encontrou-se que este admitia estar brincando de capoeira, situação confirmada pela vítima. Assim, enquanto o réu desfechava os golpes armado de uma faca de ponta, a

---

<sup>164</sup> LIMA, I. M. de F. Práticas e representações em choque: o lugar social dos maracatus na cidade do Recife, nos anos de 1890 a 1930. In: **Cultura Afro-descendente no Recife: Maracatus, valentes e catimbós**. Recife: Bagaço, 2007. p. 109.

<sup>165</sup> COSTA, F. A. P. op. cit., 1976.

<sup>166</sup> Idem. p. 08.

<sup>167</sup> Ibidem. p. 199.

<sup>168</sup> Ibidem. p. 199.; CASCUDO, L. da C. op. cit., 1967. p. 180-181.

vítima defendia-se dos mesmos com um chapéu.<sup>169</sup> Para Cascudo, no Recife, a capoeira de meados do século XX já havia se transformado e *hoje possui escolas, professores e manuais. Há mesmo um compêndio de Capoeira sem Mestre.*<sup>170</sup>

Essa descrição é interessante porque a primeira vista ela terminava por confirmar as representações tecidas por Wanderley acerca da capoeira recifense, todavia, este, já via alguns dos capoeiras de finais do século XIX como praticantes do esporte nacional, enquanto Cascudo não enxergava-os dessa maneira, e sim como “arruaceiros” praticantes de uma capoeira *indômita, desenfreada*, sendo os contemporâneos a ele os praticantes vistos de outra maneira. Percebe-se assim que, mesmo para alguns folcloristas, os capoeiras que circulavam pelas ruas do Recife em fins dos Oitocentos e início dos Novecentos eram “brabos”, “valentes”, “turbulentos” e a capoeira (...) *jogo de rua, arma de malandro* (...). Não conseguiam, portanto, ver a capoeira deste período como uma brincadeira ou outra atividade lúdica.<sup>171</sup>

Mario Sette também compartilhava desse quadro estereotipado no qual o capoeira tinha uma insaciável sede de violência, como também realçava a preferência dos praticantes da capoeira pela vida “promíscua”. Nascido no ano de 1886, desde muito novo demonstrou interesse pela literatura francesa e portuguesa, bem como sobre os tratados de História do Brasil. Os livros franceses iriam contribuir para sua maneira de escrever, assim como de enxergar o mundo. Essas representações se davam, sobretudo, no partilhar dos valores aristocráticos das elites pernambucanas, suas visões de mundo buscavam menosprezar a cultura das camadas populares, procurando impor os modelos dessas elites.<sup>172</sup>

Geralmente os brabos viviam “azeitando” as mulheres-damas. Cada uma delas, tinha o seu “azeiteiro” que se chamavam também de “chereta”. Gozavam de favores sem dispêndio de dinheiro... As farras, as bebedeiras, rematavam habitualmente nos prostíbulos da rua do Imperador, do Rosário, das Trincheiras, do pátio do Carmo,

---

<sup>169</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Comarca: Recife, Ano 1917, Cx. 709.

<sup>170</sup> CASCUDO, L. da C.op. cit., 1967. p. 180-181.

<sup>171</sup> CASCUDO, L. da C. op. cit., 1972. p. 223. (grifo nosso).

<sup>172</sup> ALMEIDA, M. M. de. **Mario Sette**: o retratista da palavra. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 2000. A autora faz uma diferenciação entre modernidade que seria a tradição da ruptura e a modernização que seria a mudança tecnológica, paisagísticas, urbana por meio do acúmulo de bens materiais.

ocasionando cenas cruéis, deploráveis, vergonhosas que a crônica do Recife policial de ontem registrou.<sup>173</sup>

Para Sette, e quiçá para uma parte significativa da camada social a ele fazia parte, esses indivíduos eram dados aos recantos mais “desprezíveis” da sociedade. Mas como pode ser percebido nas notícias veiculadas nos jornais, lugares como pastoris, fandangos, maxixes, tavernas, casas de “mulheres-damas” ou “horizontais” todos representados como “locais imorais e focos de desordens” causadas por “turbulentos”, alguns dos quais conhecedores da capoeira, também eram frequentados por alguns indivíduos pertencentes a camadas de maior cabedal. Assim como nem todos os pertencentes às camadas populares frequentava-os, e os que faziam não necessariamente eram “desordeiros”.

O Recife das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX era uma cidade em transição. Enquanto os brinquedos tradicionais ainda atraíam muitos populares, as elites buscavam cada vez mais se distanciar desses, se acostumando com os “modernos divertimentos” que apareciam no Recife como o turfe, o futebol, os esportes náuticos.<sup>174</sup> Cita-se como exemplo da participação de alguns indivíduos das elites recifenses nesses locais, que divergiam dos padrões de civilização defendidos por grupos da elite, a matéria publicada na Gazeta do Norte e relatada pelo Jornal Pequeno no ano de 1907. A notícia relatava que após saírem do “famoso” Café Acalá, sito a rua 15 de novembro, um oficial do exército, um bacharel, um funcionário de banco e um juiz municipal, estando quase todos embriagados, travaram questão em torno de duas mulheres.<sup>175</sup>

A visão da maioria dos autores acerca do capoeira e da prática da capoeira justifica-se, possivelmente, ao considerarmos que se trata de uma manifestação que não faz parte do universo cultural das camadas médias e das elites, logo, quando tinham contanto ou tomavam conhecimento do capoeira era justamente nos momentos em que estes estavam fazendo “arruaças” pela cidade. Assim, nas suas memórias, esta seria sua prática cotidiana a qual os agentes da ordem não conseguiam dar cabo. Deve-se levar em conta que os comportamentos reprovados pelas elites e camadas médias eram

---

<sup>173</sup> Idem. p. 88.

<sup>174</sup> Outros detalhes a respeito dos divertimentos tradicionais e modernos no Recife foram vistos no capítulo anterior e tratados mais aprofundadamente na tese da professora Sylvania Couceiro. Cf. COUCEIRO, S. C. op. cit., 2004.

<sup>175</sup> Jornal Pequeno, 09 de fevereiro de 1907.

sempre estigmatizados como algo perverso, feio, primitivo, portanto, o simples exercício da capoeira em alguma praça, largo ou esquina era encarado como uma afronta aos ideais de civilidade das elites recifenses. Além disso, “arruaça”, “vagabundagem”, “desordem”, eram termos muito genéricos e significavam quase tudo o que não condizia com a visão de mundo desses letrados.

Saísse uma música para uma parada ou uma festa e lá estariam infalíveis os capoeiras à frente, gingando, piruetando, manobrando cacetes e exibindo navalhas. Faziam passos complicados, dirigiam pilhérias... iam de provocação em provocação até que o rolo explodia correndo sangue e ficando defuntos na rua... O barulho tomava proporções terríveis. Espetáculo de quase todos os dias. Não havia governador nem comandante das armas que desse fim aquilo.<sup>176</sup>

Mario Sette possuía valores culturais identificados com os das aristocracias agrárias-açucareiras e da Igreja Católica, embora estivesse mais ligado financeiramente com setores medianos da economia, inclusive chegando a supor que apenas as elites e camadas médias é que poderiam administrar os rumos da sociedade. Mais uma vez os atores populares apareciam excluídos como sujeitos da história, sendo necessário outro grupo para gerenciar os caminhos da cidade e de sua população. Cidade esta que a seu ver se modificava, buscando a modernização ao mesmo tempo em que perdia suas referências tradicionais. Essa dicotomia entre modernidade e tradição foi uma característica comum em suas obras.<sup>177</sup> Segundo Antônio Paulo Rezende *O olhar de Sette é comprometido com sua visão de mundo, com seu tempo, com sua história.*<sup>178</sup>

Funcionário público, professor, jornalista sua produção literária data da primeira metade dos Novecentos. Romancista, memorialista, cronista, Mario Sette, teve como seu principal objeto de registro a cidade do Recife com suas mudanças e permanências. *A temática conduzida pelo próprio escritor, vai dos costumes e da religiosidade ao lazer oferecido pelas manifestações populares aos menos favorecidos da sociedade.*<sup>179</sup>

---

<sup>176</sup> SETTE, M op. cit., p. 85-87.

<sup>177</sup> ALMEIDA, M. M. de. op. cit., 2000.; PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Sua História.** Recife: Recife, 2006.; PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Efemérides.** Recife: Recife, 2005.

<sup>178</sup> ALMEIDA, M. M. de. op. cit., 2000. p. 17.

<sup>179</sup> *Ibidem.* p. 27.

Homem do seu tempo, em que teorias eugenistas e racistas ainda eram presença marcante nos modos de pensar, ver e falar de parte da sociedade, ao citar tais manifestações sobrevém certo preconceito. Por exemplo, no livro “Maxambombas e Maracatus”, embora o autor falasse a respeito de tal manifestação, estando inclusive presente no seu título, não conseguiu esconder o pavor provocado por aquela “*gente horrível, sinistra mal encarada*”.<sup>180</sup> Ao descrever o carnaval no seu tempo de menino vibra e se empolga ao falar dos mascarados; do entrudo, onde eram arremessadas lima de cheiro e papel colorido picado; pierrôs

Uma delícia incomparável para meus olhos de dez anos esse espetáculo. Só uma coisa me fazia esfriar o encanto: **o maracatu... apavorava-me**. Não sei porque. Sons vagarosos, monótonos, soturnos... **Gente horrível, sinistra, mal encarada...** E o batuque inalterável, e a **toada arrepiadora...** Essa impressão da infância gravou-se-me de tal maneira no cérebro que ainda hoje ao ouvir um ensaio de maracatu, num arrabalde, há no meu sistema nervoso como que um leve frêmito do pavor antigo.<sup>181</sup>

Poderia até ser uma impressão de menino não acostumado com tais práticas mais ainda sim ajuda a construir as representações existentes para com as camadas mais baixas da população. As partes em negrito mostram como o autor se colocava diante do maracatu e como ele via tal manifestação. Assim é que no mesmo livro, só tratando das negras da costa com seus tabuleiros, mais uma vez o autor demonstrou certo estranhamento com os costumes afrodescendentes. Dizia o autor que as pretas *falavam das suas feitiçarias esquisitas, das suas danças bizarras e sensuais – o candomblé, o xangô, o alufá, a mandinga (...)*. Como católico, sua representação diante das práticas religiosas dos negros era a de considerá-las “feitiçarias” e não como uma religião.<sup>182</sup>

Muitas vezes foi possível perceber nos seus textos um saudosismo, um pesar por alguns dos costumes recifenses estarem desaparecendo no avançar do século XX e sua modernidade. Ainda em “Maxambombas e maracatus”, ao falar a respeito dos tipos de

---

<sup>180</sup> SETTE, M. op. cit., p. 49/50. [grifo nosso].

<sup>181</sup> SETTE, M. **Maxambombas e Maracatus**. 4. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 49/50 [grifo nosso]; Para maior aprofundamento sobre o carnaval do Recife ver: ARAÚJO, R. de C. B. de. **Festas: máscaras do tempo**. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

<sup>182</sup> Idem. p. 80.

rua do Recife, como os negros da costa, os quais estava acostumado a vê-los desde criança despertando *curiosidade, estranheza*, o autor cita que muitos desses iam desaparecendo sorrateiramente e que só muito depois é que se sentia a falta deles. Todavia, nem todos haviam completamente desaparecido e a mistura entre estranheza e curiosidade fazia alguns desses personagens chegarem à beira do lendário. Referimo-nos aos “brabos” descritos pelo autor como uma classe respeitada que possuía ligações com políticos da época, o que as tornava difícil de acabar.

Ainda segundo o autor, eram muitos no Recife de aproximadamente trinta anos atrás, ou seja, por volta da primeira década do século XX, uma vez que a primeira edição deste livro datava do ano de 1935, ainda existindo na capital pernambucana de hoje, momento em que escrevia o livro, mas sem a *importância, realce e prestígio* de antigamente.<sup>183</sup> Nesse seu texto, Sette vai mencionar em parte o que entendemos por capoeiragem, ou seja, o envolvimento entre os capoeiras, a política e o exército sem, contudo, analisar essas negociações.

Para Mario Sette, os capoeiristas eram capangas de políticos, protegidos por estes pelos seus serviços prestados. Entretanto não conseguia perceber as trocas mútuas de favores entre estes personagens. Na sua perspectiva, os capoeiras “pertenciam” a um certo político, eram amparados por este. Não conseguia ver aí as táticas empreendidas por estes “valentes” para abrir frestas na ordem buscando inserção social e legitimidade numa sociedade pautada sob valores aristocráticos e católicos.

**Uma classe. E respeitada, garantida, difícil de acabar, mercê dos préstimos que possuía, máxime no capítulo da política...Os chefões da época os aparavam. Eram os “capangas”... Apontavam-se o do doutor fulano, o do coronel beltrano, o do major sicrano... Os capoeiras, em regra, pertenciam a esse ou aquele figurão dos tempos...**<sup>184</sup>

De acordo com Sette, estes indivíduos formavam uma *classe*, categoria, grupo ou uma divisão deste. Entretanto ao longo do texto o autor afirmou haver uma distinção entre o capoeira e o brabo, ou melhor, este seria o sucedâneo daquele. Para ele, *formam os capoeiras modalidade mais ágil e pública dos valentes* que armados de navalhas,

---

<sup>183</sup> Ibidem. p. 85.

<sup>184</sup> SETTE, M. op. cit., 1981 p. 85-87. [grifo nosso].

facas e porretes faziam *diabruras* na frente das bandas de música. Mas *desaparecidos os capoeiras, ficaram os “brabos”*. Menos evidentes, porém perigosos. E protegidos. Não faziam mais proezas na frente do 14 ou da polícia.<sup>185</sup> Para o autor, os “brabos” seriam personagens menos evidentes nas ruas, como se poucas pessoas os conhecessem, o que não parece condizer com outros documentos analisados, os quais citam personagens como Apolônio da Capunga, Caninha Verde, João Valdevino, João-sabretudo”, dentre outros, conhecidos por suas “arruaças” praticadas pelas ruas da capital Pernambucana.

Todavia, mesmo o autor tentando fazer uma distinção entre esses personagens, usando termos diferentes para designá-los, o fato é que os “brabos” também conheciam a capoeira. Essa interpretação é possível quando passamos a analisar um *bababi*, uma briga, envolvendo um brabo citada pelo autor. Nesse momento ele expõe alguns golpes da capoeira. *Em regra a polícia intervinha com tato, porque temesse a rasteira dos valentes e porque soubessem do prestígio que desfrutavam.*<sup>186</sup> Por mais que Sette buscasse traçar algumas diferenciações, é possível perceber algumas mensagens subliminares no seu discurso, e estas mostravam existir muito mais características em comum entre o que ele classificou como brabo e capoeira. Além da prática da própria capoeira, o tom desafiador, o vínculo com políticos que aquela atividade lhes proporcionava, como também as negociações com a polícia, enfim, ambos se valiam da capoeiragem para garantir seu lugar social.

Outro autor que partilhou dessa visão estereotipada, na qual o praticante da capoeira era um “desordeiro”, “valente”, “brabo”, “arruaceiro” que vivia por suas empreitadas de capoeirista dando facadas, causando tumultos, interpretações de um conjunto de ideias tidas como de pessoas civilizadas, nunca estando a praticá-la como forma de distração, como um brinquedo foi Guilherme de Araújo. Jornalista e carnavalesco, não teve formação superior, assim como Mário Sette, terminando apenas o primário. Ficou conhecido por suas reportagens policíacas no Jornal Pequeno e imortalizado na música “Evocação N°1” de Nelson Ferreira, pois foi um dos fundadores do bloco Apois-fun.<sup>187</sup> Católico e bem apegado a família, ficou também conhecido no meio forense, pois atuava em várias causas como uma espécie de rábula, trabalhando

---

<sup>185</sup> Idem. p. 86/87.

<sup>186</sup> SETTE, M. op. cit., 1981. p. 86/87.; Correio do Recife, 20 de dezembro de 1907.; Jornal do Recife, 21 de novembro de 1905.; Jornal do Recife, 01 de dezembro de 1905.; Correio do Recife, 30 de novembro de 1904. A respeito de capoeira, brabo, valente, desordeiro, arruaceiro ser muitas vezes termos dados a um mesmo personagem ver o segundo tópico do primeiro capítulo.

<sup>187</sup> WANDERLEY, E. op. cit., 1953.

por muitos anos no jornal fundado por Tomé Gibson citado acima. Este bacharel formado na Faculdade de Direito do Recife, no final do século XX, junto com outros nomes iria fazer história na política pernambucana como Estácio Coimbra, Irineu Machado, Sérgio Loreto.<sup>188</sup> Em algumas de suas publicações Araújo utilizava o codinome Fortunato Sapeca tendo publicado vários livros.<sup>189</sup>

No entanto foi no ano de 1945, ano de sua morte, que este autor publicou no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano a crônica “Capoeiras e Valentões do Recife”. No início desse artigo procurou situar o leitor no momento histórico que ele descrevia: *Vamos falar sobre o Recife de outrora, quando a iluminação pública era de gás carbônico, da Nova Hamburgo (...) do Derbi de Delmiro Gouveia (...) Recife dos primeiros anos do século XX (...) dos pastoris, dos maxixes, das ruas escuras.* Depois ele passou a falar da capoeira, dos “brabos”, dos “valentes” que fizeram época até saírem da cena pública, ainda nos primeiros anos do século XX.<sup>190</sup> Ainda nesse mesmo artigo o autor expõe seu preconceito racial contra esses personagens argumentando serem “degenerados” socialmente por influência da grande hibridização de parte da população brasileira:

Passou essa época onde imperavam o cacete, a faca de ponta, consequência natural e lógica do ativismo, da influência racial dessa mescla de cafuzos, mamelucos, brancos, índios, mulatos e curibocas, tão bem descrita por Oliveira Viana.<sup>191</sup>

Para o autor, a violência era natural para aqueles hibridizados. Citando para referendar suas palavras Oliveira Viana, um dos representantes no Brasil das teorias antropológicas racistas que viam nas misturas das raças a perda da inteligência, cultura, moralidade. Para ele, o processo histórico brasileiro seria lamentável se dependesse dessa população, havendo apenas um meio de salvar o país, a *clarificação* da raça por meio de um processo étnico seletivo no qual os membros das elites, notadamente da aristocracia rural, seriam seus representantes. Unia-se dessa maneira a superioridade

---

<sup>188</sup> BEVILÁQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.; PINTO F. L. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1980. WANDERLEY, E. op. cit., 1953.

<sup>189</sup> NASCIMENTO, L. de. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**: Periódicos do Recife – 1931 – 1940. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

<sup>190</sup> ARAÚJO, G. op. cit., 1945 p. 118.

<sup>191</sup> Idem. p. 120.

racial com as dos grupos sociais de maior cabedal que deveriam dirigir os rumos do país.<sup>192</sup> Embora muito mais enfático a respeito do preconceito de raça que Sette, ambos viam o futuro do país associado às elites.

Para Guilherme de Araújo, seriam os capoeiras representantes da mistura de raça existente no Brasil, herdeiros de tudo aquilo que contrariava os bons costumes das camadas médias e das elites, *rebeldes ao trabalho, dados a vadiagem e a arruaça* e que *faziam coisas terríveis, espalhavam a morte*.<sup>193</sup> Aliada a essa representação, a imprensa também noticiava a ação dos “capadócios” reavivando constantemente a imagem que se fazia da capoeira e de seu praticante. O que esses escritores consideravam como bons costumes dizia respeito e fazia sentido a uma parcela da população letrada, representantes quase sempre da classe média comercial e da aristocracia agrária. Assim o capoeira representava tudo o que deveria ser execrado: “vadios”, “ébrios”, “desordeiros”, “arruaceiros”, “capadócios”, cuja presença obrigava a fechar muitos estabelecimentos.

Enquanto uns assim, prejudicando a vida normal da cidade, o seu comércio, os seus negócios, outros, os capoeiras, à frente das bandas de música faziam coisas terríveis, espalhavam a morte, o crime com desembaraço e o sangue frio próprio dos sicários.<sup>194</sup>

A fama de vagabundo, vadio, arredio ao trabalho dos capoeiras vem, possivelmente, dos anos anteriores ao Código Criminal da República de 1890, quando a capoeira foi tipificada como crime tendo suas características descritas nos Artigos 399 a 404. O Quinto Livro das Ordenações Filipinas (1603), no título 68, impunha que o desocupado arranjasse trabalho num prazo de vinte dias sob pena de, se assim não fizesse, ser considerado então como “vadio” e, como tal, “que seja preso, e açoitado publicamente”. Por séculos, esse “que seja preso e açoitado”, foi aplicado no Brasil de forma cada vez mais severa - como punição no campo dos mais amplos delitos –

---

<sup>192</sup> VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. SCHWARCZ, L. M. op. cit., 1993.

<sup>193</sup> ARAÚJO, G. de. “Capoeiras e valentes do Recife” In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, v. 40, 1945, p. 118-122.

<sup>194</sup> Idem. p. 120.

possivelmente atribuídos a toda sorte de despossuídos, o que facilmente alcançava toda sorte de turbulentos, ébrios, vadios e, claro, os praticantes da capoeira.<sup>195</sup>

Entretanto, esse estereótipo do capoeira arredio ao trabalho, representação daqueles que os descreveram, correspondia a vida dos retratados? As próprias alcunhas desses “brabos” nos insinua que os mesmos possuíam profissão definida, apesar de parte desses vulgos indicarem também o bairro de origem e ou atuação. Temos por exemplo: Antônio Padeiro, Libânio Carroceiro.<sup>196</sup> Consultando a documentação pesquisada vemos que muitos desses “desordeiros” possuíam profissão, sem contar com alguns capoeiristas que serviam ou ao corpo da polícia ou ao exército. Outros tantos eram escravos, e devido a sua condição não poderiam ser considerados como “vagabundos”.<sup>197</sup>

Esta relação entre “brabo”, “desordeiro”, capoeira e o trabalho gerou algumas contradições entre os literatos estudados. Um deles foi Ascenso Carneiro Gonçalves Ferreira, filho do comerciante Antônio Carneiro e da professora Maria Luísa Gonçalves, nascido na cidade de Palmares no ano de 1895, Mata Sul do estado de Pernambuco, tendo participado do Movimento Modernista deste estado no qual teceu relações com Câmara Cascudo, Joaquim Cardozo, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Souza Barros, Lula Cardoso Ayres. Dessa forma, segundo Flávio Teixeira a  *fusão entre modernismo e regionalismo atinge, em Ascenso Ferreira, sua dimensão mais lúbrica, lúdica, telúrica e popular*. Assim, aliava as inovações da literatura modernista com o uso do verso livre, linguagem coloquial com a temática regionalista ressaltando o local. Nomeado para presidir o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife, teve sua nomeação cancelada por pressão de um grupo de intelectuais local.<sup>198</sup>

Mas não foi apenas com a poesia que Ferreira contribuiu na construção das imagens da cidade. Na sua crônica “Os ‘Brabos’ do Recife”, o autor buscou falar a respeito dos pitorescos desta cidade, que para ele impressionavam os estudiosos das

---

<sup>195</sup> CÓDIGO FILIPINO, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado D’el Rei D. Felipe. 1. – Ed. Fac-similar da 14° ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821/por Cândido Mendes de Almeida – Brasília: Senado Federal/Co0nselho Editorial, 2004. v.38-D.

<sup>196</sup> FERREIRA, A. op. cit., 1942; ARAÚJO, G. de. op. cit., 1945. Para ver algumas alcunhas ver as obras referidas.

<sup>197</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Recife, 1888.

<sup>198</sup> CORREYA, J. (org.). **Ascenso, o nordeste em carne & osso**: perfil biográfico do poeta Ascenso Ferreira. Recife: Panamerica Nordestal/Edições Bagaço, 2001.; FRANCESCHINI, Marcele Aires. Ascenso Ferreira e o modernismo brasileiro. In: Magma Revista. São Paulo, n. 9, p. 103, 2004/2006. TEIXEIRA, F. W. Intelectuais e modernidade no Recife dos anos 20. In: **Saeculum**. Jul/dez. 1995, n° 01 p. 89 – 98. p. 90.; PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Sua História**. Recife: Recife, 2006.; PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Efemérides**. Recife: Recife, 2005.

tradições entre *esses pitorescos desaparecidos, alguns chegam até a tocar as raias do lendário, parecendo impossível que tivesse mesmo existido*. Referindo-se aos brabos como *figuras de espadachins, cuja disputas, a tiros de pistola Comblain, punhais e faca- de-ponta, enchiam de pavor os pacatos burgueses de nossa terra*. Procurou fazer uma distinção entre os “brabos legítimos ou verdadeiros” que eram pessoas conhecidas e respeitadas no seu bairro, com profissão definida, outros ainda *eram filhos de famílias tradicionais*, que haviam sido desviados pela vida boemia e os jogos de azar. Os outros eram simples “arruaceiros”, capoeiras que *exaltados pela cachaça*, viviam as voltas com a polícia e na frente das bandas *em passo de ginga*.<sup>199</sup>

Ferreira fez uma representação diferente a respeito da imagem do brabo, citava serem estes uma classe que possuía determinadas “qualidades morais”, como o apreço ao trabalho, ou seu pertencimento a famílias tradicionais estando nessa vida por terem sido desviados pela boemia, sendo explorados pelas elites que se favoreciam de sua disposição para luta. Essa luta possivelmente seria a capoeira, visto ser um desses “brabos verdadeiros” Nascimento Grande, conhecido capoeira do Recife.

Dessa forma, indiretamente o autor se refere à circulação da capoeira entre as diversas camadas da sociedade. Enquanto isso despreza a figura dos “arruaceiros”, os quais foram tachados como *cachaceiros*, e não boêmios, vivendo em voltas com a polícia sem nenhum motivo aparente – apenas pelo prazer de promover um barulho –, acompanhando a música vinham em passos de capoeira à frente das bandas como simples “desordeiros”. O que o autor não percebeu foi que esses indivíduos não eram apenas explorados por alguns indivíduos da elite, eles praticavam a capoeiragem conseguindo brechas por meio das quais negociavam.

Porque os “brabos” estavam sendo destacados? O autor responde que pela sua “posição definida” nos bairros em que moravam e trabalhavam ou ainda porque possuíam prestígio familiar. Talvez o fato de o comportamento destes ser mais comedido do que os dos “arruaceiros” se explique porque aqueles teriam uma posição a preservar. As diferenças colocadas pelo autor sugerem que os “brabos” estavam em uma hierarquia superior na escala social a dos “arruaceiros” de frente das bandas. Todavia, essa clivagem na hierarquia social não foi possível de ser observada na análise dos códigos da polícia, dos jornais, dos processos judiciais, assim como nos relatos de outros cronistas.

---

<sup>199</sup> FERREIRA, A. op. cit., 1942, p. 03.

Já Guilherme de Araújo pintava outra imagem do brabo. Eles gostavam de acompanhar as *bandas de música a quando de seus passeios pela rua da cidade*. Em seguida vai mais além e fala que “os brabos tinham a volúpia do crime, da “arruaça”. Para o autor, “brabos”, “arruaceiros”, “desordeiros” tinham o mesmo comportamento. Inclusive critica Ferreira por citar o nome de Antônio Florentino como sendo um dos “brabos” que marcaram época no Recife, afirmando que Florentino fora trazido para Recife por Dantas Barreto, chegando até a administrar um matadouro e ser tabelião do 4º tabelionato da capital.

Para Araújo seria inconcebível colocar *um homem que exerceu postos de responsabilidade* junto de outros que tinham a violência como parte da vida. Ele poderia ser tido como *um homem de coragem, disposto a enfrentar o inimigo*.<sup>200</sup> Assim, Araújo constrói outra representação para um homem de posses e responsável. Antes de ser turbulento era um homem de coragem, não era um “valente”, mas enfrentava seus inimigos. É possível que este autor tivesse alguma ligação com Florêntino, pois trabalhava no Jornal Pequeno, impresso diário de oposição ao Conselheiro Rosa e Silva e ligado aos salvacionistas, termo usado para identificar os partidários do General Barreto na campanha para o governo de Pernambuco em 1911.<sup>201</sup> Daí sua posição em retirá-lo do *hall* dos “brabos”.

No livro “Recife Sangrento”, escrito pelo jornalista criminal Oscar Melo em 1938, o autor procura segundo suas palavras, a despeito de qualquer análise, expor alguns “brabos” que foram detidos, ou não, por crimes como lesão corporal, assassinato, distúrbios.<sup>202</sup> Dentre esses, alguns dos personagens levantados pelo autor são conhecidos capoeiristas, que fizeram fama no “Recife de outrora”. Mais não são apenas os “heróis do crime” que estão envolvidos na capoeiragem, ele cita algumas autoridades policiais que simpatizavam com essa “luta” como o Subdelegado José Pedro dos Santos Neves conhecido como “Zeca” e o Capitão Manoel Baptista, ou Batistinha.

Mas as representações da atuação desses capoeiristas eram bem diferentes, eram pessoas de bem, apreciadores da boa música, simpáticos que utilizavam os *trucs* da capoeira para colocar as súcias atrás das grades, depois de descarregar-lhes imensas

---

<sup>200</sup> ARAÚJO, G. de. op. cit., 1945. p. 118-122.

<sup>201</sup> Para maiores detalhes sobre a campanha salvacionista ver Nos tempos de Rosa e Silva e Dantas Barreto.

<sup>202</sup> Infelizmente não conseguimos maiores informações sobre este autor apenas na obra *Assombrações do Recife Velho* é que Gilberto Freyre comenta ser este jornalista do jornal A província. FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife velho**. Ilustrado por Lula Cardoso Ayres. Rio de Janeiro: Condé, 1955.

surras de “cipó-de-boi” ou de “rabo de galo”.<sup>203</sup> No terceiro capítulo discutiremos com detalhes a participação ou a ligação dos capoeiras com a polícia. Podemos, entretanto, salientar mais uma vez a prática da capoeira em diferentes camadas da hierarquia social o que significa que a capoeira circulou entre os diferentes estratos da sociedade.

Mário Sette também representou de diferentes maneiras os “brabos” e “desordeiros”, assim como a cautela da polícia em conter os barulhos provocados por aqueles grupos.

Em regra a polícia intervinha com tato. Porque temesse a **rasteira dos valentes** e porque soubesse do prestígio que desfrutavam. Ora o prestígio do **dinheiro e da posição quando o brabo era um “moço branco”**: ora o prestígio da política **quando o desordeiro servia de guarda-costa** de “seu” coronel do zumbi...<sup>204</sup>

Transpareceu mais uma vez nas suas palavras o fruto do seu preconceito sócio-racial, produto da luta de representações entre as elites e os populares. Quando representou o “moço branco” de dinheiro e prestígio disse que o mesmo era um brabo, quando se referiu ao sujeito guarda-costas, que possivelmente era das classes subalternas o tratou como desordeiro, embora ambos estivessem envolvidos em turbulências nas ruas da cidade. Dentro da “classe dos brabos”, como ele a chamava, ainda existiam diferenças marcantes

...os de classe superior trajavam bem, andavam de carro, usavam brilhantes. Quase não diferiam do resto dos viventes no aspecto externo. Apenas, assim como que uma cara fechada, um passo duro, uma bengala grossa. Os de plano baixo eram típicos: - chapéu de “apara facada”, calças bombachas, paletó curto, sapatos brancos, andar balançando e o clássico porrete na mão.<sup>205</sup>

Isso nos sugere mais uma vez como as representações eram constituídas a partir da visão de mundo que os autores possuíam a respeito de quem descreviam, visão esta partilhada provavelmente pelas pessoas integradas ao seu grupo social, embora

---

<sup>203</sup> MELLO, O. *O Recife sangrento*. 1938.

<sup>204</sup> SETTE, M. op. cit., 1981. p.87.

<sup>205</sup> SETTE, M. op. cit., 1981. p. 87.

houvessem algumas discordâncias entre eles. Todavia, não se pode esquecer que o momento relatado por esses intelectuais, finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, mostra na cidade a presença da violência e do ideal de valentia, muitas vezes externados pelos próprios autores, como fica exposto numa passagem de Maxambombas e Maracatus, quando Mário Sette narra que os “brabos” estavam sempre dispostos a arrumar uma confusão:

Êta baeta! Quem não pode não se meta. Si havia um resmungo... – Isso é comigo seu safado? Sendo **frouxo** o interpelado, calava-se e ou o tempo melhorava ou ele recebia o pago da **covardia** numa **tapona**.<sup>206</sup>

A pessoa, para mostrar sua brabeza, não poderia aceitar tais provocações, era necessário provar que não era *frouxo* rivalizando com seu arguidor. Caso fosse necessário, entrariam os dois em vias de fato, mas pelo menos não seria tido como covarde. A violência parecia fazer parte da vida na capital pernambucana, segundo Oscar Melo, repórter criminal das primeiras décadas do século XX, os *desordeiros perambulavam pelas nossas principais ruas, conduzindo armas ostensivamente e praticando crimes* chegando à cidade do Recife ficar conhecida como “a terra dos faquistas”.<sup>207</sup> Já Valdemar de Oliveira afirmou que a mesma *constituíra-se no mais agressivo instrumento do “mata-marinheiro” dos motins pernambucanos*.<sup>208</sup> Para ele tal manifestação fôra criada pelo negros escravos do campo como forma de resistência se transformando de uma simples dança para uma forma agressiva, passando então a ocupar também as ruas das cidades e se apoderar delas os forros.<sup>209</sup>

Essa presença marcante dos “valentes” no cotidiano da cidade fora notada por vários outros literatos. “Maxambombas e Maracatus” foi um dos trabalhos que mostrou de maneira acentuada o quanto os capoeiristas estavam arraigados no cotidiano da cidade. Foram vários os relatos desse autor identificando esses personagens nas mais diversas esferas socioculturais do Recife. Nos pastoris *eram temidos pelo barulho que provocavam (...) indo depois para casa muito tranquilamente*.<sup>210</sup> Nas feiras de peixe da semana santa lá estavam eles no meio do *Rapazio alegre, mulheres de vida torta,*

<sup>206</sup> Idem., p. 88; Conclusão semelhante foi vista em LIMA, I. M. de F. op. cit., 2007.

<sup>207</sup> MELO, O. op. cit., 1938. p. 121.

<sup>208</sup> OLIVEIRA, V. op. it., 1971 p. 75.

<sup>209</sup> OLIVEIRA, V. op. it., 1971. p. 67-70.

<sup>210</sup> SETTE, op. cit., 1981 p.18.

*soldados de policia.*<sup>211</sup> Fosse nas festas dos arcos estava sempre na *frente da banda um grupo de capoeiras, de cacetes em punho e as facas de ponta aparecendo no cós, gingavam, piruetavam, ameaçavam.*<sup>212</sup> Ao contrário de outros criminosos, os praticantes da capoeira faziam questão de se mostrar no cotidiano da cidade sendo logo percebido por alguns indivíduos.<sup>213</sup>

Valdemar de Oliveira, no livro “Frevo, Capoeira e Passo”, descreveu algumas características dos capoeiras recifenses. Nascido em Recife no ano de 1900 foi médico, escritor, jornalista.<sup>214</sup> Quando ainda jovem seu pai, Bianor de Oliveira, o colocou para praticar a ginástica sueca com intuito de transformar seu filho num biótipo pregado pelo nacionalismo das primeiras décadas do século XX com um corpo jovem, esbelto e branco.<sup>215</sup> Porém sua aproximação com a cultura das camadas mais baixas da população fez com que defendesse algumas dessas manifestações. Bem articulado politicamente, foi o responsável por intermediar uma mediação entre a política do Estado Novo de Vargas e os praticantes do xangô a fim de conseguir algum registro para a prática da mesma uma vez que estava perseguida por aqueles.<sup>216</sup>

Em 1945, por ocasião da visita do musicólogo Curt Lange a Pernambuco, desenvolveu junto com este uma pesquisa a respeito da história do frevo que mais tarde resultaria na publicação do livro referido acima. Para ele, entre as características da capoeira do Recife, destacava-se a preferência de seus praticantes pela música. *Não havia festa sem banda de música. E não havia banda de música sem capoeira.*<sup>217</sup> Esse cortejo à frente das bandas fora percebido também por outros literatos. A imagem retratada por ele é a dos capoeiristas promovendo “arruaças” e “distúrbios” pelas ruas do Recife, quando da saída das bandas, sejam militares ou civis e estando em períodos de festa ou não. Alias como frisa Sette não era apenas na saída dessas que as maltas se juntavam para acompanhar a música, eles participavam de todo o percurso, *“a música voltava ao quartel, tocando, de capoeiras à frente.”*<sup>218</sup>

---

<sup>211</sup> Idem. p. 44.

<sup>212</sup> Ibidem. p. 146.

<sup>213</sup> Uso criminosos para me referir a todas aquelas pessoas que desobedeceram as normas contidas no código criminal ou nas Posturas municipais.

<sup>214</sup> ROSTAND, P. op. cit., 2006.

<sup>215</sup> BARROS, N. C. S. A cultura da beleza: práticas e representações de embelezamentos femininos nos anos de 1920. In: **HISTORIEN** - REVISTA DE HISTÓRIA; Petrolina, jan./mar. 2010. p. 136-174.

<sup>216</sup> OLIVEIRA, L. L. A vida cultural no Recife. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2008, vol.15, n.4, pp. 1215-1220. ISSN 0104-5970.; NOGUEIRA, A. G. R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. In: **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

<sup>217</sup> OLIVEIRA, V. op. cit., 1971 p. 83/84.

<sup>218</sup> SETTE, M. op. cit., 1981 p. 147.

As condições físicas da urbe favoreciam a presença e a atuação dos capoeiras em frente as bandas. Os quadros pintados por esses mesmos literatos a respeito do Recife, com a precariedade da iluminação pública, as ruas estreitas, as diversas rotas de fuga pelos mangues dificultavam sobremaneira a repressão empreendida pela polícia, que quase nunca conseguia deter os *moleques* que vinham em frente das bandas. Segundo Oliveira esta ligação entre as maltas e as bandas de música datavam de muito tempo

No Recife, por volta de 1856, duas delas se estremeram em torno de duas unidades militares aí aquarteladas: o 4º Batalhão de Artilharia, conhecido pela abreviatura – “o Quarto” e o Corpo da Guarda Nacional, popularmente denominado “o Espanha”, por ser espanhol o seu mestre, Pedro Francisco Garrido.<sup>219</sup>

Estas rivalidades entre as bandas de música do exército e da polícia foram recorrentes em todo o período analisado. “*A frente da banda um grupo de capoeiras, de cacetes em punho e as facas de ponta aparecendo no cós, gingavam, piruetavam, ameaçavam (...)*”, após sua passagem, encontrar estendidos nas ruas corpos com cabeças rachadas ou ventre rasgados por golpes de porrete ou faca de ponta era quase uma certeza. Segundo Sette esses eram os terríveis espetáculos que os “brabos” promoviam em frente às bandas musicais.<sup>220</sup>

Quando se escutava ao longe os acordes agudos dos metais as pessoas que estavam nas ruas se empalideciam, logo surgiam os gritos de fecha-fecha no comércio e o pavor tomava conta dos cidadãos pacatos, pois à distância já se identificavam aqueles sujeitos que vinham os de pés no chão, de *cacete de cerca de 50 centímetros na mão, pedaços de arco de barrica ao cós esquerdo da calça* e os rapazes de família com um *bengalão*<sup>221</sup> *de volta na dobra do cotovelo, lambedeira de pasmado na ilharga, os mais acatados; quiri de castão de quina e punhal de cabo de marfim, na cova do colet.*<sup>222</sup> Nesse trecho além do figurino mais apurado dos “rapazes” destacados pelo autor, pode-

---

<sup>219</sup> OLIVEIRA, V. op. cit., 1971 p. 83.

<sup>220</sup> SETTE, M. op. cit., 1981 p. 146.

<sup>221</sup> Oliveira procura explicar a utilização de determinados objetos-armas utilizados pelos capoeiristas. Citando Cascudo, diz ele: “Cacete, bengalão ou quiri de castão de quina... trata-se de um acréscimo deixado pela colaboração de portugueses do norte de Portugal, exímios “jogadores de pau”. Os “marinheiros” deram, assim, ao capoeira, uma arma de que não sabiam, talvez, defender-se. Uma arma que muitas vezes se voltou contra eles”. Ver OLIVEIRA, V. op. cit., 1971. p. 82. Essa informação de Cascudo deve ser novamente analisada uma vez que pedaços de pau, ferro, eram objetos que os escravos tinham mais facilmente ao seu alcance, utilizando-os assim como armas.

<sup>222</sup> Idem p. 81/82.

se notar também o seu preconceito contra os de “pés no chão”. O que diferenciava eles se não apenas seu traje, para que esses não pudessem ser considerados “rapazes de família”? Os menos favorecidos economicamente não poderiam ter família? Família nesse sentido traz consigo todo o comportamento que deveria ser tido como aceitável pelas elites recifenses.<sup>223</sup>

A ligação entre a capoeira e as bandas foi tão marcante para Oliveira que ele considerava a primeira como a marca de autenticidade da segunda, constituindo as duas a marca indubitável do “macho” nas ruas do Recife. Só se viam mulheres acompanhando as mesmas se estas fossem “meretrizes, horizontais, mulheres-damas” na companhia de seus “cherêtas”, os quais garantiriam sua integridade física. Alguns desses capoeiristas eram conhecidos “valentes” da sociedade recifense graças as suas *tradições de bravura, (...) Pé-de-pilão, Bode-Ioio, Bentinho do Lucas*. Por mais que a polícia tentasse dar cabo das desordens praticadas em frente as bandas de música, não conseguiam atingir seus objetivos. E a *ralé continuou, por muito tempo, a saracotear em frente das músicas em desfile (...). Evoluía para tipos menos brigões, nem por isso, deixavam de ser os “brabos”, os “faquistas”, os “valentões”*”.<sup>224</sup>

Segundo Oliveira, embasado na obra de Mello Moraes, durante o século XIX houve um aumento significativo das atuações das maltas pelas ruas da urbe do Recife. A aproximação do partido Conservador com os capoeiristas acabou por gerar sérios conflitos entre os membros do Partido Republicano e aqueles. Oliveira acabou misturando os dados fornecidos por Moraes, referente a capoeira do Rio de Janeiro, com sua descrição da capoeira no Recife, afirmando que com a criação da Guarda Negra, formada por negros, muitos deles sápiens das mandingas da capoeira, os conflitos ficaram ainda maiores com a Flor da Gente, uma das principais maltas cariocas, fazendo diabruras na Capital do Império, *mais do que nunca, a capoeira se mostrava, às vésperas da República, “instituição política, sob as ordens de grandes magnatas”*.<sup>225</sup> Tudo isso apoiado por parte do Partido Conservador, que pretendia a todo custo, salvar o Trono.<sup>226</sup>

---

<sup>223</sup> Para mostrar o preconceito do autor em referência as camadas menos abastadas da população e sua cultura vamos mencionar uma citação que aparece no seu texto de Oneyda Alvarenga. “A música popular é nítida e essencialmente um fenômeno de semicultura. Seus criadores, não possuindo mais do que se poderia chamar de espontaneidade dos seres incultos, não chegam a atingir a consciência teórica, técnica e estética, o requinte e a intelectualização dos músicos cultos.” Ver *Ibidem*. p. 39.

<sup>224</sup> *Ibidem*. p. 89.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, V. op. cit., 1971 p. 81. Citação de Sílvio Romero.

<sup>226</sup> *Idem*; MORAIS FILHO, A. M. op. cit.

A descrição de Oliveira sobre o envolvimento dos capoeiras com a Guarda Negra e o Partido Conservador não foi a única em que ele não citou como sua fonte Morais. Observou-se que, ao longo do texto, outros trechos tiveram como referência a obra de Mello Morais sem que Oliveira fizesse referência ao mesmo. Outra citação que este autor fez também embasado na obra de Melo Morais, dando-lhe o crédito dessa vez, foi a de que algumas personalidades da política brasileira também conheciam os manejos da capoeira como, por exemplo, o Barão do Rio Branco e Dom Pedro II.<sup>227</sup> Todavia as informações trazidas por ele a respeito da ligação entre a política e os capoeiras na passagem do Império para a República no Recife nos mostra uma rede de negociações horizontais e verticais, ou seja, a prática da capoeiragem. Apesar disso, foi constatado durante a pesquisa nas demais fontes que os capoeiras negociaram com ambos os partidos, não sendo encontrada nenhuma referência a uma predileção pelo Partido Conservador ou Republicano.

Por causa do confronto entre os capoeiras e os republicanos resultando em lesão corporal, assassinato, empastelamento de jornal, no alvorecer da república a repressão contra a capoeira se tornou ainda mais sistemática. O novo governo procurou dar fim a esses “desordeiros” prendendo-os, mesmo sem auto de culpa formado, e enviando-os para a Colônia Correccional de Fernando de Noronha.<sup>228</sup>

A República vingá-se cruelmente: ataca a chaga nacional com termo-cautério, a cru. É assim que Deodoro se decide a extirpar o cancro: nomeia Sampaio Ferraz para Chefia de Polícia e lhe dá carta branca para acabar com a capoeiragem.<sup>229</sup>

Esse trecho é bem ilustrativo de como parte da sociedade ansiava o aniquilamento da capoeira. Diversos capoeiras foram presos e enviados a Fernando de Noronha, sem culpa formada, no período de chefatura de Sampaio Ferraz. Essa perseguição indiscriminada e ilegal, visto que desrespeitava o andamento legal das ações criminais, comandadas pelo próprio chefe de polícia, que ilegalmente, neste momento, obteve poderes de sentenciar os presos por capoeiragem. Para que essas arbitrariedades comandadas por Sampaio fossem levadas a efeito foi necessário a

---

<sup>227</sup> OLIVEIRA, V. op. cit., p. 74.

<sup>228</sup> Idem. Para maiores detalhes sobre a perseguição policial contra os capoeiras no Rio de Janeiro para esse período ver SOARES, op. cit., 1999 e BRETAS, M. L. A queda do império da navalha e da rasteira: A República e os capoeiras. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 1991, pg. 239-255.

<sup>229</sup> OLIVEIRA, op. cit., 1971 p.81.

omissão do novo Ministério e do recém empossado Presidente da república, Marechal Deodoro da Fonseca.

Mas nem tudo havia sido resolvido. Nas esquinas e largos alguns personagens persistiam em se exercitar ou treinar os golpes de capoeira, bem como nos pastoris, cavalos-marinhos, fandangos maxixes, dias de feira, bastava um acorde nos pistões e já vinham eles novamente com sua

elegância no manejo do cacete... calças folgadas, paletó sempre aberto, deixando ver a camisa de cor, a botina de bico fino e revirado e de salto “carrapeta”... chapéu mole, palito no canto da boca, lenço ao pescoço, preferentemente de seda, garantia contra o fio da navalha alheia.<sup>230</sup>

Para Valdemar de Oliveira, os dias de ouro da “arte perniciososa” no Recife iam se acabando com o aprofundar do século XX. Uns haviam morrido em seus confrontos, outros em confronto com a polícia, outros ainda se achavam velhos. Enfim, a capoeira recifense ia se extinguindo tendo, porém, deixado sua *marca indelével (...) nos frevos da capital pernambucana*.<sup>231</sup> Para o autor, a capoeira pernambucana havia se transfigurado no passo do frevo. Os passistas passam a ser representados como os herdeiros diretos dos movimentos de destreza corporal da capoeira. Oliveira, na obra presente, faz questão de representar os capoeiras em procissões, festas profanas, bandas militares e particulares, pastoris, fandango. Isto nos indica que os mesmos já estavam afeitos a músicas? Será que realmente a música estava inserida na capoeira como uma forma de camuflá-la? Ou apenas estava presente para animar o jogo?

De fato, parece que a capoeira influenciou o passo do frevo, assim como o N’ Golo e a Bassúla foram influenciadoras da capoeira. É possível que isso tenha ocorrido, embora a hipótese do autor de que a capoeira teria se transformado no passo nos deixa um pouco inquieto. Isso porque a capoeira não existia apenas ligada a essas expressões musicais, pelo contrário, aquela estava disseminada por amplos espaços dentro da urbe, sendo praticada costumeiramente. Servia-se da capoeiragem durante as campanhas políticas, como também às vezes seus praticantes eram contratados para dar cabo ou uma “lição” em determinada pessoa.

---

<sup>230</sup> OLIVEIRA, V. op. cit., 1971. p. 84.

<sup>231</sup> Idem. p. 89.

Reduzir os capoeiristas a dançarinos é uma operação difícil de conceber e é demasiadamente simplista, uma vez que transforma uma manifestação cultural de rua em uma simples coadjuvante das referidas danças que já há algum tempo vinham sendo reivindicadas pelas camadas médias e elites nas suas festas. Talvez Oliveira tenha buscado uma análise “civilizacional”, na qual a capoeira praticada no final do século XIX e início do século XX houvesse sido substituída e depois se transformado no Recife e no Rio em elementos do passo do frevo e do samba, e na Bahia tivesse incorporado o berimbau e o pandeiro para se camuflar.

O que parece é que em cada um desses locais a capoeira acabou introduzindo ao longo do tempo traços da cultura regional, onde nem por isso ela deixou de existir como tal. Até porque os jornais registravam a presença tanto do frevo como da capoeira nas ruas da cidade, estando algumas vezes os dois unidos em uma mesma notícia ou separados, ou seja, as notícias traziam cada uma destas manifestações em momentos distintos.

Outro ponto importante é que utilização do berimbau, do atabaque e de outros instrumentos na capoeira não deve ser exclusividade da Bahia, pois é sabido que com a vinda e disseminação das várias nações africanas pelo território brasileiro, houve uma grande diáspora de suas culturas.<sup>232</sup> Não houve uma região que tenha recebido apenas um grupo étnico específico. Além do mais, mesmo que algumas regiões tivessem recebido preponderantemente escravos de uma mesma nação, o dinâmico mercado interprovincial, principalmente após a Lei Eusébio de Queiroz, teria se encarregado de misturá-las, e com isso disseminado suas culturas.<sup>233</sup>

Difícilmente as autoridades policiais seriam ludibriadas por aquela “dança”, uma vez que o próprio código já se referia a exercícios de agilidade física, e mesmo em tempos anteriores os exercícios de capoeira eram bem conhecidos dos policiais e da população em geral, que por diversas vezes chamaram a atenção das autoridades para a prática desses movimentos.

Vimos aqui como foram pintados quadros, arquitetado estereótipos, construídas algumas representações dos indivíduos que praticavam a capoeiragem e a capoeira nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Por mais que tivessem seus comportamentos e atitudes estereotipadas, pode-se perceber através desses quadros o

---

<sup>232</sup> MATTOSO, op. cit., 2001.; SLENES, R. W. “Malungu N’Goma vem: África encoberta e descoberta no Brasil”, **Cadernos do Museu da Escravatura**, nº 1. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

<sup>233</sup> REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010

quanto esses personagens estavam inseridos no cotidiano da cidade, sendo peças fundamentais para se compreender o universo cultural e social deste período.

Buscamos apresentar algumas obras que retrataram a capoeira em outros estados. Na passagem dos Oitocentos e ao longo dos Novecentos, foi percebida uma mudança nas representações elaboradas a respeito da capoeira retirando-a da marginalidade, passando para uma forma de divertimento e promovendo-a à esporte nacional. Para tanto, Burlamaqui propôs uma disciplinarização dos corpos, buscando diminuir ou suprimir o lado lúdico da capoeira. O seu objetivo provavelmente era dar maior combatividade aos seus praticantes, fazendo com que a luta ganhasse publicidade dentro dos vale-tudo, e dessa forma houvesse uma maior aceitação por parte das elites. Esta trilha aberta por Mello Moraes e percorrida por vários folcloristas teve como um de seus desdobramentos a descriminalização da mesma pelo Estado Novo, elegendo-a como um esporte nacional.

As representações no Recife, contudo, seguiram um caminho diferente. Com exceção, como visto, de Wanderley, grande parte dos letrados que narraram sobre a capoeira no período proposto por nosso trabalho a definiram como propiciadora de “distúrbios”. Sua prática esteve geralmente associada a delinquência, seu lado lúdico ou de esporte/luta nacional não estiveram presente. É como se este fato tivesse de ser omitido para justificar a repressão desenfreada que aflingiu não só a capoeira, como também o maracatu, o candomblé, a jurema. Era preciso representá-los como marginais ou loucos para justificar a coerção. As camadas populares, assim, acabaram tendo suas imagens caracterizadas pela violência, abuso do álcool, boemia, preferência pelas meretrizes, sendo colocadas a margem do resto da sociedade que se entendia moderna e buscava o progresso espelhando-se nas capitais europeias, sempre aliada a ordem moral e social dos bons costumes.

Os literatos que escreveram a respeito da capoeira recifense estavam inseridos nesse contexto, ora defendendo os valores aristocráticos das elites recifenses, ora defendendo conceitos referentes a teorias das raças guardando em suas memórias os estereótipos do “capadócio”, do “desordeiro”, do “brabo”, “valente”. Mas nas entrelinhas de suas obras foi possível observar que os capoeiras, por meio da capoeiragem, conseguiram, as vezes, estabelecer negociações e alianças fortuitas com os agentes da ordem fossem eles da polícia militar, civil ou das forças armadas estendendo as malhas de sua rede no meio da política estadual. Antes de serem simples “arruaceiros”, estes capoeiras souberam negociar, aproveitaram as brechas do sistema

ou as criaram e por meio destas táticas conseguiram sobreviver e viver no Recife de fins do século XIX e início do século XX.

### 3. REPRESSÃO E TÁTICA NAS RUAS DO RECIFE

#### 3.1 A “cidade esconderijo” do Recife: as práticas de andar pela cidade

Durante o século XIX vários viajantes europeus estiveram nas terras da capital pernambucana, tendo alguns permanecidos por vários anos, enquanto outros passaram apenas alguns dias, o que não os impediu de deixar suas memórias escritas a respeito desta cidade. Charles Darwin, Henry Koster, Louis-François Tollenare, dentre outros que andaram pelo Recife na primeira metade do século XIX, deixaram como legado uma interessante descrição dos bairros centrais da cidade que conservaram muito de seus aspectos até as transformações urbanísticas empreendidas na primeira metade do século XX. Estes visitantes descreveram, ou melhor, representaram a cidade de acordo com suas visões pré-estabelecidas de viajantes europeus explorando terras consideradas pouco civilizadas, somadas às suas experiências práticas no local visitado.<sup>234</sup>

A escravidão foi outro fator que chamaria a atenção de quase todos os viajantes, bem como a cultura desses personagens nas ruas da cidade. Koster, por exemplo, citou a crueldade de alguns senhores com seus escravos: *Seres miseráveis são às vezes vistos no Recife... idosos, enfermos. Alguns foram escravos e quando a moléstia os tornou inúteis seus amos lhes deram a liberdade... e seu único recurso é esmolar...*<sup>235</sup>. Para Darwin, por pior que fosse a estrutura física do Recife, a escravidão era causadora de repulsa ainda maior e o fez narrar os horrores cometidos contra os escravos, citando

---

<sup>234</sup> Charles Darwin - TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco. Coleção Pernambucana. V. XVI. 1978; KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. Edward Said o discurso dos europeus, analisando sua visão de mundo em relação ao Oriente e especificamente a Índia, seu país de origem, e revela como esses viajantes acabavam por referendar estereótipos construídos anteriormente devido a uma visão pré-concebida do local visitado e que esta pouco mudava com as experiências práticas, consolidado assim o que ele vem chamar de Orientalismo. SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Percebe-se que também os europeus que visitaram o Recife no período tratado também representaram essa cidade de acordo com sua visão de mundo, algo que para Chartier é intrínseco a qualquer produção do discurso, haja vista que para a materialização do mesmo o produtor dispõe dos bens simbólicos adquiridos em toda sua formação e da experiência vivenciada, repetindo muitas vezes informações já descritas por viajantes anteriores como, por exemplo, o mau estado das ruas da capital pernambucana. Note-se, porém, que o historiador Eric Hobsbawm, referindo-se à Europa do início do século XIX, citou as precárias condições de habitação e higiene dos seus grandes centros urbanos, o que nos sugere que aqueles viajantes procuravam estabelecer por meio de suas representações uma imagem selvagem dos trópicos silenciando a respeito dos problemas existentes nas suas cidades natais. CHARTIER, R. op. cit., 1990. HOBBSAWM, E. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

<sup>235</sup> KOSTER, op. cit., 1978. p. 401.

inclusive seu incômodo ao escutar os gemidos do que provavelmente seria uma correção imposta ao escravo, isto é, seu espancamento.<sup>236</sup>

Os castigos “correcionais” impostos aos escravos deviam realmente causar ânsia àqueles que não estavam habituados com o cosmorama da escravidão ou que militavam contra a submissão de seres humanos a esta condição. Por vezes nem era necessário presenciar tais práticas “educativas” para se ter ideia de quão eram cruéis, pois as vítimas chegavam ao ponto de soltar uivos e gemidos de dor. As Posturas Municipais do Recife acabaram proibindo tais sevícias no período da noite. Esta proibição, contudo, não visava o bem estar da escravaria e sim a não perturbação do sossego e bom sono dos cidadãos recifenses.<sup>237</sup>

Mas não foi apenas no início do século XIX e durante o período noturno que estas sevícias causaram incomodo e indignação em parte da população. Na notícia do Diário de Pernambuco, no dia 15 de maio de 1872, o articulista procurava chamar a atenção do subdelegado da freguesia do Recife para que o mesmo tomasse conhecimento do fato exposto:

Chamo sua atenção para um fato que diariamente se reproduz numa casa da Rua dos Guararapes e que revolta toda a vizinhança. Há alí uma preta velha, que todos os dias, e muitas vezes cada dia, é castigada pelos senhores de um modo que aperta o coração, e excita a indignação dos vizinhos. Os gritos e os queixumes da seviciada despertam pela manhã os vizinhos, e no correr do dia mais uma vez as mesmas cenas se reproduzem.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> “ No dia 19 de agosto, finalmente deixamos as praias do Brasil. Agradeço a Deus e espero nunca visitar outra vez um país escravocrata. Até hoje, se ouço um grito longínquo, lembro com dolorosa nitidez do que senti quando passei por uma casa perto de Pernambuco. Ouvi os mais terríveis gemidos e suspeitei que algum pobre escravo estivesse sendo torturado mas sabia que não havia nada que eu pudesse fazer, senti-me impotente como uma criança. Suspeitei que esses gemidos fossem de um escravo sendo torturado porque me disseram numa situação semelhante, que era isso que se passava” Cf. DARWIN, C. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Andes, Ilhas Galápagos e Austrália. vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 311. Supomos que Darwin, ao referir-se a Pernambuco, na verdade estava falando a respeito da cidade do Recife, que no período era também conhecida como cidade de Pernambuco, como o próprio autor cita ao falar dos recifes de coral que em parte localizava-se na cidade de Pernambuco.

<sup>237</sup> Para maiores detalhes a respeito das Posturas Municipais do Recife ver SOUZA, M. A. de A. **Posturas municipais do Recife Imperial**. Tomando como referência as Posturas publicadas em vários municípios de Pernambuco ver: MAIA, C. N. op. cit., 2008.

<sup>238</sup> Jornal do Recife, 15 de maio de 1872. apud GRILLO, M. A. de F. **O cotidiano da escravidão em Pernambuco 1850-1888**. Ano de Obtenção: 1989. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 1989. p. 58.

Mas, mesmo conhecendo os vergalhões e cortes causados pelas chibatadas, as celas escuras e insalubres da Casa de Detenção do Recife e o peso das gargantilhas de ferro, os escravos, libertos e livres pobres não se submetiam por completo às ordens das elites recifenses compartilhando alguns códigos culturais, entre esses a capoeira, por entre as frestas da dominação senhorial.

Lia-se em uma notícia do Diário de Pernambuco, ainda na primeira metade do século XIX, a respeito de algumas mulheres vendeiras que desfrutavam de sociabilidades pelas ruas do Recife sendo algumas delas capoeira.<sup>239</sup> Muitos desses personagens pertencentes às camadas mais baixas da população eram por vezes presos, como visto no tópico anterior, sob a designação genérica de terem cometido “desordens”, “distúrbios” ou estarem “vadiando”. Tais designações poderiam ser utilizadas para deterem indivíduos que estivessem brigando na rua, proferindo palavras injuriosas, participando de maracatus, fazendo exercícios próprio dos capoeiras, enfim, quaisquer atitudes que não condissessem com os padrões idealizados pelas elites e camadas médias da população recifense.

Preocupado com o “provincianismo” recifense e de sua estrutura urbana, o Barão, depois Conde da Boa Vista realizou intervenções estruturais na cidade. Foram pavimentadas, abertas e alargadas algumas ruas, bem como tiveram início as construções do Mercado de São José, Cemitério de Santo Amaro, Casa de Detenção e Teatro de Santa Isabel. Estas obras mostravam que o administrador pernambucano, que ficaria à frente da administração provincial de 1837 até 1844, estava buscando transformar aspectos da higiene urbana, segurança pública e diversão. Além desses edifícios públicos, foram ainda construídos ou reformados passeios públicos e iniciada também a distribuição de água encanada para algumas casas do Recife. Não obstante as mudanças empreendidas neste período – que nas palavras do professor do Liceu Provincial e do Ginásio Pernambucano, na década de 1840, Antônio Pedro de Figueredo, podiam se definir como “progresso” –, quase nada fora feito para amenizar a situação degradante em que viviam os escravos, libertos e livres pobres.<sup>240</sup>

Findo o Governo do Conde da Boa Vista, o Recife só passaria por outra grande transformação urbana já nas primeiras décadas do século XX. Seguindo os passos das transformações vividas na então capital federal, que teria entre outras consequências a

---

<sup>239</sup> SILVA, M. H. C. da. op. cit., 2004.

<sup>240</sup> Cf. ARRAIS R. P. A. 2001.; CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 1998. GUERRA, F. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3ªed. Recife: Itinerário, 1978.

Revolta da Vacina em 1904, e levantando a mesma bandeira da reforma higienista e da busca pelo “progresso” – no momento era mais conhecido por “modernismo” –, muitos dos antigos sobrados sombrios e altos descritos por Darwin foram demolidos, pois suas disposições arquitetônicas internas prejudicavam a circulação do ar nesses ambientes propiciando a proliferação de doenças.<sup>241</sup> Mas as diversas demolições de edifícios também se deram para que em seus lugares pudessem ser erguidos “arranhacéus” inscritos em uma arquitetura tida como “moderna”, na qual os traços deveriam prezar pela utilidade, racionalidade dos espaços internos e externos. Daí o uso, por exemplo, do combogó que propiciaria maior luminosidade no interior dos edifícios.<sup>242</sup>

Nesse período o bairro do Recife passou por profundas transformações sendo destruídos os imóveis que margeavam o porto a fim de abrir espaço para a construção de armazéns e da Avenida Alfredo. Rumando em direção oeste, outras dezenas de casas, o Pátio do Paraíso e a igreja do Corpo Santo também foram demolidos para o alargamento ou construção de várias outras ruas entre elas a Marquês de Olinda, Barão do Rio Branco e Duarte Coelho, que se afastavam do marco-zero da cidade em direção ao bairro de Santo Antônio, e assemelhavam-se à alguns dos principais portos europeus.<sup>243</sup>

Contudo, as transformações pontuais na fisionomia do Recife no período compreendido entre o final do governo do Conde da Boa Vista e as primeiras décadas do século XX não significaram a ausência de Posturas Municipais voltadas para organizar e disciplinar o ambiente físico da cidade, bem como a utilização dos espaços públicos e privados. Essas alteravam continuamente a configuração da urbe e a maneira de viver e conviver na mesma.

As Posturas Municipais geralmente determinavam qual o horário de funcionamento, quem poderia frequentar e qual a destinação do espaço público. Nesse sentido não só os espaços administrados pela municipalidade eram controlados, mas

---

<sup>241</sup> Para maiores detalhes a respeito das transformações urbanas e sociais no Rio de Janeiro nos primeiros anos da república ver CARVALHO, J. M. de. **BESTIALIZADOS: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

<sup>242</sup> Para as questões do rio ver MOREL, M. op. cit., 2005. Sobre as transformações do Recife consultar LUBAMBO, C. W. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.; Para Couceiro na virada do século XIX para o XX o Recife ainda permanecia com problemas de infra-estrutura decorrente da expansão de sua população. Desta forma a municipalidade era deficitária na prestação dos serviços de saneamento, saúde, abastecimento de água. Cf. COUCEIRO, S. C. op. cit., 2004.

<sup>243</sup> LUBAMBO, C. W. op. cit., 1991. ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2004.

também aqueles de propriedade privada que eram frequentados pela população. Assim determinavam, por exemplo, qual o horário de abertura e fechamento dos passeios públicos, como a população deveria se portar nos mercados, bem como a quem os mesmos se destinavam.<sup>244</sup>

Porém, nem sempre as maneiras de se usar o espaço público coincidiam com as propostas desenvolvidas pelas autoridades e executadas pelos arquitetos e urbanistas. Segmentos da população criavam ou resignificavam estes espaços, utilizando-os de novas formas. Assim surgiam novas maneiras de andar pela cidade, novos espaços de sociabilidade distintos e muitas vezes distantes daqueles planejados e impostos pelas Posturas. Eram operações, “maneiras de fazer” próprias. Segundo Certeau “uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível”.<sup>245</sup>

A opinião das camadas médias e das elites, expressa nos diversos jornais, ajudava as autoridades no controle de tais espaços denunciando as infrações da lei. Dessa maneira noticiava o Diário de Pernambuco no ano de 1887 as constantes infrações da lei que regulava o fechamento das portas das tavernas à noite, pois alguns desses estabelecimentos estavam funcionando até altas horas, inclusive em dias santificados, burlando a fiscalização.<sup>246</sup>

Neste conjunto eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operação” (maneiras de fazer), a uma outra espacialidade<sup>247</sup>

Essa “outra espacialidade” citada por Certeau e denunciada pelos jornalistas eram justamente os outros usos atribuídos aos espaços físicos por quem não compartilhava da visão de mundo das elites. Estas “maneiras de fazer” poderiam ir de um “ato de vandalismo”, como a destruição do patrimônio público ou privado, até simples atitudes como o consumo de roletes feito da cana-de-açúcar no Campo das

---

<sup>244</sup> APEJE, Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco (1850-1888). Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos.

<sup>245</sup> CERTEAU, M de. op. cit., 2002. p. 172-180.

<sup>246</sup> Diário de Pernambuco, 16 de dezembro de 1887.

<sup>247</sup> CERTEAU, M de. op. cit., 2002. p. 172.

Princesas, que emporcalhavam os bancos juntando formigas, como denunciado pela imprensa. Para o articulista tais fatos deveriam ser proibidos, pois não condiziam com os manuais da boa conduta de uma população civilizada solicitando para que a polícia tomasse providência a esse respeito.<sup>248</sup>

Em outra notícia, da América Ilustrada, falou-se das “belas marchas” que seriam tocadas nessa mesma praça, dignas de pessoas elegantes que poderiam apreciá-la tranquilamente.<sup>249</sup> Estas marchas se contrapunham ao que os articulistas consideravam, grotescos dobres, admirados pela população mais pobre, sendo alguns deles capoeiras. Assim noticiava o Correio do Recife:

Capoeiragem na frente da música – Merece uma séria providência, o fato de grande número de indivíduos, promotores de arruaças, saírem na frente das bandas musicais, promovendo desordens, dando tiros ao ar livre, quando não são em pessoas que estão despreocupadas.<sup>250</sup>

Com a chegada do período carnavalesco a preocupação com a manutenção do espaço público aumentava, fazendo-se publicar nos jornais circulares dos delegados solicitando uma maior providência e zelo por parte dos subdelegados locais. O Jornal do Recife publicou, por exemplo, a circular do delegado do 2º distrito solicitando que fossem tomadas providências para manter sem avarias *o material destinado ao saneamento da cidade* nos três dias de carnaval.<sup>251</sup>

O Recife era assim uma cidade com características comuns a tantos outros centros urbanos brasileiros. Enquanto a força policial e as Posturas buscavam separar, esquematizar e disciplinar a população (principalmente a dita como “perigosa”, ou seja, escravos, libertos e livres pobres) em questões referentes às estruturas de edificações públicas ou privadas, a economia urbana, a segurança pública, a higiene e bons costumes, esses grupos subalternos se valiam da “antidisciplina”, de práticas cotidianas

---

<sup>248</sup> América Ilustrada, 19 de setembro de 1880.

<sup>249</sup> América Ilustrada, 03 de outubro de 1880.

<sup>250</sup> Correio do Recife, 27 de janeiro de 1908; Correio do Recife 17.09.1904; APEJE, Secretaria de Segurança Pública, 1º Delegacia da Capital, Códice 433, Ano 1897 a 1898.

<sup>251</sup> Jornal do Recife, 24 de fevereiro de 1911.

de microrresistências como meio de confronto aos procedimentos, instrumentos e estratégias.<sup>252</sup>

Para tanto, “vagabundos, pedintes, horizontais, arruaceiros”, vendedores ambulantes, negros ao ganho, negras boceteiras, carvoeiros, carroceiros, trabalhadores de lojas e oficinas em geral (alguns desses praticantes da capoeira) precisavam ler, interpretar e reapropriar a cidade. A fim de escapar da sanha policial e da fiscalização, por exemplo, alguns desses personagens elegiam caminhos mais seguros a serem percorridos pelas ruas da urbe, criando nessas andanças laços de solidariedade com seus companheiros “marginais às outras camadas da sociedade” e utilizando-se da própria geografia da cidade com seus mangues e capoeiras para concretizar sua fuga.<sup>253</sup>

Embora estas astúcias lhes proporcionassem momentos de liberdade, nem sempre saíam da maneira imaginada. Uma dessas tentativas mal sucedidas foi descrita no jornal Correio do Recife sob a nota “Os Arruaceiros”. Segundo o articulista, os “desordeiros” que infestavam o Recife não perdiam a oportunidade de dar expansão as suas “arruaças”, e no momento em que andava pelas ruas uma guarnição descida de um navio de guerra, que era acompanhada por uma fanfarra, os capoeiras, manejando os cacetes, fizeram tropelias ferindo diversos indivíduos entre os quais um praça do 2º corpo de polícia. Dos “arruaceiros” apenas um foi capturado e preso. Tal indivíduo chamava-se Severino Mendes da Silva, hábil no manejo do cacete e do corpo, mas demorando em sua fuga, acabou sendo recolhido à cadeia no momento em que procurava projetar-se ao rio para fugir das autoridades competentes.<sup>254</sup>

Todavia, não só o aspecto físico da cidade contribuiu para que esta urbe se tornasse um esconderijo para aqueles fugitivos das investidas policiaescas. Não bastasse a já grande quantidade de livres de cor e libertos, ou em número menor de escravos transitando pelas ruas do Recife com os mais diferentes motivos em finais do século XIX, alguns fatores naturais e sociais iriam aumentar a misturas destes indivíduos na capital da província de Pernambuco nos últimos trinta anos deste século.

---

<sup>252</sup> Para o estudo dos procedimentos disciplinares na sociedade moderna ver: FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.; Para uma resposta a tal teoria ver o conceito de prática cotidiana em CERTEAU, op. cit., 2002.

<sup>253</sup> Para maior compreensão das táticas utilizadas pelas negras que trabalhavam nas ruas do Recife no século XIX ver SILVA, M. H. C. op. cit., 2004. Para as diversas maneiras das camadas populares interpretarem a cidade ver COUCEIRO, S. C. op. cit., 2004. Consideramos como população negra pretos livres, escravos, africanos, pardos, libertos como descrito em ARAÚJO, C. E. M. de.; [et. al.]. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>254</sup> Correio do Recife 29 de agosto de 1907.

Um desses fatores foi à crise que atingiu a lavoura da cana-de-açúcar e do algodão na década de 1870, fazendo com que os preços desse produto caíssem vertiginosamente, aliado à implantação dos engenhos centrais nas últimas décadas dos Oitocentos, propiciando um êxodo de escravos, mais principalmente de pequenos proprietários, que perderam suas terras ou foram expulsos pelos latifundiários para a cidade do Recife.<sup>255</sup> Esses fatores aumentaram ainda mais a circulação de escravos e livres pobres nas ruas desta cidade. Alie-se a essa conjuntura a grande seca que assolou quase toda a região, entre os anos de 1877 e 1879, expulsando milhares de pernambucanos do Sertão e Agreste principalmente para a Zona da Mata, nas circunvizinhanças do Recife, indo vários deles se alojar também nessa capital.<sup>256</sup>

Pode-se citar ainda como fator contribuinte ao aumento da população de cor liberta nas ruas da cidade, dificultando ainda mais o trabalho da polícia, a Lei do Ventre Livre. Promulgada pelo Gabinete Conservador Rio Branco, permitia a alforria do escravo nascido posteriormente a vigência da mesma e ainda efetivava, do ponto de vista do Direito Positivo, o acúmulo de pecúlio por parte da escravaria, podendo ter este a preferência na compra de sua alforria depois de um arbitramento de avaliadores para determinarem o valor da mesma, assim como mandava libertar todos os escravos que não possuíssem matrícula até 1871. Estas duas últimas resoluções da Lei do Rio Branco, aliás, teve uma efetivação maior contribuindo de fato na libertação dos escravos, o que não pode ser verificado em relação da primeira.<sup>257</sup>

Assim, no avançar dos anos de 1880, o Recife virava uma “cidade esconderijo”. Sua disposição natural com mangues e capoeiras; sua disposição física com becos e ruas pouco iluminados, estreitos, repletos de mocambos; aliada à grande desorganização, ou mudando de perspectiva, organização de escravos, escravos fugidos, libertos, livres

---

<sup>255</sup> Para a crise da lavoura da cana ver EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas, 1977. Para as consequências na queda do preço do algodão e da cana no Recife ver BARROSO FILHO, G.. **Crescimento Urbano, marginalidade e criminalidade**: o caso do Recife (1880-1940). Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 1985.

<sup>256</sup> HOUNIE, E. V. R. G. **De retirante a trabalhador**: a grade seca de 1877-1879 e a organização do mercado livre em Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 1992.

<sup>257</sup> Para a crise da lavoura da cana ver EISENBERG, P. L. op. cit., 1977.; Para as consequências na queda do preço do algodão e da cana no Recife ver BARROSO FILHO, G.. op. cit., 1985.; Para maiores aprofundamentos a respeito da Lei do Ventre Livre ver COSTA, L. L. da. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Abolição em Pernambuco**, 1871-1888. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 2007. Além desse dispositivo não podemos esquecer do crescente número de sociedades abolicionistas que trabalharam em prol das alforrias e manumissões. Para maiores detalhes da participação das sociedades abolicionistas em Pernambuco ver: GRILLO, M. A. de F. op. cit., 1989.

pobres que circulavam, misturavam-se, mentiam e omitiam, buscando burlar a vigilância dos mantedores da ordem em um constante vai-e-vem, transformavam essa cidade em refúgio para muitos daqueles descritos como as “classes perigosas”. Somavam-se a esses, vários personagens de outras províncias e até mesmo imigrantes que chegavam à cidade buscando trabalho, aumentando assim os conflitos existentes.<sup>258</sup>

Marcus Carvalho analisou os dados referentes ao ano de 1828 e contabilizou a população dos bairros centrais do Recife em aproximadamente 25.678 pessoas das quais 17.743 eram livres ou libertos e 7.935 escravas, aumentando para 40.977 habitantes no censo, analisado pelo mesmo e divulgado em 1856, dos quais 33.220 eram livres ou libertos e 7.707 escravos. Gonçalves de Mello, tendo como base informações publicadas no Diário de Pernambuco de 11 de janeiro de 1873, divulgou ter os bairros centrais do município do Recife 64.840 indivíduos, dos quais 57.866 eram livres ou libertos e 6.974 cativos.

Nota-se que enquanto a população escrava permanecia praticamente a mesma em termos absolutos diminuía drasticamente em números percentuais, pois no ano de 1828 os cativos representavam 30,9%, caindo para 18,8% em 1856 e para 10,7 em 1873. Um ano antes, ou seja, 1872 os escravos representavam cerca de 13% da população, mas somados aos pretos livres pobres e libertos perfaziam 56,4% de toda a população. Estes dados mostram o trabalho das autoridades policiais para distinguir entre a população de cor, quem seria ou não escravo.<sup>259</sup>

Mesmo diminuído em números percentuais, fizeram-se presentes cotidianamente pelas ruas do Recife durante quase todo o século XIX cerca sete mil escravos, além de milhares de libertos e livres de cor que dificultavam sobremaneira o trabalho das diligências policiais. Ambos sabiam aproveitar as fissuras do sistema e utilizavam de suas astúcias para transitarem cotidianamente, viverem e sobreviverem em uma sociedade que procurava reprimir e disciplinar seus hábitos e atitudes.

---

<sup>258</sup> Para Sylvia Couceiro, “em finais do século XIX, a atração exercida pelo Recife, um dos principais centros de comercialização do país, vai gradativamente crescendo. A importância do seu porto, sua posição de destaque nas áreas político-administrativa, financeira e cultural e o estabelecimento, ainda que incipiente, das primeiras atividades fabris ampliaram a função da cidade como pólo e centro dinâmico da economia regional, transformando seu quadro demográfico. Para o Recife dirigiam-se rapazes de família rica para completar seus estudos na Faculdade de Direito, comerciantes em busca de estabelecer-se na praça, melhorar seus negócios, e trabalhadores do campo, que fugiam das secas periódicas e das condições de trabalho impostas pela agroindústria açucareira.” Cf. COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003. p. 27.

<sup>259</sup> CARVALHO, M. J. M. de **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850 – 2ª** – Recife: UFPE, 2010.; MELLO, J. A. G de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840 – 1889)**. Recife: Diário de Pernambuco, S/D vol. II. ARAÚJO, C. E. M. de. op. cit., 2006.

Era normal saírem notas nos jornais a respeito das fugas de escravos citando que os mesmos tinham por mania se dizerem forros em busca de trabalho. Em outras ocasiões estes buscavam assentar praça no Exército ou na Armada como maneira de fugir dos flagelos da escravidão.<sup>260</sup> Outras vezes fugiam para dentro da própria cidade, as chamadas fugas para dentro, como fez o crioulo Severino que fugiu de Olinda em dezembro de 1860 e que fora visto na Várzea, conforme notícia publicada em novembro de 1861.<sup>261</sup>

Estes escravos não podiam ser vistos apenas como arredios ou rebeldes, desprovidos de qualquer consciência política nos seus atos. Pelo contrário, eles criavam lugares de sociabilidade dentro do espaço vigiado da cidade redefinindo significados da liberdade e do cativo. Para que tais escapadas tivessem êxito, os escravos se valiam de várias astúcias, trocavam de nome, se diziam forros, ou algumas vezes escolhiam um senhor menos rigoroso para servir.<sup>262</sup>

Já os libertos ou livres pobres por vezes se diziam escravos no momento da apreensão policial. Desta forma procuravam ludibriar a autoridade policial, pois sendo escravo provavelmente seu dono requisitaria a devolução da sua peça. Essa artimanha foi talvez utilizada por Francisco da Motta Ribeiro que, após ferir com uma navalha a Manoel Francisco Ferreira, empregado do Hotel Chinês, disse ser escravo do bacharel em direito Doutor Manoel Henrique Cardim, no momento em que era levado para prisão. Tanto os livres pobres, libertos como os escravos percebiam as relações de poder no ambiente em que viviam, designando muitas vezes como seu senhor alguém com influência e prestígio na sociedade recifense.<sup>263</sup>

Em finais de 1888 esse quadro sofreu uma significativa mudança com a saída de cena dos escravos. Porém, a quase totalidade desses personagens passou a engrossar as fileiras das camadas mais pobres da sociedade. Para Clarissa Maia pouco ou quase nada

---

<sup>260</sup> MAIA, C. op. cit., 2008.

<sup>261</sup> Diário de Pernambuco, 25 de novembro de 1861.; Para maiores aprofundamentos a respeito do conceito de Liberdade para a população escrava ver CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010.; CHALHOUB, S. op. cit., 1990.

<sup>262</sup> Enganar a autoridade policial com informações falsas poderia ser considerada uma das táticas de resistência cotidiana empreendidas pelas camadas populares para burlar o controle racionalizado concebido pelos governantes. Para esta análise estamos nos embasando no conceito de tática de Certeau. Cf. CERTEAU, M. de. op. cit., 1994. Para outras táticas empreendidas por escravos, libertos e livres pobres ver: CARVALHO, M. J. M. de op. cit., 2010; CHALHOUB, S. op. cit., 1990.; ARAÚJO, C. E. M. de. op. cit., 2006.

<sup>263</sup> APEJE, Polícia Civil, Códice 206, Ano 1888. Não foi possível saber a real condição de Manoel Henrique, embora tivesse dito ser escravo, o código da polícia não lhe insere em tal classe. Sabe-se que alguns escravos, quando recebiam a carta de alforria do seu senhor, incorporavam seu sobrenome em agradecimento a tal ato, mas não é o caso descrito, pois o mesmo continuava a ser escravo, sendo raro o nome composto entre a escravaria. Ver ARAÚJO, C. E. M. de. op. cit., 2006.

se alterou na maneira da polícia agir com as “classes perigosas” antes da abolição ou após a mesma, assim como no período Imperial ou Republicano. A “suspeição generalizada” ainda era a ordem do dia, e nesse contexto, os indivíduos que faziam parte das camadas subalternas, em sua maioria negros, eram vistos com desconfiança, sendo por vezes presos sem ao menos ter nota de culpa formada.<sup>264</sup>

Mas não eram apenas os escravos que apanhavam da polícia, sendo esta uma prática comum na repressão urbana, que atravessou o Império chegando ao período Repúblicano. Uma notícia do Diário de Pernambuco de 1904 dá o tom dessas investidas policiais noticiando que no dia 23 de março as seis horas da tarde um grupo de capoeiras faziam “brilhanças” no Pátio do Terço quando, para acabar com tais “tropelias”, a cavalaria de polícia investiu contra os populares, agredindo-os com suas espadas.<sup>265</sup>

Assim como no caso da atividade policial descrita por Clarrisa Maia, poucas também foram as transformações da estrutura urbana na cidade no período de transição entre Império e República, permitindo a observação do Recife a partir da obra publicada em 1899 pelo cidadão português Antônio Joaquim Barbosa Vianna, um dos muitos viajantes europeus que estiveram e fixaram residência em Recife durante o século XIX. O livro de Vianna, “Recife, capital do estado de Pernambuco”, chamou atenção pela descrição dos bairros centrais da cidade nos seus 15 capítulos, fornecendo uma representação escrita desta.<sup>266</sup> Nesses o autor vai discorrer sobre diversos assuntos: a economia, alguns homens notáveis nas letras, os diversos governadores e altas

---

<sup>264</sup> Para maiores esclarecimentos a respeito da opressão policial aos escravos, libertos e livres pobres ver SILVA, W. B. op. cit., 2003.; MAIA, C. N. op. cit., 2001. Sobre a não formação de nota de culpa é possível ver inúmeros processos no Memorial de Justiça de Pernambuco bem como em notas a respeito das saídas da CDR nos diversos jornais que circularam no Recife de finais do século XIX e início do XX. O termo “suspeição generalizada” foi cunhado por Silvia Lara no sentido de revelar o estabelecimento, por parte das autoridades, de uma prevenção frequente contra os negros de qualquer condição. Todavia, pode-se estender tal conceito para época republicana, quando as camadas populares eram vistas da mesma forma.

<sup>265</sup> Jornal do Recife 23 de abril de 1904.

<sup>266</sup> O conceito de Representação de Roger Chartier está sendo utilizado nesse trabalho como possibilidade de se analisar o discurso construído por um indivíduo pertencente às elites pernambucanas e que reflete, em parte, a visão de mundo de seus pares. Estas representações coletivas são um conjunto de bens simbólicos que se materializam em um discurso, seja ele escrito, imagético ou oral atuante na memória coletiva de um grupo ou sociedade. Assim, quando um personagem busca expor suas ideias, antes que as mesmas se materializem em algum suporte, recorrem a “mecanismos de percepção do real” que nada mais são do que a visão de mundo construída e apreendida por meio de uma teia de memórias e experiências adquiridas e vividas por este. Dessa maneira, quando o indivíduo passa a se expressar por meio da linguagem, ou seja, a partir do momento em que ele começa a construir seu discurso, é dado um sentido à realidade, sendo este sentido uma hibridização entre a visão de mundo pré-definida e suas experiências vivenciadas. A partir disso é que Chartier afirma não haver discurso neutro, estando ele associado aos interesses dos grupos sociais em que ele foi proferido.

personalidades da Igreja Católica de Pernambuco, a educação, o lazer, a justiça, a polícia, hospitais.<sup>267</sup>

Segundo o próprio autor, sua intenção era fazer uma descrição do Recife não nos seus aspectos literários ou históricos, mas sim transmitir uma ideia do que era esta cidade, sendo tão exato quanto possível. Neste sentido, Barbosa Vianna teve provavelmente a intenção de traçar itinerários a fim de capturar cada recanto da urbe, mostrando o que *é a capital de Pernambuco, que em geral, não se conhece*. Mesmo sendo um cidadão português, percebe-se sua identificação com a cidade. Esta pode ser vista em alguns exemplos: *a bela cidade que é capital de um frutuoso estado do Brasil* ou ainda *esta bela cidade e heróica terra, onde há mais de trinta anos temos recebido como estrangeiro o mais afável acolhimento*, como também pela descrição feita de alguns trechos do Recife.<sup>268</sup>

Robert Darnton já expôs as dificuldades de se fazer uma descrição histórica de um centro urbano. Para ele *as possibilidades parecem infinitas ou, pelo menos, suficientemente numerosas para terem um efeito paralisante*. Pois, como pode alguém traduzir em palavras *a verdadeira ideia de uma cidade, especialmente quando alguém gosta da cidade e o suprimento de papel é interminável?*<sup>269</sup> O Recife para Vianna era uma “bela” cidade e seu futuro seria “promissor”, junto com o Estado a qual pertencia. Mas afora tais adjetivações qual era o Recife descrito por este autor?

As representações construídas sobre o Recife nas páginas do livro “O Recife, capital do estado de Pernambuco” refletiam a visão de um indivíduo pertencente às elites recifenses, e o que era dado ao leitor era aquilo que o autor queria transmitir, ficando nas entrelinhas o desejo de representá-lo como uma cidade na qual os alicerces já estavam postos para que ela e Pernambuco desempenhassem um importante papel

---

<sup>267</sup> Embora fosse um cidadão lusitano este personagem estava bem integrado a vida no Recife já vivendo a algumas décadas na cidade, o que fez com que muitas de suas representações fossem possivelmente semelhante a de outros membro das elites locais, mais especificamente das elites urbanas. Vianna nasceu no ano de 1851, mudando-se para as terras pernambucanas por volta de 1869, com aproximadamente 18 anos. Atuou no ramo do comércio de ferragens além de escrever algumas prosas, figurou em alguns periódicos pernambucanos. Também foi membro da Academia Pernambucana de Letras, diretor do Gabinete de Leitura, procurador do Real Hospital Português, cônsul de Portugal em Pernambuco e ainda integrante do Conselho da Ponte do Lima. VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970.

<sup>268</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 11/12.

<sup>269</sup> DARTON, R. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 142 Concomitante às análises das descrições apresentadas do que era o Recife para Vianna, também foram consultadas outras documentações como processos judiciais, códices de polícia, jornais no intuito de preencher as lacunas existentes no discurso deste autor. A intenção não é contrapor a visão de mundo do autor, nem extrapolar seus sentidos e sentimentos a respeito da cidade, mas sim buscar compreender o Recife por meio de outras lentes e não só a de burguês comprometido em passar a ideia de uma cidade moderna.

econômico no mundo. Por outro lado muitos dos silêncios encontrados nas representações construídas por Antônio Vianna revelam outro Recife, ou não conhecido ou não lembrado propositalmente pelo autor, não sendo possível, na maioria das vezes, identificar os porquês desses silêncios.<sup>270</sup>

Outros documentos permitem, contudo, conhecer a cidade não vista e/ou dita por Vianna, deixando entrever fragmentos do cotidiano das camadas populares, dentre estes dos capoeiras, inseridos no ambiente urbano. Assim, tem-se a descrição física do meio urbano e as “maneiras de fazer” de um segmento da sua população. Tal atitude se justifica na medida em que parte do objetivo deste trabalho é perceber a vivência e convivência dos capoeiras na cidade do Recife, conseguindo tal intento através da análise relacional das fontes.<sup>271</sup>

Para apresentar a cidade o autor se propôs acompanhar um passageiro fictício que supostamente desembarcaria no Lamarão, indo de lá em direção a barra aonde podia se observar a cidade de Olinda a direita. Depois de passar por alguns prédios públicos como a fortaleza do Brum, a estação de ferro, o arsenal da Marinha “que acaba de ser extinto” até que se chegasse a Lingueta, ou praça do Comércio (primeiro ponto de desembarque), onde ao sul se encontrava o prédio da Associação Comercial. Continuando a se deslocar pelas águas do Capibaribe em direção ao oeste, o visitante chegaria à Alfândega de onde poderia ser vista a Casa de Banho, caso olhasse em direção ao mar.<sup>272</sup>

Até esse momento Vianna apenas descreveu o que segundo ele seria o Recife para aqueles que chegassem à cidade de barco até desembarcarem na Alfândega. Nota-

---

<sup>270</sup> A constatação de ser uma visão burguesa e católica à descrita pelo autor se baseia no fato do mesmo, nos seus 15 capítulos, dar ênfase a grandes lojas de comércio; bancos; instituições públicas como hospitais, faculdades, escolas; prédios administrativos do governo, da municipalidade, da justiça; passeios públicos, praças, teatros; a relação de todos os grandes templos católicos do Recife, bem como a lista dos nomes dos Bispos que estiveram em Pernambuco desde 1677 até 1892; relação dos Governadores, sejam eles da Província ou do Estado desde o ano de 1630 até 1899; assim como uma relação de “homens notáveis nas letras” os quais eram representados em sua maioria por religiosos, funcionários públicos e políticos, não sendo relacionado os cordelistas que já a essa época vendiam suas folhas-volantes pela cidade, não sendo assim, considerados “notáveis nas letras” pelo mesmo. Para maiores detalhes a respeito do cordel como fonte histórica e de suas representações ver: GRILLO, A. de F. op. cit., 2005.

<sup>271</sup> Sylvia Couceiro definindo o objetivo de sua tese ressaltou que procurava “...perceber os lugares da cidade – bairros, ruas, esquinas, becos, pátios – não apenas nas suas relações funcionais com os habitantes da cidade, como simples locais de passagem, circulação ou de distribuição e venda de produtos, mas como espaços carregados de história, de memórias e experiências vivenciadas por sujeitos ou grupos sociais.” COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003. p. 26. É neste sentido, de perceber a cidade como um conjunto formado pelo espaço físico e pelos atores que se apropriam destes territórios, que procuramos identificar o cotidiano dos capoeiras e suas táticas de microrresistências. Estes poderiam estar presentes nos silêncios do discurso de Vianna, e conseguimos fazê-los aparecer a partir da análise de jornais, processos crimes e códices da polícia. Idem p. 18-24.

<sup>272</sup> Ibidem. p. 24 e 25.

se, nessa descrição, a ausência dos tão citados vendedores ambulantes que povoavam as ruas da cidade, principalmente nas imediações da Alfândega e das estações de trem e bonde. Outros visitantes que estiveram no Recife no início do século XIX, a exemplo de Koster, comentavam a presença desses vendedores, os quais ainda permaneciam nas ruas da cidade na década de 1930, quando Agamenon Magalhães encampou uma campanha para a retirada desses comerciantes de tabuleiro do centro do Recife. Uma notícia de jornal de 1875 demonstrou, por exemplo, a presença de ambulantes nas ruas da capital pernambucana, bem como as medidas tomadas pelas autoridades no intuito de restringir a circulação dos mesmos pelas ruas da urbe. Esclarecia a notícia que ficava *proibida nas ruas e praças da cidade venda de legumes, hortaliças, frutas, aves, peixes, etc.* Apesar de tantos exemplos da presença desses vendedores circulando pelas ruas do Recife, na obra de Vianna o silêncio sobre esses personagens se faz significativo.<sup>273</sup>

Alguns desses ambulantes estavam envolvidos diretamente nas bulhas existentes na cidade: No dia 28 de junho de 1908 o “desordeiro” Antônio Alves, vulgo Carne Guisada, procurou fazer “uma das suas”, e após percorrer a Rua Imperial em busca de um pretexto para “arreliar-se”, encontrou na subida da Ponte de Afogados um vendedor de amendoins e outras guloseimas. Após comer, Alves quis sair sem pagar, o que gerou uma contenda entre eles, sendo o bastante para Carne Guisada espancar o vendedor e se atirar ao rio quando da chegada da polícia. Na fuga acabou perdendo as forças e iria morrer afogado se não fosse Paulino José dos Santos, vulgo Adama, capoeira conhecido, que o ajudou a subir no seu barco.<sup>274</sup>

Não seria a primeira vez que Adama estaria em companhia de um contraventor em seu barco, parecendo mesmo que esse “conhecido desordeiro” tinha gosto pelas águas. Em determinada ocasião, por exemplo, este pescava às duas horas da tarde na Barreta junto com Antônio José dos Santos – ou Antônio Roque – com bombas de dinamite, quando foram surpreendidos pelos marinheiros da polícia marítima ainda em alto mar, sendo levados para a Casa de Detenção do Recife. Esses casos de Adama e de Carne Guisada exemplificam as muitas reapropriações que os capoeiras faziam dos espaços urbanos, principalmente do rio, que aparece nos dois casos como espaço

---

<sup>273</sup> KOSTER, H. op. cit., 1978. Alguns historiadores citaram a presença desses personagens pela rua do Recife no século XIX e primeira metade do XX. Ver: MACIEL, H. C. da S. op. cit., 2004. ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2001. Jornal do Recife, 03 de set de 1875.

<sup>274</sup> Correio do Recife, 30.06.1908.

privilegiado para essa gente. Tais usos, todavia, não são descritos no texto do cronista português, cioso de uma cidade ‘moderna’, mas apenas nos autos da polícia.<sup>275</sup>

Da Estação Central da Companhia Ferro Carril de Pernambuco passando pela Rua Barão do Triunfo, o autor dava continuação a sua perambulação pela cidade. Ao carro da linha da Madalena, que saía da Estação Central e possuía a tabuleta encarnada, passava-se pela “antiga” Rua do Brum – que no período em que o autor escrevia se chamava Barão do Triunfo –, onde estavam localizados vários armazéns de açúcar e a maioria das fundições; chegando, depois, a Rua Visconde de Itaparica, “antiga” do Apolo. Além desses armazéns, estavam localizadas as oficinas, ficando próximo daquele local a Torre do Arsenal da Marinha.<sup>276</sup>

No regresso ao bairro do Recife, o autor afirmava que os carros de todas as linhas faziam um trajeto diferente daquele feito na partida, tomando a direção sul assim que desciam a Ponte Buarque de Macêdo, margeando o cais, passavam próximo ao Arco da Conceição que ficava na cabeceira da Ponte 7 de Setembro, entrando na Rua Marquês de Olinda. Seguindo em frente tinha-se a Rua Madre de Deus à direita da qual existe uma igreja com o mesmo nome e logo depois o prédio da Alfândega. Chegando a Rua Marquês de Olinda, subindo do oeste para o leste, passava-se pelo lado posterior da Igreja do Corpo Santo e tomando a direção norte, pela Rua do Bom Jesus, viam-se os prédios da Caixa Econômica e do Correio. Um pouco mais a frente deparava-se novamente com o edifício do Arsenal da Marinha, “que acaba de ser extinto”, e sua torre, na qual funcionava nos últimos andares observatório metrológico.<sup>277</sup>

Embora tal Arsenal tivesse sido extinto, segundo Vianna ainda havia permanecido no Recife a Escola de Aprendizes de Marinheiro, local ao qual eram remetidos alguns mancebos tidos por “desordeiros” a fim de corrigir seus hábitos tidos como maus. Um possível candidato a frequentar tal escola poderia ser o menor que, ao lado do indivíduo de nome Sebastião José Francisco fazia exercícios de capoeira na Rua Augusta.<sup>278</sup> Já na noite do dia 24 de janeiro de 1909 o desordeiro Antônio de Souza Botelho se achava à frente de um grupo de aprendizes de marinheiro, fazendo “arruaça” quando da passagem da banda de música do 1º corpo de polícia. No conflito houve a

---

<sup>275</sup> Correio do Recife, 02.04.1909.

<sup>276</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 25/26.

<sup>277</sup> Para se ter uma visão melhor dos bairros separou-se os trechos correspondentes dos mesmos nos diversos trajetos descritos pelo autor. VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 23-34.

<sup>278</sup> Correio do Recife, 31 de outubro de 1907. É possível que Sebastião Francisco já fosse um conhecedor da capoeira e estivesse ensinando seus “trucs” para este menor que infelizmente não foi denominado na notícia. Carlos Líbano Soares encontrou para o Rio de Janeiro alguns chefes de maltas que ensinavam os movimentos da capoeira para os mais novos, estes conhecidos por caxinguelês.

utilização de revólveres e cacetes, sendo presos Juvenal Nascimento, Cícero Gomes de Barros, Geraldo Alves do Nascimento e Herculano do Rego Barros.<sup>279</sup>

Saindo do bairro do Recife, palco deste último conflito, o autor passou a descrever ainda na linha de Afogados os bairros de Santo Antônio no momento em que o bonde vindo daquele bairro descia a ponte Buarque de Macêdo. Assim, via-se logo adiante a Praça da República e em seu centro o Quartel de Cavalaria; indo em direção à Rua 15 de Novembro, observava-se ao norte o Palácio do Governo; a oeste o teatro Santa Izabel e mais ao sul o Liceu de Artes e Ofícios; nas adjacências dessa praça ainda existiam os prédios da Escola de Engenharia e o Paço Municipal.<sup>280</sup>

Entrando na Rua 15 de novembro, do lado direito ficava o sobrado do Senado do Estado no andar superior, estando nos dois pavimentos inferiores o Quartel do 2º Corpo de Polícia – local onde hoje está localizado o Palácio da Justiça – e logo adiante o Convento e a Igreja de São Francisco e da Ordem Terceira e seu hospital. Ainda nessa mesma rua via-se no prédio junto ao do Paço Municipal um templo maçônico e na casa da direita – pra quem olha para o edifício – o Gabinete Português de Literatura; outras instituições faziam-se presente nessa rua como o Telégrafo Nacional sob o número 29, o Fórum sob o 55 e ainda as oficinas dos jornais A Concentração, O Comércio de Pernambuco, O Jornal do Recife, A Província; já O Estado de Pernambuco tinha parte de suas oficinas nessa rua e a outra na 1º de março que lhe ficava perpendicular e dava para a Ponte Sete de Setembro.<sup>281</sup>

Uma parcela do aparelho jurídico e administrativo de Pernambuco como também importantes instituições da imprensa e da polícia estavam localizadas nesse trecho da cidade. Dessa forma, partes dos poderes legislativo, executivo, judiciário, além das forças policiais do 2º corpo de polícia e da cavalaria estavam reunidas ali, não sendo esse fator suficiente, entretanto, para impedir as “tropelias e arruaças” praticadas pelos capoeiras. Foi por meio de um desses veículos de informação, localizados à Rua 15 de novembro, que foram denunciadas as façanhas que praticavam os capoeiras, dentre eles Vicente Ferreira de Jacinto, vulgo Guindaste, o único que foi recolhido à Casa de Detenção.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup> Correio do Recife, 25 de janeiro de 2009 A notícia do jornal não nos informa se o mesmo era ou não capoeira, mais a conjuntura do fato é possível que o mesmo estivesse desempenhando papel semelhante ao de Sebastião José Francisco.

<sup>280</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970 p. 26.

<sup>281</sup> IDEM, p. 26.

<sup>282</sup> Jornal do Recife, 30.05.1903.

Voltando à construção do espaço urbano representado por Vianna, ao cruzar-se a Rua 1º de Março e Praça da Independência – outrora denominada da Polé – podia-se pegar o caminho da Rua do Cabugá, onde no final da qual estava localizada a Matriz de Santo Antônio cita à Praça Saldanha Marinho. Seguindo o trajeto do bonde pela Rua Barão da Vitória observava-se à esquerda a Igreja da Nossa Senhora da Conceição dos Militares e à sua frente a Ponte da Boa Vista. Após descer a mesma, já no bairro homônimo, tal transporte entrava na Rua Imperatriz, na qual via-se ao seu final a Igreja Matriz e a direita a Praça Maciel Pinheiro. Contornando-a pelo lado sul, tinha-se a Rua do Aragão e seguindo por ela, girando mais a frente para a esquerda, deparava-se com o pátio de Santa Cruz com a igreja de mesmo nome.<sup>283</sup>

Neste local se celebrava a festa de Santa´Anna. Tendo a Confraria de Santa Cruz organizado no dia 18 de agosto de 1901, tal comemoração com a imponência de costume, ao findar a missa saiu a imagem da santa em procissão acompanhada por grande massa popular e a música do 40º Batalhão do Exército, encerrando as comemorações por volta das sete horas da noite.<sup>284</sup>

Todavia, nem sempre as procissões religiosas acabavam sem maiores problemas. Em março de 1904 os populares que passavam pela Rua da Concórdia, acompanhando uma procissão, apedrejaram uma igreja evangélica quebrando vidraças e grades. O articulista do Correio do Recife solicitava maior atenção da polícia quanto a tais atos, lembrando que os mesmos feriam a Constituição Republicana que garantia liberdade de culto.<sup>285</sup>

Já na noite do dia 18 de setembro de 1903 foram os capoeiras que fizeram “tropelias” quando a banda da polícia se retirava da novena de Nossa Senhora do Livramento, saindo alguns “desordeiros” feridos do “sarrilho” provocado.<sup>286</sup> Oito meses depois o Jornal do Recife destacava:

Capoeiras – Ontem, pela manhã, quando dirigia-se para a Campina do Bodé o 34º Batalhão de Infantaria, no Pátio do Terço, os capoeiras

---

<sup>283</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970 p. 27.

<sup>284</sup> Jornal do Recife, 20 de agosto de 1901.

<sup>285</sup> Correio do Recife, 18 de março de 1904. Vale lembrar que a própria Constituição do Império permitia liberdade de culto contanto que fossem praticados em edifícios sem aparência de templo na sua fachada externa. Ver REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010.

<sup>286</sup> Jornal do Recife, 18.09.1903 – falar sobre as festas dentro das festas.

praticaram bravatas. Um Gazeteiro, cujo nome não souberam dizer, vibrou forte cacetada na cabeça de um seu companheiro, ferindo-o.<sup>287</sup>

O fato do articulista ter citado que o gazeteiro havia atingido seu companheiro sugere que nem sempre as maltas que vinham à frente da música eram rivais e enquanto estes não apareciam os companheiros de música e capoeira aproveitavam para exercitar suas habilidades.

Não era raro, portanto, que os adros e pátios onde se localizavam as igrejas do Recife também fossem utilizados por vários “arruaceiros” para dar expansão as suas vontades: foi noticiado no Diário de Pernambuco do ano de 1885, por exemplo, que por volta das 10 da noite do dia 30 de junho *um valentão armado de faca de ponta e postado no botequim no Pátio do Paraíso onde se vende gengibirra, ameaçava céos e terra com a tal bicuda.*<sup>288</sup> Estes locais acabavam por ser redesenhados por esses personagens, distanciando-se das formas concebidas pelos administradores da urbe.

A maior parte dos centros católicos do Recife foram descritos na obra de Vianna, mas o discurso do autor silencia no que tange a informações sobre os locais destinados a realização de práticas religiosas não católicas. O próprio citou que existiam “várias casas sem forma de templos, onde se pratica o culto acatólico”, referindo-se apenas a Igreja dos Ingleses cita à Rua do Rio Branco e a Presbiteriana na Rua Marquês do Herval. Contudo, o preconceito para com as religiões de divindades e entidades [de origens africanas] era ainda maior, não chegando o autor a descrever nenhuma. Percebe-se assim que o Recife deveria ser mostrado como uma cidade principalmente católica e no máximo com uma influência mínima de outras religiões cristãs.<sup>289</sup>

As matérias publicadas nos jornais mostravam que a liberdade de culto reivindicada no apedrejamento da igreja evangélica não chegavam a beneficiar os praticantes da religião que tivessem influências africanas e/ou indígenas, mesmo que o Código Criminal do Brasil, desde o tempo do Império, não prevesse como conduta ilegal a prática de tais religiões.<sup>290</sup> Estas ainda seriam perseguidas durante as primeiras décadas do século XX. A matéria publicada no Jornal do Recife de 1911 informava que mais de dez pessoas haviam sido presas pelo subdelegado de Areias perto da meia-noite,

---

<sup>287</sup> Jornal do Recife, 21 de maio de 1904.

<sup>288</sup> Diário de Pernambuco, 01 de julho de 1885.

<sup>289</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970 p. 126; Uso os termos divindades e entidades seguindo o conceito de Ivaldo Marciano, no qual ele afirma serem estas religiões de raízes ou influências africanas, indígena e católica.

<sup>290</sup> Ver REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010.

em um “templo” amarelo, onde se dizia funcionar um catimbó. No local foram encontrados *01 santo, 03 velas, 02 cachimbos, 01 rolo de fumo, 01 rosário, casca de jurema, jucá e velame, além de 1\$560 em dinheiro*. Ainda em 1911 o soldado asilado de nome Manoel Pedro de Oliveira foi preso, e com ele apreendidos *utensílios daquele gênero de feitiçaria*, no momento em que se ocupava do catimbó em Boa Viagem.<sup>291</sup>

Ivaldo Marciano levantou uma hipótese a respeito da ligação de capoeiras com religiões de divindades e entidades. Para ele, estes personagens possuíam algum vínculo com o catimbó, uma vez que a tradição oral fazia alusão aos “corpos fechados” desses indivíduos, não tendo encontrado, porém, nenhum exu ou mestre da jurema dizendo ter sido capoeira no passado. Por outro lado, embora não se tenha evidências que comprovem diretamente a participação de capoeiras nessas religiões, alguns documentos nos sugerem pistas, indícios de tal ligação.

A própria matéria do Diário de Pernambuco do dia 07 de agosto de 1885, referida acima, citava o soldado catimbozeiro Manoel Pedro de Oliveira. Esta referência indica que os capoeiras estavam muito próximos dos praticantes de tais religiões, uma vez que eram figuras constantes na frente das bandas e nos quadros da própria corporação militar, por causa dos seus locais de moradia uma vez que as casas de catimbó, xangô, candomblé estavam, quase sempre, localizadas nas regiões de moradia das camadas subalternas.<sup>292</sup>

Um exemplo da constância dos capoeiras à frente das bandas podia ser vista no Jornal do Recife que circulou pelas ruas da cidade homônima, no terceiro dia do mês de agosto, do ano de 1901, noticiando em uma de suas páginas que no dia primeiro do mesmo mês, as nove e meia da noite, diversos capoeiras vinham à frente das bandas dos 2º, 27º, 34º e 40º batalhões do exército.<sup>293</sup> Todavia existem outros rastros, uma vez que ter relacionamento no trabalho ou no local de moradia não implica em ter todos os códigos culturais em comum.

José Paulino dos Santos, mais conhecido por Adama, capoeira conhecido, por exemplo, foi durante vários anos diretor do Maracatu Oriente Pequeno ao longo da primeira década do século XX. Como os maracatus naquela época estavam ligados a terreiros de candomblé e xangô seria muito difícil um de seus diretores não partilhar de

---

<sup>291</sup> Jornal do Recife 19 de agosto de 1911.; Jornal do Recife 23 de abril de 1911. Marcus Carvalho citou várias ocorrências policiais contra religiões mágico-encantadoras na segunda metade do século XIX. REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010.

<sup>292</sup> LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I.C.M. op. cit., 2007. Jornal do Recife 23 de abril de 1911.

<sup>293</sup> Jornal do Recife, 03 de agosto de 1901.

tais códigos culturais. Outro sinal da participação de capoeiras em religiões de entidades e divindades é a referência ao *corpo fechado* de Nascimento Grande – isso o teria livrado de facas de pontas, balas de revólver, punhal ou *coisa feita* andando sempre com a mandinga ou amuleto que o livrava dos ataques dos seus inimigos.<sup>294</sup>

Como se pode perceber, esses capoeiras estavam inseridos no cotidiano da cidade fazendo parte do panorama cultural da mesma. Fossem em atividades ligadas às festas religiosas, ou desfiles de bandas musicais, ou ainda nos mais diversos ambientes de sociabilidade, frequentados pelas camadas menos abastadas do Recife. Porém, não apenas por essas.

Os jornais procuravam separar as formas de diversão na cidade no período de transição entre o século XIX e o século XX, relacionando as camadas médias urbanas e as elites com os divertimentos modernos, como o cinema, o clube de tiro, peças teatrais e atividades esportivas como o remo, o turfe, o *foot bal*. Para tais diversões, as notícias geralmente destacavam os “caprichados espetáculos” que poderiam ser apreciados pelo público.<sup>295</sup> Ainda em 1886 as páginas do Diário de Pernambuco destacavam os diversos eventos náuticos realizados na capital pernambucana: *A tarde estava esplêndida e o lugar das corridas garbosamente ataviado com bandeiras e garlhadetes, sobressaindo a arquibancada, que foi ocupada por cerca de 500 espectadores, entre grande número de senhoras*<sup>296</sup>.

Com a chegada do século XX, estes esportes iam ganhando em importância e novos clubes e associações foram criadas. Uma dessas figurou (e ainda figura) nas páginas sobre esportes dos jornais. Trata-se do Clube Náutico Capibaribe, fundado, segundo a notícia do Diário de Pernambuco, em 11 de maio de 1901 como clube de remo. Nas primeiras décadas do mesmo século, o futebol foi ganhando em importância e prestígio junto as camadas médias e as elites pernambucanas. No ano de 1905, Guilherme de Aquino Fonseca, junto com outros personagens, funda o Sport Clube do

---

<sup>294</sup>MELLO, O. **Recife Sangrento**. Recife: s/e, 1953.; WANDERLEY, E. **Tipos populares do Recife Antigo**. Recife: Colégio Moderno, 1953.

<sup>295</sup>Sylvia Couceiro analisou as diversões no espaço público do Recife na década de 20 do século XX, e percebeu o erro das elites em tentar substituir as manifestações e práticas de diversão tradicional, por modernas festas mais apropriado a uma cidade “civilizada”. Para esta autora “se a estratégia encontrada pelas elites para conseguir dominar a situação foi lutar pela substituição das manifestações e práticas de diversão, a manobra trouxe outros grandes problemas. Divulgando as modernas festas e entretenimentos. Um público eclético, composto de pessoas de diferentes classes sociais, que assimilava, reinterpretava e reinventava as práticas apresentadas”. Cf. COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.

<sup>296</sup>Diário de Pernambuco, 18 de maio de 1886.

Recife como uma agremiação esportiva que tinha no futebol sua principal atividade. A notícia também foi publicada pelo Diário de Pernambuco:

Esteve bastante concorrida a festa de inauguração deste Club, comparecendo crescido número de senhoritas e cavalheiros. Constou o festival de uma partida de foot ball, em que tomaram parte, sócios do Sport Club e do English Eleven. A partida foi bem jogada de ambas as partes, havendo um empate de dois a dois.<sup>297</sup>

Ao lado das projeções cinematográficas o futebol iria cada vez mais se consolidado como forma de diversão, levando senhoras e cavalheiros as arquibancadas do campo do derby para assistirem os jogos. Todavia, muitos dos clubes ainda permaneciam no amadorismo, revelando seu caráter aristocrático ao não permitir a profissionalização dos seus atletas. Estes deveriam praticar tais atividades como forma de diversão e não como um trabalho a ser realizado para o sustento da sua família. É com esse formato que o Clube Náutico Capibaribe aderiu ao jogo inglês. Ainda com um time amador esta equipe enfrentava pela primeira vez o Sport Clube, saindo este vencido por três a um, jogo realizado no dia 27 de julho de 1909.<sup>298</sup>

Grande também era a repercussão das peças teatrais e da exibição em película de filmes nos jornais da capital pernambucana. Em 1911 o Jornal do Recife publicava a seguinte matéria:

Organizaram as empresas das casas de diversões da Rua Nova expedindo programa para hoje. Tanto o Cinema *Pathe* como o Cinema *Royal* capricham em oferecer ao público espetáculos atrativos, com fitas dos melhores fabricantes. Os programas vão publicados na seção competente desta folha.<sup>299</sup>

O turfe era outro divertimento muito divulgado pelos jornais que faziam vários elogios aquele esporte, criado na Inglaterra como o futebol, ganhava a atenção das elites recifenses. Porém, membros das diversas camadas sociais acompanhavam as corridas, não sendo os únicos a promoverem no local “acaloradas discussões”: *Infelizmente*,

---

<sup>297</sup> Diário de Pernambuco, 24 de junho 1905.

<sup>298</sup> Diário de Pernambuco, 27 de julho de 1909.

<sup>299</sup> Jornal do Recife, 06 de janeiro de 1911.

*como em quase todo os divertimentos onde há jogo, não eram raras ali as discussões acaloradas entre jóqueis, proprietários de animais e jogadores, motivadas pelas trapaças escandalosas nas corridas.*<sup>300</sup>

Já as camadas populares, para os articulistas, eram relacionadas aos brinquedos tradicionais, como bumba-meu-boi, maracatus, pastoris, fandangos, maxixes, sendo estes descritos como locais de ruidosas reuniões movidas à pinga e disputas por pastoras e/ou meretrizes que frequentavam tais divertimentos. Para os redatores dos jornais estas brincadeiras eram responsáveis pelos “distúrbios”, “arruaças”, “desordens” que deixavam como saldo um braço rasgado por corte de uma bicuda, ou um ventre furado por um estoque, ou uma cabeça quebrada devido a uma cacetada, quando não um corpo estirado no chão à espera da padiola para ser conduzido ao Hospital Pedro II ou Cemitério de Santo Amaro.<sup>301</sup>

Nesses espaços de sociabilidades e rusgas podiam ser encontrados vários capoeiras, não apenas como frequentadores, mas também como proprietários ou administradores das diversas casas de maxixe, pastoril, tavolagem. Além disso estes personagens também se ocupavam com maracatus e blocos carnavalescos. José Nascimento Trindade, alcunhado de Nascimento Grande, por exemplo, era proprietário de uma casa de tavolagem, localizada possivelmente no bairro de São José, uma vez que tinha um acordo com Sargento Vigário – outro “afamado” capoeira – para que este só abrisse sua casa de jogos pela manhã e a tarde, deixando o período noturno para ele. Nascimento ainda possuía um pastoril cito à Rua da Concórdia, número 108, também bairro São José.<sup>302</sup>

Já João Baptista das Rosas, ou João Sabe-Tudo, outro capoeira de fama no Recife de finais do século XIX e início do século XX e desafeto de Nascimento Grande, teve seu nome divulgado em uma notícia do Correio do Recife do ano de 1904 por ter, segundo o jornal, acompanhado de outros turbulentos, feito várias desordens no pastoril da Encruzilhada.<sup>303</sup> Adama era proprietário no segundo distrito de São José de um bumba-meu-boi, além de ser diretor do Maracatu Oriente Pequeno. Outros capoeiras eram sócios de Clubes Carnavalescos como era o caso de Antônio Sapateiro, sapateiro

---

<sup>300</sup> MELLO, O. op. cit., s/d. p. 33.

<sup>301</sup> Para Couceiro “...essa visão dualista... que segmentava os participantes desses entretenimentos, identificando os grupos de elite com os novos modelos de diversão e as camadas populares com as manifestações tradicionais, não se refletia na prática cotidiana dos sujeitos. A imagem montada visava desprestigiar as festas e práticas habituais de divertimento, identificando-as como suspeitas, provocadoras de desordens...” Cf. COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.p. 269.

<sup>302</sup> Correio do Recife, 12 de fevereiro de 1908; Correio do Recife 02 de novembro de 1908.

<sup>303</sup> Correio do Recife, 21 de outubro de 1904.

na casa Braga & Cia; Libânio Carroceiro, Archanjo, Nanico, trabalhador na Fábrica Caxias, todos integrantes do Clube dos Abanadores.<sup>304</sup>

Tão presentes nos jornais e códices da polícia, assim como nos processos crimes, nenhuma casa de tavolagem, de pastoril, de fandango, de maxixe, de bumba-meu-boi que estavam pulverizadas por toda a cidade foram citadas por Barbosa Vianna em sua descrição do Recife.<sup>305</sup> Os locais de divertimento citados são inicialmente separados em *Teatros, Clubes e Jardins. Casas de espetáculo, sociedades recreativas. Jardins e passeios públicos*, sendo logo depois descritas suas localizações, bem como um pequeno histórico. Vianna citou os Teatros de Santa Izabel, na Praça da República, e o do Clube Dramático Familiar, localizado no prédio número vinte e nove da Rua Pedro Afonso no bairro de Santo Antônio.

Referindo-se aos clubes, pontuou o Clube Internacional de Regatas, que estava situado na Rua Visconde do Rio Branco, prédio 53, bairro de Santo Antônio. Passando em seguida a falar do Clube dos Filomonos, que tinha sua sede à Rua da Imperatriz, em Santo Antônio. Segundo este autor eram diversas as sociedades recreativas, sendo uma das mais antigas a Sociedade Recreativa Juventude com sede no primeiro andar do palacete do Pátio de São Pedro.<sup>306</sup> Este último estava localizado no bairro de São José, local onde foram encontradas notícias de várias casas que abrigavam os brinquedos, que segundo os articulistas, eram frequentados mormente pelas camadas populares.<sup>307</sup> Possivelmente Vianna silenciou a respeito desses locais, pois os mesmos não eram considerados “civilizados”, por parte das elites recifenses, reafirmando seu propósito de construir a representação do Recife em acordo com as visões de mundo dos seus pares.<sup>308</sup>

Retornando a representação da cidade feita por Vianna, via-se que após passar pelo Pátio de Santa Cruz podia-se seguir pela Rua Barão de São Borja, e o Modengo, ficando à esquerda desta rua o Colégio Salesiano e logo depois, “o antigo chora

---

<sup>304</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, ano 1903, Cx. 740.

<sup>305</sup> Pode-se argumentar que alguns dos exemplos dados aconteceram após o livro de Vianna ser publicado, o que não inviabiliza tal paralelo, pois muitas dessas brincadeiras foram noticiadas tanto nos períodos anteriores como posteriores a escrita de tal livro. Além do mais vê-se em estudos com recortes cronológicos que avançam sobre o nosso a permanência de muito do que foi descrito a respeito dos brinquedos do Recife. Escolhemos, assim, tais exemplos porque mostram como os capoeiras estavam inseridos nesses ambientes, sendo por vezes proprietários ou sócios desses divertimentos.

<sup>306</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 135-137.

<sup>307</sup> Uma rápida consulta os jornais do século XIX revela uma infinidade de casas que abrigavam divertimentos populares nas ruas da capital pernambucana.

<sup>308</sup> Ângela Grillo nos lembra que “...não podemos perder de vista que a percepção e a apreciação do “real” são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, pois o discurso traz a posição de quem o profere. Logo, não há discurso neutro.” Cf. GILLO, M. A. de F. op. cit., 2005.

menino”. Depois de uma pequena ponte que existia no local, seguia-se para a Ponte da Madalena, ficando entre essas duas o Hospital Português. Descendo a mesma o bonde entrava na Rua Benfica, a qual é pontilhada de vivendas até o final da linha, e pegando a esquerda chegava-se a Afogados.<sup>309</sup>

Após silenciar a respeito da localidade do Benfica, Vianna sugeria outra rota de bonde. Desta vez pegando a linha Herval, que partia de Afogados e entrava no fim da Rua Barão da Vitória, seguindo pela Marquês do Herval, onde via-se o Viveiro do Muniz, ficando a sua direita a Praça da Concórdia, local onde ficava o prédio do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e a sua esquerda um templo evangélico. Entrando na primeira rua a direita via-se a Casa de Detenção do Recife e logo depois as oficinas da fornecedora de água do Recife, a Companhia do Beberibe, seguindo pela mesma rua e antes de entrar a direita localizava-se a Estação Central da Estrada de Ferro. Ao sul da mesma, de esquina com a Rua São João, sobre as águas do Capibaribe, estava o Gasômetro e ao lado do mesmo a Fábrica de Estopa.<sup>310</sup>

Partindo de Santo Amaro os carros tomavam dois sentidos diferentes, indo um pela Rua da Aurora e o outro tomando a direção da Rua do Hospício, mas ambos com a tabuleta azul. Quando se tomava o primeiro carro o trajeto feito até o Paço Municipal era o mesmo de todas as outras linhas. Mas a partir daí a linha seguia para o norte da Praça da República, passando em frente ao Palácio do Governo, ao lado do Teatro Santa Izabel, tomando o sentido da ponte Pedro II, que no seu fim localizava-se a Estação da Aurora, da Companhia de Trilhos Urbanos para Olinda e Beberibe.

Contornando o quarteirão pela Rua da União, que ficava por trás da Aurora, logo o bonde retornava a esta, tomando a direção norte, junto a Câmara dos Deputados. Logo depois via-se o Instituto Benjamin Constant, onde também funcionava a Escola Normal e a Inspeção de Instrução Pública do Estado. Após atravessar duas pequenas pontes o

---

<sup>309</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 27. O autor também reservou o 5º capítulo para falar da instituição pública e privada, como bibliotecas, imprensa e homens notáveis nas letras. Enquanto que o 8º capítulo estava reservado para as diversas casas de saúde: hospitais, repartições de higiene e saúde do porto. Cf. Idem. p. 63-82/99-115. É interessante notar que ao chegar no bairro do Benfica, arrabalde do Recife, o autor silencia mais uma vez seu discurso, sem descrever o que via limitando-se a falar que ali existiam vivendas.

<sup>310</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 28/29. Desta vez o autor assume o silêncio a tanto verificado no seu discurso dizendo que “Nada mais tem de notável nesta linha, quer no ramal que segue a Rua Marquês do Herval, quer no que segue pela Rua de São João e desce pela do Coronel Suassuna, entroncando, ambas, junto ao Viveiro do Muniz.” Cf. VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 29. Note-se que a região descrita pelo autor estava margeando o Rio Capibaribe, indo depois em sentido de Afogados. Neste local existiam muitos mocambos, que assim como o Gasômetro, estavam sobre as águas do Capibaribe, não sendo esta engenharia popular, contudo, digna de nota para o autor que diz não existir mais nada de “notável” nessa região.

bonde chegava a Rua do Lima, seguindo por ela em direção oeste encontrava-se o Cemitério Público de Santo Amaro.<sup>311</sup>

O cemitério de Santo Amaro foi construído, ainda durante o governo do Barão da Boa Vista em um local relativamente distante do centro da cidade. Assim também se deu com o Cemitério dos Ingleses. Mas devido ao aumento do número de habitantes do Recife, essas áreas foram aos poucos ocupadas por casas residenciais habitadas por personagens pertencentes às camadas populares da sociedade. Com isso pequenos comércios também foram instalados no local, além da presença de ambulantes.<sup>312</sup>

Santo Amaro ficou conhecido, porém, por seu cemitério, jazigo perpétuo de muitos que faleceram nas terras recifenses. Muitos capoeiras, contudo, tiveram suas vidas abreviadas após conflitos travados com outros capoeiras, ou com policiais, ou ainda com soldados do exército e da marinha. Alguns destes conhecidos capoeiras saíam de momentos de diversão nas ruas da cidade, direto para uma cova, como foi o caso de Manoel Firmino da Boa Hora, cor preta, com apenas vinte anos e já sendo um “conhecido desordeiro”, que saiu do desfile do *Club das Viúvas Divertidas* direto para Santo Amaro após um conflito com outros capoeiras.<sup>313</sup>

Além dessas linhas, ainda existia outra que fazia o percurso até a Rua da Aurora pelas pontes Pedro II e Boa Vista. Era um Circular, cuja cor de sua tabuleta era branca. Indo por esta ponte passava-se pela Rua Formosa, onde em sua esquina ficava a Igreja dos Ingleses, à direita a linha férrea da Caxangá e no seu final, sendo que do lado oposto, a Estação da Rua do Sol. Passava-se em seguida pelo Clube Internacional e pela Chefatura de Polícia, deixando do lado esquerdo novamente a Riachuelo, atravessava-se o quarteirão que terminava na Estação da Estrada de Olinda.<sup>314</sup>

Desta vez, pegando a linha Caxias que partia de Afogados em um carro de tabuleta verde, fazia-se o mesmo percurso do carro da linha da Madalena – agora voltando em direção ao centro da cidade – até a Rua 1º de Março. A partir dessa podia-se entrar na Rua Duque de Caxias e ao seu final na Rua do Livramento, ficando à direita

---

<sup>311</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970. p. 30/31.

<sup>312</sup> Para maior aprofundamento sobre as mudanças no espaço físico do Recife ver: ARRAIS, FERNANDO GUERRA, MACIEL.

<sup>313</sup> Jornal do Recife, 14 de janeiro de 1903; Memorial da Justiça, Processo Crime, Ano 1903, Cx. 740.

<sup>314</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970 p. 31/32. No último capítulo do livro o autor reserva um pequeno espaço para falar dos arrabaldes do Recife e do benefício dos banhos de mar. Todavia, este não descreve o traçado urbanístico de tais bairros, muito menos o comportamento de seus habitantes, restringindo-se a fazer um breve resumo da história desses ao molde dos escritos históricos publicados pelo IAHGP. A respeito da visão histórica desta instituição na virada do século XIX para o XX ver SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

a igreja de mesmo nome e o Pátio da Penha. Aí, localizava-se à leste o Mercado de São José e ao sul a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Rumando ao sul pela Rua da Assunção e depois pela Domingos Teotônio, chegava-se ao largo do Forte. Neste local estavam localizados a Estação da Estrada de Ferro de São Francisco e o Forte das Cinco Pontas ou Frederico Henrique, ao lado deste ficavam as casas de máquinas da Companhia Recife Draynage e próximo dali a Matriz de São José. A partir deste local, seguindo pela Rua Oitenta e Nove, podia-se ver o Matadouro da Cabanga e logo depois a Ponte de Afogados. Após esta, entrava-se no Largo de Nossa Senhora da Paz onde existia uma igreja sob essa invocação, terminando logo depois a Linha <sup>315</sup>

Nesta fortificação localizava-se o 40º Batalhão de Artilharia do Exército. Assim como outros batalhões, a música deste atraía grande quantidade de capoeiras que faziam suas “costumeiras evoluções” na frente da banda. Muitos aproveitavam suas saídas para os exercícios de formação para jogar capoeira armados de cacetes e facas de ponta. Alguns desses exercícios eram feitos em regiões próximas, como na Campina do Bodé que ficava na Cabanga, segundo distrito de São José; ou no Largo do Espírito Santo, na Boa Vista; ou ainda no distante arrabalde da Caxangá. <sup>316</sup>

Como é possível entender do texto de Vianna, os habitantes da cidade do Recife possuíam várias alternativas para se locomover entre um bairro e outro, graças às “modernidades” das máquinas que transportavam os habitantes desta cidade com maior rapidez. Porém, a maneira de andar nesses novos meios de transporte foi adaptada, por alguns personagens, ou por não ter dinheiro ou por não estar simplesmente disposto a pagar a valor da corrida.

Os jornais denunciavam o “mau” comportamento de determinados passageiros, ou ainda as táticas usadas por esses para não pagar a passagem. O Correio do Recife, por exemplo, publicou uma matéria no ano de 1904 a fim de chamar *...a atenção da polícia para a grande quantidade de garotos que costumam morcegar nos bondes, em risco de caírem como tem acontecido ultimamente*. Talvez a preocupação do articulista fosse realmente a saúde física desses “garotos”, não obstante, essa denúncia acabaria obrigando aos mesmos a pagarem a tarifa exigida, beneficiando os concessionários das

---

<sup>315</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970 p. 27/28. Novamente é percebido o silêncio do autor ao passar pela Cabanga e Afogados, destacando apenas a Matriz de Nossa Senhora da Paz neste último local, reforçando dessa maneira sua vocação católica e a visão de mundo de setores das elites recifenses. Pode-se argumentar que tais silenciamentos nos seus discursos derivam do fim da linha nesses bairros, argumento pouco consistente, pois para chegar nessas estações o bonde necessariamente teria que passar por várias casas, algumas dessas, destinadas a prática das religiões de divindades, de tavolagens, de brinquedos.

<sup>316</sup> Correio do Recife, 09 de agosto de 1905; Correio do Recife 17 de setembro de 1904.

companhias e “civilizando” os modos da população de se portar nesses veículos, tidos como símbolos da modernidade.<sup>317</sup>

A questão do deslocamento dos indivíduos dentro da cidade não para por aí. Havia várias formas de andar pela cidade, como foi visto, reapropriando espaços e criando lugares de convivência e sociabilidade. Nem sempre, todos podiam ir e vir, direito consagrado na legislação imperial e republicana para todos os cidadãos brasileiros e/ou estrangeiros. Alguns trechos da capital pernambucana se tornavam lugares proibidos para determinados personagens e adentrá-los era tarefa difícil e perigosa.

Tentando conquistar lugares nos quais pudessem melhorar a árdua vida que levavam e aproveitar os momentos de diversão junto com seus iguais em maxixes, fandangos, pastoris, reapropriando ainda os “modernos” divertimentos das elites como o turfe e o futebol, as classes populares ganhavam as ruas da cidade. Nestes brinquedos, os capoeiras marcavam presença, assim como nos clubes de carnaval, maracatus e a frente das bandas musicais. Além disso, estes personagens pontilhavam as ruas da cidade se exercitando, jogando ou brincando à capoeira.

As classes populares também ocupavam o conflituoso campo do trabalho, no qual as elites buscavam criar uma nova ideia a respeito do cidadão trabalhador, lhe dando o status de “homem de bem”, enquanto aqueles que rejeitavam os novos modelos que deveriam se enquadrar na labuta diária, burlavam como podiam tais imposições, sendo geralmente designados de “vadios” ou “vagabundos”. Além disso, a falta de emprego ou a concorrência dentro de um determinado grupo gerava conflitos entre esses trabalhadores. Estas lutas pela fatia das vendas nas ruas do Recife não excluía os escravos, pois estes trabalhando ao ganho aparavam arestas com outros escravos, livres, libertos e com a polícia.<sup>318</sup>

Nesta cidade cortada, dividida, redimensionada, sua geografia era mutante, variava de indivíduo para indivíduo ou de grupo para grupo. Estes definiam de acordo com suas escolhas e interesses esse novo ordenamento da cidade. Vendedores, escravos, libretos, gatunos cada um desses atores buscava um traçado diferente, percursos diferentes. A polícia tentou de várias formas por fim a estes episódios que aconteciam

---

<sup>317</sup> APEJE, Correio do Recife, 05.08.1904.

<sup>318</sup> Para maiores detalhes a respeito dos conflitos e convivências nos espaços de diversão e a nova perspectiva a respeito do trabalho referente as camadas populares do Recife nas primeiras décadas do século XX, ver: COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.; A respeito dos conflitos de trabalho existentes entre os diversos membros dos grupos subalternos da população no século XIX ver: MACIEL, M. H. C. da. op. cit., 2004.

na cidade, bem como os magistrados e legisladores, cada um por meio de seu ofício buscou por “ordem na cidade. Dessa maneira como se não bastassem as rusgas com seus iguais, os capoeiras também tinham que enfrentar todo o aparato repressor e punitivo da cidade.

### 3.2 – Pescaria nas ruas do Recife: Repressão à capoeira recifense

O Recife, como outras capitais brasileiras ao longo do século XIX, teve como modelo de modernidade e civilização os países europeus, notadamente a França e a Inglaterra. Neste século, várias transformações em termos tecnológicos e ideológicos se consolidaram neste continente, devido ao avanço do liberalismo e da indústria. Esta acabou por intensificar as relações entre os grupos, aumentando a necessidade de se criar novas normas de controle e disciplina. Neste momento o Estado tornava-se cada vez mais impessoal, burocratizando-se, assumia a responsabilidade de governar a sociedade, utilizando-se de menos arbitrariedade na forma de punir os transgressores. Pelo menos isso era o que pregava a legislação, mas na prática essa impessoalidade e menor arbitrariedade quase nunca se verificou.<sup>319</sup>

Entretanto estas mudanças foram mais sentidas pelas camadas de maior cabedal, pois os grupos subalternos sofriam com as más condições de moradia, higiene, trabalho. A taxa de desemprego era alta, os salários baixos e as jornadas de trabalhos exaustivas. O aumento da criminalidade, provocado por tais condições sociais, fez com que as elites redobrassem sua preocupação com a vigilância e punição das camadas populares.

Para dar conta da fiscalização dos espaços públicos, espaço esse que tradicionalmente era ocupado pelas camadas mais pobres da população tanto para realização de inúmeros ofícios como para seus divertimentos, estando muitas vezes trabalho e brincadeira indissociáveis, vários aspectos da cultura popular foram criminalizados. Se antes determinado comportamento era tolerado, identificado como inútil, fosse ele individual ou grupal, passou a ser visto como intolerável, ameaçador. E para prever tais cenas, foi criada uma organização policial burocratizada e de farda, a qual teria como função manter a ordem e disciplina.<sup>320</sup>

---

<sup>319</sup> Para um maior aprofundamento das relações de burocratização dos Estados Nacionais ver: HOBSBAWM, E. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.; HOBSBAWM, E. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

<sup>320</sup> Para Storch, “no início do século dezenove, lançou-se um ataque sem precedentes sobre muito do que anteriormente fora tolerado dentro dos antigos limites, especialmente sobre os pequenos crimes, divertimentos populares e todos os tipos de desordem urbana desde a violência coletiva até brigas em tavernas e danos de menor importância. Uma quantidade considerável de recursos humanos e materiais foi investida nesse comportamento, sendo a polícia uma das agências mais importantes criadas para fazer frente à grande desordem cotidiana”. Cf. STORCH, R. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.5. n.º 8/9. PP. 7-33. Set. 1984/abr. 1985. p. 8.

Estas novas ideias não tardaram a chegar no Brasil e particularmente a Pernambuco. O medo das camadas populares, o desejo de disciplinarização do espaço público, e a exaltação da modernidade fizeram com que as elites recifenses passassem a refletir a respeito da grande quantidade de “vagabundos”, escravos, trabalhadores livres ou libertos pobres, alguns destes capoeiras que pontilhavam as ruas desta urbe.<sup>321</sup> Esse medo não era injustificável, pois se alguns grupos das elites recifenses já podiam dispor de água e coleta de esgoto em suas residências, a realidade para a maior parte da população e totalidade das camadas subalternas era outra. Estas viviam em acomodações precárias, sem a menor infraestrutura, muitas vezes próximo aos mangues, locais onde eram despejados toda a sorte de dejetos da cidade.<sup>322</sup>

Somava-se a isso o problema da passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho livre – que por si só já gerava diversas rusgas –, mudanças no controle social das camadas populares, uma vez que a partir do treze de maio de mil oitocentos e oitenta e oito o monopólio da violência estaria nas mãos do Estado, ou pelo menos deveria estar.<sup>323</sup> Problemas como doenças também assolavam a cidade e acometiam principalmente estes indivíduos por falta de saneamento básico e alimentação precária. Muitas dessas mazelas iriam romper a barreira do século XIX, perdurando ao longo de todo o período analisado nesse trabalho.<sup>324</sup>

Para controlar a “população” as elites pernambucanas passaram a discutir e propor soluções com a finalidade de criar um aparato policial burocratizado, que pudesse vigiar o comportamento daqueles indivíduos, baseados nos padrões franceses e ingleses. O modelo inglês de polícia preocupava-se principalmente com a segurança individual, enquanto o francês voltava suas atenções para a segurança das instituições públicas.<sup>325</sup>

---

<sup>321</sup> Essa questão pode ser vista em: SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil**, 1889-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>322</sup> Essa questão está analisada na obra de Raimundo Arrais. Ver: ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2004.

<sup>323</sup> Para maiores detalhes sobre a transição da mão-de-obra escrava para livre ver: GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil**, 1871-1888. São Paulo: Brasiliense, 1986.; Para ver as mudanças nas estratégias de controle social das elites ver ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>324</sup> Para maiores detalhes sobre as doenças que varreram as ruas do Recife durante o século XIX ver: ARAÚJO, C. E. M. op. cit., 2006.; E para o século XX VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970.

<sup>325</sup> BRETAS, M. L., **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. SILVA, W. B da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830 -1850). 2003. 278 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, UFPE, Recife, 2003. Para uma análise da evolução histórica da instituição policial no Rio de Janeiro ver: HOLLOWAY, T. H. op. cit., 1997. Bretas além de explorar a instituição policial no Rio ele também cita a evolução desta corporação em caráter nacional.

Podia-se pensar no aparato fiscalizador e repressor em Pernambuco como enquadrado no modelo do Panóptico Jeremy Benthan, na qual o sujeito, muitas vezes identificado como delinquente, estaria sendo constantemente vigiado e seus atos monitorados pela rede disciplinadora, onde a mesma por vezes não pode ser vista, porém sentida no seu cotidiano.<sup>326</sup>

Para prevenir as “desordens”, “distúrbios”, “arruaças” pela cidade, a força coercitiva foi esquadrihada de tal maneira que todos os passos dos que circulavam por suas ruas, seriam vigiados para que não houvesse nenhuma conduta desviante. E para gerar o sentimento de constante presença do aparato fiscalizador e repressor, o aparato policial do Recife entre os anos de 1880 e 1911 poderia ser estruturado, de maneira geral, do seguinte modo: Durante a maior parte do período pesquisado a cidade esteve dividida em em dois Distritos Policiais, estes abarcando as freguesias centrais e os arrabaldes. A Delegacia do 1º Distrito compreendia as subdelegacias do Recife, Santo Antônio, Afogados, Madalena, Torre, Peres, Boa Viagem e 1º e 2º distritos de São José. Já a Delegacia do 2º distrito compreendia as subdelegacias da Capunga, Espinheiro, Poço da Panela, Belém, Várzea, Apipucos e Boa Vista que se dividia no 1º e 2º distrito. Estas dezeste subdelegacias estavam distribuídas pelas oito freguesias do Recife: Sendo três suburbanas (Afogados, Poço da Panel, Várzea) e cinco urbanas (S. Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Graça).<sup>327</sup>

Além do secretário de segurança pública que possuía um cargo mais burocrático, existia o chefe de polícia, cargo com amplos poderes, escolhido entre bacharéis em direito, com quatro anos na administração pública ou fôro. Tinha por função providenciar e fiscalizar a respeito da prevenção de delitos, evitar ajuntamentos ilícitos, promover corpo de delito, promover investigações, reunir provas, conceder fiança provisória enfim tudo que fosse necessário para a manutenção da ordem pública. Além disso deveria nomear os empregados da Repartição Geral de Polícia, da Casa de detenção, com exceção dos administradores nomeados pelo secretário de Justiça, delegados, subdelegados.<sup>328</sup>

A rede estrutural da polícia descia. No nível distrital haviam os delegados, um para cada distrito ou delegacia, esses distritos eram criados ou extintos por ordem do

---

<sup>326</sup> Para maiores detalhes sobre a arquitetura Panóptica ver: FOUCAULT, M. op. cit., 2007.

<sup>327</sup> VIANNA, A. J. B. op. cit., 1970.; ALEPE, Coleção de Leis Provinciais/Estaduais de Pernambuco, ano 1898.; MAIA, C. N. op. cit., 2001.

<sup>328</sup> ALEPE, Coleção de Leis Estaduais de Pernambuco, Ano 1898. ; MAIA, C. N. op. cit., 2001.; SILVA, W. B. op. cit., 2003.

chefe de polícia, era ele o responsável por dividir ou não os município em ditritos. Nomeados pelo chefe de polícia, dentre os eleitores e preferencialmente os bacharéis em direito, suas funções eram semelhantes ao do seu superior hierárquico imediato, sendo que restrita a jurisdição distrital. Além das diligências e investigações, cabia ao mesmo solicitar mandato de prisão aos juízes de direito.<sup>329</sup>

Os subdelegados possuíam as atribuições semelhantes ao do delegado, de quem deveria receber ordens e informar sobre os crimes cometidos, prisões efetuadas, rondas realizadas. Eram responsáveis por distritos que poderia corresponder a uma freguesia ou uma parte dela, caso a mesma fosse dividida em dois distritos. Para auxiliar nas suas funções contavam com os inspetores de quarteirão, indicando os nomes destes para serem nomeados pelos delegados.<sup>330</sup>

Estes eram de fato os que exerciam o controle dos indivíduos pelas ruas. Responsáveis pela fiscalização mais ostensiva, deveriam velar pela ordem nos seus quarteirões vigiando os traseuntes até a porta das suas casas. Conheciam todos os moradores locais, ficando atentos para a entrada de personagens não pertencentes aos seus quarteirões, bem como para os moradores recém chegados. Identificar para controlar, esta racionalização dos dispositivos disciplinares, definiria bem o papel do inspetor na fiscalização da cidade. Caso suspeitasse de alguém, este poderia ser levado, após a revista, para o quarteirão em que morava por meio de uma patrulha da polícia, sendo que a cada quarteirão este personagem seria repassado para o respectivo inspetor, até que chegasse ao local de moradia.

Limitando-se ao quarteirão ao qual morava e fora designado o inspetor, perderia sua jurisdição fora do mesmo, mas isso não o impedia de agir para manter a ordem. Pois poderia passar informações a respeito de algum suspeito que rondasse pelo quarteirão vizinho, como também por meio de ordem expressa do delegado ou subdelegado poderia entrar em um outro quarteirão. Outra situação que permitiria atuação do inspetor de quarteirão fora dos limites físicos do seu, seria um chamado de auxílio de outro inspetor, assim como na perseguição de um transgressor da norma. No auxílio de todos esses policiais civis ainda estavam o Batalhões de Infantaria e Cavalaria da

---

<sup>329</sup> ALEPE, Coleção de Leis Estaduais de Pernambuco, Ano 1898.; MAIA, C. N. op. cit., 2001.; SILVA, W. B. op. cit., 2003.

<sup>330</sup> ALEPE, Coleção de Leis Estaduais de Pernambuco, Ano 1898.; MAIA, C. N. op. cit., 2001.; SILVA, W. B. op. cit., 2003.

Polícia, ou Corpo de Polícia, ou Guarda Urbana, ou Guarda Local, além das diversas tropas de linha do exército estacionadas na cidade.<sup>331</sup>

Note-se que o aparato policial montado para manter a ordem e disciplina nos espaços públicos do Recife deveriam abranger todos os recantos da cidade, pois até a propriedade privada poderia ser fiscalizada caso houvesse um mandato expedido pelo juiz nesse sentido. No concernente ao espaço público, como visto, o município do Recife, sob jurisdição do chefe de polícia, era dividido em dois distritos. Cada distrito sob jurisdição de um delegado possuía um número determinado de freguesias. Cada freguesia ficava sob responsabilidade de um subdelegado havendo, às vezes, dois distritos por freguesia como os casos da Boa Vista e São José.

Contudo, não poderia existir nenhuma freguesia com menos de três quarteirões, estes por sua vez deveriam ser compostos de um mínimo de 25 casas. Ajudando-os havia ainda os diversos batalhões, corpos, brigadas, esquadrões, guardas em moldes militares ou civis com papel de guarnecer os edifícios públicos, conduzir presos, promover rondas. Somava-se a todo esse aparato que se burocratizava administrativamente cada vez mais os vários batalhões do exército da cidade.<sup>332</sup>

A impressão passada por esse modelo esquemático, hermético, racionalizado de distribuição da rede repressiva era a que todos os personagens que saíssem as ruas do Recife estariam constantemente sendo vigiados. Sua previa identificação, por meio dos inspetores de quarteirão, propiciava uma rápida identificação e, por sua vez, separação dos suspeitos ou criminosos. A partir daí, eram gerados diversos ofícios, circulares, mapas estatísticos, avisos, por parte de cada um desses policiais, visando, por meio da comunicação e investigação, trabalhar preventivamente. Mais isso era a teoria, porque na prática as coisas não funcionavam da maneira que as elites queriam e imaginavam. Neste caso a ação coercitiva era empregada.<sup>333</sup>

---

<sup>331</sup> ALEPE, Coleção de Leis Estaduais de Pernambuco, Ano 1898.; MAIA, C. N. op. cit., 2001.; SILVA, W. B. op. cit., 2003.

<sup>332</sup> Escolhemos falar dos chefes de polícia, delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão, pois estes eram as autoridades policiais na maior parte do recorte cronológico deste trabalho. Para o período em que o estado ficou sob jurisdição da questura policial, as funções de chefe de polícia era exercida pelo questor, as dos delegados e subdelegados pelo subquestor, permanecendo, contudo, a figura do inspetor de quarteirão.

<sup>333</sup> Apesar de Foucault afirmar a eficácia do projeto científico moderno disciplinar, mediado por instituições responsáveis pela individualização e exclusão do sujeito como as fábricas, os hospitais, as prisões e todo o aparato burocrático que os cerca, ele vai enfatizar mais tarde, que tais procedimentos complementam a teia dos pequenos poderes, existentes a partir de procedimentos minúsculos de pequenas humilhações ou castigos, os quais estabelecem uma rede de vigilância difusa, por meio de micropoderes. Ver: FOUCAULT, M. op. cit., 2007.; FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Em 12 de fevereiro 1884, por exemplo, os habitantes do Recife que leram as notícias estampadas no jornal Folha do Norte, ou que pelo menos tomaram conhecimento das mesmas, viram sob a epígrafe “*Trancafiados!*” a atuação do aparato policial na cidade,. Segundo a matéria nos *dias 9 e 10 do andante foram pescados pela rede da Detenção 30 peixinhos, desses que vivem nas marés da embriaguez, dos distúrbios, da capoeiragem, da borgia, enfim*. Em dois dias, de um mês difícil para os mantenedores da ordem por causa do carnaval, estes conseguiram mandar para Casa de Detenção 30 indivíduos, entre os quais, praticantes da capoeira.<sup>334</sup>

Várias prisões de capoeiras foram realizadas pelas autoridade policiais no último quartel do século XIX e primeiros anos do século XX. O subdelegado de Santo Antônio, por exemplo, prendeu sessenta e oito capoeiras no ano de 1878.<sup>335</sup> Dois anos antes, os capoeiras que vinham a frente do 2º Batalhão de Infantaria do exército foram presos pelos guardas cívicos, lhes sendo tomadas facas e canivetes.<sup>336</sup> Na primeira década do século XX, os capoeiras continuavam a fazer seus exercícios pelas ruas, sendo perseguidos e detidos pela polícia. Assim, o Jornal do Recife, noticiava que dois indivíduos haviam sido presos pela polícia na noite do dia 4 de agosto por fazerem exercícios de *capoeiragem*, no momento em que *apareceu a polícia, fazendo-os recolher a Casa de Detenção, à ordem do subdelegado da freguesia de Santo Antônio, Capitão Baptista*.<sup>337</sup>

Estes jornais que circularam pelo Recife no momento estudado traziam constantemente notícias a respeito da atuação do aparato repressor nas ruas desta urbe. Mas ao versarem sobre tais procedimentos essa documentação acabava revelando hábitos e costumes das camadas populares, bem como a visão de mundo que as elites possuíam a respeito daqueles que Certeau chamou de “homem ordinário”, pessoas simples, mas sujeitos de sua história.<sup>338</sup>

---

<sup>334</sup> APEJE, Folha do Norte, 12.02.1884. Para Certeau existia uma recíproca para a teoria dos dispositivos disciplinares de Foucault a partir dos modos de proceder da criatividade cotidiana. Para aquele autor, “se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa da rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.” CERTEAU, M. de. op. cit., 2008. p. 41.

<sup>335</sup> Diário de Pernambuco, 10 de outubro de 1874.; Apud, ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2004.

<sup>336</sup> Diário de Pernambuco 04 de dezembro de 1876.; Apud Raimundo Arrais, op. cit., 2004 p. 420.

<sup>337</sup> Jornal do Recife, 06 de agosto de 1903.

<sup>338</sup> Para Michel de Certeau esses homens simples, ou “homem ordinário, eram sujeitos portadores de táticas por das quais conseguiam transformar o contexto em que viviam, roubando, ludibriando as estratégias impostas pelas camadas “dominantes”. CERTEAU, M. de. op. cit., 2008.; Dois livros de

Parte do cotidiano desses indivíduos eram devassados pelo olhar das elites, fossem por meio dos jornais, dos códices de polícia, dos processos crimes, das crônicas e memórias dos intelectuais suas práticas viravam alvo de denúncia. Quando não acontecia da notícia informar sobre “distúrbios” ou “arruaças”, os articulistas pediam para a autoridade policial providências para evitar tais comportamentos.

Muitos dos brinquedos populares estavam relacionados com determinados círculos festivos tradicionais, estando mais presente nas ruas da cidade em determinados períodos. Nesses momentos de festas, onde o fluxo de pessoas na rua ou nas casas que abrigavam os brinquedos era grande, acabavam por permitir à atividade dos capoeiras, uma vez que dificultava a ação da polícia na hora de perseguir e prender os mesmos. Nos meses de dezembro e janeiro, por exemplo, muitos pastoris, bumba-meu-boi, lapinhas, eram criadas devido às encenações de natal e do dia de reis. Isso não significava que estas não faziam parte do cotidiano da cidade durante todo o ano, e sim que em determinados momentos do ano tais brinquedos se proliferavam.

Às vezes eram os próprios moradores da redondeza que solicitavam a um jornal que os aparatos coercitivos fossem avisados sobre tais brinquedos. No dia 14 do mês de dezembro, por exemplo, um cidadão solicitou ao jornal Correio do Recife que publicasse um pedido de providência às autoridade competentes, leia-se a polícia, para por fim a um pastoril a pouco inaugurado.

Escrevem-nos: Estreiou no sábado último no Cais do Capibaribe, em um quarteirão onde residem muitas famílias, um pastoril com o nome de Teatro Santo Antônio. Como sabeis, senhores redatores, esses divertimentos, que no geral são a origem dos conflitos, só podem ser permitidos em lugares amplos, onde não incomodem, convindo portanto, que os senhores prefeitos e chefes de polícia, que tanto empenho tem mostrado na manutenção da boa

---

Ginzburg são essenciais para se compreender a metodologia utilizada para o entendimento da cultura popular por meio da documentação, umas mais e outras menos, ligadas as camadas “dominantes”. Os dois, na minha visão, são complementares. No primeiro, “O queijo e os vermes”, o autor vai narrar a história de um moleiro da região do Friulli, na Itália, e a visão de mundo que este possuía a respeito da criação do planeta e a partir daí reconstruir fragmentos das experiências culturais das camadas populares. O outro livro, não menos importante, é “Mitos, emblemas e sinais”, neste o autor vai mostrar o “making off” da produção histórica, após a leitura do primeiro livro citado, se compreende de maneira mais fácil os golpes de vistas, os sinais, as pistas que são deixadas na documentação para reconstrução de fragmentos da cultura popular. GINZBURG, C. op. cit., 2006.; GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.; Para um estudo das representações feitas pelas elites a respeito das camadas populares e sua cultura ver: COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.

ordem, mandem o quanto antes mudar de local a tal diversão que só pode trazer o desassossego dos moradores da vizinhança.<sup>339</sup>

A pessoa que escreveu tal reclame possivelmente compartilhava da visão de mundo daqueles a quem pedia providência, o prefeito e o chefe de polícia, enfim as elites e camadas médias, pois afirmava morar naquele local *muitas famílias*. O termo família geralmente era utilizado para separar o que estes grupos entendiam por “pessoas de bem”, “rapazes de família”, dos outros grupos da sociedade, como se a instituição familiar fosse um pré-requisito das camadas mais altas da sociedade.<sup>340</sup> Outro sinal de tal visão de mundo é sua solicitação para que o pastoril não tivesse permissão de acontecer em quarteirões perto das residências do centro da cidade e sim em *lugares amplos*, que pode ser entendido como os subúrbios, *onde não incomodem*, pois na sua concepção todos os que ali moravam, compartilhavam do mesmo código cultural, em uma visão redutora dos múltiplos grupos que formavam camadas populares.

Apesar disso, por fim, subliminarmente, tal notícia pagava crédito as “táticas”, as “maneiras de fazer” empreendidas pelos “homens ordinários”. Como sabiam da proibição de tais divertimentos, ao invés de intitular tal brincadeira com o nome do respectivo brinquedo, ou seja pastoril, seus idealizadores o denominaram de “*Teatro Santo Antônio*”, possivelmente por saber do bom conceito que estes locais gozavam dentro dos grupos da elite. O quanto iria durar os momentos de “liberdade” para seu funcionamento é uma outra questão, mas a partir dessas experiências as camadas subalternas percebiam que a rede repressora poderia ser furada, enganada, contornada por meio da “trampolinagem”.<sup>341</sup>

---

<sup>339</sup> APEJE, Correio do Recife, 14.12.1904.

<sup>340</sup> Sidney Chalhoub analisando o cotidiano das camadas populares no início do século XX, no Rio de Janeiro, percebeu que muitas vezes a concepção de família das camadas populares era mais extensa do que às das elites, incluindo por vezes compadres e amigos em tais relações. CHALHOUB, S. op. cit., 2001.

<sup>341</sup> Para Certeau, “essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar, como a violência, da ordem se transforma em teoria disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricolagem dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”. Cf. CERTEAU, op. cit., 2008. p. 4.; Para um aprofundamento da apropriação que os populares faziam das leis criadas pelos grupos das elites ver: THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Os momentos de descontração das camadas populares, fossem eles realizados nos pastoris, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nas praças, nos pátios das igrejas eram logo identificados ao pendor inato desses grupos pela vadiagem. Um artigo no Jornal do Recife do ano de 1904, por exemplo, pedia ao subdelegado de São José para tomar providência a respeito da aglomeração que um grupo de meninos “vadios” faziam no largo de São José, pois estes diariamente se encontram ali *à empinar papagaios, dirigindo pilhérias aos transeuntes e praticando outros abusos*.<sup>342</sup> Segundo percebe-se, tais personagens acabavam criando um hábito de frequentar determinados locais para sua distração, encontros com amigos, conversas, trocas de experiências. Todas esses comportamentos, entretanto não eram bem vistos pelas elites, continuando dia após dia as denúncias de vagabundagem nas páginas dos jornais:

Na praça 17, fazem quartel todas as noites, no prédio onde era estabelecida a “Alfaiataria Tavares”, um bando de indivíduos de mau caráter que desassombadamente pronunciam as mais torpes obscenidades em acinte às famílias que por ali transitam.<sup>343</sup>

Mais uma vez a notícia indica os costumes de membros das camadas populares de frequentar os espaços públicos, como as praças, mas que deveriam ser impedidos por possuírem *mau caráter* e praticarem ou pronunciarem *obscenidades*. A questão da família volta a ser tratada também nessa notícia, pois tais comportamentos eram um acinte a essas. Nem na hora de um possível “flêrt”, com uma pretendente, alguns desses indivíduos eram deixados de lado. O articulista do Jornal do Recife informava que pediam para, por meio do periódico, chamar atenção da polícia, no sentido de coibir que um grupo de “vagabundos” que se reuniam e dirigiam gracejos torpes às operárias da Fábrica Caxias, cita a Rua 15 de Novembro.<sup>344</sup> Essa atitude, além de sugerir a maneira pela qual parte das elites viam a relação afetiva de membros das camadas populares, também deixa subliminarmente, a preocupação daquele grupo com a interferência de agentes externos no trabalho das operárias.

A necessidade de se criar um contingente de trabalhadores assalariados, moldados sob a ótica burguesa do trabalho, uma vez que desde meados do século XIX a quantidade de escravos ia diminuindo nas ruas do Recife e o Brasil caminhava para a

---

<sup>342</sup> APEJE, Jornal do Recife, 19.10.1904.

<sup>343</sup> APEJE, Correio do Recife, 04.03.1904.

<sup>344</sup> APEJE, Jornal do Recife, 15.01.1904.

formação de um Estado burguês, necessitando de mão-de-obra livre, fez com que a polícia apertasse o cerco da repressão contra os populares e suas festas, com a finalidade de estabelecer este padrão de regime de trabalho.<sup>345</sup>

Estes personagens pululavam os nervos das elites com suas brincadeiras, suas danças, suas religiões enfim com seus padrões culturais. Estas manifestações, muitas vezes eram vistas como “desordens”, bem como a maior parte dos comportamentos das camadas populares, e aí incluímos os escravos, pois divergiam do padrão de “civildade” idealizado pelas elites e expressos em uma trilogia que extrapolaria o século XIX, adentrando no século XX: “disciplina”, “trabalho” e “ordem”.<sup>346</sup>

Por mais cientes que fossem as autoridades e as elites, da dificuldade que era enquadrar e disciplinar os comportamentos das camadas populares de acordo com os padrões de civildade e modernidade que presavam, persistiam no seu intento. Nos relatórios enviados pelos chefes ao secretário de polícia e ao governador e nas mensagens deste ao congresso apareciam como as principais causas da criminalidade as bebidas espirituosas, o jogo e a vadiagem. Na mensagem enviada ao congresso no ano de 1901, e comentada pelo Jornal do Recife do mesmo ano, sob a epígrafe *Vagabundagem*, por exemplo, o

...Exm. Sr. Dr. Gonçalves Ferreira, falando da segurança pública e constatando que tem ele sofrido rudes embates, aponta como causa de tão anômala situação a ociosidade e o alcoolismo. Se bem que não sejam esses os únicos fatores do argumento da criminalidade, não se pode negar, que as duas causas apontadas por S. Exc. concorrem poderosamente para que o exército tenebroso do crime, dos eternos revoltados contra a ordem social, engrosse dia a dia as suas fileiras, perturbando o sossego e a paz da família pernambucana.<sup>347</sup>

“Desordem”, “distúrbios”, “alcoolismo”, “violência”, “vagabundagem” eram adjetivos impostos aos grupos subalternos. A prática da criminalidade não envolvia

---

<sup>345</sup> Segundo Chalhoub, as elites pensavam de forma ampla a questão do disciplinamento das camadas populares, e sabiam que deveriam agir em várias frentes se quisessem impor seus padrões comportamentais a esses grupos, transformando-os em sujeitos imbuídos dos conceitos de ordem e disciplina tão necessários para construção de uma sociedade capitalista. Assim, para transformar “...o agente social expropriado em homem de bem – isto é, em trabalhador assalariado, requer também o exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social.” CHALHOUB, S. op. cit., 2001. Ver também SAES, D. op. cit., 1985.

<sup>346</sup> COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003.; CUNHA, M. C. P. op. cit., 2002.

<sup>347</sup> APEJE, Jornal do Recife, 13.03.1901.

apenas os escravos, livres e libertos pobres, mas geralmente eram esses que acabavam sendo identificados como únicos responsáveis por tais crimes. Assim, agressões físicas, assassinatos, desordens, brigas, furtos, roubos tinham como seus principais suspeitos as “classes perigosas”, deixando as autoridades atentas, em vigília, controlando os populares.

Os capoeiras de qualquer condição eram figuras constantes nas páginas dos periódicos recifenses. Em outubro de 1874, por exemplo, vinte e três moleques de música haviam sido presos pelo delegado, dos quais a maioria seriam escravos. Vê-se na notícia que entre os capoeiras existiam livres ou libertos e escravos sendo ambos presos a mando do delegado.<sup>348</sup>

Nessa ocasião, os escravos capoeiras presos talvez se beneficiassem pelo fato de serem cativos, uma vez que sua prisão poderia gerar atritos entre as próprias elites, pois no momento em que ele fosse encarcerado por alguns dias seu senhor acabaria tendo prejuízos pecuniários, pelo fato do seu escravo estar impedido de trabalhar. Pode-se supor até que alguns capoeiras de condição livre se dissessem escravos para não permanecerem muito tempo sob custódia da polícia.

Para os pequenos crimes cometidos por escravos, geralmente havia uma negociação entre o proprietário e a autoridade policial para que estes fossem açoitados e postos em liberdade para cumprirem seu dever. Tal fato não poderia acontecer com os livres e libertos, sendo portanto uma das únicas diferenças no que se diz respeito a prisão de personagens de condição livre ou escrava nos anos 80 do século XIX.<sup>349</sup>

Todavia, em 1886, uma alteração na lei fez com que as detenções de escravos, livres e libertos se tornassem praticamente iguais. Segundo a Lei nº 3.310 de 15 de outubro de 1886, que revogava o art. 60 do Código Criminal de 1830, bem como a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, na parte em que impõe a pena de açoite,

Ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais legislação em vigor para outros quaisquer delinquentes, segundo a espécie dos delitos cometidos, menos quando forem essas penas de degredo, de desterro ou de multa, as quais serão substituídas pela de prisão; sendo nos casos das duas primeiras por prisão simples pelo mesmo tempo para elas fixado, e no

---

<sup>348</sup> APEJE, *Jornal do Recife*, 26.03.1878. Apud, ARRAIS, R. P. A. op. cit., 2004.

<sup>349</sup> MAIA, op. cit., 2001.; SILVA, W. B. da. op. cit., 2003.; ARAÚJO, C. E. M. de. op. cit., 2006.

de multa, si não for ela satisfeita pelos respectivos senhores, por prisão simples com trabalho, conforme acha estabelecido nos arts. 431, 432, 433 e 434 do Regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842.<sup>350</sup>

Porém, mesmo antes da publicação deste dispositivo legal, já era prática da polícia prender escravos ou por solicitação de seu senhor, ou por algum ato transgressor cometido pelo mesmo. Na coluna do Jornal do Recife que tratava sobre a movimentação da Casa de Detenção por exemplo, viu-se que no espaço compreendido de uma semana a população carcerária desta passaria de 230 presos para 250, dois quais 20 e depois 23 eram escravos.<sup>351</sup>

Um outro fator que unia escravos a livres e libertos era que estes muitas vezes acabavam sendo vítimas da violência e truculência policial, no afã de manterem a ordem. No ofício remetido para o chefe de polícia, por exemplo, em resposta as ordens procedidas pelo mesmo devido a uma notícia vinculada no periódico “O Tempo”, o delegado do 2º distrito da capital disse ter ido a Várzea averiguar o fato de ter Gerônimo Geminiano de Freitas ter sido torturado após sua prisão por crime de rapto da menor Jovencia Francisca de Moura. Gerônimo foi levado pelo subdelegado daquele distrito ao quartel e ali permaneceu o tempo necessário para a confissão do crime.

Mesmo com tal indício de arbitrariedade, segundo o delegado, devido ao tempo que ficou detido para confissão de culpa, o juiz de direito do 5º distrito criminal negou o habeas-corpus impetrado pelo réu, retificando por seu ato a suposta arbitrariedade cometida. E quanto a maus tratos e torturas denunciadas no “O Tempo”, disse o delegado ser inverdades, sendo seu tratamento melhor do que se dá a outros presos, pois este se alimentava da comida preparada no hotel e não a da Detenção, além disso ao réu era permitido ir banhar-se no rio em companhia de um soldado.<sup>352</sup>

Talvez a denúncia vinculada no “O tempo” sobre os excessos do subdelegado para a confissão de culpa do réu fossem infundadas. Como também poderiam ser verdadeiras e o delegado, em seu ofício, manipulou as informações afirmando ser o tratamento dispensado ao réu, melhor do que as habituais. Todavia a quantidade de denúncias que apareciam nos jornais sobre a “truculência” de alguns policiais na

---

<sup>350</sup> Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/lim/lim-33> > acessado em 13.12.2010.

<sup>351</sup> APEJE, Jornal do Recife, 08.10.1883.; Jornal do Recife, 15.10.1883.

<sup>352</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 425, Ano 1880.

efetivação da prisão, demonstra que no mais das vezes tais comportamentos faziam parte do cotidiano normalizador da cidade.

Algumas vezes os excessos da autoridade policial geravam críticas de outros membros que auxiliavam o patrulhamento das ruas, como foi o caso da denúncia feita pelo coronel comandante do 2º Batalhão de Infanteria ao chefe de polícia contra o guarda cívico, Antônio Theodoro Camelo Pessoa, a respeito do mesmo ter procedido na prisão do “turbulento”, José Fernandes, de modo repreensível. Apurando o caso, mais uma vez, o delegado informou ao chefe de polícia que segundo suas investigações, o guarda cívico apenas usou os meios necessários que o caso exigia, pois José, por se achar muito embriagado, causou-lhe alguns ferimentos. Consultando também o comandante da guarda cívica, este afirmou ser seu subordinado homem de boa conduta e moralidade.<sup>353</sup>

As constantes mudanças na organização do aparato repressor, não apenas do Recife, mas de todo o país, traduziam as preocupações das elites em formar instituições policiais modernas, a partir dos modelos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, assim como deixava claro as dificuldades e percalsos enfrentados pelos órgãos fiscalizadores e repressores na realização do policiamento cotidiano. Os problemas não se restringiam à forma de abordagem policial, indo muito mais além, e revelavam como o aparato repressor estava distante dos modelos pretendidos pelas autoridades.<sup>354</sup>

As reclamações dos articulistas de periódicos recifenses davam um bom exemplo de como estes “mantenedores da ordem” muitas vezes eram relapsos na execução dos serviços para o qual foram contratados. Estas folgas no cumprimento do dever era bem aproveitada, inclusive por alguns capoeiras, que na ausência da autoridade policial faziam suas “bravatas” pelas ruas da cidade. O Correio do Recife chamava atenção para a falta de compromisso de alguns dos responsáveis pelo disciplinamento nas vias públicas, informando que na tarde do dia 03 do mês de setembro de 1904, vários garotos jogavam capoeira armados de cacetes e facas de ponta, tendo saído um deles como um fermento no braço.<sup>355</sup>

Outros capoeiras ainda conseguiam furar a rede opressora, mesmo após sua captura, aproveitando o descuido da força policial. Foi assim que ganhou novamente a liberdade, deixando para outro dia sua hospedagem no “elegante palácio dos quatro

---

<sup>353</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 425, Ano 1881.

<sup>354</sup> BRETAS, M. L. op. cit., 1997. HOLLOWAY, T. H. op. cit., 1997

<sup>355</sup> APEJE, Correio do Recife, 17.09.1904.

raios”<sup>356</sup> – como também era chamada a Casa de Detenção do Recife por alguns articulistas – um desses personagens em notícia divulgada pelo Jornal do Recife: *Capoeira: Anteontem , quando passava pela rua Barão da Vitória uma filarmônica, os capoeiras fizeram tropelias. Preso um deles em caminho da Casa de Detenção pôde se escapar das mãos da polícia.*<sup>357</sup>

Em situação semelhante, informava o Jornal do Recife, três *bravis* armados de faca, protagonizaram no cair do sol, uma longa *luta* em frente a um *kiosque* no Pátio do Mercado de São José. Desta *rehida luta* travada entre os personagens José de Santa Anna, Jacaré e um outro que o articulista não informou o nome, o provável conhecimento da capoeira poupou estes contendores de saírem feridos, se é que estavam realmente brigando e não “treinando” os passos da capoeira, pois a notícia informava que os mesmos só pararam com suas *escaramuças*, porque se encontravam bastante cansados. Ainda segundo a notícia, mesmo com grande aglomeração de pessoas para ver a *luta*, o subdelegado apenas *assistiu da porta da farmácia a tão edificante cena, deixando de tomar providências, segundo alegou, pelo fato de dispor de apenas um praça.*<sup>358</sup>

A justificativa dada pelo subdelegado poderia fazer sentido. Não era apenas por falta de interesse ou desleixo que o aparato repressor muitas vezes não procedia conforme deveria em uma ocorrência policial. O número do efetivo policial era, segundo as autoridades e os redatores dos periódicos, inferior as necessidades de patrulhamento da capital pernambucana, sendo constantemente solicitado o aumento da força pública, seu melhor aparelhamento e instrução. Em ofício expedido pelo delegado do 1º distrito da capital, com base nas informações recebidas do subdelegado, no qual responde as acusações divulgadas no jornal “o Tempo”, do dia 10 de fevereiro de 1898, relatou que em parte as acusações daquele periódico estavam corretas, pois *a polícia não tem naquele distrito, que alias não é pequeno, força bastante para manter sem dificuldade a segurança pública.*<sup>359</sup>

---

<sup>356</sup> APEJE, Correio do Recife, 04.02.1909.

<sup>357</sup> APEJE, Jornal do Recife, 13.06.1903.

<sup>358</sup> APEJE, Jornal do Recife, 26.01.1901.

<sup>359</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 425, Ano 1880.; Analisando o quantitativo da força policial entre os anos compreendidos nesse trabalho observou-se que entre a década de 1880 e a de 1911, no estado de Pernambuco, a força policial mais que dobrou seu efetivo, passando de cerca de 1000 pessoas em 1880 para cerca de 2109 em 1911/12. Destes últimos ficariam nas ruas do Recife 500 praças de infantaria e mais o corpo de cavalaria. Cf. ALEPE, Coleções das Leis Provinciais, Ano 1880-1889.; ALEPE, Coleções das Leis Estaduais, Ano 1890-1911.

Todavia, a questão da manutenção da ordem não estava ligada a quantidade de policiais nas ruas, ou pelo menos, não só a isso. Aspectos já vistos como a falta de comprometimento de alguns policiais com seu dever também prejudicava o controle das camadas populares, alvo principal da repressão policial. Ainda outros fatores como a falta de um treinamento adequado e de armamentos suficientes também prejudicavam as ações coercitivas do aparelho repressor.

Então, por maior que fosse a rede repressiva, esta, provavelmente, continuaria com dificuldades de policiar a cidade, pois para cada estratégia microrrepressora existia sua recíproca, as microrresistências cotidianas de uma população que lutava contra a imposição, por exemplo, de um novo modelo de trabalho importado da Europa, de novos modelos de diversão, da religião cristã. Os personagens pertencentes as camadas populares não aceitavam de forma pacífica a interferência que as elites idealizavam para suas vidas e entravam em choque com o aparato policial sempre que este buscava interferir na sua dinâmica de trabalho ou nos seus divertimentos.

O Diário de Pernambuco, por exemplo, noticiou um dos muitos conflitos que ocorriam entre os agentes da ordem e os populares no ano de 1886. Segundo este periódico um grupo de policiais fazia a ronda por volta das duas horas da manhã, do domingo, no local Encruzilhada de Belém, quando travaram luta com quatro indivíduos de cor que faziam grande *alarido* em um samba. Estes, armados com facas e cacetes, agrediram a patrulha policial que procurava acabar com tal divertimento. Do conflito saíram feridos dois policiais e detidos os *sambistas* Antônio e Gregório.<sup>360</sup> Talvez esses quatro rapazes que reagiram à investida policial fossem escravos, embora o articulista não os definisse assim, apenas se restringindo a dizer que seriam eles “de cor”. O que demonstra mais uma dificuldade tanto da população em geral como das autoridades policiais em distinguir os cativos da grande massa livre e liberta de cor que andavam pelas ruas do Recife.

Como visto, muitos dos personagens descritos nas notas de jornais, nos documentos policiais/judiciais, nas memórias dos intelectuais, faziam parte das camadas populares, possuindo códigos culturais distintos dos propalados pelas elites, fazendo com que boa parte das suas condutas fossem vistas como “arruaças”, “alaridos”, “turbulências”, uma vez que destoavam dos seus padrões de comportamento, ou ainda,

---

<sup>360</sup> Diário de Pernambuco, 21.09.1886.

dos padrões pensados pelas mesmas, pois nem sempre membros das próprias elites seguiam tais regras comportamentais.<sup>361</sup>

Mesmo com todos esses problemas, o patrulhamento das ruas por vezes surpreendiam os frequentadores de sambas, maracatus, casa de jogos, casas de candomblé. Quando, por exemplo, passava o 40º Batalhão de Infantaria do Exército pela rua Marquez do Herval, grande número de capoeiras vinham em suas *costumeiras evoluções* e atacaram dois pontos da polícia naquela rua. Estes, defendendo-se, puzeram os *turbulentos* em retirada. Só que mais adiante, na Rua da Concordia, já estavam novamente reunidos praticando *arruaças*, no que foram dispersados pelo Capitão Baptista, também conhecedor dos golpes da capoeira, que tomando conhecimento dos fatos se dirigiu sozinho para o local.

O articulista no final desta notícia pede para que o *dr. chefe de polícia não se discorde de mandar sempre puchar as bandas de música por soldados de cavalaria*.<sup>362</sup> Esta ação por várias vezes já havia sido solicitada pelos diversos periódicos do Recife, como uma das alternativas para que se coibisse a prática da capoeira. Mas nem sempre a simples presença da cavalaria prevenia as *brilhanturas* que faziam os capoeiras na frente das bandas, como ficou exemplificado quando uma “malta” de capoeiras, às seis da tarde do dia 24 de março de 1904, mesmo acompanhada pela força de cavalaria da polícia, fez *tropelias* no Pátio do Terço, sendo reprimidos por esta força. Mais tarde, entretanto, foram registrados outros incidentes no Largo do Forte com direito a disparo de revolver por tais *populares*.<sup>363</sup>

A repressão às manifestações culturais das camadas populares em geral, e particularmente da capoeira, devia ser uma tarefa digna de um Hércules, uma vez que reprimir os diversos traços culturais sedimentados nas camadas menos abastadas era praticamente impossível para um simples humano, ou para uma rede repressora formada

---

<sup>361</sup> Segundo Clarissa Maia, “de 1855 até a República, observa-se um retorno à repressão das festas populares como um meio de compensar os efeitos da falta de mão-de-obra, reduzindo as perdas com seu lazer, ou de disciplinar as classes populares ao regime de trabalho livre, e, como sempre, a velha tentativa de europeizar uma população já em tudo miscigenada”. Cf. MAIA, C. N. op. cit., 2008. p. 20. Mesmo depois de três décadas da proclamação da república a repressão às camadas populares e suas festas continuavam presentes nas ruas da capital pernambucana. Ver: COUCEIRO, S. C. op. cit., 2003. Foi também nessa obra que se observou que determinados personagens das elites recifenses acompanhavam os divertimentos geralmente relacionados às camadas populares. No caso em questão Sylvia Couceiro informou que enquanto os populares se aglomeravam na rua para acompanhar um pastoril, alguns cidadãos acompanhavam o velho e suas pastoras sentados no carro, afastados da massa que se encontrava próximo ao palco.

<sup>362</sup> Correio do Recife, 09 de agosto de 1905.; A respeito da prática da capoeira por parte de Baptista ver, MELLO, O. op. cit., 1938.

<sup>363</sup> Jornal do Recife, 24 de março de 1904.

por estes. E por mais que a polícia criasse estratégias para tentar coibir as “turbulências” causadas pelos populares, estes continuavam a desafiar a “ordem”.

Uma notícia do jornal, Correio do Recife, mostra as estratégias utilizadas pela polícia no afã da repressão contra os capoeiras.

Quando regressava, às seis horas da tarde, para seu quartel, na Soledade, era grande o número de capoeiras que acompanhavam aquele batalhão, como tem sucedido ultimamente na ocasião de outros exercícios. A polícia tinha porém resolvido proceder um cerco, o que fez ontem, com crescido número de praças de cavalaria e infantaria. Esse cerco foi estabelecido na travessa do peixoto, na Praça da Concórdia e, por fim, na Soledade, sendo presos 27 indivíduos.<sup>364</sup>

Outra notícia, esta do Diário de Pernambuco, mostrava que tais estratégias policiais não eram novas, pois no ano de 1886 os agentes da “ordem” já buscavam formar cercos para deter um maior número de capoeiras. Relatava a notícia que na freguesia da Boa Vista, próximo ao edifício da Assembleia Provincial, *fez a polícia um bonito cerco aos capoeiras e agarrou a onze indivíduos encaminhados para conveniente destino.*<sup>365</sup>

Estes agentes da “ordem” buscavam surpreender os capoeiras justamente nos locais em que estouravam os conflitos, pois embora ocorressem em qualquer parte da urbe, praças, largos, pátios, cruzamentos eram os lugares mais propícios para que acontecessem os “rolos” porque permitiam uma facilidade maior para a fuga, logo encurralá-los deveria ser mais difícil, todavia uma ação planejada por parte do aparato coercitivo diminuía as chances de fuga.

Para Certeau, cada estratégia lançada pelas técnicas da produção sócio-cultural por meio da rede repressora contra os “homens ordinários”, objetivando a disciplinarização, ordem, homogeneização dos padrões comportamentais, eram contrapostas por infinitas táticas costuradas por entre as malhas da rede coercitiva. Assim, a capoeira continuava sobrevivendo como uma manifestação cultural nas ruas do Recife no período estudado. Sempre apoderando-se dos detalhes, das brechas, e se valendo de trampolinagens, malandragens, astúcias, muitos dos conhecedores da

---

<sup>364</sup> Correio do Recife, 12 de setembro de 1908.

<sup>365</sup> Diário de Pernambuco, 03 de novembro de 1886.

capoeira continuavam se exercitando, jogando, brincando e brigando nos locais teoricamente vigiados pelas estruturas tecnocráticas.<sup>366</sup>

Nem mesmo uma passagem pelo “palacete do Cais do Capibaribe”,<sup>367</sup> como também era conhecida a Casa de Detenção do Recife, ou até mesmo uma temporada no Hospital Pedro II, acalmavam alguns capoeiras. E logo que ganhavam as ruas voltavam a praticar suas “bravatas”:

João de Paula Tavares, que a pouco tempo levava uma navalhada na rua de São João, saindo ultimamente do Hospital Pedro II, ontem na ocasião em que a música do 40º Batalhão passava pela rua 15 de Novembro, investiu de navalha em punho contra o gazeteiro Antônio Campos, chapa 66, o qual devido a sua agilidade pode livrar-se de um golpe que bem que podia ser certo.

Já não bastassem os constantes “conflitos” propiciados pelos capoeiras, existiam outras situações – também tipificadas pelas elites como atividades “repugnáveis” – que deveriam fazer parte da repressão policial. Vinculados também com a perspectiva da vagabundagem, o roubo e o jogo também causavam sérios problemas para os mantenedores da “ordem”. O jogo também estando presente no cotidiano da cidade, era mais uma atividade a ser fiscalizada e coibida pelo aparato repressor. O ofício enviado pelo delegado do 1º distrito da Capital para o questor policial do estado é significativo quanto aos vários tipos de jogos e locais existentes pelas ruas e becos da capital pernambucana. Segundo tal documento foram recolhidos panos, baralhos e fichas nos seguintes locais: Travessa dos Expostos, nº 16 segundo andar; Cambôa do Carmo, nº 8, primeiro andar, Rua Nova, nº 12, segundo andar.<sup>368</sup>

Os donos de casas de tavalagem não ficavam inertes as proibições impostas pela legislação pernambucana, acabando por driblar os detentores do poder de punição. Usando de um artifício legal, às licenças de funcionamento, estes proprietários empregavam outros nomes para as atividades realizadas nos seus estabelecimentos. Um desses personagens, por exemplo, conseguiu da inspetoria de polícia autorização para fazer funcionar um jogo denominado *estrada de ferro*. Todavia, o subdelegado de Santo Antônio informava ao seu superior imediato, o delegado do 1º distrito da capital, que tal

<sup>366</sup> CERTEAU, op. cit., 2008. p. 41.

<sup>367</sup> Correio do Recife, 12 de fevereiro de 1909.

<sup>368</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Livro 432, Ano 1896.

jogo era na verdade um *jogo de parada*, sendo este proibido *em vista do art. 74 da Lei Provincial n° 1128 de 26 de julho de 1873*.<sup>369</sup>

Outras vezes, porém, as autoridades policiais conseguiam informações a respeito do requerente e acabavam por negar a solicitação de funcionamento. Foi o que aconteceu com Maria Leopoldina de Oliveira. Na solicitação, entregue ao delegado do 1° distrito de São José, informava morar no 2° distrito desta freguesia, e que seria a responsável pelo presépio que pretendia fazer funcionar. Repassando tal informação ao subdelegado responsável por tal jurisdição, o delegado solicitava informações quanto ao comportamento da peticionária. O subdelegado do 2° distrito daquela freguesia percebeu a astúcia de Maria, pois a mesma não informou corretamente seu local de residência, possivelmente com a intenção de ludibriar as autoridades policiais, buscando um local onde sua fama não fosse conhecida. Todavia o subdelegado possivelmente averiguou as informações transmitidas e verificou que a mesma morava no primeiro distrito e não no segundo como era informado, sendo a Leopoldina de Oliveira, *mulher de procedimento e costume reprovados*.<sup>370</sup>

Embora a maior parte da documentação coligida tenha os homens como seus personagens, não era incomum encontrar mulheres abrindo brechas nos espaços “controlados” pelo aparato disciplinador da cidade. Fosse na ora do trabalho, por estar vendendo seus quitutes em locais proibidos ou fazendo ponto como horizontais, fosse em momentos de sociabilidades como nos encontros dos candomblés estas por vezes travavam confronto com a polícia. O redator do Correio do Recife, por exemplo, surpreendeu-se em ver pelas ruas do Recife mulheres capoeiras. Segundo a reportagem as mulheres Maria Luiza de Abreu, vulgo Trepá no Caixão, Olindina Olívia da Conceição e Ana Maria da Conceição, vulgo Ana Coroadá, estavam todas armadas de cacete *ocupando lugar saliente entre os camaradas*, sendo todas presas pelo subdelegado do Pombal.<sup>371</sup>

Mas parece que a participação das mulheres no jogo da capoeira não era uma novidade nas ruas da capital pernambucana. No ano de 1906, o mesmo jornal já havia noticiado sobre a participação do sexo feminino nestes exercícios.

---

<sup>369</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Livro 431, Ano 1890.

<sup>370</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Livro 433, Ano 1897/1898.

<sup>371</sup> Correio do Recife, 16 de fevereiro de 1908.

É uma mulherzinha capoeira a de nome Maria da Hora Tavares. Ontem as seis horas da tarde, Maria, embriagada, vinha pela rua das Florentinas fazendo gestos de capoeiragem em frente a uma música particular que passava na ocasião. Foi presa pelo major Manoel Baptista, subdelegado local, que a remeteu para a detenção.<sup>372</sup>

Independente do gênero ou da condição, como visto, os capoeiras eram figuras constantes nas ruas da capital pernambucana. Sua presença era tão significativa que os responsáveis pela criação das leis se desdobravam para prevenir as cenas provocadas pelos capoeiras nas ruas do Recife. Nesse sentido, os legisladores, assim como o aparato policial, procuravam criar medidas a fim de combater esta manifestação cultural que aos poucos se capilarizava por outras camadas da população recifense.<sup>373</sup>

O Código Criminal do Império não se refere em nenhum momento a prática da capoeira como crime ou contravenção, isto, no entanto, não quer dizer que inexistiu punição para os praticantes de tais exercícios de destreza corporal. Todavia, estes não eram reclusos por serem capoeiras ou por estarem jogando capoeira, pois segundo o *Art. 1º Não haverá crime, ou delicto (palavras sinônimas nesse código) sem uma Lei anterior, que o qualifique*. Era necessário, então, que tais indivíduos fossem enquadrados em outros crimes tipificados nesse código.<sup>374</sup>

Para tanto os policiais tinham que imputar outros crimes aos praticantes da capoeira. Alguns dos crimes que lhes eram atribuídos previam como pena, prisão de dez a quarenta dias, como no caso do crime de ofensa aos bons costumes. Outras vezes, como no caso da embriaguez, o indivíduo permanecia recluso o tempo necessário para que o estado etílico terminasse. Ou ainda o crime de vadiagem, que determinava prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias, como também por utilização de armas de defesas proibidas.<sup>375</sup>

---

<sup>372</sup> Correio do Recife, 09 de abril de 1906.

<sup>373</sup> Para a “circularidade cultural” da capoeira no Rio de Janeiro do século XIX ver: SOARES, S. E. L. op. cit., 1999.; Para ver como alguns capoeiras assumiam funções de mediadores culturais ora estando em companhia de personagens das camadas populares e ora com indivíduos pertencentes as elites ver: LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M. op. cit., 2007.

<sup>374</sup> Código Criminal do Império.

<sup>375</sup> Código Criminal do Império. Parte Quarta – Dos Crimes policiais. Capítulo I. Ofensas da Religião moral e bons Costumes. Art. 280 - Praticar qualquer ação, que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público. Penas – de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente à metade do tempo. Capítulo IV. Vadios e Mendigos. Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juíz de Paz, não tendo renda suficiente. Penas – de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias.

Por meio dessas estratégias foi que a polícia conseguiu deter vários capoeiras ao longo do século XIX, fazendo com que os mesmos passassem algum tempo longe das ruas, reprimindo, assim, as condutas tidas como inaceitáveis pelos que detinham a autoridade.<sup>376</sup> Em 28 de outubro, por exemplo, foram presos *tentando provocar um rolo* os capoeiras Henrique Manoel Severino e João Afonso de Aluquerque Melo.<sup>377</sup> Em 1886, foi a vez de uma malta com onze indivíduos cair nas malhas policiais, sendo convenientemente remetidos a Casa de Detenção do Recife.<sup>378</sup> Já em 1890, antes porém da publicação do código republicano, o conhecido capoeira João de tal, vulgo Sete Bóias, também ficou algum tempo fora de circulação das ruas recifenses.<sup>379</sup>

Os capoeiras também eram presos por crimes de punição mais severas, como o caso da ofensa física, no qual o condenado poderia pegar de um mês a oito anos, ou se condenado como homicida, sua pena no grau máximo seria de galés perpétuo, uma vez que a pena de morte em finais do século XIX não mais existia, ou de vinte anos no mínimo. Mas como das “brilhanças” realizadas pelos capoeiras nem sempre resultavam crimes de homicídio ou ofensa física, geralmente os capoeiras eram detidos por “desordem”, “arruaça” ou “turbulência”, sendo-lhe imputado o Art. 280.<sup>380</sup>

No ano de 1887, por exemplo, foi preso incurso no Art. 192. do Código Criminal do Império o capoeira Pedro de Sant’Ana, alcunhado por Pedro do Vigário, por ter em agosto deste mesmo ano assassinado o escravo de Ventura Pereira Pena, após conflito

---

Capítulo V. Uso de armas de defesas. Art. 297. Usar de armas ofensivas, que forem proibidas. Penas – de prisão por quinze a sessenta dias, e de multa correspondente a metade do tempo, além da perda das armas.

<sup>376</sup> Embora a polícia também estivesse “pronta” para lidar com crimes contra a propriedade e a pessoa, suas atenções se voltavam de forma mais determinada para vigilância, repressão e punição das burlas sem vítima da ordem pública, sendo empregado nesse caso, a maior parte do capital operacional da polícia. Cf. SILVA, W. B. da. op. cit., 2003.; MAIA, C. N. op. cit., 2001.; HOLLOWAY, T. H. op. cit., 2007.; BRETAS, M. L. op. cit., 1997.

<sup>377</sup> Diário de Pernambuco, 28 de outubro de 1885.

<sup>378</sup> Diário de Pernambuco, 03 de novembro de 1886.

<sup>379</sup> Diário de Pernambuco, 12 de fevereiro de 1890.

<sup>380</sup> Código Criminal do Império. Título II – Dos crimes contra a segurança individual. Cap. I Dos crimes contra a segurança da Pessoa, e vida. Seção I – Homicídio. Art. 192. Matar alguém com qualquer circunstância agravante... Penas – de morte no grau máximo; galés perpétuos no médio; e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo. Seção IV – Ferimentos, e outras ofensas físicas. Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao ofendido. Penas – de prisão por um mês a um ano, e multa correspondente à metade do tempo. Art. 205. Se o mal corpóreo resultante do ferimento, ou da ofensa física produzir grave incômodo de saúde, ou inabilitação de serviço por mais de um mês. Penas – de prisão com trabalho por um a oito anos, e de multa correspondente à metade do tempo. Parte Quarta – Dos Crimes policiais. Capítulo I. Ofensas da Religião moral e bons Costumes. Art. 280. Para HOLLOWAY esta atitude era bem aceita pelas elites, pois tirava “das ruas vadios, arruaçeiros, capoeiras, bêbados e outros indesejáveis, e quanto menos perguntas se fizessem sobre processos judiciais e base legal, melhor”. HOLLOWAY, T. H. op. cit., 1997. p. 237.

entre diversos capoeiras.<sup>381</sup> Porém, esta prática não foi alterada mesmo com a proscrição do delito da prática da capoeira no Código Penal da República de 1890, pois os capoeiras no Recife continuavam sendo detidos sob as mesmas condições vistas acima. Dizia o primeiro código republicano em seus três artigos sobre a capoeira:

Art. 402 – Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, incutindo temor ou algum mal.

Pena – de prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único – É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. [... o infrator será recolhido, por um a três anos, a colonias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.]

Art. 404. Si nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou a segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.<sup>382</sup>

Observe que o código no seu artigo 402 procurou distinguir e proscrever duas maneiras diferentes da prática da capoeira, que seriam: os exercícios de agilidade e destreza corporal, também conhecido como jogo da capoeira; e o ato de correr pelas ruas armados com qualquer instrumento capaz de produzir lesão corporal, provocando “arruaças” e incutindo medo na população, este segundo, mais ligado, ao que parece, à atuação das maltas de capoeiras nas turbulências deflagradas pelas ruas da cidade por ocasião da passagem de uma banda, de um evento político, de um acerto de contas. Neste sentido tanto o lado lúdico e de exercício físico, como o lado da desordem

---

<sup>381</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Recife, 1888.

<sup>382</sup> NOVO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, contendo todas as disposições posteriores à sua promulgação e um índice alfabético. Recife, Typografia de F. P. Boulitreau, 1891.

estavam inseridos no código. Já o Art. 404 reuniu como penas cumulativas àquelas que anteriormente eram utilizadas para levar os capoeiras a prisão como o homicídio; portar armas; perturbar a ordem pública, ou seja, os bons costumes; praticar lesão corporal.

O Jornal do Recife informava no dia 31 de outubro de 1903, treze anos após a publicação do Código Penal da República, que os capoeiras Júlio João Atahide e José Paulo da Paixão foram presos e remetidos para Casa de Detenção do Recife pelo subdelegado do 1º distrito de São José, Capitão Pereira Braga, pois praticavam *bravatas* quando da passagem do 14º Batalhão de Infantaria do exército.<sup>383</sup> Todavia, na coluna “Repartição central de polícia” do mesmo periódico, publicada no dia seguinte, informava que haviam sido presos *à ordem do subdelegado do 1º distrito de São José, Oscar Ribeiro da Silva, como gatuno, Júlio João Atahide e José Paulo da Paixão, por uso de armas proibidas.*<sup>384</sup> Estes dois indivíduos, portanto, deveriam ter nota de culpa formada pelos Art. 402, que previa a pena de dois a seis meses de prisão, com circunstância agravante uma vez que os mesmos pertenciam a uma banda; Art. 404 que previa a cumulação com outros artigos como neste caso o Art. 377º. *Usar de armas ofensivas sem licença da autoridade policial* com pena de prisão celular de 15 a 60 dias.

Este mote nos leva a discutir uma questão referente a repressão contra os capoeiras em Recife, propaladas por antigos intelectuais que escreveram sobre a mesma. Teria sido durante a primeira década do século XX que uma grande perseguição aos capoeiras atingira o Recife, sendo o período “áureo”, mais precisamente, os anos do governo do desembargador Sigismundo Gonçalves compreendidos entre 1904 e 1908. O estopim dessa campanha teria sido dado pelo dr. Manuel dos Santos Moreira, Chefe de Polícia do Recife, no período acima referido, no qual diversos capoeiras foram presos entre eles João Valdevino e Jovino dos Coelhos.<sup>385</sup>

Consultando os periódicos recifenses do período compreendido entre 1904-1908, constatou-se a prisão de alguns célebres capoeiras do Recife. Dentre eles foi detido na noite de um sábado de 1904 o “brabo” Paulino José dos Santos, conhecido por Adama.

---

<sup>383</sup> Jornal do Recife, 31 de outubro de 1903.

<sup>384</sup> Jornal do Recife, 01 de novembro de 1903. Nesse sentido vemos uma diferença entre as prisões de capoeiras no Recife e no Rio de Janeiro. Na capital pernambucana, os capoeiras na hora de darem entrada na Casa de Detenção, lhes eram imputados os crimes de porte de arma de defesa, ofensa aos bons costumes, ofensas físicas. Já no Rio, segundo Holloway, “muitos dos detidos por ‘desordem em grupo’, e também por porte de arma e arremesso de pedras, provavelmente eram enquadrados na atividade genericamente denominada capoeira.” Cf. HOLLOWAY, T. H. op. cit., 1997. p. 53.

<sup>385</sup> Para Melo, a grande repressão aos desordeiros do Recife havia começado no governo de Sigismundo Gonçalves, tendo como orquestrador de tal medida o chefe de polícia, Santos Moreira, e continuada na gestão governamental de Herculano Bandeira, que teve como chefe de polícia o dr. Ulisses Costa. MELO, O. op. cit., s/d.

Este após ter desacatado alguns rapazes em um Pastoril, foi advertido pelo subdelegado do 2º distrito de São José que o aconselhou a proceder melhor. Esta autoridade policial, contudo, foi recebida acintosamente pelo “desordeiro” e por isso lhe deu voz de prisão. No caminho da Casa de Detenção do Recife, um grupo de “desordeiros” tentou libertá-lo, mas foram repelidos pelos soldados.<sup>386</sup>

Já o *célebre desordeiro* Leonidas João Evangelista, vulgo João Valdevino, teve sua prisão divulgada pelo Jornal do Recife do 1905. Segundo tal periódico o desordeiro na noite do dia 30 de novembro esteve na casa do Delegado do 1º distrito da capital, dr. Glicério Gouveia, afim de falar com sua esposa, no que foi obstado pela ordenação daquela autoridade o cabo Odilon. *Depois de ter se entendido com o delegado a quem negou o nome, João Valdevino, que antes havia recebido voz de prisão do cabo Odilon, por um crime praticado pela manhã, travou luta com o policial tentando feri-lo com um punhal.* O delegado por sua vez, pôde conter o criminoso mandando-o para a Casa de Detenção.<sup>387</sup>

Todavia, essas duas notícias trazem de imediato um questionamento. Se a perseguição a esses indivíduos foi tão grande quanto propalada pelos intelectuais, porque em ambos os casos os policiais só detiveram os capoeiras, após esses desafiarem a autoridade da polícia? Como já eram conhecidos “desordeiros” poderiam ser presos em ato contínuo, pois suas proezas anteriores bastariam para que fossem colocados no xadrez. No entanto, ao que parece, se esses dois personagens tivessem acatado às ordens do aparato repressor poderiam sair sem mais problemas do local do “barulho”, sugerindo que a repressão contra estes indivíduos era apenas uma continuidade do que já vinha sendo feito desde pelo menos os anos 80 do século XIX, período inicial deste trabalho, e não a propalada por Oscar Melo, que dizia que: *As ordens que o dr. Santos Moreira dava aos seus auxiliares eram no sentido de matar todo o desordeiro que, ao receber voz de prisão, procurasse reagir.*<sup>388</sup>

Por meio desses indícios, possivelmente o relatório anual do chefe de polícia deveria conter razões e esclarecimentos a respeito da repressão que teria se abatido contra os capoeiras na capital pernambucana. Mas ao contrário do que se poderia esperar, a análise do relatório enviado pelo chefe de polícia dr. Santos Moreira ao governador Sigismundo Gonçalves relativo ao ano de 1904, não trazia nenhuma

---

<sup>386</sup> Jornal do Recife, 19 de janeiro de 1904.

<sup>387</sup> Jornal do Recife, 01 de dezembro de 1905.

<sup>388</sup> MELO, O. op. cit., s/d. p. 125.

referência a essa repressão.<sup>389</sup> As notícias que surgiam nos periódicos durante os quatro anos em que Santos Moreira comandou o aparelho policial do estado, sob as ordens de Gonçalves, revelavam que os “desordeiros” continuavam circulando pelas ruas do Recife em grande número.

Os arruaceiros – Os desordeiros que infestam essa capital não perdem ocasião todas as vezes que lhes apresentam momentos de expensão.

Ontem as arruaças cometidas em frente a guarnição descida de bordo dos navios de guerra ancorados em nosso porto, para passeata em diversas ruas desta cidade, tomaram um caráter assombroso.

Aos sons dos dobrados executados pela fanfarra daquele contingente os capoeiras fizeram tropelias, manejando os cacetes que feriram a diversos indivíduos...<sup>390</sup>

Assim, desde a década de 80 do século XIX os capoeiras faziam parte do cotidiano da cidade, tendo sido também nessa época vários deles detidos. Dessa forma não foi apenas no governo de Sigismundo Gonçalves que estes “turbulentos” foram encaminhados à cadeia. Esses mesmos dois personagens, Adama e João Valdevino, já haviam sido presos em momentos anteriores. O primeiro, Paulino José de Santana, pernambucano, no momento de sua detenção no ano de 1904 tinha inclusive regressado do presídio militar de Fernando de Noronha, para onde *há tempos foi deportado*.<sup>391</sup> Quanto ao segundo, João Valdevino, também conhecido por Valdevino Joaquim Pessoa, vinte e dois anos de idade, pernambucano, jornalista, analfabeto, foi processado no ano de 1898 por ter travado-se de razões com Manoel dos Santos e Faustino de Andrade, ferindo este último com uma facada nas costas.<sup>392</sup>

Um outro dado que não pode passar despercebido é o fato de Valdevino ter dito que estava na casa do Delegado do 1º distrito da capital, dr. Glicério Gouveia, para ter uma conversa com a esposa do mesmo. Talvez o “turbulento” estivesse planejando uma vingança contra a prisão de alguns dos seus colegas por meio de um atentado contra a esposa do dr. delegado. Mas segundo a notícia o *criminoso* se entendeu com este, não dizendo contudo seu nome, e no momento que ia se retirando tentou agredir o ordenança Odilon com um punhal.

---

<sup>389</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Relatório dos Chefes de Polícia, Vol. 1328, Ano 1904.

<sup>390</sup> Correio do Recife, 29 de agosto de 1907.

<sup>391</sup> Jornal do Recife, 19 de janeiro de 1904.

<sup>392</sup> IAHP, Processo Crime, Ano 1898.

Ora, como exposto acima, Valdevino Joaquim já era conhecido da polícia pelo menos desde 1898, ano em que respondeu um processo por lesão corporal, a própria notícia do jornal que descreve o confronto com o cabo Odilon, tem como epígrafe *Célebre desordeiro*, seria então incomum que o delegado do 1º distrito da capital do Recife, homem de confiança do chefe de polícia dr. Santos Moreira e do governador dr. Sigismundo Gonçalves, não conhecessem os famosos *desordeiros* que andavam pela rua do Recife. Nesse caso, surge a probabilidade do capoeira João Valdevino ser conhecido da esposa do delegado, prestando-lhe algum serviço, ou mesmo da própria autoridade policial. Sentindo-se seguro por tais laços de aproximação, viu-se em condição de agredir o cabo que se opusera a chamar a mulher do delegado.<sup>393</sup>

Aliada às investidas policiais, e aos códigos criminais, as Posturas Municipais eram constantemente reeditadas, mostrando que nem todas estavam sendo seguidas por parte da população. Muitas delas tinham a pretensão de restringir a circulação e ajuntamentos cotidianos pelas ruas do centro de indivíduos egressos dos engenhos, mas principalmente de escravos, libertos e livres pobres. O historiador, Flávio de Albuquerque Neto, referindo-se as Posturas editadas entre os anos de 1830 a 1840 irá dizer que estas agiam no sentido de cercear a cultura popular. Tinham, dessa forma, a função de normatizar as idas e vindas da população, sobre tudo a população pobre.<sup>394</sup>

Mesmo sem tipificar ou tratar especificamente do capoeira, as Posturas Municipais do Recife do século XIX acabaram também influenciando no combate a tais práticas. Em 1873, por exemplo, foi publicada a Lei 1.129 de 26 de junho de 1873 pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob solicitação da Câmara Municipal do Recife, que reunia uma série de leis para este município repetindo leis publicadas em Posturas anteriores, assim como ratificando outras tantas já referidas no Código de 1830.<sup>395</sup>

Algumas dessas Posturas, por exemplo, buscavam normatizar e disciplinar as inúmeras tavernas existentes no Recife, proibindo o ajuntamento de escravos, bem

---

<sup>393</sup> No próximo tópico iremos tratar com mais detalhes a respeito dessas redes de negociações tecidas pelos praticantes da capoeira com a polícia e a justiça, conceituadas nesse trabalho como capoeiragem, mesmo durante os anos tidos como de grande repressão a esses indivíduos. Neste contexto, será possível também perceber que o empenho de segmentos da propaganda republicana e alguns intelectuais em evidenciar a distância entre as formas pelas quais se desenrolavam a conjectura política durante a República e o que ocorria no Império não passavam de discurso ou intenção, uma vez que os capoeiras ainda continuavam negociando com políticos e a polícia.

<sup>394</sup> ALBUQUERQUE NETO, F. de S. C. de. Da Cadeia a Casa de Detenção: a reforma prisional no Recife em meados do século XIX. In: **História das prisões no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

<sup>395</sup> ALEPE, Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco, Ano 1873, lei nº 1129.

como a venda ou compra de qualquer produto suspeito pelos mesmos. Mas as proibições não visavam apenas os escravos e recaíam também sobre a população pobre em geral. Além disso, para evitar “barulhos” e “desordens” tais estabelecimentos teriam que fechar suas portas às nove da noite.<sup>396</sup>

Art. 187 – As casas públicas de bebidas, tavernas ou barracas que venderem molhados serão fechadas às 9 horas da noite, e durante o tempo em que estiverem abertas, de dia ou a noite, os seus donos não permitirão ajuntamentos de escravos ou de vadios dentro delas.<sup>397</sup>

Além de proibir que determinados escravos ficassem nesses estabelecimentos bebendo, jogando, ou mesmo tecendo laços de solidariedade com outros escravos ou livres e libertos pobres, acabavam também restringindo uma possível “arruaça” nessas paragens, uma vez que os locais de divertimentos das camadas populares, às vezes, também eram de acertos de contas.<sup>398</sup> O capoeira Adama na noite do sábado, por exemplo, após entrar no botequim da Rua da Concórdia, procurou fazer um “barulho”, com alguns rapazes que estava no local.<sup>399</sup>

De fato, os ajuntamentos de populares causavam sérios problemas para as forças repressivas, as quais tentavam ao máximo restringir essa “mistura perigosa” e indesejável. Além disso, era interesse da mesma a manutenção da “ordem”, tanto nos espaços públicos como privados, ambos os quais poderiam ser frequentados por “desordeiros” praticantes da capoeira. O art. 178 das Posturas Municipais do Recife do ano de 1873, por exemplo, versava sobre a proibição de fazer *alaridos* e *vozerias* pelas ruas.<sup>400</sup>

Todavia, os termos *alaridos* e *vozerias* são bem genéricos, podendo identificar uma multiplicidade de comportamentos tomados como não aceitáveis pela autoridade policial, incluindo a falta de procedimentos e imoralidades. Assim fora noticiada no Diário de Pernambuco em 1883, sob epígrafe: “Imprudentes”, *o não procedimento de*

---

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> Ibidem.

<sup>398</sup> Chalhoub analisou com detalhes os conflitos nos botequins da cidade do Rio de Janeiro ver: CHALHOUB, S. op. cit., 2001.

<sup>399</sup> APEJE, Jornal do Recife, 19.01.1904; A vigência das Posturas Municipais atravessou o Império e adentraram nas primeiras décadas da República, não sendo raras referências às tais leis por parte das autoridades policiais e judiciais.

<sup>400</sup> ALEPE, Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco, Ano 1873, lei n°1129.

*certos indivíduos, á rua larga do Rosário.* Além disso, diz a nota que o referido jornal tem recebido ultimamente reclamações a respeito de um *jogo de capoeiras e faquistas* realizado entre os sobrados cito à rua larga do Rosário, causando inconvenientes problemas para quem precisa transitar por tal lugar. Como se não bastasse tal “incivilidade”, com o cair da noite as coisas por lá pioram, pois além do jogo, praticavam-se “imoralidades”.<sup>401</sup> Seria esse lugar apontado pelo articulista local de treino dos capoeiristas? Existia esse tipo de exercício por parte dos praticantes da capoeiragem?

Embora não tenhamos certeza que tal lugar apontado pelo jornal era destinado ao treino dos capoeiristas das redondezas, ou se mesmo aquele ajuntamento era feito para se treinar, podemos sugerir positivamente. Um primeiro dado constatado é que na nota do periódico não fora dito que de tais ajuntamentos resultava ferimentos, brigas, barulho, embora atropelasse os transeuntes, o que seria normal por se tratar de uma luta. As reclamações, segundo consta, foram feitas “ultimamente”, indicando ser este fato recorrente num espaço de tempo curto, sugerindo uma periodicidade desses encontros naquele local<sup>402</sup>.

A referida nota termina solicitando providências as autoridades policiais. Contudo por mais que as autoridades buscassem reprimir tais desvios, sua tarefa se tornava bastante árdua. Não bastassem à precariedade do aparato policial existente na cidade, tanto no que diz respeito ao número quanto de sua profissionalização, estes ainda tinham pela frente o problema das redes de sociabilidades das camadas subalternas. A rixa entre as camadas subalternas e a polícia fazia com que muitos populares acabassem se defendendo mutuamente contra a investida policiaesca.

Grande Rolo – Quando anteontem, à tarde, regressava para seu quartel..., a guarda de honra do 14º Batalhão de Infantaria de linha..., travou-se um grande rolo entre a molecagem que precedia a música, e querendo uma força dos guardas cívicos, que ia acompanhando a

---

<sup>401</sup> Diário de Pernambuco, 12 de agosto de 1883.

<sup>402</sup> Plácido de Abreu escreveu em 1886 um livro que procura narrar os aspectos da capoeira carioca. Seu relato é deveras interessante, pois o mesmo chegou a ser iniciado na prática da capoeiragem. Nessa obra o autor indica que existiam momentos de treinos, onde tais cultuadores aproveitavam para aperfeiçoar seus golpes. Segundo ele “Os ensaios faziam-se regularmente nos domingos de manhã e contavam com exercícios de cabeça, pé e golpe de navalha e faca.” Cf. ABREU, op. cit., 1886 p.2.; Carlos Libano Soares identificou, em estudo realizado no Rio de Janeiro, sobre a capoeiragem carioca entre os anos de 1850 a 1890 os tais “treinos”, que ele vai designar como ritos de aprendizagem, onde se dava a passagem do simples “moleque de rua” ao capoeira. Cf. SOARES, C. E. L. 1999. p. 89.

mesma música, apaziguar o conflito, voltaram-se os súcios contra os policiais, que foram acometidos a pau e pedra, saindo alguns contusos e feridos.<sup>403</sup>

Vemos dessa maneira todo um tabuleiro armado na cidade onde de um lado estavam os aparelhos coercitivos destinados a normatizar a vida das massas pobres e do outro lado os perseguidos procurando jogar no vacilo dado pelo seu opositor. Ou seja, de um lado a polícia e a justiça tentando jogar a rede da repressão em cima das “classes perigosas” e do outro, por sua vez, esta mesma tecendo, costurando suas redes de sociabilidades.

Se a rede de vigilância estatal se estendia por toda parte, tentando esquadrihar e normatizar os passos da população do Recife oitocentista, esta mesma população conseguia, através de procedimentos “minúsculos e cotidianos”, criativos e sub-reptícios, jogar com os mecanismos disciplinares que lhes eram impostos e manter ou recriar suas próprias redes de sociabilidades.<sup>404</sup>

São justamente nas malhas tecidas pelo “homem comum” que estes conseguem burlar as normatizações impostas pelas autoridades e com isso passam a se ajudar, seja no momento de uma fuga, de um acoitamento, na recepção de mercadorias roubadas. Escravos, libertos e livres pobres através de microrresistências cotidianas conseguem sobreviver num Recife que se pretende “civilizado” e “moderno”. Contudo, não podemos perder de vista que mesmo com tais reciprocidades existiam conflitos, rixas e desavenças entre esses indivíduos.

Na Folha do Norte, temos mais um exemplo, entre tantos, dessas desavenças. Diz a notícia que na quinta-feira, estando dois ganhadores de nome Guaxinim e Jovêncio no pátio da estação das Cinco Pontas, por volta das três horas da tarde, os dois indivíduos travaram luta saindo ferido com uma furada no ombro este último. Ao

---

<sup>403</sup> APEJE, *Jornal do Recife*, 29.03.1881.; Em “Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas”, Clarissa Maia, narrou outro onde os populares se uniram contra a polícia. Segundo a autora após um capoeira ter conseguido fugir dos agentes da ordem foi novamente preso, chegando, porém, próximo a Rua da Concórdia, onde havia um samba, os participantes desse brinquedo apedrejaram os soldados, o que facilitou nova fuga do moleque. Cf. MAIA, C. N. op. cit., 2008. p. 109.

<sup>404</sup> SILVA, W. op. cit., 2008.

escutar o apito, Guaxinim que estava armado com compasso, colocou-se em fuga correndo para maré e atravessou a nado para ilha do Pina.<sup>405</sup>

Neste caso, dois indivíduos pertencentes às camadas populares, travam-se de razões por motivos de trabalho. Como em outras notícias vistas, os personagens pertencentes às camadas subalternas, antes de serem “vadios” e “vagabundos” como geralmente aparecem descritos nas notícias possuíam algum tipo de trabalho. Entretanto, alguns meios de sobrevivência como os dos ambulantes, dos ganhadores, dos jornaleiros distavam da concepção burguesa de trabalho que setores das elites pretendiam implantar no Recife. A repressão policial sobre tais profissionais era grande, fazendo com que a prestação desses serviços fosse bastante complexa, uma vez que o trabalhador teria que burlar a disciplinarização projetada pelas Posturas impostas pela polícia por um lado, e por outro competir com seu semelhante na obtenção de lucros.

Mas não era apenas a respeito dos que viviam ao ganho que as Posturas infligiam. Vários setores da cadeia produtiva eram normatizados por tais leis que padronizavam, exigiam licença, determinava horários de funcionamento. Como intenção maior estava o ordenamento do trabalho na capital pernambucana, mas buscava coibir também possíveis lesões corporais e homicídios praticados com os utensílios de trabalho. Assim fica proibido que os magarefes andassem pelas ruas da cidade com suas facas, sem que estivessem dentro de uma bolsa de couro atada por três fivelas. A preocupação com uma possível “arruaça” também fazia com que as Posturas disciplinassem os locais de trabalho destes profissionais, proibindo no matadouro qualquer vozeria, assuada e gestos.<sup>406</sup>

Todas essas medidas condiziam com as intenções das elites recifenses, que como visto, desde meados do século XIX procuravam dar novos ares a cidade do Recife. Além da disciplinarização das camadas populares o “progresso” da cidade se exprimia nos processos de higienização; controle social; cultura material; lazer; construções civis, onde novos materiais e tecnologias eram empregados em novas concepções de arquitetura urbana. Dessa maneira, os próprios espaços públicos da urbe tinham como função educar os habitantes da capital pernambucana.<sup>407</sup>

Foucault chama atenção para essas inovações no campo do disciplinamento dos corpos e do espaço. Esses novos prédios atendiam aos campos do monitoramento e

---

<sup>405</sup> APEJE, Folha do Norte, 12./02.1884.

<sup>406</sup> ALEPE, Coleção das Leis Provinciais, Ano 1873, Art. 239/242.

<sup>407</sup> ARRAIS, R. P. de A. op. cit., 2004.

punição analisados por esse autor. No momento em que o poder de punir ficava cada vez mais nas mãos do poder central, entenda-se aí a polícia e a justiça, este teria que organizar melhor suas estratégias para vigiar e punir a massa subalterna, considerada por essa razão, potencialmente criminógena.<sup>408</sup>

As ruas e becos eram alargados enquanto alguns sobrados antigos eram tombados para que em seu lugar pudessem ser construídas novas edificações, principalmente públicas, alterando o cenário e os ares provincianos da Veneza Brasileira. O Mercado Público de São José, o Hospital Pedro II, o Cemitério de Santo Amaro, o Liceu de Artes e Ofícios, o Ginásio Pernambucano entre outros tiveram esse papel de tentar esquadrihar, organizar os espaços públicos e com isso a população que perambulava pelas ruas.

O aparato repressor e judicial, muitas vezes influenciados pelas concepções poligenistas e monogenistas, acreditavam que os negros e mestiços, bem como todas as suas manifestações culturais, eram algo degenerado, onde antes deveriam desaparecer, pois não eram compatíveis com os planos traçados para uma cidade “moderna” e “civilizada”.<sup>409</sup> O problema com as “classes perigosas” era antigo e se fazia necessário criar um novo aparelho punitivo na cidade, para nos casos em que a lei fosse burlada e o aparato policial não conseguisse reprimir, pudesse “educar” as “súcias” retirando-as das ruas.

Para tanto começou em Pernambuco, no final da década de 40, os primeiros debates a respeito da construção de uma Casa de Correção, que viria substituir a antiga Cadeia do Recife, culminando na aprovação da lei em julho de 1848 para Construção da Casa de Detenção do Recife. Obra iniciada em 1850 que levaria 17 anos para ser finalizada, passou a operar em 1855 devido à falta de estrutura prisional da província. Construída sob o modelo Pan-óptico, revela que as discussões a respeito de sua concepção e construção estavam seguindo os modernos modelos europeu e norte-americano, mas adaptando os paradigmas jurídico-penais as realidades escravistas do Brasil.<sup>410</sup>

Assim, entre o final do século XIX e início do XX o Recife contava com um triângulo bastante conhecido dos capoeiristas em particular, e das camadas pobres

---

<sup>408</sup> FOUCAULT, M. op. cit., 2007.; MAIA, C., [et al.]. **História das prisões no Brasil**. vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.; MAIA, C.; [et al.]. **História das prisões no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

<sup>409</sup> Para maior entendimento dessas análises ver: SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>410</sup> MAIA, C. N. op. cit., 2009.

urbanas em geral. Seria ele: Casa de Detenção, Hospital Pedro II e Cemitério de Santo Amaro. Muitos desses indivíduos passariam o resto de seus dias nesses últimos, e uma quantidade ainda maior no primeiro deles. E é claro alguns tiveram o “privilegio” de frequentar as três instituições.

Todavia o assombro da Casa de Detenção e as leis não foram suficientes para fazer com que os capoeiras deixassem de praticar, “desordens”, “distúrbios”, “turbulências” pelas ruas, ou simplesmente, atos muitas vezes tidos como “ofensores da moralidade pública”. A partir do Código de 1890, como visto, os sujeitos presos reincidindo tal crime, poderiam no grau máximo serem recolhidos aos presídios militares. A partir desta data, portanto, os personagens que fossem reincidentes no Art. 402 poderiam ser transferidos para Ilha de Fernando de Noronha, onde cumpririam suas penas.<sup>411</sup>

Não obstante a distância da terra em que moravam, o pesado fardo do trabalho, a rotina do presídio militar onde eram submetidos a castigos e encarceramentos em uma ilha que carecia de praticamente tudo, mesmo isso não foi suficiente para estabelecer um sentimento de resignação nos capoeiras que para lá eram enviados. Ao contrário, estes se adaptavam ao novo local em que estavam vivendo onde suas liberdades acabavam nas praias de água cristalina ou nas rochas vulcânicas que avançavam um pouco mais sobre as águas. Pelo menos foi isso que escreveu um autor anônimo que foi remetido para o presídio de Fernando de Noronha, logo nos primeiros meses da República. Segundo ele, os capoeiras

Parecem não estranhar muito quanto têm sofrido, ou então estarem resignados a tudo. Para gente assim este presídio não serve nem de estímulo para regeneração. Riem-se, passam parte da noite contando histórias e façanhas!...<sup>412</sup>

Pensando não apenas no encarceramento destes indivíduos, mas também, na sua disciplinarização por meio do trabalho, o congresso legislativo pernambucano decretou a Lei N° 370 de 07 de julho de 1899, que autorizava o governador do estado a criar em Fernando de Noronha, ou em qualquer outro lugar, uma colônia agrícola penal para aqueles que tivessem sido *convencidos do crime de mendigaçãõ, embriaguez,*

---

<sup>411</sup> ALEPE, Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, Ano 1890. Art. 400; 402; 403.

<sup>412</sup> Novidades, 09 de janeiro de 1891. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999. p. 327.

*vagabundagem e capoeiragem*. Neste local tais indivíduos seriam obrigados a trabalhar na agricultura, bem como se ocupar em mecânica, artes e ofícios nas oficinas.

Ao saírem da colônia eles receberiam uma quota de vinte por cento, referente ao produto do seu trabalho. Além disso, os reclusos receberiam aulas do ensino primário, primeiras letras, rudimentos de agricultura e princípios de instrução moral e cívica. A fiscalização desse local seria da orçada do Chefe de Polícia, que deveria visitá-lo pelo menos uma vez por ano.<sup>413</sup> Esta medida também visava evitar que a cultura da capoeira se enraizasse nesse território, pois os presos que não tivessem falta grave poderiam sair do presídio para ir até o aldeamento, distante poucos quilômetros, onde poderiam conviver com os ilhéus.<sup>414</sup>

Percebe-se assim que as “estratégias” formuladas e adotadas pelos responsáveis pelo aparelhamento coercitivo e disciplinador da sociedade, embasadas nas técnicas da produção-social de padrões comportamentais homogeneizantes eram constantemente contrapostas pelas inúmeras táticas criadas e recriadas pelos capoeiras. Estes burlavam, mentiam, fugiam, enganavam os seus oponentes por meio de mil invenções, executadas para lhes propiciar um “lugar” dentro do “espaço” vigiado pelo aparelho ideológico e punitivo. Mas nem sempre as relações eram de enfrentamento, nem sempre o capoeira precisou “apalmar” sua navalha, puxar sua bicuda, manejar seu cacete ou imprimir uma cocada, um rabo-de-arraia, uma rasteira. Algumas vezes esses capoeiras negociavam com aqueles que deveriam ser os responsáveis pelo seu encarceramento.

---

<sup>413</sup> ALEPE, Colleção das Leis Provinciais do Estado de Pernambuco, Ano 1899.

<sup>414</sup> Segundo Carlos Soares, a maior “liberdade” que existia na ilha criava condições para que a cultura da capoeira se enraizasse no local. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.

## 4. CAPOEIRAGEM E SOCIABILIDADE NA CAPITAL PERNAMBUCANA: A TESSITURA DA TEIA

### 4.1 – Os capoeiras elaboram a teia: negociações com as forças armadas e a polícia.

A onda repressiva que se abateu sobre os capoeiras em alguns estados do Brasil, logo nos primeiros anos da República, fez com que centenas de pessoas fossem deportadas para os presídios militares espalhados pelo território nacional.<sup>415</sup> Muitos desses foram parar em Fernando de Noronha e permaneceram vários anos em terras pernambucanas. Aos 12 dias do mês de julho de 1895, o Major Joaquim Rocha dos Santos, representante do Jornal do Brasil da Capital Federal, jornal que desde sua fundação fazia oposição ao governo republicano, embasado nos princípios constitucionais do Código Penal Republicano, requereu ordem de Habeas Corpus em favor de treze capoeiras deportados para Fernando de Noronha, que neste ano já haviam regressado do arquipélago e se encontravam na Casa de Detenção do Recife, por considerar suas prisões ilegais.<sup>416</sup>

Estes infelizes, tendo sido presos naqueles estados em setembro e novembro de 1889 sem crime algum especificado na legislação criminal do país e somente sob o pretexto de serem vagabundos e capoeiras como consta do documento junto, foram, entretanto, remetidos para o presídio de Fernando de Noronha, onde suportaram o pesado lenho dos galés por mais de três anos e depois removidos para a Casa de Detenção d'esta cidade, aonde se acham ainda cumprindo a pena da prepotência das autoridades que se modelam por leis bárbaras, riscadas dos códigos das nações civilizadas e que tantos males tem causado para a liberdade dos cidadãos. Representante da imprensa e de estado n'esta gloriosa terra de tradições democráticas, cumpro o dever de assumir a

---

<sup>415</sup> Para uma visão a respeito do envio de capoeiras do Pará para o presídio militar no Amapá, ver: LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem**: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008. P.106-124.

<sup>416</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, Ano 1895. Para maiores detalhes a respeito da posição do Jornal do Brasil, ver: SILVA, E. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

responsabilidade de advogar esta justa causa, porque considero que assim procedendo, tenho dado à sociedade as maiores provas do quanto vale os esforços daqueles que bem compreendem a missão do Jornalismo brasileiro. Assim, pois, demonstrado que os pacientes sofrem prisão ilegal há cinco anos e seis meses, espera na forma da lei a concessão requerida...<sup>417</sup>

No dia 12 de julho de 1895, o Tenente Coronel Administrador da Casa de Detenção do Recife respondeu ao despacho exarado, a respeito da entrada destes treze indivíduos na detenção do Recife, bem como da existência ou não das notas de culpa dos mesmos. Segundo tal autoridade os indivíduos: Manoel da Rosa foi recolhido à 20 de setembro de 1893; Manoel Antonio dos Santos, Manoel Jacyntho Ribeiro, Polydoro Domingos, Augusto Claudino do Nascimento, Emilio Rodrigues do Couto, Henrique de Araújo foram recolhidos em 26 de setembro de 1893; Antonio Marques de Oliveira, Alexandre Hypolito, Francisco de Paula Alves, Joaquim Guimarães, Manoel Joaquim Luiz chegaram no dia 04 de novembro de 1893. Todos esses chegaram sob ordem do Questor Policial, sem declaração de motivos e vindo de Fernando de Noronha. Já José Theodoro Lambert foi também recolhido a Casa de Detenção do Recife no dia 04 de novembro 1893, mas sob ordem do subdelegado do Recife, como desordeiro e por haver se evadido a bordo, quando seguia para o citado presídio, como deportado do estado da Bahia.

Estes personagens foram apenas alguns, dos muitos capoeiras presos e deportados para Fernando de Noronha nos primeiros anos de perseguição do Regime Republicano, contras as maltas que infestavam as ruas do Brasil. Vê-se que todos foram detidos nas ruas da então Capital Federal, Rio de Janeiro, e de Salvador, locais descritos por Câmara Cascudo, juntamente com o Recife, como sendo os berços da capoeira.

No dia 14 de julho de 1895, o Juiz Seccional do Recife, dr. Antônio de Olinda Almeida Cavalcanti e o escrivão Antônio Ferreira Braga foram a Casa de Detenção do Recife e fizeram os Autos de Qualificações de acordo com as seguintes perguntas: nome? Naturalidade? Residência? Estado civil? Profissão? Sabe ler e escreve? Logo em seguida, o mesmo juiz passou a interrogar os possíveis favorecidos pelas ordens de habeas-corpus da seguinte maneira: nome? Onde foi preso? Motivo da prisão? Quando foi preso? Como chegou a Fernando de Noronha?

---

<sup>417</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Ano 1895.

Analisando estes interrogatórios percebeu-se alguns rastros que podem remeter à prática da capoeiragem, ou seja, uma ligação, uma negociação, uma relação, algumas vezes fortuitas, outras mais duradouras entre aqueles conhecedores da capoeira, as forças armadas, a polícia e os políticos.<sup>418</sup> Manoel Antonio dos Santos, por exemplo, com vinte e três anos de idade era copeiro, analfabeto e solteiro. Nascido na Capital Federal, foi preso nesse mesmo local no dia 25 de novembro 1889, desconhecendo o motivo de sua prisão.<sup>419</sup> Após a mesma foi levado para a Correção, partindo em seguida para a Fortaleza de Santa Cruz e finalmente encaminhado a bordo do vapor “Purus” para Fernando de Noronha. Antes, porém de embarcar, ainda no Rio de Janeiro foi submetido à inspeção de saúde para assentar praça no Exército, mas sendo sempre julgado incapaz.<sup>420</sup>

Vê-se por meio do depoimento dado por Santos que, em plena campanha de “extirpação” da capoeira empreendida por Sampaio Ferraz, havia em brecha na qual o capoeira poderia adentrar retirando-lhe dos infortúnios que o esperavam em Fernando de Noronha. Tratava-se de assentar praça nas forças armadas, nesse caso específico no exército, expediente muito conhecido pelos capoeiras do século XIX e início do século XX. Algumas vezes esses indivíduos eram recrutados à força, outras, porém, eram eles mesmos que se dirigiam ao comando de inspeção de saúde, como forma de fugir da sanha policial. Segundo o mesmo ressalta, essa prática também era realizada em Pernambuco, pois no Recife fora apresentado por duas vezes ao exército.

Talvez um desses capoeiras que também tenha sido incorporado nas forças armadas seja Jovino Pedro de Alcântara, vulgo Jovino dos Coelhos. Pernambucano, nascido em 1870, capoeira, Marinheiro Nacional, e “conhecido desordeiro” das ruas do Recife. Estas ligações também não deveriam durar muito, ou ao menos duravam o tempo que esses personagens achavam necessário, pois Jovino dos Coelhos seria procurado como desertor.<sup>421</sup> De qualquer forma, o caso de capoeiras serem integrados

---

<sup>418</sup> O conceito de capoeiragem, como visto no capítulo 1, foi pensado a partir do conceito de negociação de João José Reis, partindo do princípio que alguns indivíduos no Recife se valiam do conhecimento da capoeira para poderem negociar com a polícia, o exército e a política, sendo, portanto, uma maneira singular de construir alianças. Cf. REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociações e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>419</sup> Segundo Líbano Soares, a estratégia empreendida por Sampaio Ferraz consistiu em capturar os capoeiras de surpresa, por meio de denúncias de seu grupo de informantes, na porta de casa, ou em momentos de trabalho, ou quando não estivessem em atividade. Outra estratégia sua foi capturar em primeiro lugar os mais antigos, os chefes e aqueles que possuíam vínculos com figuras proeminentes da política.

<sup>420</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Ano 1895.

<sup>421</sup> IAHP, Processo Crime, Lesão Corporal, Ano 1898.

na marinha, ou no exército, revela que o Chefe de Polícia da capital federal estava sendo “traído” por parte de sua corporação. Por outro lado sugere que os comandantes das forças armadas não deveriam ver com bons olhos a maneira como estavam perdendo “mão-de-obra” especializada no confronto corporal, até porque muitos embates acabavam sendo resolvidos “no braço”, ou melhor, nas pernas e cabeçadas, pois nem sempre os soldados tinham tempo de recarregar suas armas. O conhecimento da capoeira, dessa maneira, acabava por livrar alguns indivíduos dos ferros da prisão.<sup>422</sup>

As teias de capoeiragem tecidas entre os capoeiras e as forças armadas podem ser vistas no Recife, sobretudo, quando os diversos batalhões existentes no Recife saíam ou regressavam de seus exercícios, marchas, desfiles.<sup>423</sup>

Anteontem, às nove e meia da noite, quando as bandas marciais do 2º, 27º, 34º e 40º batalhões do exército voltavam da retreta efetuada, como de costume, em frente à casa do exm. General Travassos, à rua Imperial, diversos capoeiras fizeram grandes arruaças, sendo disparados alguns tiros.<sup>424</sup>

Um comunicado expedido pela subdelegacia da freguesia da Boa Vista no ano de 1881, por exemplo, dava o tom destas perigosas ligações, e pedia para que o comandante do 14º batalhão tomasse medidas enérgicas contra seus soldados indisciplinados.

...Ontem ao regressar a guarda de honra do 14º Batalhão que acompanhou a procissão desta freguesia, fiz acompanhar uma força da guarda cívica, para dispersar a molecagem que ia a frente da música. Ao chegar à rua do Pires, um dos capoeiras puxa de um compasso para ferir a outro, o que sendo presenciado pela guarda cívica,

---

<sup>422</sup> Segundo o jornalista e político Abranches que viveu entre os anos de 1868 e 1941 e copiou algumas atas e atos do governo provisório, Sampaio Ferraz advertira o então presidente da república que para haver êxito na campanha contra a capoeira teria que abrir luta contra os laços estabelecidos entre o exército e os capoeiras. ABRANCHES, D. **Actas e actos do governo provisório**. Brasília, Senado Federal. 1998.

<sup>423</sup> Para Arrais, “as bandas de música constituem um dos pontos fundamentais de onde se projeta a trama cultural que percorre um amplo território social e cultural da cidade (...), bandas do Exército representam com clareza exemplar os conflitos potenciais que as bandas comportavam, agregando e arrastando pelos espaços públicos a multidão esquivada às determinações da ordem e selando alianças na cidade oligárquica.” As bandas firmavam alianças que dormiam no mundo da desordem, nas zonas sombrias da cidade oligárquica. ARRAIS, R. P. A. op. cit., 1998 p. 88.

<sup>424</sup> Jornal do Recife, 03 de agosto de 1901.

procurou prender o dito indivíduo o qual correndo para junto da guarda de honra, esta imediatamente debandou contra a força pública, resultando sair cinco praças da guarda cívica feridos...<sup>425</sup>

Talvez pelo fato da guarda cívica participar do desfile mantendo-se atenta a este, não percebeu que um capoeira correria para junto da guarda de honra, e só atentaram ao fato quando já estavam de armas em punho. Como as duas corporações cultuavam rancores de ambos os lados, os soldados do exército poderiam ter pensado que os praças cívicos queriam agredi-los. Todavia, quando passamos a analisar outras notícias a respeito da prática da capoeira em frente às bandas do exército e os conflitos existentes com o aparato policial, a primeira hipótese perde sua força.

Ontem, as 6 e meia horas da tarde, e quando entrava pela rua Marcílio Dias, a guarda de honra do 2º batalhão de Infantaria, que acompanhava a Procissão dos Passos e recolhia-se ao Quartel das Cinco Pontas, um soldado do último pelotão descarregou uma baionetada no guarda cívico nº 29, Ângelo de Souza Silveira, ferindo-o assim levemente na frente. Deu-se isto na ocasião em que o ofendido, com outros guardas cívicos, tratava de conter os capoeiras que acompanhavam as bandas de música.<sup>426</sup>

Essas teias que uniam capoeiras e forças armadas algumas vezes excluía os praças da polícia, identificados como inimigos comuns por ambos, uma vez que eram os “responsáveis” pelo patrulhamento das ruas e tinham como função restringir determinados comportamentos tidos como inaceitáveis. Outras vezes, os policiais abusavam da sua autoridade para mostrar superioridade frente aos seus iguais, pois não se pode esquecer que muitos dos recrutados para exercerem o papel de praça eram oriundos das camadas populares. Dessa forma, o conflito entre essas policiais de um lado, e membros do exército e da marinha de outro, torna-se quase uma constante nas ruas do Recife.<sup>427</sup> E o capoeira, como indivíduo perseguido pela polícia, utilizava

---

<sup>425</sup> APEJE, Polícia Civil, Livro 173, Ano 1881.

<sup>426</sup> APEJE, 1º Delegacia da Capital, Livro 425, 1880.

<sup>427</sup> Para maiores detalhes a respeito dos desentendimentos entre a polícia e as forças armadas no século XIX ver: SILVA, W. B. op. cit., 2003. Para a mesma visão, desta vez nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, consultar: MAIA, C. N. M. op. cit., 2001.

largamente da capoeiragem para conseguir a proteção de uma força legal da nação, em troca abriam lutas contra as forças policiaescas.

O Jornal do Recife, por exemplo, do dia 10 de agosto de 1905, em duas notícias separadas em epígrafes diferentes (“Desordens” e “Capoeiras”), mas juntas no que diz respeito ao tema, desnuda ainda mais as difíceis relações entre exército e polícia, mostrando que tais embates atravessavam verticalmente as duas corporações desde seus comandantes até seus subordinados. Os capoeiras, por sua vez, aproveitavam como podiam para dar expansão as suas práticas.

A primeira notícia versava sobre um confronto ocorrido na Aldeia do 14, local que recebeu este nome por se constituir em um conjunto de casas próxima ao quartel do 14º Batalhão do Exército, envolvendo três soldados do exército e um policial. Aqueles foram até a casa deste e agrediram-no, motivo pelo qual foram detidos. As rixas entre esses personagens ultrapassavam os limites do trabalho atingindo a vida privada. Insatisfeita pelo desfecho do caso, a mulher de um dos soldados espancou a amásia do praça da polícia, pois esta denunciara seu marido.<sup>428</sup> A esta notícia se pode somar várias outras, envolvendo soldados da polícia de um lado e das forças armadas de outro.

O jornal do Recife de 1901, por exemplo, narrou um conflito entre o

...soldado do 40º Batalhão de Infantaria de nome Raymundo e o praça do 1º Corpo de Polícia conhecida pela alcunha de Fedegoso, o primeiro com um enorme punhal desembainhado e o segundo em atitude de puxar a faca desafiavam-se para luta.<sup>429</sup>

A outra notícia do ano de 1905 indicava justamente a desarmonia com que trabalhavam as altas patentes da polícia e do exército. Segundo o articulista, a falta de policiamento acompanhando o 40º batalhão de Caçadores deveria ser atribuída ao comandante do mesmo, pois este não comunicou ao chefe de polícia que seu batalhão iria sair pelas ruas da cidade. O redator também atribuía a audácia dos capoeiras e suas brilhanturas o fato dos praças de cavalaria não terem acompanhado o referido batalhão. Todavia, seria muito difícil o oficial em comando aceitar ter seu batalhão puxado por

---

<sup>428</sup> Jornal do Recife, 10 de agosto de 1905.

<sup>429</sup> Jornal do Recife, 07 de julho de 1901.

policiais, como também ter que comunicar ao Chefe de Polícia todas às vezes que pretendesse por à rua seu batalhão.<sup>430</sup>

Os personagens pertencentes ao exército e armada não eram apenas meros espectadores. Muitas vezes nos seus momentos de folga, longe dos pesados trabalhos dos quartéis, praticavam a capoeira com personagens pertencentes às camadas populares. Assim, as teias construídas eram tão fortes que algumas vezes os soldados das forças armadas, para livrar um companheiro de capoeira e música, chegavam a cometer perjúrio em juízo.

No dia três de setembro de 1888, sob n° 1262, foi julgada no Tribunal da Relação de Pernambuco uma ordem de Habeas-Corpus impetrada por Erasmo Marinho Correa Cezar, Paraibano, 25 anos, solteiro, capoeira, 1° Cadete Furriel do 2° Batalhão de Linha por meio de seu curador. Este solicitava ao juiz a soltura imediata de seu cliente, que se encontrava preso no Quartel General em que servia, por considerar sua prisão ilegal. O impetrante estava sendo acusado de um crime de perjúrio por ter, segundo o 3° Promotor Público do Crime, mentido acerca da morte de um escravo.<sup>431</sup> A primeira vista, este seria mais um processo burocrático onde o advogado de defesa e o promotor procurariam, através de seus argumentos e embasados na lei, provar a inocência ou a culpabilidade do réu.<sup>432</sup>

Todavia, por trás dessa aparente massa burocrática, surgia mais um caso de capoeiragem nos logradouros do Recife. Mais precisamente nas ruas do bairro de São José, local já referido na historiografia como sendo um dos bairros do Recife que teriam uma grande circulação de escravos, libertos e livres pobres. Nesse mesmo bairro, no antigo forte de São Tiago das Cinco Pontas, estava assentado o 2° Batalhão de Infantaria do Exército. Além disso, era lugar de moradia das chamadas “classes perigosas”. Estas ocupavam os muitos mocambos existentes naquela localidade.<sup>433</sup>

Aos sete de agosto de mil oitocentos e oitenta e sete por ocasião de marchar o 2° Batalhão de Linha, cujo impetrante pertence, regressando da missa realizada na Igreja da Santa Cruz, bairro da Boa Vista, deu-se um conflito entre os capoeiras que vinham à

---

<sup>430</sup> Jornal do Recife, 10 de agosto de 1905.

<sup>431</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>432</sup> “Na sua materialidade, o processo penal como documento diz respeito a dois ‘acontecimentos’ diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstruir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a “verdade” da qual resultará a punição ou absolvição de alguém”. Cf. FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade na cidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 31

<sup>433</sup> CARVALHO, M. J. M. de. op. cit., 2010.

frente da música fazendo suas costumeiras “brilhanturas”. Essa “arruaça” deixou como saldo uma morte, o infeliz escravo de Ventura Pereira Pena de nome Albino. Sendo indiciado como autor do ferimento que levou ao óbito o referido escravo, Pedro de Alcântara de Sant'Ana, conhecido por Pedro do Vigário, que se encontrava recolhido a Casa de Detenção do Recife. Dias depois do fato ocorrido, Erasmo Cezar foi chamado para prestar depoimento no inquérito policial sobre o caso. No seu depoimento afirmou não ter sido o acusado quem havia matado o escravo Albino, mas outra pessoa cujo nome ignorava, porém sabia descrever seus sinais.<sup>434</sup>

No mesmo inquérito depuseram dois Guardas Cívicos, *desafetos* do paciente a propósito de conflitos anteriores entre praças daquela guarda e companheiros do paciente. Disseram eles que ouviram o paciente declarar que daria testemunho em favor do réu por ser este também partidário da música. O subdelegado deu por encerrado o inquérito policial sem que o impetrante fosse escutado novamente.<sup>435</sup>

No julgamento, perante o juiz, Cezar fora requisitado pela defesa e comparecendo ao Tribunal repetiu seu depoimento com a mesma firmeza e consciência da verdade sobre o que havia presenciado. Isso bastou para que o Dr. Promotor Público, baseado no depoimento dos Guardas Cívicos, tomasse como falso o testemunho do paciente e de imediato requereu ao Presidente do Júri que procedesse em conformidade com a lei, e sem qualquer outra diligência foi dada a então testemunha de defesa voz de prisão em observância ao disposto nos Arts. 360 a 364 do Regimento N° 120 de 31 de janeiro de 1842, por ter jurado falsamente no Tribunal do Júri, tendo cometido em vista disso crime de perjúrio, sendo recolhido no respectivo quartel à requisição e ordem do Dr. Juiz de Direito do 3° Distrito Criminal, aonde deveria aguardar a formação da culpa, prestando-se, portanto, sua prisão em flagrante delito.<sup>436</sup>

Diante de tal fato surgiram algumas indagações. Seria a oportunidade para o promotor colocar atrás das grades dois capoeiras? Ou o mesmo agiu baseado nos autos e em conformidade com a lei? Teriam visto os dois guardas cívicos a oportunidade de prejudicar o cadete do exército por divergências anteriores existentes entre eles, e Pedro Vigário seria apenas uma cobaia para tal intento?<sup>437</sup> Nesse momento seguiu-se uma batalha entre o advogado do paciente e o promotor público, cada um referendando-se

---

<sup>434</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>435</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>436</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>437</sup> Líbano Soares avaliou como Sampaio Ferraz, antes mesmo de virar chefe de polícia, trabalhando como promotor público se empenhou em colocar na prisão vários capoeiras, mesmo tal crime não estando proscrito no código de 1830. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.

em leis e dispositivos jurídicos para conseguir a absolvição ou condenação do réu em questão.

O advogado de defesa afirmava ser ilegal a prisão do seu cliente, pois não foram feitas as acareações dos três indivíduos como sugere P. Bueno em seu Processo Crime parágrafo 249. Desta forma, não podia haver conhecimento de quem estava perjurando, portando, não existiria crime e sua prisão considerada ilegal. E mesmo considerando que o mesmo tivesse perjurado, este o fez já no inquérito policial, pois a letra do código bem como a jurisprudência tem estabelecido que tal crime pode ocorrer na própria formação de culpa. Tendo então perjurado em data retro, indo ao júri apenas confirmar suas afirmações em nada inovando, o réu não poderia ser preso em flagrante delito, pois o crime ocorrera em tempo anterior ao da prisão.<sup>438</sup>

Por sua vez, o Promotor Público defende sua atitude em relação ao caso, bem como a do juiz, porque seu depoimento foi divergente comparado ao prestado pelos guardas. Também diz que se admitir o perjúrio ainda no inquérito policial é questão de divergências e estudos, a admissão apenas perante o júri deve-se ao fato de ser quando a fala da testemunha está em juízo. Em sua concepção, essa leitura da lei é a mais correta, pois está mais de acordo com a letra do Código que deve ser interpretado em sentido restrito. E mais, sua decisão não foi tomada apenas com base nos depoimentos dos guardas, mais também de outras testemunhas que convergiram em seus depoimentos com os dos praças. No entanto, há uma contradição na sua acusação. Ele afirma que os guardas não deram seu depoimento na denúncia por não se acharem presentes no momento do fato ocorrido, mas anteriormente fala saber os guardas de vista sobre o fato. E para findar afirma ser Erasmo “correligionário e companheiro de música nos dias de folga” de Pedro do Vigário.<sup>439</sup>

No interrogatório procedido no prédio do Júri, Erasmo estava novamente sentado em frente ao juiz, sendo que desta vez não como testemunha de defesa e sim como réu. Em seu depoimento disse que em agosto de 1887 no momento que seu batalhão se recolhia ao quartel viu um indivíduo assassinar a Albino. No entanto não o conhecia pessoalmente, mas afirma que Pedro Vigário é o autor do fato delituoso. Tinha certeza, pois o mesmo estava no dia do crime com roupa clara e o assassino estava de calça de algodão e camisa de riscado. Disse ainda que estando no quartel da Guarda Cívica, não falou que declararia em favor de Pedro. A requerimento do promotor disse

---

<sup>438</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>439</sup> Idem.

ainda que nesse mesmo dia havia se dado outros ferimentos, não sabendo quem havia se ferido, e também não viu Alcântara *entre os capoeiras que presidiam a música*. Afirma mais uma vez não saber o nome do indivíduo que tirou a vida de Albino, mas o conhece de vista por ter havido entre ele e o mesmo uma *questão no carnaval*.<sup>440</sup>

A tática utilizada por Erasmo ao afirmar que Pedro trajava roupas brancas, indo de encontro às outras testemunhas que afirmavam que o mesmo vestia roupas escuras, possivelmente era para tentar fazer com que a associação a Pedro do Vigário estivesse equivocada. Além disso, o réu no seu depoimento, ao mesmo tempo em que procurava inocentar seu “companheiro de banda”, deu testemunho incriminando um seu possível desafeto com quem dizia ter tido um atrito no carnaval. Esta seria uma boa oportunidade para Erasmo colocar seu inimigo no xadrez, vingando-se do mesmo pelas rugas carnavalescas.

Analisando, porém, o inquérito policial junto ao processo, várias testemunhas também deram suas versões a respeito do caso que vitimara o escravo de Ventura. Apesar de haver algumas diferenças pontuais entre os depoimentos, a maioria deles acusava Vigário como autor do crime, reforçando dessa maneira a denúncia de perjúrio indigitada a Erasmo. No entanto quase todos os depoentes poderiam ter razão para querer incriminar os dois companheiros de capoeira.

João Ferreira da Silva era analfabeto, casado, com 43 anos de idade, pernambucano, padeiro e morador a Rua Augusta n° 178, disse que no dia do crime por volta das nove para as dez da manhã, estava ele passando pela Rua do Bom, que dá para o largo das Cinco Pontas, quando viu passar correndo por ele um indivíduo de roupa escura e chapéu de massa preto, trazendo uma fina bengala e atrás dele várias pessoas gritando que Pedro do Vigário havia ferido um moleque, mas que não tem certeza se é o réu presente, mas que parece ser. Soube depois por ouvir dizer que o dito moleque estava morto.<sup>441</sup>

Por algum motivo que não informou – se a distância ou por não ter uma boa visão momento da fuga –, João da Silva disse que não dava para afirmar com certeza se tratar do réu presente. Este seria o único a não dar certeza do fato ocorrido. Embora não seja possível saber se de fato a testemunha não conseguiu identificar Pedro do Vigário na hora do crime, não podemos descartar a hipótese que o mesmo estivesse com medo da absolvição do réu e das represálias que este poderia lhe prestar, ou ainda com medo

---

<sup>440</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

<sup>441</sup> Idem.

de outros capoeiras companheiros de música, que uma vez vendo um companheiro seu jogado na prisão poderiam querer se vingar.<sup>442</sup>

No auto de perguntas do Tribunal do Júri, também estava presente os testemunhos das duas Guardas Cívicas a respeito do comportamento de Erasmo na delegacia. O primeiro a depor foi Antônio Martiniano da Silva, 39 anos, 1º sargento da Guarda Cívica, casado, natural de Garanhuns, com residência a Rua do Caldereiro nº 36. Ele disse que à tarde do dia sete de agosto, indo Erasmo a estação da guarda cívica, ouviu o mesmo dizer que tinha visto o Pedro furar o moleque, mas que não iria acusá-lo porque o réu *era quartista e ele cadete também o era*, e que quando estava de folga não deixava de acompanhar a música.<sup>443</sup>

Se não há como ter certeza que fora Pedro quem praticou o homicídio em debate, embora todos os argumentos levem a crer nisso, pode-se afirmar que Erasmo era adepto da prática da capoeira. Mesmo não sendo ainda considerada como contravenção, a capoeira estava distante daquilo que as elites consideravam como conduta de um “homem de bem”, pelo contrário, os seus praticantes eram sempre descritos como “desordeiros”, “arruaceiros”, “valentes”, “brabos”, “turbulentos”. Como os soldados do exército por vezes eram requisitados para auxiliar a polícia na manutenção da “ordem”, estes deveriam coibir e não praticar tais exercícios. Mas, pelo visto, os comandantes dos batalhões não ligavam muito em ter em suas fileiras um, ou vários capoeiras, haja vista que ao longo de todo o processo Erasmo em nenhum momento se defendeu de tal acusação. Outro fato que chama atenção é que eram nos períodos de folga que este se dedicava ao partido *quartista*, sendo aí, nesses momentos, que os capoeiras engendravam as teias da capoeiragem com o corpo militar.

Os dois Guardas teriam motivos bastante contundentes para acusar os dois capoeiristas. Os desentendimentos entre os soldados da Guarda e do Exército, como visto, eram bastante antigo, chegando literatos como Sette, Ascenso Ferreira, Guilherme de Araújo comentarem a respeito dessa rixa histórica entre as duas corporações. Segundo Oliveira, tal antipatia é anterior a Guerra do Paraguai. Diz o autor que por volta de 1856 a relação entre os *quartistas*, como eram conhecidos os adeptos do 4º

---

<sup>442</sup> Carlos Líbano em seus trabalhos desenvolvidos sobre a capoeira carioca no século XIX, cita várias variáveis do não comparecimento das testemunhas em processos de formação de culpa uma delas é o medo de retaliação. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999; SOARES, C. E. L. op. cit., 2002.; Chalhoub analisou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e também percebeu várias nuances referente a maneira das camadas populares se portarem como testemunhas em um processo. Uma delas também foi o medo por parte das testemunhas em sofrer represálias por testemunhar contra outro indivíduo. CHALHOUB, S. op. cit., 2001.

<sup>443</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

Batalhão de Artilharia, e os *espanhas*, como se chamavam os seguidores da banda da Guarda Nacional se *azeitou*, gerando verdadeiras batalhas nas ruas da cidade quando se encontravam.<sup>444</sup>

As disputas entre os partidários do Quarto e do Espanha revelavam que os capoeiras não negociavam apenas com as forças armadas federais, mas também com o aparato repressor do estado. Também mostravam que a população pobre em geral, e em particular alguns capoeiras, tinham verdadeira ojeriza aos soldados da polícia. Esse sentimento pode ser verificado no hábito que alguns capoeiras tinham, mesmo não estando vinculados ao 4º Batalhão de Infantaria, na ocasião de um treino ou de um confronto, de se expressarem contrariamente aos Espanhas, que nesses momentos não necessariamente representavam os partidários de música da Guarda Cívica. O Correio do Recife, por exemplo, noticiou a ação de dois capoeiras que *escolheram ontem a rua Augusta para fazer exercícios de capoeiragem. Estavam assim os dois a dar trejeitos e saltos, aos gritos canalhas de fora a Hespanha...*<sup>445</sup>

Além de exemplificar novamente como os populares cultivavam um sentimento contrário aos membros do aparato policial, a outra notícia deste mesmo periódico, também ratificava que não houve, ou pelo menos não com a intensidade propalada por alguns intelectuais que escreveram sobre o período, a grande repressão desencadeada no governo de Sigismundo Gonçalves. Talvez, tenha sido até sua intenção, mas a participação de capoeiras na própria corporação possivelmente impossibilitava que tal estratégia pudesse vir a ser concretizada.

As nove horas da noite de ontem, um soldado do 1º corpo de polícia, cujo nome não sabemos, acompanhado do asilado conhecido por Manoel “dezoito”, na estrada do Rosarinho, distrito das Graças, promovia desordens, dirigindo insultos, esbordoando pessoas, etc. Ambos esbravejavam, quando apareceram no lugar acima, os populares Manoel Pedro e Zeferino de tal. Imediatamente os dois arruaceiros puseram-se a ensaiar passos de capoeiragem, ao mesmo tempo em que dirigiam insultos e convidavam para briga os dois populares... Aos gritos de fora a Hespanha dos arruaceiros, sucederam outros a força do cacete dos dois valentes populares que, a torto e a

---

<sup>444</sup> SETTE, M. op. cit., 1981.; FERREIRA, A. op. cit., 1948.; ARAÚJO, G. op. cit., 1954.; OLIVEIRA, V. de. op. cit., 1971.

<sup>445</sup> Correio do Recife, 31 de outubro de 1907.

direito distribuía pancadas. O soldado ao receber voz de prisão disse ser ordenança do Capitão Pinto Ribeiro.<sup>446</sup>

Como visto, a presença dos capoeiras a frente das bandas policiais também não eram pequenas, e assim como no exército existiam policiais que praticavam esses exercícios de agilidade e destreza corporal. Na noite do dia 16 de setembro, por exemplo, no momento em que a banda da polícia se retirava da novena de Nossa do Livramento os capoeiras fizeram *tropelias* provocando um *sarilho* do qual alguns capoeiras saíram feridos.<sup>447</sup> Desta forma se vê que a capoeira estava vinculada ao aparato repressor não apenas no que diz respeito a sua perseguição. Muitos dos “brabos” acabaram conquistando uma chance de trabalhar para o governo como inspetor de quarteirão graças aos seus conhecimentos da capoeira. As teias da capoeiragem dessa maneira acabavam por inserir os praticantes da “desordem” no mundo da “ordem”.

Um desses capoeiras do Recife que conquistou um lugar no quadro policial foi Antônio Manoel Pereira, vulgo Antônio Quatorze. Tido como conhecido “desordeiro” este indivíduo no ano de 1904 apareceu no Correio do Recife como inspetor de quarteirão do Recife.<sup>448</sup> Alguns anos depois, mas ainda na administração de Sigismundo Gonçalves, supostamente tida como a que empreendeu a maior perseguição a estes indivíduos, novamente Quatorze aparecia nas páginas do mesmo periódico.

Foi preso ontem à tardinha pelo delegado do 1º distrito, na Rua Direita, o ex-inspetor da freguesia do Recife, Antônio Manoel Pereira, vulgo Antônio Quatorze, um dos ladrões que infestam aquela circunscrição.<sup>449</sup>

Menos de um mês depois, Antônio Pereira, segundo matéria publicada pelo jornal Correio do Recife, voltava a ajudar a polícia do Recife. Dessa vez o capoeira atuaria como policial disfarçado, conhecido como secreta, possivelmente pelo conhecimento que tinha dos vários “turbulentos” que rodavam pelas ruas da capital Pernambucana.<sup>450</sup>

---

<sup>446</sup> Correio do Recife, 27 de abril de 1908.

<sup>447</sup> Jornal do Recife, 18 de setembro de 1903.

<sup>448</sup> Correio do Recife, 05 de novembro de 1904.

<sup>449</sup> Correio do Recife, 15 de julho de 1908.

<sup>450</sup> Correio do Recife, 07 de agosto de 1908.

A relação tecida entre os capoeiras e alguns policiais era tanta, que estes últimos acabavam cedendo parte do seu efetivo para que aqueles pudessem resolver suas rusgas. Em 1908, por exemplo, Jovino dos Coelhos entrou no café cujo proprietário se chamava Antônio da Costa Rego Sobrinho, cito a Rua das Águas Verdes, pedindo dinheiro para uns rapazes que jogavam dominó. Como não foi atendido na sua solicitação, apossou-se de um cofre de madeira que pertencia ao dono da casa. Este indo buscar uma arma dentro do seu estabelecimento, quando voltou o “arruaceiro” não se encontrava mais no local, só restando levar o fato ao conhecimento do subdelegado de Santo Antônio que esteve no local. Pouco depois, porém, Jovino retornava acompanhado de praças da polícia, cedido pelo subdelegado de São José, a procura de um dos empregados do dono do estabelecimento que tinha sido provocado pelo “turbulento”.<sup>451</sup>

Nem sempre, porém, o que era idealizado como função para estes personagens vinha a ocorrer. O fato de conhecerem os “criminosos” que deveriam prender facilitava tal atuação quando este criminoso era seu inimigo, mas quando se tratava de um antigo companheiro de desforras o comportamento era outro. Nesse momento os laços de solidariedade com seus iguais falavam mais alto dos tecidos pela capoeiragem com as redes repressoras. Pelo menos é isso que mostra o Correio do Recife de 1904, quando Antônio Quatorze ainda era inspetor de quartirão da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves.

... ontem ao sair da casa acima, acompanhado por seus amigos Manoel Santos e outro por nome Sales, foi agredido pelos indivíduos Romeu Barbosa e um tal Brandão que armados de facas tentaram assassiná-los. Antônio Quatorze, inspetor de quartirão comparecendo minutos após o ocorrido, indagou de Elysio o que acontecera, e sabendo quem eram os turbulentos, não procurou prende-los, como sua obrigação exige. Segundo sabemos, o cidadão Brandão goza de certa simpatia por parte da polícia, e assim sendo campeia desassombradamente, sem o menor receio de ser preso.<sup>452</sup>

Outros capoeiras não precisavam adentrar no corpo de polícia para tirarem vantagem, pois já tinham quem os protegesse lá de dentro por meio de laços

---

<sup>451</sup> Correio do Recife, 16 de setembro de 1908.

<sup>452</sup> Correio do Recife, 05 de novembro de 1904.

sanguíneos.<sup>453</sup> Era o caso de Aprígio Selva, sobrinho do cel. Alexandre dos Santos Selva, político e autoridade policial de São José.<sup>454</sup> Devido a esse parentesco, segundo o Correio do Recife, tal *desordeiro* vinha praticando constantes *distúrbios* no Recife. Em uma de suas rugas Aprígio travou luta com Garcia, em quem desferiu algumas *pancadas com seu chapéu de sol, tentando ferir-lhe com uma enorme faca de ponta*.

Conseguindo fugir do seu agressor, Garcia armou-se com um punhal e voltou para se entender com Selva, no momento em que este comentava sua bravura. Travando luta, agora os dois contendores armados de faca e punhal, saiu Aprígio ferido na perna, gritando que havia sido pego de surpresa e que iria se vingar do seu agressor. Já Garcia, foi preso pelo subdelegado Heliodoro Rabelo, que desde a primeira agressão de Aprígio contra Garcia, se achava no local junto com diversas praças.<sup>455</sup> Possivelmente a influência de Alexandre dos Santos fez com que a autoridade policial não se opusesse contra seu sobrinho, uma vez que possuía ligações com Rosa e Silva, por meio do qual conseguiu a indicação do seu cunhado para ajudante da casa de detenção. Pois segundo Santos Selva, só dessa maneira conseguiria pescar os eleitores de São José.<sup>456</sup>

Mas nem sempre o capoeira Aprígio Selva praticava das suas sozinho. Eram quase dez e meia da noite quando este indivíduo acompanhado de seu irmão e Chico Piston (provavelmente músico de alguma banda) passavam por uma das ruas do bairro da Boa Vista no momento em que viram uma banda de música que se dirigia para o teatro deste bairro. Sem demora os dois capoeiras bateram seus punhais e passaram a saltar na frente da banda ameaçando as pessoas que a seguiam. Como não encontraram ninguém a desafiá-los, seguiram seu caminho até encontrarem com Acácio de Souza e sem mais passaram a agredi-lo. Escapando da fúria dos dois *desordeiros*, foi se queixar ao inspetor de quarteirão da Rua de São Gonçalo. Não contava, porém, que o irmão do inspetor era amigo de Aprígio, sendo novamente espancado.<sup>457</sup> No dia 21 de outubro, mais uma vez Aprígio, acompanhado dos *turbulentos* Romeu Loureiro e João Rosa, cometeu “arruaças” no pastoril da Encruzilhada. Saindo dali, acompanhado de mais alguns companheiros adentraram em uma das casas nos Coelhos, dando continuidade aos desatinos provocados na Encruzilhada.<sup>458</sup>

---

<sup>453</sup> Correio do Recife, 20 de julho de 1904.

<sup>454</sup> MELLO, O. op. cit., 1938.

<sup>455</sup> Correio do Recife, 20 de julho de 1904.

<sup>456</sup> Correio do Recife, 18, de abril de 1905.

<sup>457</sup> Correio do Recife, 20 de outubro de 1904.

<sup>458</sup> Correio do Recife, 21 de outubro de 1904.

João Baptista da Rosa era pernambucano, sabia ler e escrever em 1892 possuía 25 anos, era solteiro, trabalhava na estiva e morava na Rua da Roda n° 52. Este conhecido capoeira, já na data supra respondia, processo na justiça de Pernambuco por ter ferido um policial com um estoque e um cacete. Depois dessa data João Rosa apareceria outras vezes, seja nos jornais, seja em documentos da polícia e da justiça, sempre envolvido em “desordens” pelas ruas da capital pernambucana. Todavia, nesse caso de agressão ao praça da polícia, este indivíduo contou com a defesa de um advogado que redigiu sua defesa em quatro folhas, conseguindo a absolvição do seu cliente.<sup>459</sup>

Observando os demais processos deste ano, verificou-se que pela forma como foi construído os argumentos de defesa, bem como pelo tamanho do mesmo, Sabe Tudo possivelmente teve um advogado particular para defendê-lo. Partindo do pressuposto que ele era um estivador, ou seja, um trabalhador braçal que provavelmente não ganhava o suficiente para pagar um advogado, fica a impressão que alguém arcou com estas custas.

As teias de capoeiragem tecidas entre a polícia e os capoeiras, e os laços de solidariedade existentes entre esses, permitiam que tais indivíduos permanecessem mais tempo gozando a liberdade, bem como auferirem lucro. Paulino José dos Santos era um desses “desordeiros” que estava ligado a diversos outros “turbulentos” do Recife. Viu-se acima que este indivíduo ajudou o capoeira Antônio Alves, vulgo Carne Guisada, na tentativa de fugir da polícia, após o mesmo ter agredido um ambulante.<sup>460</sup> Quatro anos antes, segundo o Jornal do Recife, Adama tinha acabada de regressar do Presídio em Fernando de Noronha por andar em companhia do *celebre facínora* Siri Donzelo a extorquir os comerciantes que trabalhavam no pátio do Mercado de São José.<sup>461</sup>

Infelizmente não se sabe qual foi à data que Adama partiu para o presídio de Fernando de Noronha, mas possivelmente foi entre os anos de 1897 e 1903, pois o primeiro ano referido é a última notícia que temos da atuação desse capoeira em Recife, o qual já no ano de 1892 aparecia em um processo crime, junto com seu primo José da Penha, presos por lesão corporal, mas segundo seu primo o fato se deu quando *começaram a brincar jogando capoeira*.<sup>462</sup> Tomando o possível ano de partida deste

---

<sup>459</sup> IAHGP, Processo Crime, Denúncia Crime, Ano 1892.

<sup>460</sup> Correio do Recife, 30, de junho de 1908.

<sup>461</sup> Jornal do Recife, 19 de janeiro de 1904.

<sup>462</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia do Primeiro distrito da capital cod. 433, ano 1897.; Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, 1897.

capoeira para Fernando de Noronha, em 1897 ele não chegou a conhecer os treze capoeiras que haviam chegado ao Arquipélago em 1890 e que estavam aguardando a apreciação da ordem de habeas-corpus na Casa de Detenção do Recife em 1895.

Segundo o autor desconhecido já referido acima, este chegou a Noronha vindo no em maio de 1890 a bordo do vapor Madeira. Henrique de Araújo, filho da Capital Federal e residente na mesma, era copeiro, solteiro e analfabeto. Possivelmente foi companheiro deste, pois o mesmo também foi preso logo depois da República e logo depois o enviaram com outros companheiros à Fortaleza de Santa Cruz, cita a baía de Guanabara, de onde foi transportado a bordo do vapor “Madeira” que o deixou em Fernando de Noronha, mesmo trajeto realizado pelo personagem que escreveu as cartas anônimas para o periódico carioca “Novidades”.<sup>463</sup>

Um detalhe chamou atenção no depoimento de Manoel Antônio dos Santos, e que vai se repetir em outros interrogatórios. É a menção feita à data de sua prisão e ao vapor que o conduziu para o presídio militar: “Purus”. Segundo o personagem desconhecido que esteve no ano de 1890 preso no Arquipélago de Fernando de Noronha, os capoeiras considerados mais perigosos que foram companheiros seus na Fortaleza de Santa Cruz foram remetidos antes e chegaram ao arquipélago ainda no mês de Janeiro de 1890. Além de Manoel dos Santos, outros indivíduos foram presos entre novembro e dezembro de 1889, tendo eles possivelmente chegados a Fernando de Noronha no mês de janeiro.

Foram eles: Manoel Jacintho Ribeiro, português, analfabeto, vendedor de bilhetes, com trinta e oito anos de idade e que tornou-se viúvo após sua prisão, foi preso por achar-se um pouco embriagado na cidade do Rio no dia 25 dezembro de 1889, sendo transportado no vapor “Purus” com outros companheiros para Noronha; Manoel da Rosa, estivador, solteiro, analfabeto, morador da Capital Federal, nasceu na Ilha de São Vicente e tem mais ou menos cinquenta anos, ele foi preso na cidade do Rio de Janeiro no momento em que bebia em uma venda, junto com um companheiro, ignorando o motivo da mesma. Sua prisão ocorreu depois de proclamada à República e foi transportado junto com outros no vapor “Purus” para aquele presídio; Polidoro Domingos, com vinte e três anos de idade, ganhador, analfabeto, declarou ser da Barra Mansa e residir na Capital Federal, mesmo local em que foi preso por se achar

---

<sup>463</sup> Novidades, 13 de janeiro de 1891. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.; Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, ano 1895.

embriagado. Este fato se deu dois dias depois da proclamação da República, sendo transportado no vapor “Purus” para aquele presídio junto com outros companheiros.

Embora não se tenha a data de partida destes indivíduos para o presídio de Noronha e muito menos o da chegada do vapor “Purus” na ilha principal, os indícios levam a crer que tenham sido esses alguns dos indivíduos que desembarcaram em janeiro. Isso porque tal vapor fez diversas outras viagens para a ilha. O caminho percorrido do Rio de Janeiro até o arquipélago era extenso levando quase um mês para chegar ao local.

Outros passageiros também rumaram no mesmo vapor para ilha, mas esses foram detidos em datas já avançadas do ano de 1890. Augusto Claudino do Nascimento, por exemplo, com trinta e três anos de idade, sabia ler e escrever, era solteiro e natural do Rio de Janeiro, local em que foi preso por portar uma navalha, exercia a função de carapina. Após sua prisão em dezanove de abril de mil oitocentos e noventa, esteve na Casa de Correção antes de ser transportado no vapor “Purus” para Fernando de Noronha.

Já Francisco de Paula Alves, talhador, casado, analfabeto, declarou ser filho de Porto Alegre e ter setenta e cinco anos de idade. Segundo ele, foi preso no dia 03 de setembro de 1890 na Capital Federal por morar em companhia do negociante João Pedro Cornell, que não quis aceitar a República sendo transportado para o presídio de Fernando de Noronha no vapor “Purus”.

Considerando que aqueles três indivíduos foram detidos ainda em 1889, não faria sentido aguardarem até abril de 1890 para serem remetidos para este presídio, uma vez que a estratégia do Chefe de Polícia Sampaio Ferraz era de deter primeiramente os capoeiras mais perigosos. Vê-se assim que partindo o “Purus” no início de janeiro, estaria regressando ao Rio de Janeiro aproximadamente em finais de fevereiro início de março. Dessa forma, em abril este navio já estaria realizando sua segunda viagem para Noronha.<sup>464</sup>

Alguns desses enviados tentaram até os últimos instantes não serem remetidos para o arquipélago. O cidadão José Theodoro Lambert, solteiro, baiano, morador na capital deste estado e chanteiro de profissão, com 57 anos de idade, sabia ler e

---

<sup>464</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, 1897.; Para a perseguição empreendida contra os capoeiras por Sampaio Ferraz ver: ABRANCHES, D. op. cit., 1998.; SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.; BRETAS, M. **A queda do Império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras.** Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa/MIMEO, 1989.

escrever.<sup>465</sup> Falou que estava em Salvador, freguesia de São Pedro Velho, voltando de um batizado e um pouco alterado da cabeça pela perfídia das bebidas alcoólicas. Atribui a sua prisão ao capricho do subdelegado desta freguesia, pois ele e seus irmãos não o acompanhavam nas votações políticas. Após ser preso foi mandado em um paquete nacional com destino ao Amazonas. Todavia ao chegar nesse porto conseguiu vir a terra estando em liberdade por quatorze dias, sendo novamente preso e remetido para Fernando de Noronha. Contudo, no auto de assentamento de prisão constava que o mesmo tinha fugido já em terras pernambucanas e não amazonenses, como informado pelo mesmo, sendo recolhido pelo subdelegado como desordeiro e por haver se evadido a bordo quando seguia para o citado presídio, como deportado do estado da Bahia.<sup>466</sup>

Talvez, por não conhecer o local e principalmente outras pessoas que acobertassem sua fuga, o baiano Lambert não conseguiu passar mais do que 15 dias foragido. Faltava a ele conhecimento das relações estabelecidas nesta cidade, uma vez que as teias que envolviam os capoeiristas do Recife estavam capilarizadas por toda a urbe. Muitos desses “moleques de banda”, como o caso de Pedro do Vigário, não faziam parte de corporações militares ou civis, mas mesmo assim se viam imersos no mundo de disputas entre as duas corporações e negociavam no intuito de obterem vantagens. O capoeira, dessa maneira, perpassava por uma lógica das relações de poder instituídas nas ruas. Para tirarem proveito das mesmas utilizavam táticas cotidianas de resistência e a capoeiragem, a fim de conseguir delimitar seu lugar dentro da sociedade recifense auferindo lucros, favores e amizades com agentes da “ordem”.

Mas faltava outro fio poderoso na teia tecida por Pedro Vigário e no dia 14 de agosto de 1888 este foi considerado culpado pelo Júri, tendo o Tribunal afirmado que mesmo com o depoimento contrário dado por Erasmo, poderiam tomar uma decisão definitiva a respeito do caso. O mesmo foi incurso no art. 193 do código criminal, ou seja, como tendo sido o vetor da morte de Albino sendo condenado a seis anos de prisão.<sup>467</sup>

Esta pena por se só já traria um alívio para as autoridades e para as “famílias de bem”, pois estaria retirando durante um bom tempo das ruas um conhecido “capoeira”, e com isso reduzindo a massa de homens pobres e “perigosos” que perambulavam pelas

---

<sup>465</sup> Procuramos nos dicionários de época referidos acima o que seria a profissão de chanteiro, mas não conseguimos encontrar tal termo. Talvez a grafia da palavra esteja errada em ao invés de “chanteiro” o termo correto seja “canteiro”, que significa o profissional cuja especialidade seja a cantaria.

<sup>466</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, 1897.

<sup>467</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1887.

ruas da cidade. Todavia, a pena ainda o obrigava ao trabalho, este tipo de pena de encarceramento mais trabalho, estava sendo utilizada nos países cujas leis penais tinham passado por reformulações no início do século XIX, como Estados Unidos e países europeus. Elas não visavam apenas à privação da liberdade do indivíduo, mais também e principalmente a disciplinarização dos corpos e das mentes do condenado. Era necessário que quando tais indivíduos voltassem para sociedade estivessem dóceis, normatizados, prontos para obedecerem às regras que regiam as sociedades “civilizadas”. Na prática se observava que o aparelho prisional não estava em condições de “regenerar” os “desviados” sociais, voltando esses a ocupar as celas da casa de detenção. Entretanto, para que estas passagens se tornassem breve, era necessária a intervenção política.

## 4.2 Mais um fio da teia: a política.

No dia 20 de outubro de 1897 Manoel Firmino da Boa Hora, travou-se de razões com José de Tal, conhecido por José Padeiro. Chegando as vias de fato, foi ferido com uma facada no Beco do Ouvidor, ganhando as ruas da capital pernambucana, após uma temporada no hospital Pedro II.<sup>468</sup> Este seria mais um caso, dos vários encontrados a respeito de desentendimentos entre populares nos arquivos judiciais, se o personagem ferido que atendia pela alcunha de Estômago, não fosse um conhecido capoeira e que cinco anos depois voltaria a figurar nas páginas da justiça criminal, permitindo maior compreensão a respeito da capoeiragem recifense. O conflito ocorrido no ano de 1903, quando se apresentava pelos logradouros o *Club Viúvas Divertidas*, mostra a associação de diversos capoeiras em torno de grupos distintos. Nessa contenda tomou parte, vários conhecidos “desordeiros” do Recife, levando a pior, Manoel Firmino da Boa Hora, vulgo Estômago, morto com uma punhalada na região supercravicular. Este possuía pele, cabelo e barba preta, aparentando 20 anos de idade.<sup>469</sup>

O autor dos ferimentos a punhal fora Antônio Felix Luis Cavalcanti, vulgo Antônio Sapateiro, que ajudado por Santos Fininho, Archanjo, Nanico, e seu parente Libânio Carroceiro agrediram a vítima. Segundo uma das testemunhas, Arthur da Silva, com 20 anos de idade, pernambucano, solteiro, analfabeto, vendedor de bilhetes, por volta das dez e meia da noite estava ele com Aza Branca no pátio do Carmo, quando avistou Estômago, muito embriagado, acompanhando o Club das Viúvas Divertidas, junto aos *desordeiros* Sabão, Sabão Grande, Mô e outros. Nesse momento Arthur da Silva chamou Estomago e falou para que não acompanhasse o bloco até São José, pois ali ele tinha várias intrigas, no que foi respondido que não havia mais problema, uma vez que todos agora eram camaradas. Em vista de tal argumento, os dois “desordeiros” que se encontravam no Pátio do Carmo resolveram também seguir o bloco.<sup>470</sup>

Segundo outra testemunha João Roma de Carvalho, vulgo Sabão, com 19 anos, solteiro, vendedor de bilhetes, pernambucano, analfabeto, momentos antes de acompanharem, o clube viu Estômago e Antônio Sapateiro conversando na Camboa do Carmo. Depois, já acompanhando o referido clube carnavalesco, viu quando Estômago atravessou a rua e foi para o lado das casas de números pares. Seu irmão, Satiro Roma

---

<sup>468</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Delegacia do Primeiro distrito da capital cod. 433, ano 1897.

<sup>469</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1903, Cx. 740.

<sup>470</sup> Idem.

de Carvalho, vulgo Sabão Grande, 20 anos, solteiro, analfabeto, pernambucano, vendedor de bilhetes, narrou que no momento em que Manoel da Boa Hora se distanciou do grupo formado por ele, seu irmão, Mô e Arthur viram quando Antônio Sapateiro colocou o braço por cima de Estômago.<sup>471</sup>

Nesse momento Sabão escutou os gritos dados pelo grupo formado por Antônio Sapateiro, Santos Fininho, Archanjo, Nanico e Libânio Carroceiro de “fora Hespanha”, vibrando-lhe, Nanico, uma cacetada que o derrubou no chão. Quando Boa Hora se levantava foi apunhalado por Sapateiro, e caído ao chão ainda foi atingido por uma lata de lixo jogada por Archanjo. Nesse momento Sabão e Sabão Grande chegaram perto da vítima, recebendo algumas pancadas dos agressores no momento em que informavam para os mesmos que o homem já estava morto. Antes, porém, de desfalecer nos braços de Satiro, Estômago grita: *Ha! Camarada falso.*<sup>472</sup>

Esse processo sugere que existiam determinados locais na cidade que os capoeiras não poderiam entrar, pois eram dominados por grupos rivais. No caso exposto, o bairro de São José era território proibido para Estômago, coisa que não devia ser segredo, pois seus companheiros o lembraram das intrigas que possuía por lá. Mas, talvez, a conversa tida com Sapateiro momentos antes, tivesse sido no sentido de lhe garantir que nada o aconteceria, pois o capoeira Antônio Sapateiro era parente de Libânio Carroceiro um dos conhecidos “brabos” do bairro de São José. Garantido em um possível “salvo-conduto”, Boa Hora entrou no território de seus inimigos, e para mostrar que o mesmo não era bem querido no local o ataque fora precedido de “fora hespanha”, termo geralmente utilizado contra os desafetos e que remetia a antiga guarda cívica da polícia. Dessa maneira, o que as fontes deixam transparecer é que Antônio Felix Cavalcante armou uma emboscada para se livrar do desafeto de vários “arruaceiros” do bairro de São José.<sup>473</sup>

Isso era o que também expunha em suas memórias Guilherme de Araújo a respeito da capoeira recifense. Para ele os *brabos* conhecidos e temidos na capital pernambucana tinham *zonas* ou *setores* de atuação. E dentre alguns nomes citados, Libânio Carroceiro, aparecia como um dos *elementos terríveis*, promotor de “desordens” que tinha o bairro de São José como local de operação. Por diversas vezes,

---

<sup>471</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1903, Cx. 740.

<sup>472</sup> Idem

<sup>473</sup> Guilherme de Araújo citou que vários capoeiras tinham suas áreas de atuação pela cidade, sendo Libânio Carroceiro, um dos muitos “brabos” que existiam no bairro de São José. Cf. ARAÚJO, G. op. cit., 1945.

cita Araújo, o comércio do Pátio do Mercado era fechado pela atuação dos *trancaruas*, como também eram chamados os capoeiras, quando estes vinham à frente das bandas de música, ocasião em que se destacava por motivo de suas “tropelias” Santos Fininho.<sup>474</sup>

Os conflitos entre as bandas de música não eram recentes. Em meados do século XIX duas bandas musicais, uma ligada à polícia e a outra ao exército, separavam capoeiras fervorosos de ambos os lados. A banda que representava a força armada imperial era conhecida como “Quarto”, pois pertencia ao Quarto Batalhão de Artilharia do exército, a outra se chamava Espanha, ligada ao Corpo da Guarda Nacional, e que tinha como maestro o espanhol Pedro Guarrido. Com a ida deste Batalhão de Infantaria para guerra do Paraguai em 1865, tal rivalidade teria desaparecido, mais eis que quase quarenta e três anos depois o nome de um daqueles grupos iria ser proferido novamente.<sup>475</sup> Não era apenas entre os membros destas duas corporações que haviam rugas, sendo resolvidas na base do cacete e faca de ponta dos capoeiras. Os jornais citam diversos confrontos que pontilhavam as ruas do Recife. No ano de 1887 foi a vez dos soldados da Guarda Cívica entrarem em conflito com os capoeiras que vinham a frente da banda de infantaria do exército.<sup>476</sup>

Mas não era apenas em grupos que os capoeiras agiam, os Códices da Polícia e as notícias dos jornais também revelaram que determinados indivíduos eram conhecidos pelos “barulhos” que causavam em certos locais da cidade. No ano de mil oitocentos e oitenta e um, por exemplo, em resposta ao ofício encaminhado em 30 de maio, o delegado José M. de Araújo afirmava que José Thomaz de Lima era “o desordeiro do lugar Remédios”, já havendo praticado várias “arruaças” no local, e por isso sofrido algumas punições. Em uma de suas “badernas”, após ter realizado compras na taverna de José Joaquim de Barros Lôbo, o “desordeiro” se dispôs com o dono do estabelecimento por causa do pagamento da conta. Lôbo lançou mão de uma pistola a fim de obrigar Lima a sair de seu estabelecimento. Tomado por fúria, este lançou-se contra o taverneiro, tomando sua arma e não o ofendendo por ter sido acalmado pelas diversas pessoas do local.<sup>477</sup>

A notícia descrita chama atenção não apenas pela habilidade digna de capoeira, a ponto de lhe facultar a retirada de uma arma de fogo da mão de um adversário sem ser

---

<sup>474</sup> ARAÚJO, G. de. op. cit., 1945. p. 120.

<sup>475</sup> CASCUDO, L. da C. **Folclore do Brasil**: pesquisas e notas. Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

<sup>476</sup> Diário de Pernambuco 22 de março de 1887.

<sup>477</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 425, Ano 1881.

atingido. Além disso, existe o fato não menos importante de José Lima ser descrito como “o desordeiro do lugar Remédios”. Veja-se que o escrivão não usou “um”, artigo indefinido que poderia significar qualquer desordeiro deste lugar, mas “o”, artigo definido, localizando precisamente o status deste personagem no lugar.

O Correio do Recife de 1904, também revelou a existência de indivíduos que ganharam fama por meio das desordens provocadas em determinados locais: *João Pintado é o desordeiro bastante conhecido na Encruzilhada. Ainda no domingo último esse indivíduo armado de cacete e acompanhado de mais três companheiros, promovia distúrbios naquele lugar.*<sup>478</sup>

Outros exemplos puderam ser vistos nas fontes consultadas, alguns deles revelando serem as alcunhas de determinados indivíduos relacionadas ao local de suas “expansões”: *Com este vos faço apresentar o indivíduo de nome Joaquim Pedro de Alcântara, desertor de Marinha, que é o mesmo que nos Coelhos tem promovido grandes distúrbios.*<sup>479</sup>

Além de Jovino dos Coelhos, Apolônio da Capunga, também conhecedor dos “truques” da capoeira, adotou o nome do local onde fizera fama. Em uma notícia vinculada no Jornal do Recife de 1911, dizia que

Às 7 e ½ horas da manhã, no lugar Pombo Roxo, em uma baixa de capim de propriedade do Sr. João Diogo, o afamado desordeiro Austríliano Procópio da Colônia, conhecido entre seus companheiros de desvarios, sob o cognome de Apolônio da Capunga, e que além de desordeiro é dado a prática de seduções encontrou-se com Francisco José dos Santos... Apolônio, enfurecido, assassinou-o fria e barbaramente.

Mais um capoeira que tem por alcunha a região em que habita e desempenha seus trabalhos é Pombo Roxo, homônimo do lugar na Torre onde aconteceu o fato passado. O jornal do Recife de 1905 ressaltou a fama que aos poucos esse indivíduo ia construindo no lugar citado.

Luiz de Souza, vulgo Pombo Roxo, conhecido desordeiro, tem se tornado temido, na Torre, pelas suas constantes arruaças.

---

<sup>478</sup> Correio do Recife, 29 de novembro de 1904.

<sup>479</sup> IAHGP, Processo Crime, ano 1898.

O subdelegado capitão Fernando César, que a tempo anda no encaço do desordeiro, encontrando-o ante-hontem, às 10 horas da noite, no lugar Toque, deu-lhe voz de prisão.<sup>480</sup>

Vê-se com isso que em um mesmo distrito vários “arruaceiros” eram conhecidos por suas “façanhas”, utilizando dos conhecimentos da capoeira para dar expansão aos seus comportamentos. Tais atitudes condenadas pelos articulistas dos jornais, representando a visão de mundo de parte das elites recifenses, distavam dos padrões que estas queriam impor a cidade. Muitas vezes descritas como “motivos frívolos”, as disputas giravam em torno do controle local por parte destes indivíduos. Este controle poderia significar a administração de uma casa de jogo, de um pastoril, de um maxixe, por meio das teias estabelecidas entre os capoeiras, os políticos e a polícia.

Assim, uma geografia da capoeira foi criada no Recife. Cada “brabo” com seu local de destaque. Cada “desordeiro” ocupando um distrito, um quarteirão, vários deles unidos para defender seu território e alguns, com valentia e conhecimento suficiente nos exercícios de capoeira e nos difíceis meandros da capoeiragem, conseguiam percorrer mais tranquilamente os vários cantos da cidade com todas as suas armadilhas. Em um contexto de alianças e traições os capoeiras precisavam ser cautelosos ao andar, identificando os locais perniciosos ou espaços confiáveis e inventando trajetos onde pudessem alcançar seus anseios de sobrevivência.

Por vezes, as escolhas rápidas do ato de caminhar eram feitas sem as devidas prudências, adentrando em determinados pontos da cidade, que não lhes eram confiável. Às vezes, enfrentar os perigos de adentrar no território inimigo, enfrentar com desassombro os policiais, acabar com pastoris, maxixes, bois, impedir desfiles de clubes carnavalescos, eram o expediente necessário para que os capoeiras auferissem reconhecimento e legitimidade em uma sociedade onde pequenos incidentes eram resolvidos na ponta da faca, no cacete, na cabeçada, na rasteira, na bala.<sup>481</sup>

Em um momento em que o recurso da violência era comum – não só para as camadas menos afortunadas, mas para a sociedade de maneira geral –, estes indivíduos viam a oportunidade de ascenderem socialmente com o recurso da capoeira. Assim muitos acabavam virando “desordeiros” de profissão. É o caso de Pedro do Vigário,

---

<sup>480</sup> Jornal do Recife, 21 de setembro de 1905.

<sup>481</sup>IVALDO MARCIANO se referindo ao trabalho de guarda-costa realizado pelo capoeira citou que “...esta posição era um das poucas possibilidades que estavam dadas para homens negros que buscavam inserção numa sociedade conservadora e hostil às práticas e costumes afro-descendentes.” Cf. LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M.op. cit., 2007. p. 130.

acusado pela morte de um escravo e reconhecido por uma das testemunhas como sendo prestador de tal ofício. Quando alguns homens não tinham coragem para dar uma surra, intimidar, ou matar seu desafeto, contratava os préstimos dos capoeiras. Estes serviam também muitas vezes como guarda-costas.<sup>482</sup>

No dia 24 de maio de 1881, o delegado do 1º distrito da Capital, José Maria de Araújo, respondendo ao ofício encaminhado pelo Chefe de Polícia, disse ter feito as averiguações necessárias a respeito da agressão sofrida por Antônio Paulo Botelho, no dia 17 do corrente, quando estava na porta de seu estabelecimento que ficava no Largo do Mercado de São José. Segundo Araújo:

...ficou patente que o português Francisco Pereira de Oliveira, estabelecido com taverna no largo do mercado, fora quem mandara cometer o delito pelo vagabundo Lúcio Pereira da Silva. Lúcio, por ser vagabundo e vir constantemente embriagado foi recolhido na casa de detenção...<sup>483</sup>

Seguindo os rastros deixados pelo ofício do delegado do 1º distrito da Capital, existia uma questão entre o português Francisco e Antônio. Não é possível saber qual o motivo da pendenga, mas como ambos possuíam comércio no largo do mercado, era possível que o desentendimento entre eles girasse em torno de negócios. Outra hipótese para o conflito é que os negociantes tenham se estranhado por motivos de jogo ou de mulher, pois como já foi visto ao longo do trabalho, não existia uma separação radical entre o momento da labuta e do divertimento, isto é, entre um gole e outro da espirituosa, uma jogada de dominó ou cartas, estes personagens também comercializavam seus produtos e ainda tinham tempo para se insinuar a alguma mulher.

O fato é que as coisas não andavam bem entre os dois e Francisco resolveu “dar uma lição” no seu opositor. Por não ser “valente” o suficiente, ou achar que não se sairia muito bem no conflito, o português resolveu contratar um profissional para executar o serviço. Em finais do século XIX e início do século XX, as fontes revelaram que algumas pessoas contratavam os capoeiras para intimidar ou mesmo dar algumas bordoadas em possíveis desafetos. Assim, mesmo a notícia informando apenas ser Lúcio vagabundo e ébrio, crimes muitas vezes utilizados para por os capoeiras na

---

<sup>482</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Habeas-Corpus, Recife, 1888.

<sup>483</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, 1º Delegacia da Capital, Códice 425, Ano 1881.

cadeia, os indícios sugerem ser o mesmo um praticante da capoeira. Para Ascenso Ferreira, terceiros aproveitavam *a ingênua disposição desses homens para a luta*, transformando-os em seus guarda-costas.<sup>484</sup>

A fama que estes podiam conquistar como “valentes” capoeiristas seria importantíssima na hora de tecerem as teias da capoeiragem com os políticos locais. Não é difícil pensar, por exemplo, nas serventias que as maltas de capoeira teriam em épocas de eleição. Cada político, querendo garantir a maioria dos votos no seu distrito, poderia contar com os préstimos dos capoeiras.

Literatos da virada do século XIX para o XX como Guilherme de Araújo e Ascenso Ferreira falaram sobre a utilização de alguns “valentes” como capangas eleitorais no Recife. Em suas narrativas percebe-se, todavia, uma atitude patriarcal de assistência por parte dos políticos para com alguns capoeiras. Segundo Araújo, por exemplo, *tais desordeiros tinham os seus protetores, quase sempre políticos locais*. No mesmo sentido Ferreira cita que *cada brabo... tinha quem “punisse” por eles*.<sup>485</sup>

No Rio de Janeiro, um dos fatores que dificultaram a campanha repressiva imposta aos capoeiras pelo então Chefe de Polícia Sampaio no raiar da República, foi justamente a grande capilaridade que estes indivíduos possuíam com políticos. Essa associação, segundo o chefe de polícia, fazia com que esses personagens se livrassem da prisão com muita facilidade. Seria então necessário que o então presidente Marechal Deodoro da Fonseca lhe desse “carta branca” para trancafiar tais indivíduos e remetê-los para Fernando de Noronha.<sup>486</sup> Essa realidade também deve ter sido vivenciada pelos responsáveis pelo patrulhamento policial de Pernambuco.

Como visto acima, um dos homens remetidos para tal presídio escreveria mais tarde anonimamente no periódico carioca “Novidades” suas aventuras e desventuras vividas na ilha. Segundo seu relato, pouco tempo depois de desembarcado fez algumas poucas amizades, dentre elas a de um “capanga” de José Mariano.<sup>487</sup> José Mariano Carneiro da Cunha foi Deputado Federal e um dos mais populares políticos de Pernambuco, tendo também aderido ao movimento abolicionista. Possivelmente esse capanga de Cunha que se encontrava em Fernando de Noronha era um capoeira, uma

---

<sup>484</sup> FERREIRA, A. op. cit., 1942.

<sup>485</sup> ARAÚJO, G. op. cit., 1945. p. 120.; FERREIRA, A. op. cit., 1942. p. 04.

<sup>486</sup> Para maiores detalhes a respeito da perseguição republicana contra os capoeiras ver: ABRANCHES, D. op. cit., 1998.; SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.; BRETAS, M. op. cit., 1989.

<sup>487</sup> Novidades, 15 de janeiro de 1891. Cf. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999.

vez que aquele exerceu por diversas vezes a função de Deputado Federal, estando devido as suas funções, constantemente no Rio de Janeiro.

Talvez o capanga referido acima fossem os capoeiras Rosendo e Nicolau, dois guarda-costas daquele chefe político na década de 1880. José Mariano e Nicolau, inclusive, participaram de um fato que ocorreu nas eleições para deputado deste mesmo ano. Eram candidatos Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo e Manoel do N. Portela, respectivamente pelo Partido Liberal e pelo Conservador. No dia primeiro de dezembro os membros do Partido Liberal foram informados que perderiam as eleições no bairro de São José, devido a influência do chefe político local e o maior proprietário da Campina do Bodé, Manuel Joaquim Ferreira Esteves, ou simplesmente, Major Bodé. Diante disso, José Mariano reuniu seus aliados políticos e decidiu ir para a Matriz de São José, local onde estava sendo realizada a votação, tendo como condutor seu guarda-costas Nicolau Pereira.

Chegando ao local, os Liberais invadiram a igreja e logo abriram confronto com os Conservadores que se achavam no local. Nesse ínterim, o Major Bodé, apareceu no local armado de revólver e punhal, escutando-se em seguida algumas detonações que atingiram o juiz de paz<sup>488</sup> Alípio José da Silva. Nessa ocasião, alguns aliados de Mariano destruíram as atas e os livros da seção eleitoral. Horas depois, em uma prédio de azulejo com dois andares, cito na Capina do Bodé, morria Manuel Esteves com vários ferimentos de punhal e arma de fogo.<sup>489</sup> Assim, para que um partido tivesse êxito nas urnas nas últimas décadas do Império era necessário ter a maioria da mesa eleitoral, *intrépida, resoluta*, bem como contar com o apoio de uma multidão *vociferadora e disposta a todos os desacatos*.<sup>490</sup>

Mas as ligações entre os capoeiras e a política não acabou junto com o Império, pelo menos é isso o que informa os periódicos que circulavam pelo Recife, nas primeiras décadas do regime republicano. O Diário de Pernambuco, por exemplo, fez

---

<sup>488</sup> Para Wellington Silva, os juizes de paz “...se revelavam o que realmente eram: homens de partido, cada qual estando inscrito em uma das muitas redes de clientelismo que condicionavam a disputa política nas vilas e cidades brasileiras.” Cf. SILVA, W. B. op. cit., op. cit., 2003. p. 129. Partindo dessa situação o assassinato de Alípio não parece ter sido por mero acaso, possivelmente ele estava ligado a Manuel Bodé.

<sup>489</sup> A respeito da participação de Nicolau e José Mariano nas eleições de 1884 ver: MELLO, O. op. cit., 1938. FREYRE, Gilberto. **O velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”**. Recife: Massangana, 1989.

<sup>490</sup> Cf. SILVA, W. B. op. cit., op. cit., 2003. p. 130. Apud Manoel Nunes Cavalcanti Júnio. “**Praieiros**”, “**guabirus**” e “**populaca**”: as eleições gerais de 1844 no Recife, p. 85.

um alerta para o perigo da atuação desses personagens no recém regime instaurado, querendo associar a atuação desses “desordeiros” com José Mariano e seus aliados.

...se estamos no regime da ditadura, é a espada que brilha, a espada e não a faca de ponta; a arma defensora da pátria vibrada pelo braço do soldado inteligente e patriota e não a faca ou a navalha manejada pela mão do capoeira e do capanga exclusivamente em defesa dos seus interesses ou de quem melhor pagar.<sup>491</sup>

Entretanto, outras notícias mostram que os capoeiras do Recife não estavam ligados apenas a esse ou aquele personagem político da época. Até porque, ao contrário dos capangas, esses não estavam sob seu controle direto. A notícia do Jornal do Recife, por exemplo, do ano de 1905, vista parcialmente acima, mostra como um dos chefes políticos de São José, Coronel Santos Selva, fazia uso do seu cargo para angariar eleitores para Rosa e Silva e seus aliados. Além disso, o coronel mantinha estreitos laços com seu sobrinho, Aprígio Santos Selva, e este com outros capoeiras como os conhecidos *Machadinho* e *Chico Piston*.<sup>492</sup>

Outro indivíduo que conseguiu também tecer teias de capoeiragem com os políticos da situação, no período que os memorialistas apontavam como de campanha de repressão aos capoeiras, foi Jovino Pedro de Alcântara. Segundo o Correio do Recife, do ano de 1908, logo após ter este indivíduo saído da cadeia fez novas “bravatas”.

É um homem temível o Jovino Pedro de Alcântara, mais conhecido por “Jovino dos Coelhos”.

Saiu anteontem da cadeia, e ontem espancou um rapaz no pátio do Terço. Despertada pelo rumor do espancamento a polícia do 1º distrito de São José, – fato vergonhoso – em vez de prender o agressor, prendeu o agredido.<sup>493</sup>

Em setembro de 1908, como visto, este indivíduo depois de se desentender com algumas pessoas em um café, no bairro de Santo Antônio, chegou ao local

---

<sup>491</sup> Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1890.

<sup>492</sup> Correio do Recife, 20 de julho de 1904.; Correio do Recife, 20 de outubro de 1904.; Correio do Recife, 18 de abril de 1904.

<sup>493</sup> Correio do Recife, 21 de agosto de 1908.

acompanhado de alguns praças de São José.<sup>494</sup> Toda esta desenvoltura de Jovino dos Coelhos se dava pelo fato que o mesmo tinha como seu setor este último bairro, sendo um dos “brabos” do local. Aliado a isso, tal indivíduo tinha como protetor um dos chefes locais, o Major Selva, e este partilhava da consideração junto a Rosa e Silva.<sup>495</sup>

As relações entre esses dois personagens deveria ser muito próxima, pois em uma das vezes que a polícia estava no encalço de Jovino Coelho, foi informada que o mesmo se escondia na casa do político governista, o Coronel Santos Selva. Vê-se que Jovino era um hábil conhecedor dos meandros da capoeiragem, e como tal possuía outros vínculos, com pessoas que podiam garantir sua liberdade caso fosse preso. Era o caso do dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que segundo o jornal “Correio do Recife” protegia Jovino.<sup>496</sup> Este mesmo periódico divulgou grande matéria a respeito da morte desse capoeira, segundo a notícia, Pedro de Alcântara era

...sem limites. Entrava nas mercearias, exigia dinheiro, mercadorias, dava surras mediante qualquer importância, tomava mulheres, e afinal cometia mil outros desatinos, zombando sempre da polícia, pois segundo todos sabem, gozava da impunidade no maior grau pela proteção de que dispunha. Era o terror, enfim, de todos.<sup>497</sup>

Assim como a notícia demonstrou, os capoeiras se utilizavam dessa aproximação com os políticos para garantir sua liberdade, ou ao menos tentar garanti-la no momento em que fosse preso. Bem como conseguir algum dinheiro por tais serviços. Não eram “pobres coitados” explorados, eles viam na capoeiragem a maneira de garantir sua sobrevivência, principalmente os homens de cor, com dificuldades em conseguir trabalho. Sua fama de “desordeiro” deveria contar no momento em que seria contratado, por este ou aquele político ou terceiros. Foi justamente a percepção das teias de capoeiragem tecidas entre capoeiras e políticos que faltou aos intelectuais que versaram sobre a mesma em finais do Império e início da República.

Paulino José dos Santos, vulgo Adama, também parece ter se saído bem na prática da capoeiragem. Por diversas vezes seu nome esteve inserido nos Códices da Polícia e nas páginas policiais dos periódicos. Em 1902, o Jornal de Pequeno, noticiava

---

<sup>494</sup> Correio do Recife, 16 de setembro de 1908.

<sup>495</sup> Correio do Recife, 17 de fevereiro de 1908.

<sup>496</sup> Correio do Recife, 05 de julho de 1909.

<sup>497</sup> Correio do Recife, 05 de julho de 1909.

que este capoeira estava envolvido no *barulho* ocorrido no bairro do Recife em parceria com Antônio Quatorze.<sup>498</sup> Após uma temporada detido em Fernando de Noronha, ele promoveu outra “arruaça” em um pastoril, recebendo voz de prisão. Possivelmente sua fama de conhecido capoeira fez com que este “valente” conseguisse tecer laços de capoeiragem com algum político local, fazendo com que suas idas e vindas da cadeia não demorassem muito. Foi justamente isso que ocorreu, e em menos de uma semana já havia sido posto em liberdade.<sup>499</sup> Estas teias também pode ter lhe proporcionado a propriedade de um bumba-meu-boi. Segundo o articulista do jornal:

Na referida diversão que é de propriedade do conhecido arruaceiro Adama, rara é a noite em que não se dão conflitos.

Sábado a coisa ia tomando uma grave feição, não havendo cenas de sangue devido a intervenção da polícia que foi a primeira a acalmar os ânimos.<sup>500</sup>

Ora se tratando de um “arruaceiro” conhecido, segundo o redator do periódico, não deveria ter conseguido a licença para tal divertimento, mas além de consegui-lá ainda pôde contar com a complacência das autoridades no carnaval de 1909 e 1910, conseguindo nova licença para por o Maracatu Oriente Pequeno nas ruas.<sup>501</sup> Em 1908, Adama, acompanhado de Luiz Roberto de Souza, vulgo Tablaele, José Joaquim dos Santos e José Rodriguês da Silva estavam fazendo uma serenata, mesmo sendo proibida pela chefatura de polícia. Saindo do bairro de São José, foram até Santo Antônio quando uma força de polícia os cercaram na Rua da Penha. Mas, mesmo sendo *conhecidos desordeiros, os “serenistas”...não se revoltaram, e calmamente seguiram o caminho do quartel*. Provavelmente Adama já sabia o que lhe aguardava, haja vista já ter sido preso anteriormente e dias depois ser solto. Mas Tablaele, talvez por não possuir ninguém com prestígio suficiente para tirá-lo da cadeia, tentou fugir, sendo detido novamente e após uma surra levado para a prisão.<sup>502</sup> Quase dois meses depois, Adama estava novamente envoltas com a polícia. Desta vez este personagem ajudava o seu companheiro Carne Guisada a fugir da sanha policial. Sendo ambos alcançados pelo subdelegado Cyreno Gonçalves. Adama possivelmente tentando livrar seu consorte do

---

<sup>498</sup> Jornal Pequeno, 08 de julho de 1902.

<sup>499</sup> Jornal do Recife, 19 de janeiro de 1904.

<sup>500</sup> Correio do Recife, 09 de dezembro de 1907.

<sup>501</sup> Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1909.; Jornal do Recife, 06 de fevereiro de 1910.

<sup>502</sup> Correio do Recife, 04 de maio de 1908.

cárcere, negou-se a entregar seu amigo ao policial, dizendo que só o entregaria ao Coronel Mascarenhas, chefe político local. Isto irritou profundamente o subdelegado, que se sentiu diminuído frente àquela atitude, levando os dois presos. Dois dias depois, o próprio subdelegado expediu ordem para que Paulino José dos Santos fosse posto em liberdade.<sup>503</sup>

Por maiores que fossem as amizades de Adama, este também tinha desafetos. Um deles era o capoeira, não menos conhecido, Libânio Carroceiro.<sup>504</sup> Este último foi um dos autores da morte de Estômago durante confronto no desfile do Clube das Viúvas Divertidas.<sup>505</sup> De acordo com Guilherme de Araújo ambos inham como *suas zonas de atuação* o bairro de São José, o que possivelmente ocasionou o embate entre os dois “brabos”.

A lista dos conflitos de Libânio se avolumava e ultrapassava as barreiras do bairro de São José. Segundo o Jornal do Recife, um grupo de “desordeiros” chefiados por este indivíduo, travaram luta com Marreca na freguesia da Boa Vista, retornando todos após o fato para São José onde residiam.<sup>506</sup>

Em 1908, Libânio mais uma vez trava-se razões com outro capoeira. Desta vez sua vítima foi Eduardo Pereira da Silva, vulgo Eduardo Barbeiro, recém chegado de Fernando de Noronha. Os dois se conheceram na Casa de Detenção do Recife, e após Barbeiro sair da mesma, sem recursos, foi ajudado por Libânio que além de ser proprietário de carroças, ainda possuía uma cocheira. Todavia, as relações entre eles se azeitou e após uma discussão acabaram indo as vias de fato. Saindo ferido com uma bengalada na cabeça, Libânio Carroceiro, momentos depois encontrou seu desafeto na Rua da Concordia, cravando-lhe duas vezes seu punhal. Eduardo foi socorrido na farmácia de Santos Selva Filho, cita no Largo do Terço, mas já estava morto.<sup>507</sup>

Libânio Carroceiro, ou Libânio José de Santana, era mais um dos que tinham o bairro de São José como sua zona de atuação e suas rixas contra Adama, Marreca e outros, provavelmente se deram por motivos de controle do espaço urbano. Este domínio, como foi visto, era indispensável para que os políticos conseguissem a maioria dos votos. Dessa forma, então, os capoeiras garantiam a votação para os chefes políticos locais, ou ao menos tentavam, enquanto estes retribuíaam livrando-os da prisão,

---

<sup>503</sup> Correio do Recife, 30 de junho de 1908.

<sup>504</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, 1º delegacia da capital, Códice 433, ano 1897.

<sup>505</sup> Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, 1903.

<sup>506</sup> Jornal do Recife, 12 de maio de 1903.

<sup>507</sup> Jornal do Recife, 02 de outubro de 1908.

intervindo em liceñas de funcionamento de fandangos, bois, pastoris, casas de jogos. É importante, contudo, não perder de vista que essas alianças na maioria das vezes eram fortuitas, não significando necessariamente um apadrinhamento.

José do Nascimento da Silva Trindade, vulgo Nascimento Grande, era natural do Estado de Pernambuco, solteiro, residia na Madalena no ano de 1900. Além de ser chefe da estiva, também chegou a possuir casas de pastoril, tavolagem estabelecendo muito tempo aliança com José Mariano.<sup>508</sup> Um de seus maiores desafetos foi João Baptista da Rosa, alcunhado por João Sabe Tudo, um negociante que possuía casas de maxixes e jogo na Madelana e Rua Direita, este amigo de Aprígio que por meio de seu tio, Santos Selva, tinham relações com Rosa e Silva.<sup>509</sup> Em 12 de setembro de 1900, Nascimento tomou conhecimento que João da Rosa estava no hotel de propriedade de Francisco Rosas do Rego Vasconcelos, vulgo Fuão Rosas, com quem João Sabe Tudo tinha negócios, acompanhado de dois amigos e uma mulher.

Segundo o depoimento de João Baptista da Rosa, no momento em que João tocava piano acompanhado pela cantoria de Adelaide, esta chama sua atenção para um homem que estava acororado na porta com o capeu baixo para cobrir-lhe o rosto. Chegando perto da porta, José Trindade levantou-se e como ouviu alguém chamar seu nome respondeu, *é ele mesmo*. Chegando próximo da porta, Sabe Tudo escutou Nascimento falar *Chegou o nosso dia, há muito o esperava por aqui*. Para evitar um confronto dentro do hotel, João Baptista saiu do mesmo armado de um punhal e uma bengala de jacarandá. José do Nascimento, por sua vez, estava armado com uma bengala de ferro. Depois de algum tempo de luta, Aquele saiu ferido devido a bengalada desferida por Nascimento ter destruído uma estaca de madeira que a vítima pegou para se defender. Ainda segundo João Sabe Tudo, no dia seguinte, passando pela praça do Carmo deparou-se com Nascimento, que armado de uma faca e cacete investiu contra ele, depoente. Aos ataques de José defendeu-se com uma pistola e um punhal, no entanto, saiu com dois ferimentos de faca e uma cacetada na cabeça.

Todavia, o depoimento prestado por Francisco Rosas Vasconcelos diverge um pouco do prestado por Sabe Tudo. Vasconcelos falou que ouvindo Adelaide gritar na sala, veio correndo da cozinha e viu quando João da Rosa descia as escadas do hotel

---

<sup>508</sup> As referências sobre Nascimento Grande estão nas seguintes documentações: Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1900.; Correio do Recife, 12 de fevereiro de 1908.; Correio do Recife, 02 de novembro de 1908.; FERREIRA, A. op. cit., 1942.

<sup>509</sup> As referências sobre Sabe Tudo estão nas seguintes documentações: Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1900.; Correio do Recife, 21 de outubro de 1904.; ARAÚJO, G. op. cit., 1945. p. 122.

em direção a Nascimento e falou: *Vem cá, para que corres, não viesse me ver?* e José do Nascimento disse que não corria por ser covarde e sim para não *prejudicar meu capitão*, travando-se em seguida uma luta entre os dois. A mesma só terminou quando o depoente e Dudú solicitaram a Nascimento que parasse, no que foram atendidos.

Não ficou explícito no texto quem seria esse *capitão*, o que talvez nos levasse a um aprofundamento das relações de capoeiragem tecidas por Nascimento Grande. Podemos pensar, entretanto, que o mesmo estivesse falando de Francisco Vasconcelos, proprietário do hotel, e que ao brigar naquele local poderia causar prejuízos materiais a essa pessoa. Mas poderia ser que aquele personagem estivesse se referindo à José Mariano. Este, já fazia alguns anos que se achava em uma conjuntura de conflito com os políticos que se encontravam no governo, pertencendo ao grupo oposicionista no Estado. Grande poderia ver em uma possível desavença sua, mais munição para os situacionistas criticar Carneiro da Cunha, uma vez que conheciam os serviços prestados por José do Nascimento àquele político, assim como não poderia ter certeza se o mesmo teria força política de retirá-lo da cadeia.

As divergências entre esses dois capoeiras poderiam ter surgido, pelos interesses distintos entre eles, no que diz respeito aos pastoris, maxixes e casa de jogos que possuíam e o local que moravam. Como visto, Nascimento Passou um tempo morando na Madalena, local em que João Sabe Tudo tinha alguns divertimentos. Já Sabe Tudo morava na Travessa dos expostos e próximo dali Nascimento Grande tinha um Pastoril e uma casa de jogos. Além disso, os políticos com quem negociavam eram adversários ferrenhos desde o Império, e muito provavelmente esses dois indivíduos já deveriam ter se encontrado em algumas das rugas políticas. A situação parece ter ficado insurportável para Nascimento Grande que este resolve ir para o Rio de Janeiro, acompanhando José Mariano, de onde retornaria no final da década de 1910 junto com este político para a campanha salvacionista do ex-ministro da Guerra, o General Dantas Barreto.<sup>510</sup>

Foram essas mesmas teias políticas criadas ainda no Império que permitiram a redução da pena imposta por Sampaio Ferraz à Juca Reis, ou José Elysio do Reis, irmão do Conde de Matosinho, deportado a bordo do vapor “Arlindo” por aquele chefe de polícia, para o presídio de Fernando de Noronha por ser capoeira.

---

<sup>510</sup> FERREIRA, A. op. cit., 1942.

Tal prisão gerou um mal estar dentro do Governo Provisório entre o ministro das relações exteriores Quintino Bocayuva, defendendo Juca Reis, até porque havia garantido a seu irmão que poderia voltar da Europa para o Brasil, afim de proceder o inventário do primeiro Conde de Mattosinho; de outro lado, o chefe de polícia, Sampaio Ferraz, que também ameaçou deixar o governo caso suas ordens não fossem cumpridas, sendo defendido por Campos Sales, então ministro da justiça, que via na atitude de romper os laços políticos do capoeira a única forma de acabar com essa instituição.<sup>511</sup> Sampaio saiu vitorioso do conflito porque conseguiu deportar Juca Reis, entretanto, quatro meses depois, o mesmo estava sendo enviado para Europa, quando a pena mínima seria de um ano.

De acordo com o disposto no aviso do ministério da justiça de 14 de Junho último e conforme vos requereram os indivíduos José Elysio dos Reis e Adolpho Duarte de Moraes, os quais haviam sido por ordem do governo deportados para o Presídio de Fernando, como capoeiras, fiz ontem transferi-los da Casa de Detenção para bordo dos paquetes Nerthe e Tamar, nos quais seguiram para Europa, tendo ambos assinado perante esta chefatura o termo recomendado pelo citado aviso e em virtude do qual obrigaram-se a não regressar ao território da Republica sem licença do governo, sob pena de reclusão por tempo indeterminado.<sup>512</sup>

É bom lembrar que Juca Reis vinha de uma família bastante tradicional do Rio de Janeiro, tendo como seus parentes personalidades influentes na política do Império, e uma das maiores forças do Partido Conservador. Partido que aliás também faziam parte Rosa e Silva, assim como seu padrinho político João Alfredo, este último um dos mentores da criação e implementação da Guarda Negra, guarda de confiança da família real e composta de vários capoeiras, o que vem reafirmar que os capoeiras negociavam com as mais diversas correntes políticas em finais do Império e início da República.<sup>513</sup>

As teias políticas também permitiam que os jogos de parada também se proliferassem pela cidade do Recife, envolvendo policiais como o soldado bigodeiro,

---

<sup>511</sup> ABRANCHES, D. op. cit., 1998.

<sup>512</sup> Diário de Pernambuco, 04 de setembro de 1890.

<sup>513</sup> Para maiores detalhes a respeito da situação política de Pernambuco em finais do século XIX e início do XX ver: HOFFNAGEL, M. J. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: A revolta de Triunfo. **Revista Clio**. Volume 28.2

que possuía uma casa de jogos na Rua das Florentinas n° 22, justamente no período do governo de Sigismundo Gonçalves – esta atividade havia sido eleita como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo políticos de Pernambuco.<sup>514</sup> Alguns chefes políticos também faziam vistas grossas para algumas casas, haja vista serem de alguns “colegas” de negociantas.<sup>515</sup>

O Correio do Recife do ano de 1908, narra outro fato da vida do capoeira Nascimento Grande que está intimamente vinculada a capoeiragem. Segundo informa o redator, o Sargento Vigário é dono de uma casa de Tapolagem, que funcionava na Rua das Laranjeiras. Funcionava tudo na mais perfeita “ordem”, até Nascimento Grande chegar ao local. Nesse momento *houve um estremecimento geral*, pois este indivíduo também era dono de casa de jogo, tendo se acertado com Vigário para este só abrir sua casa pela manhã, enquanto ele abriria a noite. Como o Sargento descupria sua promessa aquele estava lá para conversar. Acontece que nem o Sargento Vigário, nem nenhum dos seus fieis apareceram no local. De certo com medo de Nascimento Grande. Como ninguém apareceu, este pegou o trombone do jogo e saiu.

Minutos depois, o sargento “Vigário”, trêmulo ainda pela raiva concentrada, subia as escadas do palácio do governo para levar ao conhecimento de seu magnânimo protetor, dr. Sigismundo Gonçalves, o desacato que acabava de sofrer.

Essa notícia divulgada pelo jornal oposicionista Correio do Recife, assim como algumas outras, tratavam do tema dando uma evidência tão profunda que às vezes beirava o iverossímil. Não há como saber se os fatos estavam ocorrendo da maneira como foram escritos, mas para que tal assunto fosse abordado possivelmente existia um quê de verossimelhança e nesse caso confirma a negociação entre o capoeira, o políticos e a polícia, durante toda a década de 1910.

Vê-se, dessa forma, que o problema de Nascimento Grande não era apenas com SabeTudo. Pelo fato de tecer teias com um político que desde o fim do Império passou a maior parte do tempo na oposição, fez com que levasse desvantagem perante outros capoeiras que estabeleceram as teias de capoeiragem de maneira mais profícua com os políticos situacionistas. Essa é uma situação que vem corroborar com a ideia de que tais

---

<sup>514</sup> Correio do Recife, 05 de setembro de 1908.

<sup>515</sup> APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Relatório dos Chefes de Polícia, vol. 1328, ano 1904.

“valentes” não eram meros capangas dos pontentados políticos, e sim que prestavam serviços a eles. Caso contrário dificilmente Nascimento Grande teria condições de manter seus estabelecimentos comerciais, ainda que preterido por outros indivíduos.

Após algum tempo fora da cidade por motivos ainda não claros, Nascimento Grande volta ao Recife junto com Dantas Barreto e José Mariano, acompanhando a caravana política daquele, que sairia como candidato ao governo do Estado contra Rosa e Silva. Quem começou a costurar tal candidatura foi João Ribeiro de Brito, que esteve no Rio, afim de juntar as forças oposicionistas até então dispersas, marianistas, lucenistas. Junto com Hermes da Fonseca estabeleceram os meandros que derrubariam as velhas oligarquias nos estados do Norte.<sup>516</sup>

Logo em fevereiro de 1911 uma notícia do Jornal do Recife, mostra que esse ano ainda seria de marcante atuação dos capoeiras pelas ruas da capital pernambucana. Segundo a notícia publicada no dia 11 o capoeira Antônio Pereira, ex-marinheiro nacional, ferira o mecânico inglês Thomas Notto no cais da companhia pernambucana.<sup>517</sup> Aquele indivíduo já havia outras vezes andado pela detenção por ter promovido desordens, armado de faca na Rua de Barão da Vitória, sendo recolhido a Casa de Detenção do Recife, sob ordem do subdelegado Gerônimo Barbosa.<sup>518</sup>

No dia 15 de fevereiro, foi a vez do *conhecido desordeiro* João Ribeiro de Souza agredir a José Cabral, empregado do Coronel Eduardo Castro, com um canivete.<sup>519</sup> Os anos iam passando e a maneira das elites dirigentes tratar as camadas populares não mudava. A polícia continuava intervindo diretamente no cotidiano da população com menor cabedal, sobretudo nos seus divertimentos. Em circular do dia 12 de fevereiro de 1911, o delegado do 1º distrito da capital, mandava que seus subdelegados proibissem os divetimentos populares, boi, mamulengo, pastoril, fandango.<sup>520</sup> Mas esses não se entregavam com facilidade, e no mesmo dia em que foi divulgada a nota, o *valentão* João Malaquias Bispo, armado de espeto e cacete, procurava ferir a seu inimigo.<sup>521</sup>

Os blocos carnavalescos com todos os “problemas” já vistos até aqui, a respeito da participação dos diversos grupos de capoeiras à sua frente, continuavam conseguindo

---

<sup>516</sup> PORTO, J. da C. **Os tempos de Dantas Barreto**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1973.; ANJOS, J. A. dos. **A revolução pernambucana de 1911: movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2009. MELLO, O. op. cit., 1938.

<sup>517</sup> Jornal do Recife, 11 de fevereiro de 1911.

<sup>518</sup> Jornal do Recife, 11 de março de 1904.

<sup>519</sup> Jornal do Recife, 15 de fevereiro de 1911.

<sup>520</sup> Jornal do Recife, 12 de fevereiro de 1911.

<sup>521</sup> Jornal do Recife, 12 de fevereiro de 1911.

autorizações para fazerem suas apresentações, muitas das quais transcorriam sem graves incidentes. Outros não, e no dia 17 abril de 1911, os “desordeiros” Joaquim Nunes da Silva, Octavio José de Matias e Severino de Matias, entraram em uma festa do Clube dos Lenhadores causando “barulho”. Se não fosse a habilidade de Sirandinha em acalmar tais indivíduos, dentre os quais o sócio honorário do referido clube, Joaquim Nunes, poderia ter saído com graves ferimentos.<sup>522</sup> No dia 22 do mesmo mês, foi a vez de dois capoeiras duelarem armados de cacetes junto a pensão Inglesa, na Rua Benfica.<sup>523</sup>

Ainda no mês de julho, e antes da campanha política tomar vulto, os capoeiras continuavam agitando a cidade. Dessa vez o *afamado desordeiro* Austricliano Procópio da Colônia, vulgo Apolônio da Capunga, no lugar Pombo Roxo, matou Francisco José dos Santos, quando este voltava de uma mercearia na Torre, onde ambos residiam. O fato se deu por motivos de ciumes, sendo, inclusive a polícia avisada pelo próprio Francisco que o seu algoz pretendia tirar-lhe a vida.<sup>524</sup>

No dia 08 de agosto de 1911, reuniram-se a uma hora da tarde, na Rua Duque de Caxias, cinquenta e oito delegados das facções marianistas e lucenistas para a reunião do Partido Republicano Conservador. Nessa ocasião foi lido um despacho de José Mariano, o qual informava aos seus corregilionários que um dos nomes mais cotados da Capital Federal para assumir o governo de Pernambuco era o do General Dantas Barreto. Embora na abertura da reunião estivessem presentes 58 delegados, no momento da votação para validar ou não o nome do general foram contados 68 votos a favor do mesmo, pois a votação foi nominal e não pelas representações dos delegado.<sup>525</sup>

Não demoraria muito para que os políticos da situação comentassem a respeito da indicação de Barreto para o governo. E no dia 15 de agosto em uma longa colunda intitulada “ Movimento Político”, saem criticando a *diminuta* oposição pernambucana e exaltando as últimas conquistas de Rosa e Silva na campanha para presidente da República, onde conseguira implacar a vice-presidência. A notícia continua afirmando que a oposição só havia pensando no nome de Dantas por ser o mesmo, ministro da guerra, e caso não o fosse não seria nem cogitado para assumir tal cargo. Termina por

---

<sup>522</sup> Jornal do Recife, 17 de abril de 1911.

<sup>523</sup> Jornal do Recife, 26 de abril de 1911.

<sup>524</sup> Jornal do Recife, 20 de julho de 1911.

<sup>525</sup> Jornal do Recife, 08 de agosto de 1911.

parabenizar os feitos dos general a frente da pasta e solicita que não participe dos *expedientes e explorações indecorosas* da oposição.<sup>526</sup>

Mas não eram apenas em notícias de jornais que situação e oposição se degladiavam. Desde meados do ano percebesse uma movimentação tanto por parte da polícia como por parte do exército no que diz respeito a transferências de tropas, nomeação de oficiais. A campanha eleitoral travada entre Rosa e Silva e Dantas Barreto provavelmente acirrou ainda mais os animos destas duas corporações, uma vez que o primeiro tinha o apoio da força estadual, enquanto o segundo possuía vinculações com o exército. Os “desordeiros” aproveitavam essas rugas para tecerem ainda mais seus laços de negociações. Catharina, Manoel Felipe Nery, havia sido detido por ter ameaçado uma mulher com uma faca. No percurso os dois policiais que conduziam este indivíduo para a prisão se depararam com oito soldados do exército, que possivelmente eram conhecidos do capoeira, obrigando-os a soltar o preso.<sup>527</sup>

A essas alturas as tensões entre os dois lados já eram bem evidentes e o Jornal do Recife, que desde 1887 pertencia ao então Governado Sigismundo Gonçalves que no período entre os séculos XIX e XX foi aliado de Rosa e Silva, na maior parte do tempo, dava sinais de sua predileção ao situacionismo. Em matéria publicada no dia 20 de setembro de 1911, o referido jornal refere-se aos *frutos das arruaças* promovidas pela oposição em um comício pró Dantas, no qual após grande tumulto provocado pelos *arruceiros* saíram feridos dois estudantes além do Chefe de Polícia Ulysses Costa. Parece que os capoeiras não se contentavam em participar das eleições apenas no momento das eleições, e buscavam se alinhar com os partidos de sua predileção durante todo o processo político, demonstrando ativo papel no jogo político recifense.<sup>528</sup>

No dia 24 de setembro, o capoeira Cecílio Vieira, músico do clube Matias Lima, foi preso e no momento em que era conduzido pelas autoridades policiais para a delegacia, foram abordados pelos sócios do Tiro Pernambucano Álvaro Barreto e Álvaro Uchoa, clube conhecidamente frequentado por membros do exército, os quais tentaram livrar o músico da prisão. As “arruaças” envolvendo capoeiras, policiais e soldados do exército não pararam por aí e novas “desordens” foram verificadas as sete horas da noite, entre seis praças do exército e soldados da polícia, na Rua de São

---

<sup>526</sup> Jornal do Recife, 15 de agosto de 1911.

<sup>527</sup> Jornal do Recife, 11 de setembro de 1911.

<sup>528</sup> Jornal do Recife, 20 de setembro de 1911.

Francisco. Deste conflito saiu ferido o corneteiro do 2º Batalhão do Regimento Policial, José Luiz de Sant' Ana, vulgo quinze.<sup>529</sup>

Nos meses próximos a eleição denúncias surgiam referentes a coerções feitas tanto por soldados do exército como da polícia para que populares dessem vivas a Dantas Barreto no primeiro caso e a Rose e Silva no segundo.<sup>530</sup> O dia da eleição, 05 de novembro de 1911, foi de certa tranquilidade, contando para isso o acordo feito entre o General da 5ª Região do Exército Carlos Pinto e o Governador Estácio Coimbra, no qual ficaria a cargo do exército o patrulhamento da cidade. Com as apurações em andamento e a volta do aparato policial às ruas, novos embates foram registrados, havendo um forte atrito no dia 10 de novembro, pois ambos os partidos se vangloriavam pela vitória. No dia 14, o Jornal do Recife sob epígrafe “Em nome da paz”, solicita que o povo pernabucano desarme o espírito de luta e busque a prudência, pois as “arruaças” acontecidas a poucos dias poderiam desencadear um grande derramamento de sangue. Com intuito de evitar mais confronto o presidente Hermes da Fonseca, telegrafa para o general Carlos Pinto, solicitando a volta da patrulha do exército para ruas e, por sua vez, o recolhimento da polícia. O apelo do referido jornal e a estratégia montada pelo governo federal não vai sensibilizar os ânimos políticos e por todo o mês de novembro vê-se confrontos entre rosistas e salvacionistas, mesmo após um padre ter assumido o governo. Este o fez porque o governador Estácio Coimbra havia se retirado para a Capital Federal, vacando o poder para o presidente do Senado Antônio de Almeida Pernambuco, que não pode assumir, por motivos de saúde, ficando em seu lugar o vice-presidente do Senado o padre Bezerra de Carvalho.<sup>531</sup>

O envolvimento de populares em ambos os lados era grande. O Major Agostinho Bezerra, por exemplo, chegou a organizar um batalhão do exército composto apenas de gazeteiros, os quais infretavam os praças da cavalaria da polícia, estes armados de sabrese e revolvers, apenas utilizando sua agilidade corporal e o eficiente manejo dos cacetes, facas e do arremedo de pedras. Este batalhão ficou conhecido como o 34º descalço.

No dia 26 de novembro uma notícia alerta para essa quantidade de populares vagando pela rua da cidade. Para seu redator as aglomerações de pessoas sem ocupação da cidade era a causa da paralisação da cidade. A matéria se finda com a solicitação por

---

<sup>529</sup> Jornal do Recife, 25 de setembro de 1911.

<sup>530</sup> Jornal do Recife, outubro e novembro de 1911.

<sup>531</sup> Jornal do Recife, 14 de novembro de 1911.; Jornal do Recife, 22 de novembro de 1911.; MELO, O. op. cit., 1928.

parte do seu articulista que os os poderes públicos cumpram seu dever de manter a ordem. Quase um mês depois, ou seja, 20 de dezembro de 1911, o General, agora governador Dantas Barreto assume o governo do Estado.<sup>532</sup>

Viu-se que nesse conturbado ano de 1911 os capoeiras, ao contrário do propalado pelos intelectuais que escreveram sobre a mesma em fins do Império e início da República ainda continuavam perambulando pelas ruas da cidade tecendo suas negociações às vezes com políticos, outras vezes com a polícia e ainda outras com as forças armadas. Estes capoeiras continuaram dessa maneira compondo o quadro de “marginalizados”, juntamente com as “horizontais”, os “vadios”, os “vagabundos”, ultrapassando a primeira década do século XX. Personagens como Nascimento Grande, João-Sabe-Tudo, Adama, Apolônio da Capunga, Jovino dos Coelhos, soberam utilizar a capoeiragem para continuarem trilhando seus caminhos pela capital pernambucana.

---

<sup>532</sup> Jornal do Recife, 26 de novembro de 1911.; MELO, O. op. cit., 1928.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, devido à patrimonialização da capoeira, parte da população concebe a mesma principalmente como uma dança na qual seus participantes formam um círculo e ao som do berimbau, agogô, atabaque e pandeiro iniciam tal prática. Mas até a capoeira se tornar um patrimônio cultural brasileiro, ela deu uma “volta ao mundo”, passando de uma prática de resistência escrava, para mais tarde atingir alguns sujeitos pertencentes as camadas populares, se capilarizando depois em alguns segmentos das elites. Após sua descriminalização em 1930, a capoeira ainda iria percorrer um longo caminho até que em 2008 a mesma fosse registrada como patrimônio imaterial brasileiro.<sup>533</sup>

Nosso trabalho, todavia, não buscou dar conta de todo o período citado acima, e sim, buscou analisar a capoeira no Recife em um período compreendido entre 1880 e 1911. Esse momento compreende a inscrição da mesma no Código Penal da República e, portanto, se caracteriza pela perseguição empreendida pelos “agentes da ordem” contra os capoeiras, que por sua vez, procuram formas de ludibriar essas mesmas “autoridades”. Mas, para vislumbramos fragmentos do cotidiano dessa manifestação cultural, era necessário sabermos o que era a capoeira nesse período estudado, quem eram seus praticantes, quais eram suas táticas de resistência e negociação, quais as estratégias das elites para acabar com a capoeira, pratica muitas vezes tida como perniciososa.

Assim, decidimos logo no primeiro capítulo, *A capoeira no recife: conceitos e representações*, definir o nosso objeto de estudo, ou seja, o que seria a capoeira em finais do século XIX e início do século XX. Para tanto, passamos a analisar quais os conjuntos de práticas que identificariam a capoeira e o capoeira. Dessa forma, muitos indivíduos descritos como “valentes”, “desordeiros”, “brabos”, “arruaceiros” se tornaram, em nosso trabalho, capoeiristas, haja vista estarem praticando a capoeira. Os elementos que identificariam estes indivíduos, pelo menos no Recife, seria muito mais sua agilidade corporal, na utilização da cabeça, pernas, braço; a destreza com que manejavam a bicuda, o cacete de quiri ou um estoque e as pilhérias sempre provocativas, do que a maneira como se vestia, assobiava.<sup>534</sup>

---

<sup>533</sup> CAPOEIRA, N. **Capoeira**: Galo já cantou. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>534</sup> Leila Algranti e Carlos Eugênio Soares descreveram que muitos capoeiras cariocas podiam ser reconhecidos por determinadas peças do vestuário e a maneira como assobiavam. ALGRANTI, L. M. op. cit., 1988. SOARES, C. E. L. op. cit., 1999. SOARES, C. E. L. op. cit., 2004.

Dessa maneira, o suposto desaparecimento dos capoeiras e sua substituição pelos “brabos”, tanto citadas por alguns intelectuais que escreveram sobre este tema, acabou não se verificando. Até porque, muitos personagens foram, adjetivados de formas diferentes entre as diversas fontes consultadas, podendo o mesmo indivíduo ser descrito como um “arruaceiro”, “brabo” ou capoeira. Para conseguirmos perceber tais sutilezas nos baseamos no paradigma indiciário de Ginzburg a fim de perceber os pormenores da documentação, analisando aquilo que para os olhos de muitos seria trivial.

Ainda foi possível percebermos que a capoeira para a maior parte dos intelectuais que escreveram sobre a mesma, para as autoridades policiais e judiciais era uma “luta” uma “arruaça”, nunca constando, por exemplo, no rol dos “brinquedos” proibidos pela polícia. Todavia, como alerta Ginzburg, o fato das fontes (escritas, uma vez que, a cultura das camadas subalternas geralmente é repassada oralmente) geralmente serem produzidas por indivíduos ligados a cultura dominante e trazerem a cultura das camadas populares até os historiadores por meio de filtros, não impossibilita que as mesmas sejam utilizadas para estudar tais personagens. Na documentação judicial, por exemplo, ainda é possível “ouvir as vozes” das testemunhas e dos réus, e esse fato nos permitiu perceber que a capoeira para eles, também poderia ser apenas um “brinquedo”, uma forma de divertimento. Desta feita, a capoeira poderia ser um “brinquedo”, “luta” ou “arruaça”.

Após ter sido identificado os traços da capoeira e do capoeira, a documentação analisada nos levou a pensarmos em um conceito que pudesse dar conta das relações entre capoeiras, a polícia, as forças armadas, e os políticos o qual nos ajudaria na análise dos demais capítulos, principalmente o terceiro.

Para Jorn Rüsen, *na formação histórica dos conceitos é preciso transpor construtivamente a distância temporal do presente com relação ao objeto histórico, o que não é possível com um “voltar à linguagem da fonte” simplista.*<sup>535</sup> Assim, percebeu-se a existência de uma rede de negociações entre o capoeira, a polícia e o político entre o findar do Império e o alvorecer da República. Essa rede de negociações e alianças bordadas nas ruas do Recife foi vista como práticas da capoeiragem. Nesse sentido, a capoeiragem que na documentação de finais do século XIX e início do XX, seria apenas a prática da capoeira enquanto atividade cultural, passou a constituir um

---

<sup>535</sup> RÜSEN, J. **Reconstrução do passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 96.

conceito histórico, à medida que nos permitiu proceder construtivamente na interpretação das fontes.

Ainda segundo Rüssen, o historiador ultrapassa conscientemente a linguagem das fontes para designar o que elas dizem sobre o passado, aproximando-se o máximo possível da sua qualidade histórica. Será o questionamento construtivo das fontes que permitirá ao historiador perceber *histórica e essencialmente as manifestações do passado*, pois tais impressões não aparecem nítidas nas fontes. Dessa maneira *os conceitos históricos mantêm-se, como construções teóricas, relacionadas com os fatos*.<sup>536</sup>

Uma vez percebido o que seria a capoeira, a capoeiragem e quem seriam seus praticantes, no tópico, *A representação do capoeira nos intelectuais brasileiros*, passamos a analisar os letrados que escreveram a respeito da capoeira em outros estados brasileiros, observando, se houve mudanças nas suas perspectivas e apresentando-as ao leitor. Posteriormente nos debruçamos sobre os escritores que narraram a respeito da capoeira recifense para compreender como estes a viam no cotidiano do Recife da época estudada. Embora alguns textos tenham sido elaborados em anos posteriores aos limites do trabalho pelos letrados analisados, foram escritos por eles próprios através de suas lembranças, das memórias que guardaram ao longo de suas vidas a respeito da capoeira recifense de finais do século XIX e início do século XX.

Estamos, dessa forma, analisando pessoas letradas, muitas vezes reconhecidas pelos seus pares como “homens de bem”, pertencentes a um grupo da sociedade que não fazia parte do cotidiano dos grupos a quem eles se referiam, misturando muitas vezes informações exatas com sua imaginação, criando fatos e estereótipos, através dos quais construía a imagem do “outro”.<sup>537</sup> Para esses autores, o capoeirista recifense em sua maioria era dado à “peraltagem, ébrio, vagabundo”, e tinha por preferência a companhia de meretrizes a de “mulheres descentes”, além de completa aversão ao trabalho.

Não podemos esquecer que em um momento cuja permissão de punir ficava cada vez mais nas mãos do Império, e posteriormente do Estado Republicano, bem como um período de fim da escravidão, o qual em tese colocariam em pé de igualdade jurídica brancos e negros, as lutas de representações seriam um dos mecanismos pelos

---

<sup>536</sup> Idem. p. 91-100.

<sup>537</sup> Uso aqui a expressão “outro” para distinguir o grupo social da pessoa representada daquele de quem os representa, diferente portanto da expressão utilizada por Said, para qual essa expressão está associada ao olhar do viajante em relação ao Oriente. Ver SAID, E. W. **O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

quais os grupos dominantes poderiam ou tentariam impor seus valores e concepções de mundo com a finalidade de manter sua autoridade.<sup>538</sup> Assim, estas imagens traçadas foram germinadas ao longo de suas vidas. Chartier nos lembra que as (...) *representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam*<sup>539</sup>.

Já no capítulo, *Repressão e tática nas ruas do Recife*, analisamos o cotidiano da capoeira, da capoeiragem e do capoeira por meio de suas práticas e astúcias de micro resistências, como também por qual maneira e de que forma o aparato repressivo e disciplinador agiria no Recife para coibir tais práticas.<sup>540</sup> Veremos que no Recife em fins do século XIX e início do XX, a capoeira não era apenas a utilizada contra os agentes da ordem, mas também para acertar diferenças no cotidiano dos grupos mais pobres da população, ou por outro lado servindo de elemento de sociabilidade entre esses personagens.

O tópico, *A 'cidade esconderijo' do Recife: as práticas de andar pela cidade*, irá identificar como os capoeiras se utilizavam da própria cidade, ou seja, como eles criavam seus caminhos e davam sentido aos espaços públicos da cidade palco de seus espetáculos, por meio de suas astúcias e táticas de micro resistências. Guiados pela representação que o comerciante português e morador da cidade, Barbosa Viana, fez da capital pernambucana, buscamos nos silêncios do seu discurso interpretar outro Recife, uma urbe marcada nos seus espaços públicos pelos “homens comuns” que trabalhavam, brincavam, amavam, praticavam a capoeira e resolviam suas diferenças nas barbas da polícia, deixando horrorizadas as elites que pensavam e falavam sobre um Recife “civilizado” e “moderno”.

Claro que estas atitudes eram denunciadas nos jornais de quase todos os dias, e os responsáveis por manterem a “ordem” nas ruas eram solicitados e chamados para intervir nas constantes “arruaças” e “brilhanças” praticadas por uma série de “brabos” que infestavam as ruas da capital do Estado de Pernambuco. Assim o tópico “Pescarias nas ruas do Recife” tratará da infraestrutura e atuação policial, bem como das leis existentes contra a capoeira, dando ênfase, entretanto, às estratégias empreendidas no cotidiano da polícia para capturar estes indivíduos.

---

<sup>538</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990; BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

<sup>539</sup> CHARTIER, R. op. cit., 1990 p. 17

<sup>540</sup> CERTEAU, op. cit., 2008.

Entre “ordem” e “burla”, nem todos os capoeiras, políticos e policiais eram inimigos irreconciliáveis. Ao se analisar a rede repressiva e as táticas inventivas foi possível observar a tessitura de teias que ligam estes elementos tão díspares inicialmente. Seriam alianças, existências circunstanciais de objetivos por vezes diferentes, mas que permitiam aos capoeiristas negociar com políticos e com a própria polícia, invertendo ou subvertendo a normatização imposta por estes.<sup>541</sup> É justamente sobre estas relações que apresentamos o terceiro capítulo: *Capoeiragem e sociabilidade na capital pernambucana: a tessitura da teia*.

Em, *Os capoeiras elaboram a teia: negociações com as forças armadas e a polícia*, veremos como os capoeiras se “infiltraram” nas corporações policiais e do exército ora acompanhando as suas respectivas bandas musicais, ora sendo membro da própria corporação, o que estabelece várias complicações na hora de reprimirem tais indivíduos. Também não se deve pensar a polícia como simples braço armado do estado, pronta para reprimir os comportamentos tidos como inaceitáveis por membros das elites. Pois, além desses “agentes da ordem”, em sua maioria, serem oriundos das camadas populares, existiam interesses em comum como por exemplo uma possível administração de casas de jogos, pastoris e que iria auferir para ambos alguns reis a mais.

O tópico, *Mais um fio da teia: a política*, recebeu esse título, pois sabemos que nas relações socioculturais existem inúmeras variantes e condicionantes que não nos permite determinar que este seria o último fio da teia tecida pela prática da capoeiragem. Embora nosso trabalho já esteja chegando ao fim, não significa em absoluto que o tema esteja esgotado, muito pelo contrário, temos certeza que outros virão, enriquecendo as análises e perspectivas a respeito da prática da capoeira no Recife. Nesse sentido, este tópico analisou, apenas, as ligações existentes entre políticos e capoeiras, ou melhor dizendo, entre alguns capoeiras e alguns políticos no e do Recife. Estes embora legislassem contra determinadas práticas das camadas populares – e a capoeira era uma delas –, utilizavam-se por vezes dos serviços dos próprios capoeiras, assim como eram utilizados por esses. Nessas negociações entravam em jogo as eleições disputadas na cidade, desavenças de todas as sortes, proteção para manutenção

---

<sup>541</sup> REIS, J. J. e SILVA, E. op. cit., 2005.

de casas de tavolagem e bumba-meu-boi, bem como a expectativa de que sendo preso, sua estadia no “belo palacete das quatro raios” durasse pouco.<sup>542</sup>

Temos certeza que a história da capoeira no período estudado ainda guarda muitos dos seus segredos nos arquivos e livros do século XIX e início do XX. E muitas indagações irão surgir, contribuindo para uma melhor compressão deste tema. Outros momentos ainda estão por ser estudados, como por exemplo a participação dos capoeiras recifenses na Guerra do Paraguai, pois segundo Valdemar de Oliveira, dentre outros, vários capoeiras pertencentes ao Quarto Batalhão de Infantaria do Exército, assentado no Recife, foram recrutados para o conflito da Região Platina.

---

<sup>542</sup> Neste capítulo portando iremos partir da análise micro-histórica das fontes para podermos chegar o mais próximo possível das experiências cotidianas desses personagens, nunca deixando de lado o paradigma indiciário de GINBURG, op. cit., 1990.; Assim como utilizaremos, no decorrer do mesmo, os conceitos de táticas e estratégias concebidos por CERTEAU, op. cit., 2008.; Bem como o conceito de negociação de REIS, J. J. e SILVA, E. op. cit., 2005. Os quais também perpassam o trabalho como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ALMEIDA, M. M. de. **Mario Sette**: o retratista da palavra. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 2000.
- ANDRADE, M. C. de. **Pereira da Costa** – O homem e a obra. Recife: CEPE, 2002, p. 135.
- ANJOS, J. A. dos. **A revolução pernambucana de 1911**: movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2009.
- ARAÚJO, C. E. M. de.; [et. al.]. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.
- ARAÚJO, R. de C. B. de. **Máscaras do tempo**. Entrudo, mascarada e frevo
- ARRAIS, R. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.
- ARRAIS, R. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: Edufrn, 1998.
- Artigo: Câmara Cascudo: um ermes universal no Nordeste do Brasil. <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obex05.pdf> Acessado em 07/07/2011.
- BARROS, N. C. S. A cultura da beleza: práticas e representações de embelezamentos femininos nos anos de 1920. In: **HISTORIEN - REVISTA DE HISTÓRIA**. Petrolina, jan./mar. 2010. p. 136-174.
- BARROSO FILHO, G.. **Crescimento Urbano, marginalidade e criminalidade**: o caso do Recife (1880-1940). Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 1985.
- BEVILÁQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRETAS, M. L **A guerra nas ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional, 1997.

- BRETAS, M. L. A queda do império da navalha e da rasteira: A República e os capoeiras. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 1991, pg. 239-255.
- BRETAS, M. L. **Ordem na Cidade**, o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997.
- BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, P. **A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BURKE, P. **A escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAPOEIRA, N. **Capoeira: Galo já cantou**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARVALHO, M. J. M. de **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850 – 2ª** Recife: UFPE, 2010.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHARTIER, R. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, 1994, p. 97-113.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 08, n. 16, 1995, p. 179-192.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 05, n. 11, 1991, 173-191.
- CORD, M. M. **O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Editora da UFPE, 2005.
- CORREYA, J. (org.). **Ascenso, o nordeste em carne & osso: perfil biográfico do poeta Ascenso Ferreira**. Recife: Panamerica Nordestal/Edições Bagaço, 2001.

COSTA, L. L. da. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Abolição em Pernambuco**, 1871-1888. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 2007.

COUCEIRO, S. C. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UFPE, Recife, 2003.

CUNHA, M. C. P. (org). **Carnavais e outras f(r)estas**: Ensaio de História Social da Cultura. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2002.

DARTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARWIN, C. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Andes, Ilhas Galápagos e Austrália. vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DIAS, Adriana Albert. **A malandragem da mandinga**: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925). 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Ufba, Salvador, 2004.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade na cidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da Prisão. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANCESCHINI, Marcele Aires. Ascenso Ferreira e o modernismo brasileiro. In: **Magma Revista**. São Paulo, n. 9, p. 103, 2004/2006.

FREYRE, G. **Assombrações do Recife velho**. Ilustrado por Lula Cardoso Ayres. Rio de Janeiro: Condé, 1955.

FREYRE, G. **O velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”**. Recife: Massangana, 1989.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. 49. ed. Recife: Global, 2004.

GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil**, 1871-1888. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- GLEDHILL, S. “**Velhos respeitáveis**”: notas sobre as pesquisas de Manoel Querino e as origens dos africanos na Bahia. Porto Alegre: *UNISINOS*, vol. 14, n. 13, setembro/dezembro 2010.
- GOFF, J. L.; CHARTIER, R.; REVEL, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. IN: **Revista estudos Históricas**, Rio de Janeiro: 2000. n. 33, p. 40-55.
- GONÇALVES, J. R. S. Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Luís da Câmara Cascudo. IN: **Revista do Patrimônios**, Rio de Janeiro: 2000. P; 1-15.
- GRILLO, M. A. de F. **A Arte do Povo**: Histórias na Literatura de Cordel (1900 – 1940). 2005. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2005.
- GRILLO, M. A. de F. **O cotidiano da escravidão em Pernambuco 1850-1888**. Ano de Obtenção: 1989. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 1989.
- GUERRA, F. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3ªed. Recife: Itinerário, 1978.
- HÉLIO. M. **Perfil Parlamentar** – Pereira da Costa cronista e figurante: um historiador deputado nos tempos da República Velha. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- HOBBSAWM, E. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSAWM, E. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOFFNAGEL, M. J. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: A revolta de Triunfo. **Revista Clio**. Volume 28.2
- HOLLOWAY, T. H. O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no Século XIX. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Nº 16, 1989. p. 129-139.
- HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HOUNIE, E. V. R. G. **De retirante a trabalhador**: a grade seca de 1877-1879 e a organização do mercado livre em Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH, dissertação de mestrado, 1992.
- HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- KARASCH, M. **Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.
- KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.
- LEAL, L. A. P. **A política da capoeiragem**: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.
- LEVI, G. A micro história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- LIMA, I. M. de F.; GUILLEN, I. C. M. **Cultura Afro-descendente no Recife**: Maracatus, valente e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.
- LIMA, V. da C. “Sobre Manuel Querino”, in **A anatomia do acarajé** e outros escritos. Salvador: Corrupio, 2010.
- LUBAMBO, C. W. Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- MAIA, C. N. **Policidados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Departamento de Cfch, Ufpe, Recife, 2001.
- MAIA, C. N. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas**: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008.
- MAMEDE, Z. **Luís da Câmara Cascudo**: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968: bibliografia anotada. Natal: Fundação José Augusto, 1970.
- MELLO, J. A. G de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840 – 1889)**. Recife: Diário de Pernambuco, S/D vol. II.
- MOREL, M. **As transformações dos Espaços Públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005
- NASCIMENTO, L. de. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**: Periódicos do Recife – 1931 – 1940. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- NOGUEIRA, A. G. R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. In: **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.
- OLIVEIRA, L. L. A vida cultural no Recife. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2008, vol.15, n.4, pp. 1215-1220.

- PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Efemérides**. Recife: Recife, 2005.
- PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras: Sua História**. Recife: Recife, 2006.
- PARAÍSO, R. op. cit., 2006.; Artigo: A literatura infantil fora do livro: jornal o Senhor Doutor e a Revista Tico-Tico. <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/desassossego/conteudo/02/Ligia%20R%20Maximo%20Cavalari%20Menna.pdf> Acessado em 10/07/2011.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO F. L. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1980.
- PIRES, A. L. C. S. **Movimento da Cultura Afro Brasileira**. A formação da Capoeira Contemporânea (1890–1950). Campinas. Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP, 2001.
- PORTO, J. da C. **Os tempos de Dantas Barreto**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1973.
- REIS, J. J. e SILVA, E. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REZENDE, A. P. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife, FUNDARPE, 1997.
- REZENDE, A. P. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: FCCR, 2005.
- RÜSEN, J. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil, 1889-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAID, E. W. **O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, K. V. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fccr, 2001.
- SILVA, M. H. C. da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. 2004. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2004.

- SILVA, W. B da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830 -1850). 2003. 278 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, UFPE, Recife, 2003.
- SLENES, R. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SLENES, R. W. “Malungu N’Goma vem: África encoberta e descoberta no Brasil”, **Cadernos do Museu da Escravatura**, n° 1. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.
- SOARES, C. E. L **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SOARES, C. E. L. **A capoeira escrava** e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- SOUZA, M. A. de A. **Posturas do Recife imperial**. 2002. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2002.
- STORCH, R. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.5. n.º 8/9. PP. 7-33. Set. 1984/abr. 1985.
- TEIXEIRA, F. W. Intelectuais e modernidade no Recife dos anos 20. In: **Saeculum**. Jul/dez. 1995, n° 01 p. 89 – 98. p. 90.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco. Coleção Pernambucana. V. XVI. 1978.
- VASSALO, S. P. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 32, 2003.
- Vianna, A. “Manoel Querino”, in **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n°. 54, 1928, p. 305-316.
- VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

## Fontes

### Fontes Impressas

- ABREU, P. **Os capoeiras**. Rio de Janeiro: Tip. Seraphin Alves de Brito, 1886.
- ALEPE, Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (1889-1911).
- ALEPE, Anais da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco (1880-1889).
- ALEPE, **Código Criminal do Império**, 1830.
- ALEPE, Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890.
- ALEPE, Coleção das Leis Provinciais, 1870-1889.
- ALEPE, Coleção de Leis Estaduais de Pernambuco, 1890-1911.
- América Ilustrada, 1880.
- ARAÚJO, G. de. Capoeiras e Valentões do Recife. **Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano**, Recife: vol. XL, nº145, 1946, p.118-122.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, V. de. **Dicionário de vocábulos Brasileiros**. Salvador: Editora Progresso, 1956.
- BULARMAQUI, Annibal. **Gymnastica nacional**, capoeiragem methodisada e regrada por Annibal Burlamaqui (Zuma). Rio de Janeiro, 1928.
- CARNEIRO, E. **A sabedoria popular**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- CARNEIRO, E. Capoeira. In: **Cadernos de Folclore**, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2ºed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962. Mas sua 1º ed. é do ano de 1954. .
- CASCUDO, L. da C. **Folclore do Brasil** (pesquisas e notas). Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.
- CÓDIGO FILIPINO, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado D´el Rei D. Felipe. 1. – Ed. Fac-similar da 14º ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821/por Cândido Mendes de Almeida – Brasília: Senado Federal/Co0nselho Editorial, 2004. v.38-D.
- COSTA, F. A. P. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1987. vol. 07
- COSTA, F. A. P da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Typografia Universal, 1882.
- COSTA, F. A. P. **Folk-lore Pernambucano**. Recife: CEPE, 2004.

COSTA, F. A. P. **Vocabulário Pernambucano**. 2. ed. Recife: Secretaria de educação e cultura, 1976.

COSTA, F. A. P. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1987. vol. 06.

COSTA, F. A. P. da. A ideia abolicionista em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**. Recife: Typografia de F. P. Boulitreau, 1891.

COSTA, F. A. P. da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

Diário de Pernambuco, anos 1874, 1876, 1880, 1881, 1883, 1885, 1886, 1887, 1890, 1905, 1909.

Leis Históricas do Brasil Disponível em <  
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/lim/lim-33>> acessado em 13.12.2010.

Dicionário do Padre Raphael Bluteau Disponível em  
<HTTP://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/arqImpressao.asp.htm>. Acesso em 06 de junho de 2009.

Leis Históricas do Brasil Disponível em  
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica#content> acesso em 12.06.1010.

FERREIRA, A. Os “brabos” do Recife. Recife: **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, jul-dez. 1942, n°5-6.

Folha do Norte, 1884.

HADFIELD, W. Pernambuco 1854. In: **A paisagem pernambucana**. Organizado por Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de Leonardo Dantas Silva, “Pernambuco - história e aspectos de sua paisagem” (p. IX-LXIV) Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

Jornal A Pimenta, 1908.

Jornal Correio do Recife, anos 1904, 1905, 1907, 1908, 1909.

Jornal do Recife, anos 1883, 1886, 1901, 1903, 1904, 1905, 1911.

Jornal Pequeno, anos 1902 e 1907.

MELLO, O. **O Recife sangrento**. 1938.

MORAIS FILHO, A. M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora de Ouro, s. d. p. 401.

NETO, C. “O nosso Jogo”. In: **Bazar**. Porto: Livraria Chadron, 1928.

NOVO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, contendo todas as disposições posteriores à sua promulgação e um índice alfabético. Recife, Typografia de F. P. Boulitreau, 1891.

OLIVEIRA, V. de. **Frevo, capoeira e passo**. Recife: CEPE, 1971.; CASCUDO, L. da C. op. cit., 1976.; QUERINO, M. op. cit., 1946.

PIERANGELLI, J. H. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. São Paulo: Edição Javoli, 1980, p. 317. [grifo nosso].

PINTO, L. M. da S. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

QUEIRNO, M. R. **A Bahia de Outrora**. Salvador, 1946.

REGO, W. **Capoeira de Angola**: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Tomo IV, 4º ed., Editora José Olympio: Rio de Janeiro.

SETTE, M. **Maxambombas e maracatus**. Recife: Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

SOARES, A. J. M. **Dicionário Brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: INL, 1954. p. 51.

WANDERLEY, E. **Tipos populares do Recife Antigo**. Recife: Colégio Moderno, 1953.

### **Fontes manuscritas**

APEJE, Secretaria de Segurança Pública, 1º Delegacia da Capital (1880-1911).

APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Casa de Detenção do Recife, (1880-1881, 1885, 1890, 1897, 1903-1904, 1909).

APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil (1981 e 1888)

APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Relatório dos Chefes de Polícia (1904).

IAHGP, Processo Crime, Recife (1880-1910).

Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE, Processo Cível, Flores, (1883).

Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE, Processo Crime, Recife (1900-1911).